

Pesquisa & Projeto - 6

Coleção PESQUISA & PROJETO

1. *Religião e modos de produção pré-capitalistas*, François Houtart
 2. *O ser e o messias*, José Porfírio Miranda
 - *3. *Por dever ou por prazer?*, Albert Plé
 - *4. *A palavra humilhada*, Jacques Ellul
 5. *O direito dos pobres*, Dr. Wagner Balera
 6. *Poder, luta e defesa*, Gene Sharp
- * Em preparação

GENE SHARP

**PODER,
LUTA E DEFESA**

Teoria e prática da ação não-violenta

EDIÇÕES PAULINAS

Título original

Power, struggle and defense

© by Gene Sharp, Boston, 1973

Tradução

Getúlio Bertelli

Revisão

Carlos Felício da Silveira

ISBN 85 — 2 — 00005 —

(obra original

0-87558-070-X)

© Edições Paulinas, São Paulo, 1983

Apresentação

Estamos acostumados a conviver e até a permitir a permanência de uma situação de violência. Com efeito, a violência é uma força que fere a vida e destrói a liberdade e a dignidade humanas. Ela é força capaz de restringir, de controlar e de determinar o comportamento das pessoas, dos grupos sociais e das instituições políticas e culturais.

A Campanha da Fraternidade de 1983 convida-nos para a luta contra a violência. Mostra que é preciso ver suas causas, e como se instala em toda a estrutura da sociedade. A violência é econômica, política e ideológica. É preciso também ter consciência crítica e perceber os diversos modos de sua manifestação. Existe a violência noticiada. Mas existe também a violência camouflada e consentida. Ela penetra sorrateiramente nas relações cotidianas e impregna todo o tecido das relações sociais. Faz-se mister procurar ações e modelos alternativos nas relações de trabalho e no serviço político para transformar este tecido de relações humanas.

Já conhecemos o espírito dessa luta. Os profetas, de ontem e de hoje, no-lo ensinam (Amós 3,9-10; Habacuc 1,1-4). Jesus Cristo mostra que a misericórdia e o perdão são o centro e a força do Mundo Novo (Mateus -2,8). E João Paulo II insiste no fato de que não seria exato interpretar o amor e o perdão cristãos como indiferença, fácil conciliação ou tolerância passiva diante de situações de injustiça, de dominação e de violência.

O livro de Gene Sharp ajuda a compreender o sentido e a estratégia da luta contra a violência. É uma ação transformadora que atinge e penetra no dinamismo e na totalidade da organização social. Apresenta uma eficácia política. Mas é necessário saber *como* funciona, *quando* tem eficácia e *por que* tem força de transformação.

Vivemos um momento de crise econômica, de hesitação e de busca de uma política democrática, capaz de refazer a integração do povo e da nação. Neste momento, devemos nos perguntar se não estamos no tempo oportuno para exercer o discernimento e para determinar a decisão numa luta contra a violência, em todos os níveis de suas manifestações e de suas causas. De fato, a luta contra a violência depende da força que colocamos no lugar certo e no tempo oportuno de nossa decisão e de nossa ação.

A procura de alternativas de ação contra um poder violento, contra condições de trabalho e de vida que destroem tem por incentivo refazer o próprio tecido das relações sociais.

Assim, a luta contra a violência tem de mudar e renovar o tecido da vida política. Deve criar uma nova identidade política, controlada e assumida pelo próprio povo, pelas organizações das etnias marginalizadas e pelos organismos das classes dominadas. Neste momento de crise econômica e de hesitação política, faz-se necessário encontrar alternativas para que as classes populares tenham capacidade de dividir e de controlar o poder e para que o corpo político da nação seja capaz de integrar a vida nacional pela participação e pelo controle da produção e da organização social.

Também a identidade eclesial se faz pela qualidade da ação. Na cidade de São Paulo, o próprio povo indicou a trilha da caminhada. Indicou as quatro prioridades como o lugar e o tempo oportunos para a ação transformadora. A decisão de levar à frente essas prioridades e de encontrar uma estratégia de presença no ritmo da vida urbana é a tarefa à qual todos estamos sendo convidados.

Esperamos que a leitura deste livro de Gene Sharp seja uma ajuda para as comunidades populares, para os organismos intermediários, para os organismos das classes trabalhadoras e para todos aqueles grupos que acreditam na vida e na liberdade. De fato, a situação de violência e o momento de crise podem se apresentar como um momento oportuno para o nosso testemunho de verdade, de justiça e de fraternidade.

Paulo Evaristo Cardeal Arns
São Paulo, 2.2.83

Prefácio à edição brasileira

É possível que o povo do Brasil venha a desempenhar papel importante na história do futuro desenvolvimento da técnica não-violenta como substituto da violência para se conseguir mudança social e se precaver de governos ditatoriais.

Estou muito satisfeito pelo fato de Edições Paulinas publicarem este livro, que espero seja útil aos leitores.

Estudar a natureza e o potencial da luta não-violenta é importante por várias razões. Primeiro, para os cientistas sociais e para o público em geral que desejam conhecer mais sobre sociedade e política. Segundo, é importante para as pessoas que estão interessadas em como lutar efetivamente pela liberdade e justiça social. Além disso, é importante a todos os que querem viver a paz e abolir a guerra, a fim de que nem povo nem governos se entreguem à violência por não terem alternativa na luta contra a opressão e contra a agressão internacional. Ainda mais, nesta era nuclear, muitas pessoas e certamente muitos governos estão prontos a examinar novas opções, dramaticamente divergentes entre si.

*The Politics of Nonviolent Action*¹, em que se baseia este livro que estamos apresentando ao público brasileiro, focalizou exclusivamente a natureza da luta não-violenta: a teoria do poder em que se fundamenta, a história e características da ação não-violenta, seus métodos de ação e a dinâmica da luta contra regimes opressores que adotam a repressão violenta.

The Politics of Nonviolent Action, como indiquei no próprio prefácio, originou-se da seguinte visão: são necessárias alternativas para a violência no confronto com tiranias, agressões, injustiças e opressões. Ao mesmo tempo, pareceu-me evidente que tanto injunções morais contra a violência, como exortações a favor do amor e da não-violência pouco ou nada contribuí-

ram para acabar com a guerra e com outras violências políticas significativas. Pareceu-me que somente a adoção de um tipo substituto de sanção e de luta, como uma alternativa funcional à violência nos casos de conflitos agudos — onde importantes questões estão em jogo, ou se supõe que estejam — teria probabilidade de levar a significativa redução da violência política de maneira compatível com a liberdade, com a justiça e com a dignidade humana.

Tal substituto precisa ser adaptado às necessidades políticas específicas, incluindo a defesa nacional contra invasões e ocupações estrangeiras assim como contra usurpações internas (golpe de estado, por exemplo).

O simples fato de ser a favor de alternativas não-violentas não produzirá necessariamente mudanças, a não ser que elas sejam percebidas claramente como eficientes em comparação com alternativas violentas. Também pouco adiantam sermões ou declarações. Por isso era necessário um exame muito cuidadoso a respeito da natureza, das possibilidades, dos requisitos da luta não-violenta, a fim de que se pudesse ser o mais objetivo possível. *The Politics of Nonviolent Action* é minha maior contribuição a essa tarefa. A obra acima, assim como este livro que estamos apresentando e outros que futuramente possam oferecer em língua portuguesa a tradução integral das Partes II e III do estudo original, não devem ser considerados como afirmações definitivas a respeito da luta não-violenta. Antes, devem ser encarados como meios de aumentar nossa compreensão e conhecimento; suas proposições, classificações, análises e hipóteses devem ser submetidas a posterior exame, pesquisa e análise crítica.

Já que o livro *The Politics of Nonviolent Action* focalizou quase que exclusivamente a natureza da técnica não-violenta de ação, vários assuntos intimamente relacionados não foram nele tratados. Por exemplo, as relações entre a técnica da luta não-violenta e problemas éticos, entre essa técnica e sistemas de crença que exortam a um comportamento não-violento. Este estudo, entretanto, pode ser a base de um novo enfoque para esses problemas². As implicações e potencialidades

políticas da ação não-violenta, inclusive no que se refere à mudança social e à defesa nacional³, ficaram para uma investigação à parte; espera-se que este estudo auxilie tais investigações.

Este livro, *Poder, luta e defesa*, inclui três capítulos adicionais que não constam na Parte I, "Power and Struggle", do *The Politics of Nonviolent Action*. Os capítulos 1 e 3 formam a Parte I do livro original. O capítulo 1 foi um tanto condensado, especialmente pela redução de referências e citações de outros escritores. O capítulo 2 não havia no original. Os capítulos 4 e 5 são verdadeiros resumos das Partes II e III, extremamente longas, da obra original, para encorajar os leitores a lerem o texto integral, enquanto vão adquirindo maior compreensão os que porventura não a possuam.

Sou grato a todos que, de uma forma ou de outra tornaram possível a edição brasileiro. A José de Souza por suas sugestões, a Margaret Grammer Vallejos pelas trocas de idéias, ao meu Assistente, Robert Irwin, pelas sugestões e ajuda na preparação desta edição.

É profundamente gratificante o fato de Sua Eminência, o cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, ter elaborado a Apresentação.

Minha esperança é que este livro contribua para incentivar novas pesquisas, investigações e elaboração de alternativas não-violentas eficientes tanto para a violência dentro dos próprios países como para a guerra internacional.

Gene Sharp

Center for International Affairs
Harvard University
6 de janeiro de 1983

NOTAS

1. Publicado num único volume, em 1973, pela Porter Sargent Publishers, 11 Beacon Street, Boston, Mass. 02108, e em trsê volumes, *Power and Struggle, The Methods of Nonviolent Action* e *The Dynamics of Non-violent Action*, em 1974 e em edições posteriores.
2. Quanto a meus escritos a respeito desse assunto, ver G. Sharp, *Gandhi as a Political Strategist, With Essays on Ethics and Politics*, capítulos 10 a 13, Porter Sargent Publishers, Boston, 1979.
3. Quanto a meus escritos a respeito desse assunto, ver G. Sharp, *Social Power and Political Freedom*, especialmente os capítulos 8 a 12, Porter Sargent Publishers, Boston, 1980. Quanto a outras publicações, ver a bibliografia do capítulo 6 deste livro.

Introdução

Alguns conflitos não permitem transigência e só podem ser resolvidos mediante a luta. Conflitos que, de uma ou outra maneira, envolvem os princípios fundamentais de uma sociedade — independência, auto-respeito ou capacidade das pessoas de determinar seu próprio futuro — constituem exemplos desse tipo de conflito. Para resolvê-los, raramente estão disponíveis os procedimentos institucionais normais; é até mesmo duvidoso que eles possam ser totalmente adequados. Em vez disso, na crença de que a escolha que resta nesses tipos de conflitos é entre uma abominável rendição passiva e a violência, e também de que a vitória exige violência, as pessoas recorrem à ameaça e ao uso da violência. Os meios específicos usados variam: podem incluir ação militar convencional, combates de guerrilha, regicídio, insurreição, ação policial, guerra civil, terrorismo, bom-

bardeios aéreos convencionais, ataques nucleares etc. Quando há ameaça, esses instrumentos de violência, usados com reserva ou aplicados sem controle, têm a finalidade de causar danos, matar, destruir e aterrorizar com o máximo de eficiência. Século após século, posteriormente década após década, e agora ano após ano, essa eficácia vem aumentando à medida que pessoas e governos têm aplicado talentos e recursos nesse objetivo.

Contudo, não é verdade ser a violência o único meio eficiente em situações conflitivas cruciais. Através da história, sob uma variedade de sistemas políticos, pessoas de todas as partes do mundo travaram conflito e lidaram com um poder inquestionável mediante o uso de técnica de luta bastante diferente — aquela que não mata nem destrói. Essa técnica é a ação não-violenta. Embora tenha sido conhecida com uma variedade de nomes, sua base sempre foi a mesma: a crença de que o exercício do poder depende do consentimento do governado que, ao retirar seu consentimento, pode controlar e até mesmo destruir o poder de seu adversário. Em outras palavras, a ação não-violenta é uma técnica usada para controlar, combater e destruir o poder do adversário mediante meios não-violentos de exercer poder. Embora se tenha investido muito esforço em aumentar a eficiência do conflito violento, não se tem feito esforço equivalente para tornar mais eficiente a ação não-violenta; por isso é mais provável que esta seja substituída pela violência.

E mesmo assim a ação não-violenta já teve uma longa história, que permaneceu em grande parte desconhecida porque os historiadores estiveram totalmente ocupados com outros assuntos. De fato, até há pouco, havia tão reduzida consciência da tradição e história da luta não-violenta que os ativistas não-violentos, de um modo geral, improvisaram suas respostas independentemente da prática do passado. Essa situação só agora está começando a mudar.

É óbvio que existe uma rica fonte de material à espera do analista e do ativista. Mesmo no atual estágio rudimentar de investigação, aquele que busca pode encontrar numerosos exemplos, num período que abrange desde a antiga Roma até à luta pelos direitos civis nos Estados Unidos e à resistência dos tchecoslovacos à invasão russa de 1968. Procurando diligentemente

através de fontes esparsas, pode-se encontrar o registro dos protestos plebeus contra Roma nada menos do que já no século V a.C.; pode-se traçar a resistência dos Países Baixos contra o domínio espanhol na Europa da metade do século XVI. Mas ainda está por ser escrita a história da luta não-violenta nesses séculos. O que temos até agora são apenas breves flashes.

Contudo, em tempos mais recentes, o quadro se torna mais denso. Importantes exemplos de ação e luta não-violentas ocorrem em âmbitos extremamente variados. Por exemplo, numa medida desconhecida em seu todo, os colonos americanos usaram resistência não-violenta em sua luta contra a Inglaterra, recusando-se a pagar taxas e dívidas, recusando-se a importar, recusando-se a obedecer a leis que eles consideravam injustas, usando instituições políticas independentes e rompendo contato social e econômico com os ingleses, bem como com os pró-ingleses.

Mais tarde, especialmente no fim do século XIX e começo do século XX, os operários de muitos países usaram a não-cooperação na forma de greves e boicote econômico, a fim de melhorar as condições e obter maior poder. A Revolução Russa de 1905 está cheia de reações não-violentas aos eventos do “Domingo Sangrento”: paralisação através de greves, recusa de obediência aos regulamentos da censura, estabelecimento de órgãos de governo “paralelos” — essas foram apenas algumas das pressões que levaram o governo do Czar a prometer um sistema de governo mais liberal. Quando em 1917 o sistema czarista entrou em colapso, o motivo foi o fato de que se desintegrou face a uma poderosa revolução não-violenta — meses antes que os bolchevistas assumissem o controle em outubro. A pressão não-violenta nem sempre tem de ser “contra” algo; ela também pode ser “a favor de”, como se tornou evidente em Berlim em 1920, quando a burocracia e a população, que continuaram leais ao governo Ebert, fizeram fracassar o golpe de estado militarista de Kapp (o *Kapp Putsch*), recusando cooperar com ele.

Gandhi, que foi o mais destacado estrategista da ação-não-violenta, considerava a luta não-violenta como um meio de contrabalançar forças, meio este que tinha a maior possibilidade

de instaurar a liberdade e justiça verdadeiras. A clássica luta nacional gandhiana foi a campanha de 1930-1931, que começou com a famosa Marcha do Sal, como prelúdio da desobediência civil contra o monopólio britânico. Seguiu-se uma campanha não-violenta que durou um ano. Ela abalou o poder britânico na Índia e terminou em negociações entre iguais.

Apesar das circunstâncias altamente desfavoráveis, a resistência não-violenta às vezes também produziu repercussões políticas em certos países ocupados pelos nazistas, durante a Segunda Guerra Mundial. Algumas vezes, deu resultado positivo, como na Noruega, onde a tentativa de Quisling para formar um Estado Corporativo foi frustrada pela resistência não-violenta. Não-cooperação dissimulada e, muito raramente, a recusa não-violenta ajudaram até mesmo a salvar as vidas de judeus. Durante o mesmo período, no outro lado do mundo, a ação popular não-violenta estava sendo usada com sucesso para dissolver o poder de dois ditadores da América Central. Os sistemas comunistas também sentiram o poder da ação não-violenta no levante da Alemanha Oriental em 1953, nas greves em campos de prisioneiros soviéticos e na fase não-violenta da Revolução Húngara de 1956. Nos Estados Unidos a ação não-violenta desempenhou grande papel nas lutas dos afro-americanos desde os boicotes de ônibus de Montgomery em diante. E em 1968, uma das mais notáveis demonstrações de resistência não-violenta improvisada com a finalidade de defesa nacional ocorreu na Tcheco-eslováquia após a invasão russa. A luta não teve êxito, mas os tcheco-eslovacos puderam resistir por muito mais tempo — desde agosto até abril do ano seguinte — do que se tivessem usado resistência militar. Embora tenha fracassado, esse é um caso que merece estudo cuidadoso. As conquistas e vitórias das lutas não-violentas do passado, embora freqüentemente inadequadas, foram contudo, muitas vezes notáveis, especialmente quando consideramos o número geralmente reduzido de participantes ativos e o caráter geralmente improvisado e sem planejamento da resistência.

Outra característica da ação não-violenta é sua grande variedade, em grau de êxito, em objetivo e em método. Às vezes a ação não-violenta pode ser usada para conseguir reformas

ou objetivos limitados (como no boicote de ônibus de Montgomery); às vezes para destruir todo um regime (como na Rússia em fevereiro-março de 1917); às vezes para defender um governo atacado (como na Tcheco-eslováquia). Muitas vezes podem ocorrer esforços deliberados para manter a luta não-violenta, enquanto em outros casos a não-violência não é premeditada. Embora a gama de métodos disponíveis nesse tipo de luta seja vasta, a utilização efetiva de um número considerável de métodos no mesmo caso ocorreu só raramente, como nas revoluções russas. Somente em alguns casos (como na Associação Continental, o “plano de batalha” não-violento do Primeiro Congresso Continental e a campanha de 1930-1931 na Índia) houve fases estratégicas planejadas do desenvolvimento da luta. Somente de vez em quando — como no caso de Gandhi — houve uso consciente tanto da estratégia quanto do planejamento tático. Só raramente, como na Alemanha em 1920, durante a Segunda Guerra Mundial no caso de governos-no-exílio e na Tcheco-eslováquia em 1968, tem havido respaldo do governo oficial para a resistência não-violenta aos invasores. Muitas outras variantes na ação não-violenta existem e continuarão a existir.

Contudo, implícita ou explicitamente, toda luta não-violenta tem como ponto de partida comum sua visão da natureza do poder e do seu exercício.

A NATUREZA E O CONTROLE DO PODER POLÍTICO

INTRODUÇÃO

Ao contrário dos utopistas, os defensores da ação não-violenta não procuram “controlar” o poder mediante sua rejeição ou abolição. Em vez disso, reconhecem que o poder é inerente a praticamente todas as relações sociais e políticas e que seu controle é “o problema básico da teoria política”¹ e da realidade política. Eles também observam que é necessário exercer poder a fim de controlar o poder de grupos ou regimes políticos ameaçadores. Esse pressuposto é compartilhado pelos defensores da violência, embora divirjam em muitos outros pontos.

Poder social pode ser definido brevemente como a capacidade de controlar o comportamento de outros, direta ou indiretamente, mediante ação de grupos de pessoas que, através dela, influenciam outros grupos de pessoas². Poder político é aquele tipo de poder social que é exercido com objeti-

vos políticos, especialmente mediante instituições governamentais ou por pessoas que estão contra ou a favor dessas instituições. Poder político se refere assim à totalidade de autoridade, influência, pressão e coerção que pode ser aplicada para alcançar ou frustrar a realização dos desejos daquele que detém o poder³. Neste livro, quando usado isoladamente, o termo poder deve ser entendido como referindo-se ao poder político.

O QUE É A NATUREZA BÁSICA DO PODER POLÍTICO?

Todos os tipos de luta e todos os meios de controlar governos ou de defendê-los contra ataques baseiam-se em certos pressupostos básicos referentes à natureza do poder. Esses nem sempre são explícitos. De fato, são tão raras as vezes em que as pessoas param para pensar nesse pressupostos, que raramente têm consciência deles e freqüentemente acham difícil enunciá-los. Isso vale tanto para os defensores da ação não-violenta, quanto da violenta. Uma visão errônea ou inadequada da natureza do poder político tem pouca chance de produzir uma ação satisfatória e efetiva para lidar com ele.

Basicamente, parece haver duas visões sobre a natureza do poder. Podemos ver as pessoas como dependentes da boa vontade, das decisões e do apoio de seu governo ou de qualquer outro sistema hierárquico a que pertence. Ou, inversamente, podemos ver o governo ou o sistema dependente da boa vontade, das decisões e do apoio das pessoas. Podemos ver o poder de um governo emergir daqueles poucos que estão no pináculo do comando. Ou podemos ver o poder, em todos os governos, surgindo continuamente dos múltiplos setores da sociedade. Também podemos ver o poder se autoperpetuando, durável, não sendo controlado nem destruído com facilidade ou rapidez. Ou o poder político pode ser visto como frágil, sempre dependente, para seu dinamismo e existência, de um reabastecimento de suas fontes mediante a cooperação de uma porção

de instituições e pessoas — cooperação esta que pode ou não ter continuidade.

A ação não-violenta se baseia na segunda dessas concepções; a de que os governos dependem das pessoas, que o poder é pluralista, e que o poder político é frágil, pois depende de muitos grupos para o fortalecimento de suas fontes de poder. A primeira visão — a de que as pessoas dependem de seus governos, que o poder político é monolítico, que este de fato só pode provir de uns poucos homens e que é durável e se autopermanece — parece embasar a maior parte da violência política. (Uma notável exceção é a guerra de guerrilha em seus estágios predominantemente políticos). O argumento deste capítulo consiste em que a teoria do poder que embasa a ação não-violenta é mais adequada e mais correta do que a teoria que fundamenta a ação violenta, especialmente a luta militar. Em contraste com a teoria de dependência pluralista da ação não-violenta — à qual se destina a parte principal deste capítulo — podemos chamar a essa outra visão de “teoria monolítica”.

A “teoria monolítica” do poder considera que o poder de um governo é um *quantum* (isto é, “uma quantidade descontínua de unidade de energia”), relativamente fixo, uma força “dada”, forte, independente, durável, quando não indestrutível, que se auto-abastece e se autopermanece. Por causa dessas características assim pressupostas, segue-se que num conflito aberto esse poder, em última análise, não pode ser controlado nem destruído simplesmente pelas pessoas, mas somente pela ameaça ou uso de uma força física extraordinária. A guerra se baseia nesse tipo de visão. Armas nucleares são o desenvolvimento extremo da abordagem de controle e combate baseada nessa visão monolítica da natureza do poder político.

Se fosse verdade que o poder político tem a durabilidade de uma sólida pirâmide de pedra, então também seria verdade que esse poder só seria controlado mediante a auto-restrição voluntária dos governantes (discutiremos isso a seguir), mediante mudanças na “posse” do monólito (o Estado) — seja através de procedimentos regulares (como eleições), seja irregulares (regicídio ou golpe de Estado), seja mediante a violência destrutiva (guerra convencional). A visão monolítica não permitiria a

possibilidade de outros tipos de pressão e controle efetivos. Mas a visão monolítica de um poder de governo é totalmente inexata e ignora a natureza do poder de qualquer governante ou regime. A confiança na violência destrutiva para controlar a poder político é considerada pelos teóricos da ação não-violenta como sendo tão irracional como a tentativa de usar uma tampa para controlar a pressão de vapor de um caldeirão, ao mesmo tempo que se deixa o fogo debaixo dele ficar queimando livremente.

A ação não-violenta se baseia na visão de que o poder político pode ser mais eficientemente controlado *em suas fontes*. Este capítulo é uma investigação do *porquê* e do *como* isso pode ser feito.

RAÍZES SOCIAIS DE PODER POLÍTICO

Um erro que freqüentemente cometem os estudantes de Política é considerar as decisões, eventos e problemas políticos sem ligação com a sociedade na qual eles existem. As raízes de poder político vão além da estrutura formal do Estado, na própria sociedade. Segue-se que a natureza e os meios de controlar o poder serão radicalmente diferentes daqueles que são os mais convenientes se isso não fosse verdadeiro.

Uma observação óbvia, simples, mas muitas vezes esquecida, e também de grande significado teórico e prático, é de que o poder exercido por indivíduos e grupos que estão nas posições de maior comando e decisão em qualquer governo (que por questão de brevidade chamaremos de "governantes"⁴) não é intrínseco a eles. Esse poder deve vir de fora deles. É verdade que alguns homens têm melhores qualidades pessoais ou maior inteligência, ou inspiram mais confiança do que outros, mas isso de forma alguma invalida o fato de que o poder político que exercem provenha da sociedade que governam. Assim, se um governante vai exercer o poder, deve ser capaz de dirigir o comportamento de outras pessoas, contar com am-

plos recursos, humanos e materiais, manipular um aparato de coerção e dirigir uma burocracia na administração de sua política. Todos esses componentes de poder político são externos à pessoa daquele que detém o poder.

Essa situação é essencialmente a mesma descrita pelo escritor francês do século XVI, Étienne de La Boétie, ao falar do poder de um tirano: “Aquele que assim abusa de você, tem apenas dois olhos, apenas duas mãos, um corpo, e não tem nada mais do que tem o último dos homens da grande e ilimitada quantia de suas cidades, a não ser a vantagem que você lhe dá de destruir a você próprio”⁵. Augusto Comte também provou no século XIX que a teoria, que então era tão popular, não estava correta ao atribuir aos governantes um grau permanente e imutável de poder. Ao contrário, Comte insistia em que o poder de um governante era mutável e que dependia do grau em que a sociedade lhe conferia tal poder⁶.

A. Fontes de poder

Se o poder político não é intrínseco àquele que o detém, segue-se que deve haver fontes que lhe sejam extrínsecas. De fato, o poder político parece emergir da interação de todas ou de várias das seguintes fontes:

1. Autoridade. A extensão e a intensidade da autoridade do governante entre os súditos é um fator crucial que afeta o poder do governante.

Autoridade pode ser definida como o “... direito de comandar ou dirigir, de ser ouvido ou obedecido por outros”⁷, voluntariamente aceito pelas pessoas e, portanto, existindo sem a imposição de sanções.

2. Recursos humanos. O poder de um governante é influenciado pelo número de pessoas que lhe obedecem, cooperam com ele ou lhe proporcionam uma colaboração especial, pela quantidade de tais pessoas na população geral e também pelo tamanho e formas de suas organizações.

3. Aptidões e conhecimento. O poder do governante também é influenciado pelas aptidões, conhecimento e habilidades

dessas pessoas, e a relação de suas aptidões, conhecimento e habilidades com suas necessidades.

4. Fatores imateriais. Fatores psicológicos e ideológicos, tais como hábitos e atitudes frente à obediência e submissão, e a presença ou ausência de uma fé, ideologia, ou sentido de missão, afetam o poder do governante em relação aos governados.

5. Recursos materiais. O grau em que o governante controla a propriedade, os recursos naturais, recursos financeiros, o sistema econômico, meios de comunicação e transporte, ajuda a determinar os limites de seu poder.

6. Sanções. A última fonte de poder de um governante é o tipo e o volume de sanções à sua disposição, tanto no uso contra seus próprios súditos, quanto em conflitos contra outros governantes.

Como escreveu John Austin, sanções são “uma coerção à obediência” usada pelos governantes contra seus súditos para suplementar a aceitação voluntária de sua autoridade e aumentar o grau de obediência às suas ordens. Elas podem ser violentas ou não; podem servir como castigo ou intimidação. Os cidadãos às vezes também podem aplicar sanções contra seus governantes ou entre si mesmos (isso será discutido mais adiante). Outras sanções ainda podem ser aplicadas por um governo contra outro e podem assumir uma variedade de formas, tais como o rompimento de relações diplomáticas, bloqueios econômicos, invasões militares e bombardeios. Sanções violentas dentro do próprio país, tais como encarceramento ou execução, se usam para punir a desobediência e não para conseguir o objetivo da ordem que fora dada, exceto à medida que essas sanções possam desencorajar uma desobediência futura por parte de outras pessoas. Às vezes outras sanções violentas, e normalmente a maior parte das sanções não-violentas, são usadas com a finalidade de conseguir o objetivo original; muitas vezes é o que ocorre na guerra convencional, nas greves, na recusa a cooperar politicamente e nos boicotes. Sanções são normalmente um elemento-chave na política interna e internacional.

Sempre é uma questão do *grau* em que todas ou algumas dessas fontes estão presentes; só raramente, quando muito, todas elas estão totalmente disponíveis a um governante ou com-

pletamente ausentes. Mas sua disponibilidade está sujeita à constante variação, o que acarreta um aumento ou diminuição no poder do governante. À medida que a disponibilidade das fontes de poder seja ilimitada, o poder do governante é ilimitado. Contudo, o contrário também é verdade; à medida que a disponibilidade dessas fontes seja limitada, também é limitado o poder político do governante.

B. Essas fontes dependem da obediência

Um exame mais minucioso das fontes do poder de um governante mostrará que dependem *intimamente* da obediência e cooperação dos súditos. Consideremos, por exemplo, a *autoridade* a partir desse ponto de vista. A autoridade é necessária para a existência e funcionamento de qualquer regime. Por mais poderosos que sejam os meios de coerção física que possuem, todos os governantes requerem aceitação da sua autoridade e do direito de governar e mandar. A chave para se conseguir uma obediência regular consiste em atingir a mente. Já que a autoridade por definição deve ser voluntariamente aceita pelo povo, a autoridade do governante dependerá da boa vontade dos governados e variará à medida que varia essa boa vontade.

Se o governante considera que a aceitação de sua autoridade é uma questão básica, então a perda de autoridade terá sérias consequências para sua posição e poder. Assim como os governados podem aceitar a autoridade do governante porque acreditam que é merecida com base na moralidade e bem-estar de sua sociedade ou país, podem também, por algumas razões, em certas ocasiões, rejeitar as pretensões do governante de possuir autoridade sobre eles. O enfraquecimento ou colapso dessa autoridade tende inevitavelmente a diminuir a predisposição dos governados a obedecer. A obediência deixa de ser um puro hábito; a decisão de obedecer ou não obedecer será tomada conscientemente, e a obediência pode até mesmo ser negada.

Se os súditos negam ao governante o direito de governar e mandar, estão retirando a concordância geral ou o consentimento de grupo, que torna possível o governo em questão. A perda de autoridade desencadeia a desintegração do poder do governante. Esse poder se reduz à medida que se lhe nega autoridade. Onde a perda for extrema, a existência de tal governo fica ameaçada.

Um segundo ponto a ser considerado é a *contribuição dos governados ao sistema estabelecido*. Evidentemente, todo governante precisa contar com a cooperação e colaboração de seus súditos para fazer funcionar o sistema econômico e administrativo. Todo governante precisa da aptidão, conhecimento, parecer, trabalho e habilidade administrativa de uma porção significativa de seus súditos. Quanto mais extensivo e detalhado for o controle do governante, tanto mais será requerida essa colaboração. Tais contribuições ao poder do governante oscilarão, por exemplo, entre o conhecimento especializado de um perito técnico, os esforços investidos em pesquisa por parte de um cientista e as habilidades de organização de um chefe de repartição até à ajuda de datilógrafos, operários, motoristas e agricultores. Tanto o sistema econômico quanto o político funcionam por causa da contribuição de muitas pessoas, indivíduos, organizações e subgrupos.

O poder do governante depende da contínua disponibilidade de todo o tipo de ajuda, não só de indivíduos, funcionários, empregados e outros, mas também de organizações e instituições subsidiárias que compõem o sistema como um todo. Essas podem ser: ministérios, departamentos, organismos, comissões etc. Assim como indivíduos e grupos independentes podem negar-se a cooperar, assim também essas unidades de organizações podem negar-se a dar suficiente ajuda para manter eficientemente a posição do governante e permitir-lhe que leve a cabo seus planos. "Assim, nenhum complexo pode executar uma ordem superior se seus membros (sejam unidades de organizações ou indivíduos) não o capacitarem a fazê-lo..."

Se grande número de "colaboradores" rejeita a autoridade do governante, poderá cumprir suas ordens de forma ineficiente ou tomar certas decisões por conta própria, ou mesmo recusar-se

abertamente a continuar dando sua colaboração habitual. No esforço de assegurar o grau desejado de colaboração e cooperação, sem dúvida podem-se aplicar sanções. Mas já que os governantes precisam de algo mais do que má vontade, mais do que submissão aparente por parte desses súditos, tentativas de obter essa colaboração mediante compulsão serão inevitavelmente infrutíferas à medida que a extensão e intensidade da autoridade do governante entre os governados forem limitadas.

Por causa da dependência que tem de outras pessoas para fazer funcionar o sistema, o governante está então continuamente sujeito à influência e restrição, tanto por parte de seus auxiliares diretos, quanto da população. Esse controle será maior onde sua dependência for maior.

Ainda precisamos discutir a relação entre *sanções* e submissão. Se, em face de um sério mal-estar, o regime não efetua mudanças para satisfazer as exigências populares, será preciso apoiar-se mais na força. Essas sanções são normalmente possíveis, apesar da insatisfação com o regime, porque muito frequentemente, enquanto uma parte da população rejeita a autoridade do governante, outra parte permanece leal e disposta a ajudar o regime a se manter e a executar sua política. Nesse caso um governante pode usar os súditos leais como policiais ou soldados para impor sanções à parte restante do povo. Contudo, as sanções, mesmo nesse caso, não serão a força determinante para manter o regime — e isso por várias razões. O grupo governante (estrangeiro ou nacional) estará ainda unido por algo mais do que sanções. Além disso, a capacidade de qualquer governante de aplicar sanções a seus súditos ou a outras nações surge e depende, num grau significativo, da ajuda por parte dos próprios governados.

Sanções são importantes na manutenção do poder político do governante — especialmente em crises. Mas a *capacidade de impor sanções* em si mesma deriva da obediência e cooperação de pelo menos alguns governados: também *para essas sanções serem efetivas* dependem do tipo de submissão dos governados. Vamos discutir cada um desses itens.

Sem os vários tipos de cooperação e colaboração, nenhum governante poderia impor sanções, seja no seu próprio país sobre o povo que deseja governar, seja internacionalmente sobre inimigos estrangeiros. Essa capacidade depende consideravelmente da disposição de seus súditos em se tornarem policiais e soldados; e caso isso ocorra, dependerá também do grau de eficiência com a qual executam as ordens para a imposição de sanções. Além disso, as próprias armas materiais são produtos sociais. Uma vez que fomos além de arcos e flechas, o processo de fabricação de armas — revólveres, bombas, aviões, tanques etc. — depende da cooperação social, freqüentemente de muitas pessoas e de diversas organizações e instituições. Até mesmo a tecnologia e o material bélico poderão no futuro reduzir a quantidade de ajuda necessária, num dado momento, para aplicar sanções e poderão mudar os tipos de sanções. Contudo, a relação de dependência não será reduzida nem abolida.

Finalmente, a eficiência de uma política e de uma tropa, mesmo entusiásticas, no cumprimento de suas tarefas freqüentemente é em grande parte influenciada pelo grau de colaboração voluntária ou de obstrução aos seus esforços por parte da população em geral. Como assinala W. A. Rudin, não é que o Estado se baseie na “força”, mas sim que ele possui “força” à medida que a maioria de seus súditos considere isso desejável¹⁰. Portanto, a capacidade de *impôr* sanções reside na cooperação. Mas a *eficácia* ou ineficácia de sanções, quando estão disponíveis e são usadas, também depende da reação dos súditos ameaçados ou alvos de sua aplicação.

Assim, o tipo de aquiescência dos súditos determinará amplamente a medida em que as sanções são “requeridas” para manter exteriormente a obediência, e mesmo sua relativa eficácia quando usadas. (Estamos falando aqui do grau em que as pessoas obedecem mesmo sem serem ameaçadas, e do grau em que continuam a desobedecer apesar de sofrerem punição.) A aquiescência e coerção se reforçam mutuamente: quanto mais forte for o tipo de aquiescência tanto mais eficaz será a coerção (e vice-versa). Igualmente, quanto mais fraco for o tipo de aquiescência, tanto menos eficaz será a coerção (e vice-versa), tendo em conta uma série infinita de variantes.

Isso se aplica a todos os tipos de regimes, inclusive aos regimes totalitários.

O poder do governante, conforme podemos inferir da discussão anterior, não é, portanto, um *quantum* estático “dado”. Ao contrário, seu poder varia porque também variam o número, tipo e qualidade das forças sociais que ele controla.

De modo semelhante, as variações no poder do governante estão por sua vez direta ou indiretamente associadas à disposição dos governados em aceitá-lo, obedecer-lhe, cooperar com ele e cumprir suas ordens. É tão importante a cooperação dos súditos na determinação da disponibilidade das fontes de poder, e portanto na medida e capacidade de poder de qualquer governante, que Bertrand de Jouvenel colocou o poder político do governante, as fontes de seu poder e a obediência de seus subordinados numa base de igualdade quase matemática¹¹.

POR QUE OS HOMENS OBEDECEM?

O único requisito importantíssimo de qualquer governo, sem o qual ele não existiria, deve ser a obediência e submissão de seus governados. A obediência se situa no coração do poder político.

Muita gente freqüentes vezes supõe que a emissão de uma ordem e sua execução formam uma operação única, mais ou menos automática, e que, portanto, o exercício do poder político é uma relação inteiramente unívoca. Se isso for verdade, qualquer proposta para que se controle o poder do governante com a redução e negação da obediência e da cooperação seria absurda, pois a ordem e seu cumprimento seriam inseparáveis. Contudo, essa suposição não é verdadeira. A relação entre ordem e obediência é sempre de influência mútua e com algum grau de interação, isto é, uma ação “mutuamente determinada”¹² envolvendo uma relação bilateral entre o governante e os governados.

As sanções para o caso de desobediência são mais severas na relação entre governante e governado do que as que comu-

mente ocorrem nas relações entre pessoas superiores em hierarquia (ou chefes) e as que estão sob controle ou ordem de um superior (subordinados). Contudo, certas semelhanças básicas de interação e dependência existem entre a relação governante-governado e todas as outras relações de chefe-subordinado. O professor Harold Lasswell, o sociólogo alemão Georg Simmel e o analista americano Chester I. Barnard (autor do livro *The Functions of the Executive*) apresentaram todos eles explicações da natureza dessa interação e dependência. O professor Lasswell cita a orquestra como um exemplo, observando que assim como um maestro pode impor penalidades aos membros que deixam de seguir suas orientações, assim a orquestra quando insatisfeita com o maestro pode impor penalidades e “mediante recusa deliberada de cooperar ou mediante agitação hostil... pode demiti-lo”. Lasswell acrescenta que sem a conformidade esperada dos subordinados (seja em forma de “aquietância passiva ou de consentimento ativo”), a relação de poder não é completa, apesar da ameaça ou imposição de sanções¹³.

Simmel ofereceu outros exemplos de interação, que ocorrem mesmo onde menos se esperam. Cita a relação entre o locutor e sua audiência, o mestre e sua classe, e o jornalista e seus leitores, como exemplos em que os subordinados de fato influenciam amplamente os chefes. Mesmo no caso da relação entre o hipnotizador e o hipnotizado, está envolvido um elemento de reciprocidade e mútua dependência. Ele conclui que “até mesmo o escravo mais miserável... pelo menos em certa medida, ainda pode nesse sentido reagir a seu patrão”¹⁴.

Barnard também assinalou que o mesmo tipo de interação ocorre entre instituições e entre as várias unidades dentro de uma organização complexa. Porque o corpo hierárquico é dependente de seus membros subordinados ou de suborganizações para levar a cabo as ordens e tarefas, ele descreve seu funcionamento como um “esforço cooperativo”¹⁵.

O mesmo tipo de interação ocorre no Estado: determinações e ordens não são automaticamente obedecidas. Isso é válido na relação entre o governante e os governados, entre o governante e os vários ministérios e repartições do regime, entre

os vários ministérios entre si e, dentro de cada um deles, entre seu chefe e seus membros subordinados. A relação de poder existe somente quando completada pela obediência do subordinado às ordens do governante e pela aquiescência a suas determinações. Como veremos, isso nem sempre ocorre. Até mesmo onde o poder político é escudado por sanções, *sempre* existe algum tipo de interação entre os governantes ou superiores hierárquicos e aqueles a quem eles dão determinações e ordens. O exercício do poder político *não é*, portanto, um processo unilateral em que o governante emite ordens que inevitavelmente serão cumpridas. “Já que o poder político é o controle de outros homens, escreveu Franz Neumann, o poder político... constitui sempre uma relação bilateral”¹⁶. Além disso, a relação entre governante e governado ocorre dentro de um cenário político e social em que uma variedade de fatores pode influenciar seu curso e resultado.

As variáveis nessa interação geralmente são três: o governante (ou chefe), o governado (ou dependente) e a situação. Todos estão sujeitos a uma influência mútua constante; mudanças que ocorrem em um alteram as reações dos outros dois, as quais por sua vez exigem uma nova resposta do fator original. Assim, o grau em que o governante consegue lidar exitosamente com o poder e realizar seus objetivos depende do grau de obediência e cooperação que emerge dessa interação. Tanto nacional quanto internacionalmente, o poder de um regime “existe em proporção à sua capacidade de fazer-se obedecido e de ganhar a partir dessa obediência os meios de ação. Tudo se concentra nessa obediência. Quem conhece os motivos dessa obediência conhece a natureza intrínseca do Poder”¹⁷.

Tendo estabelecido o fato de que a obediência é necessária para que uma ordem seja executada e também o fato de que a obediência não é inevitável, voltamo-nos agora à antiga questão: *por que muitos obedecem a alguns poucos?* Hans Gerth e C. Wright Mills concluíram: “...do ponto de vista psicológico, o que é decisivo na questão do poder é a compreensão da origem, constituição e manutenção da obediência voluntária”¹⁸.

A resposta de Thomas Hobbes no século XVIII à questão da obediência era simples. Governados obedecem a seus governantes por receio, escreveu ele, seja por receio do próprio governante seja de uns em relação aos outros¹⁹. A opinião de Hobbes, assim como está, não é verdadeira. Outros fatores além do receio desempenham um papel significativo no fortalecimento dos governos e na manutenção da obediência.

A. As razões são várias e múltiplas

Na verdade não há uma razão única para explicar suficientemente a obediência aos governantes. A obediência política também não pode ser explicada somente em termos racionais. As razões são múltiplas, complexas e inter-relacionadas; combinações e proporções diferentes de razões produzem obediência em várias situações.

1. Hábito. Uma razão pela qual os homens obedecem é o fato de que a obediência tem sido uma prática da humanidade e se tornou um hábito. Na opinião de alguns, o hábito de obediência é na realidade “a razão essencial” para continuar a obedecer²⁰.

Contudo, ninguém afirma que o hábito seja a única causa de obediência. Para tornar habitual a obediência, são necessárias razões convincentes, sentidas já por um longo período. Além do mais, em tempos de crise política, ou quando as exigências do governante aumentam agudamente, o hábito deixa de ser uma explicação suficiente para a obediência. Esta deixará de existir, caso não haja outras razões satisfatórias.

2. Receio de sanções. O receio de sanções tem sido amplamente reconhecido como sendo uma fonte de obediência. Embora as sanções possam assumir várias formas, tais como pressões sociais e econômicas, nós aqui estamos muito mais interessados nas sanções estabelecidas na lei e praxe do Estado. Essas geralmente envolvem a ameaça ou o uso de alguma forma de violência física contra o súdito desobediente, e induzem à obediência mediante “... o poder meramente coercitivo, um po-

der que realmente opera nas pessoas simplesmente através de seus temores...”²¹

A intenção que está por trás dessas sanções pode ser tanto providenciar punição ou represália pela falha no cumprimento de uma obrigação (assim, as sanções aplicadas contra os governados têm comumente como meta não primária conseguir o objetivo da ordem inicial), como também encorajar a aquiescência contínua de outros súditos inspirando neles, através de casos exemplares, um temor das sanções previstas para quem desobedecer. O receio de sanções violentas dentro do próprio país, contra indivíduos e a existência de meios para travar um conflito violento contra grupos (tanto do próprio quanto de países estrangeiros), freqüentemente têm sido considerados como fatores importantes na origem do Estado e da obediência política. O papel do receio de sanções é especialmente importante quando outras razões para a obediência se debilitaram. Contudo o poder político não pode ser simplesmente reduzido ao poder físico, e o receio de sanções como sustentáculo de leis e ordens não é a única razão para a obediência.

3. Obrigação moral. Uma terceira razão para a obediência é o fato de que os súditos sentem uma obrigação moral de obedecer. Isso é diferente de uma obrigação legal de obedecer, embora certos tipos de obrigação moral possam estar associados a uma obrigação legal. Uma característica comum a todas as formas de organização política é o sentimento, entre os governados, de uma obrigação moral de obedecer.

O sentimento de obrigação moral de obedecer é em parte produto do processo normal pelo qual o indivíduo absorve os costumes, usos e crenças de sua sociedade à medida que cresce, e em parte resultado de uma doutrinação deliberada. A linha limítrofe entre esses processos nem sempre é clara. Eles produzem no governado uma “força compulsiva”²² interior que o leva à obediência e submissão.

A obrigação moral de obedecer pode surgir a partir de quatro considerações:

a) *O bem comum da sociedade.* A crença de que a coerção feita pelo governo serve ao bem comum é sempre um elemento da obediência política. A obediência torna possível a

proteção contra pessoas anti-sociais e promove o bem de todos. Essa opinião inclui ao mesmo tempo a crença nas vantagens do governo em geral e de um governo em particular, quando comparadas com qualquer alternativa possível. Embora insatisfeitas, as pessoas podem, portanto, continuar a obedecer pelo receio de que a oposição possa trazer consigo um mal ainda maior e de que o próprio governo possa desmoronar²³.

b) *Fatores sobre-humanos.* Uma segunda fonte de obrigação moral que conduz à obediência política reside na identificação do legislador ou governante com qualidades, poderes ou princípios sobre-humanos, que torna inconcebível a desobediência. Essas qualidades podem ter sua origem em seres mágicos, sobrenaturais, divindades ou ideologias “dogmáticas” (tanto políticas, quanto religiosas). Mas o efeito sobre a obediência é semelhante. A desobediência se torna heresia, impiedade, traição à raça, nação ou classe, ou rebeldia aos deuses, à História e à Verdade.

c) *A legitimidade da ordem.* As ordens também são obedecidas porque são consideradas legítimas devido à sua fonte e àquele que a emite. Se a ordem é dada por alguém que está numa posição oficial aceita, se é vista como estando concorde com a tradição, com as leis estabelecidas e com a constituição, se o governante ganhou sua posição através de processo estabelecido, então o governado sentirá uma obrigação de obedecer bem maior do que no caso em que essas condições não estivessem presentes. Mais raramente, em situações revolucionárias, a legitimidade pode derivar não da tradição, mas do “povo” ou da “revolução”. Existem ainda outras fontes de legitimidade.

d) *A conformidade das ordens com as normas aceitas.* A quarta fonte dos sentimentos de obrigação moral de obedecer aos governantes reside na conformidade de suas ordens com as normas de conduta aceitas. As pessoas obedecem então porque o comportamento ordenado pelo governante é aquilo que crêem ser o correto em qualquer situação, como não roubar ou não matar.

4. O interesse próprio. Organizações e instituições não-políticas, comerciais, educacionais, científicas e outras semelhantes — freqüentes vezes conseguem a cooperação desejada dos

indivíduos mediante a oferta de incentivos, como dinheiro, posição e prestígio. De forma semelhante, os incentivos também podem ser importantes em instituições políticas, incluindo o Estado, à medida que incentivam à obediência, cooperação e colaboração ativa dos governados. Pessoas que não gostam de um governante poderão contudo continuar não apenas a obedecer passivamente, mas até mesmo a servirativamente naquilo que consideram ser positivamente de seu interesse.

Pode-se designar o interesse próprio com os seguintes termos: *prestígio; relativa posição de poder, lucro financeiro direto ou indireto*. Essas recompensas ajudam de forma especial o governante a conseguir os serviços da minoria, os quais ele usará para governar e controlar a maioria.

Enquanto as recompensas econômicas diretas em geral têm-se limitado a número relativamente pequeno de pessoas, o interesse econômico pessoal pode ser em certas sociedades um motivo cada vez mais importante de obediência para uma percentagem mais ampla da população. Com a multiplicação dos empregos do governo e dos controles sobre a economia, mais pessoas descobrem que para seu próprio interesse é melhor permanecerem leais, obedientes e prestativos. Também os padrões mais elevados de vida e as vantagens materiais sempre crescentes nos países altamente industrializados podem encorajar a obediência política e a colaboração positiva ao sistema e ao regime.

5. Identificação psicológica com o governante. Os súditos também podem cooperar porque sentem uma íntima identificação emocional com o governante ou com o regime ou sistema.

6. Zonas de indiferença. Embora os súditos não obedeçam a todas as leis com igual integridade ou entusiasmo, não se segue que aquelas que não despertem obediência entusiástica sejam precariamente obedecidas na ausência de ameaças de sanções. Isso porque “há uma margem de indiferença e uma margem de tolerância”²⁴, uma “zona de indiferença dentro da qual cada indivíduo aceitará ordens sem questionar conscientemente sua autoridade...”²⁵.

7. Ausência de autoconfiança entre os súditos. Muitas pessoas não têm suficiente confiança em si mesmas, em seus julgamentos e em sua capacidade de desobedecer e resistir. Os sú-

ditos podem estar desiludidos, exaustos, apáticos, ou dominados pela inércia, ou estar sendo incapazes de avaliar quando devem obedecer e quando desobedecer. Eles também podem duvidar de seu direito e capacidade de tomar tal decisão. A falta de autoconfiança também pode ser influenciada pela crença de que o grupo governante é mais qualificado para tomar decisões e para executá-las do que os súditos. Até mesmo onde os cidadãos desejam alterar a ordem estabelecida, permanecem submissos porque sentem falta de confiança em sua capacidade de agir com eficácia.

B. Como o governante conquista seus funcionários e agentes

Todo governante usa a obediência e cooperação que recebe de *parte* da sociedade para governar o *todo*. Ele é auxiliado por um “verdadeiro exército de serviços”²⁶, uma organização graduada complexa de subordinados, funcionários e agentes que ajudam a sujeitar a sociedade como um todo a seu domínio. Isso requer e produz um sistema hierárquico. Por causa do papel-chave dessa parte da população, exige-se uma breve atenção especial a seus motivos de obediência e cooperação. Como ocorre com a população em geral, esses motivos são vários e múltiplos: hábito, receio de sanções, obrigação moral, interesse próprio, identificação com o governante, indiferença dentro de espaços muito amplos à determinada política, e insuficiente autoconfiança para recusar. Embora a discussão anterior desses motivos também se aplique aqui, parece que para esse grupo um determinado motivo pode ter maior ou menor importância do que entre a população geral. Sentimentos de obrigação moral de obedecer e prestar ajuda podem ser especialmente importantes. Como já notamos, o interesse próprio pode desempenhar um papel desproporcionalmente grande. O receio de sanções é provavelmente menos importante entre os funcionários e agentes do que entre a população em geral. (Uma exceção poderiam ser os soldados que são recrutados para o exército contra sua vontade e enfrentam severas restrições caso se revoltem). Contudo, geralmente as sanções violentas não são decisivas na ob-

tenção da colaboração especial dos funcionários e agentes; predominam outros motivos.

C. A obediência não é inevitável

A obediência a uma ordem do governante, embora seja o mais comum, não é inevitável. Ela sempre varia em grau de acordo com o indivíduo em questão e com a situação social e política. A obediência nunca é praticada universalmente por toda a população. Muitas pessoas às vezes desobedecem à lei. Algumas pessoas o fazem freqüentemente. O grau de aquiescência geral varia muito. O governante, por mais forte que seja, não recebe mais do que a obediência rotineira da maioria dos governados. Casos de desobediência em massa, resistência e não-cooperação que receberam publicidade são simplesmente evidências dramáticas mais extensas dessa verdade geral. São demonstrações de que o exercício do poder político é na verdade um caso de interação.

Em geral as pessoas são obedientes à lei, exceto quando “desarraigadas por eventos catastróficos ou por convulsões sociais”²⁷. Em qualquer questão dentro de uma determinada sociedade, existem limites dentro dos quais um governante deve permanecer, caso queira que suas determinações sejam obedecidas. Esses limites estão sujeitos à mudança através da história dessa sociedade. À medida que a lei e a política geral do governante correspondem às necessidades de uma sociedade e ao sentimento geral daquilo que é desejável e tolerável, a obediência será generalizada. Mas, como observou Rudlin, “só se pode impor a obediência, enquanto a maioria das pessoas estiver de alguma forma de acordo com a lei. Não faltam exemplos de oposição, e oposição bem-sucedida, à decisão de governos”²⁸.

O PAPEL DO CONSENTIMENTO

À luz da discussão anterior, é razoável considerar a obediência política, da qual em última instância depende o poder do governante, como consequência de uma combinação de receio de sanções e livre consentimento — sendo que esse último surge ou de uma aceitação mais ou menos não-racional dos padrões e usos de uma sociedade, ou de uma consideração mais ou menos racional dos méritos do regime e das razões para obedecer-lhe. Isso é compatível com as discussões feitas por vários teóricos que descrevem a obediência como tendo sua origem numa mistura de “coerção” e “consentimento”. É óbvio que *apenas* as sanções não produzem o grau, amplitude e constância necessários à obediência. Contudo, se *outras* razões para obedecer estiverem presentes, um aumento de sanções pode aumentar a aquiescência. Mas permanece o fato de que as sanções nem *sempre* produzem uma maior obediência. Isso pode ser porque, para fazer obedecer, as sanções também devem operar através do ato volitivo ou vontade do sujeito.

Admitamos primeiro que exista um sentido válido em que a obediência *não é voluntária*, em que o indivíduo é vítima mais ou menos indefesa de vastas forças sociais e políticas que atuam sobre ele — determinando mesmo suas crenças, seus padrões morais, suas atitudes frente aos eventos sociais e políticos, e consequentemente sua obediência ao Estado. Se essas forças são insuficientes para fazer obedecer, há sempre o poder repressor do Estado, que ele aprendeu a temer. Essa combinação de pressões, controles e repressão é, na maioria das vezes, vista como uma razão concludente para a opinião de que a obediência deriva mais ou menos automaticamente da emissão de ordens.

Contudo, como vimos, o controle do poder político envolve interação social, e a obediência de forma nenhuma é tão uniforme ou universal como essa visão determinista de obediência nos levaria a esperar que fosse. O motivo dessa inconsistência pode ser simples: a opinião de que a obediência política é constante, que está determinada por essas forças sociais e políticas

(ou, se tudo o mais fracassar, pelo menos será produzida mediante sanções) é falaciosa.

A. A obediência é essencialmente voluntária

Ao rever as razões para obedecer, descobrimos que, embora sejam altamente influenciadas por várias forças sociais, cada razão deve operar através da vontade ou da opinião de cada sujeito individualmente para ser efetiva. Caso deva obedecer, ele precisa aceitar uma combinação de razões em voga como sendo de fato convincentes para a obediência. Pelo fato de que as sanções não produzem obediência automaticamente, a avaliação das razões para obedecer por parte do súdito incluirá até mesmo sanções. A vontade ou opinião do indivíduo não é constante e pode variar em resposta a novas influências, eventos e forças. Em graus variados a própria vontade do indivíduo pode então desempenhar um papel ativo na situação. Existe assim um sentido importante em que a obediência é essencialmente o resultado de uma ação da vontade.

Mesmo no caso de obediência por hábito, o sujeito aceita a opinião de que é melhor continuar a obedecer sem tentar examinar conscientemente o porquê de seu agir assim. Sentimentos de obrigação moral, identificação psicológica com o governante e a aceitação de uma "zona de indiferença", tudo isso envolve uma aceitação basicamente voluntária das ordens do governante. O papel do interesse próprio em provocar obediência pode variar, dependendo da importância relativa que lhe é dada (mais ou menos conscientemente) pelo súdito, no contexto de uma variedade de outras atitudes. Em certas situações, o súdito pode até mesmo concluir que é de seu próprio interesse desobedecer a um regime — especialmente se prevê seu colapso. O grau de sua falta de autoconfiança também varia e pode ser influenciado por mudanças nas atitudes de outras pessoas.

Mesmo no caso de sanções, existe uma função para o ato de vontade, para a escolha. A sanção pode ser *temida* e suas consequências serem vistas como mais indesejáveis do que as consequências da obediência. Isso não é negar que há sempre

“uma margem de obediência que só é conquistada pelo uso ou ameaça de força”²⁹. Até mesmo Gandhi admitia que “o consentimento freqüentes vezes é obtido pelo tirano mediante a força”³⁰. Dizer que há uma função para a vontade ou escolha, mesmo no caso de sanções, é dizer que se pode escolher a obediência, evitando assim as sanções implicadas na desobediência. Ou se pode escolher a desobediência e se arriscar a receber as sanções previstas.

Aqui se deve fazer uma distinção entre obediência e coerção mediante violência física direta. Austin afirmou que se um homem, por exemplo, recebe a ordem de prisão e se recusa a ir, sendo fisicamente arrastado para lá (isto é, se ele é forçado mediante violência física direta) não se pode dizer que está obedecendo. Mas se ele *se encaminha para a prisão sob uma ordem apoiada na ameaça de alguma sanção*, então de fato está obedecendo e dando seu consentimento ao ato, embora não aprove a ordem³¹. Assim, a obediência só existe quando alguém *cordou com a ordem ou se submeteu a ela*.

A coerção física que afeta apenas o corpo não obtém, portanto, a *obediência*. Somente certos tipos de objetivos podem ser conseguidos pela coerção física direta contra pessoas desobedientes — como seu deslocamento físico, sua imobilização física, o confisco de seu dinheiro ou propriedade. Até mesmo para conseguir esses objetivos restritos, diante de um número cada vez maior de pessoas desobedientes, seria necessário um grande número de agentes de repressão capazes de forçar ou compelir cada uma delas fisicamente. A maior parte dos objetivos das determinações e, certamente, a cooperação ativa, não podem ser alcançados nem mesmo por uma contínua violência física direta às pessoas — seja a ordem cavar uma trincheira, obedecer a sinais de trânsito, trabalhar numa fábrica, fornecer informação técnica ou aprisionar os adversários políticos. A esmagadora percentagem de ordens do governante e seus objetivos só podem ser realizados induzindo a pessoa a estar *pronta* a executá-los por alguma razão. O castigo daquele que desobe-dece a uma ordem não realiza o objetivo almejado (por exemplo, a trincheira continua por ser feita, mesmo que os homens que se recusaram a abri-la hajam sido mortos).

A ameaça de coerção física ou de sanções produz obediência e consentimento apenas quando a ameaça afeta a mente e as emoções da pessoa — em outras palavras, quando a pessoa teme as sanções e não se dispõe a aturá-las. *Sempre é possível a escolha entre obedecer e desobedecer. Não são as sanções em si mesmas que fazem obedecer, mas o receio delas.* Sem dúvida, é quase axiomático que a maior parte das pessoas na maioria das situações não está disposta a sofrer as punições pela desobediência. Mesmo quando é grande seu desagrado frente ao status quo, haverá hesitação. Gandhi, por exemplo, à base de seus esforços para promover uma desobediência em larga escala e uma aceitação voluntária das sanções impostas, observou que os sentimentos devem ser muito intensos para tornar possível a aceitação desse sacrifício. Contudo, a desobediência às vezes ocorre apesar das sanções.

Se, então, a escolha e vontade estão presentes, mesmo onde a obediência é em grande parte causada por sanções — onde menos se poderia esperar um ato de vontade — logo, a obediência dos súditos em geral pode ser considerada como voluntária e fruto de consentimento. Isso porque em geral as pessoas obedecem por outros motivos que não pela ameaça de sanções. É razoável concluir com Austin que as pessoas obedientes *querem* a obediência que tributam, que obedecem por algum motivo, que consentem em obedecer. *Sua obediência é, portanto, essencialmente voluntária.* Essa é uma das características significativas de governo.

As conclusões da discussão feita até aqui podem ser expostas sucintamente. O poder de um governante depende da disponibilidade de suas várias fontes. Essa disponibilidade está determinada pelo grau de obediência e cooperação prestadas por seus súditos. Contudo, essa obediência e cooperação não são inevitáveis e, apesar da persuasão, pressões, e mesmo sanções, a obediência continua sendo essencialmente voluntária. Portanto, *todo governo se baseia no consentimento.*

A corroboração dessa posição provém de pensadores políticos e atores bastante diversos; até mesmo de Adolf Hitler: “Pois, a longo prazo, os sistemas de governo não se mantêm

pela pressão da força, mas sim pela fé na igualdade e confiança com que representam e promovem os interesses do povo”³².

Dizer que todo governo depende do consentimento do povo não significa, sem dúvida, que os súditos de todos os governantes *preferem* a ordem estabelecida a qualquer outra que pudesse ser criada. Eles *podem* consentir porque aprovam positivamente — mas também podem consentir porque não estão dispostos a pagar o preço da recusa de seu consentimento. A recusa exige autoconfiança e motivação para resistir e pode implicar um considerável transtorno e desagregação social, para não mencionar o sofrimento.

O grau de liberdade ou tirania de qualquer governo é — como consequência — em grande medida, um reflexo da determinação relativa dos súditos de serem livres assim como de sua disposição e capacidade de resistirem às tentativas de escravizá-los.

Três dos mais importantes fatores, que determinam em que medida o poder de um governante será controlado ou não, são: 1) o relativo desejo da população de controlar seu poder; 2) a relativa força de instituições e organizações independentes, formadas pelos súditos; 3) a relativa capacidade das pessoas de retirar seu consentimento e colaboração.

Portanto, em sentido último, a liberdade não é algo que o governante “dá” a seus súditos. Nem a longo prazo as estruturas e procedimentos institucionais formais do governo, tais quais prescritos pela constituição, determinam por si mesmos o grau de liberdade ou os limites do poder do governante. Uma sociedade de fato pode ser mais livre do que esses aparatos formais poderiam indicar. Ao contrário, a medida e intensidade do poder do governante serão indicadas pela força dos súditos e pela situação da sociedade como um todo³³. Esses limites, por sua vez, podem ser expandidos ou contraídos pela interação entre os atos do governante e os dos governados.

As conclusões políticas que se devem deduzir dessa visão do poder de todos os governantes são simples, mas são de importância fundamental para estabelecer o controle sobre os ditadores e encontrar um substitutivo para a guerra. Errol E. Harris formulou-as resumidamente. Ele argumenta que o poder polí-

tico “nunca pode ser exercido sem o consentimento do povo — sem a cooperação direta de um grande número de pessoas e sem a cooperação indireta de toda a comunidade”. Portanto, só floresce a tirania “ali onde o povo por ignorância, ou por desorganização, ou por real conivência e cumplicidade, apóia e estimula o tirano e o conserva no poder, permitindo que as pessoas sejam instrumentos de sua coerção”³⁴.

B. O consentimento pode ser retirado

Vimos que a obediência do governado é consequência da mútua influência de várias causas operando através de sua vontade. Essas causas de obediência, contudo, não são constantes. As razões para a obediência são variáveis e podem ser fortalecidas ou enfraquecidas. Por exemplo, o grau de autoridade de um governante varia. Outras razões para a desobediência podem aumentar ou diminuir. Condições e enfoques, o estado de conhecimento dos súditos, suas atitudes e emoções — tudo isso pode mudar. Isso pode alterar a disposição dos súditos de se submeter ou resistir. Até mesmo o receio de sanções não é constante. Esse receio pode nascer de um rigor cada vez maior ou de uma insegurança pessoal. Ou pode diminuir, por causa da diminuição do rigor ou pela maior disposição de aceitar sanções por causa de objetivos maiores. A disposição das pessoas de se submeter a uma política determinada ou a todo um regime também pode ser alterada por causa de novas crenças (ou novas concepções quanto às antigas) e por causa das mudanças de visão a respeito do sistema estabelecido. Como resultado de todas essas possíveis variações, é instável o necessário consentimento dos súditos. Ele é sempre caracterizado por variações pequenas; às vezes pode ser caracterizado por mudanças maiores.

Portanto, a obediência varia. Por exemplo, o declínio da autoridade do governante pode minar a disposição de obedecer por parte dos súditos e também enfraquecer sua cooperação voluntária. Quando uma ou mais razões para a obediência perdem força, o governante poderá buscar compensação pela perda mediante tentativas em fortalecer outras razões para a obediência, tais como determinando sanções mais duras e mais freqüen-

tes, ou aumentando recompensas pelo serviço leal. Se esses esforços não derem resultado, o declínio constante dos fundamentos para a obediência pode conduzir à desintegração desse regime em questão.

A mudança nas vontades dos súditos poderá levar à retirada de seu serviço, cooperação, submissão e obediência para com o governante. Essa retirada pode ocorrer tanto entre os governados comuns, quanto entre os agentes administradores do governante. Há abundante evidência histórica de que as mudanças nas opiniões dos súditos e agentes levaram a uma obediência e cooperação reduzidas com o governante estabelecido e, por sua vez, ao enfraquecimento do regime.

As atitudes e crenças dos agentes do governo são especialmente importantes aqui. Desfazendo a opinião da classe, que dá sustentação ao governante, de que é de seu interesse apoiá-lo — acentuou Godwin — “a construção que é edificada sobre ela cai por terra”. De modo semelhante, argumentava ele, qualquer exército, nacional ou estrangeiro, que é usado para manter o povo sob dominação, pode ser influenciado pelas opiniões e sentimentos das pessoas como um todo. O exército, então, começará a deixar de dar ao governante a colaboração na repressão contra o povo, assim como a população em geral poderá retirar sua colaboração³⁵.

Gandhi, que experimentou amplamente as potencialidades políticas da desobediência, enfatizou a importância de uma mudança da vontade como pré-requisito para uma mudança nos modelos da obediência e cooperação. Ele argumentava que há necessidade de: 1) uma mudança psicológica da submissão passiva para o respeito próprio e a coragem; 2) reconhecimento pela pessoa de que sua colaboração torna possível o regime; 3) surgimento de uma determinação de retirar a cooperação e a obediência. Gandhi sentia que essas mudanças poderiam ser conscientemente influenciadas e se propôs deliberadamente a fazê-lo.

Mudanças nas atitudes dos trabalhadores de fábricas ou dos cidadãos na política, por exemplo, que resultam numa negação da obediência e cooperação, podem criar extremas dificuldades ao sistema. Este pode se desintegrar ou paralisar. As

vezes isso pode ocorrer mesmo quando os próprios agentes do governante continuam a prestar-lhe obediência leal. As inúmeras dificuldades de manter o funcionamento normal de qualquer unidade política quando seus elementos estão inclinados a uma atitude de oposição e a atos de obstrução, são suficientes para dar a qualquer governante o que pensar. Homens ávidos de poder, que reivindicam ser governantes, sem a obediência, cooperação, colaboração e submissão dos súditos e agentes, seriam “governantes” sem súditos e portanto apenas “objetos de riso”³⁶.

Se o poder de um governante precisa ser controlado mediante a retirada do apoio e obediência, a não-cooperação e a desobediência devem ser generalizadas e devem ser mantidas em face da repressão destinada a forçar uma volta à submissão. Contudo, uma vez que tenha ocorrido uma grande redução ou mesmo o fim do receio dos súditos e uma vez que haja disposição de sofrer sanções como preço pela mudança, tornam-se possíveis a desobediência em larga escala e a não-cooperação. Essa ação torna-se então politicamente significativa, e a vontade do governante é frustrada em proporção ao número de súditos desobedientes e ao grau de sua dependência deles. A resposta ao problema do poder sem controle pode, portanto, residir na aprendizagem de como conseguir e preservar essa retirada, apesar da repressão.

RUMO A UMA TEORIA DO CONTROLE NÃO-VIOLENTO DO PODER POLÍTICO

Muitas pessoas podem admitir facilmente que a não-cooperação e a desobediência possam criar problemas menores e temporários para os governantes, mas negam que possam dar em algo mais. Se esses fossem os limites do impacto da não-cooperação e desobediência, então, para controlar o poder dos governos, dever-se-ia confiar em alguma outra coisa. Realmente, diversos teóricos políticos apontaram para meios muito diferen-

tes de controle sobre os poderes do governante, e suas teorias tiveram grande aceitação.

A. Controles tradicionais

Falando em termos gerais, os controles tradicionais se enquadram em três categorias: auto-restrição por parte dos próprios governantes; dispositivos institucionais destinados a limitar o exercício do poder; emprego de poder superior do mesmo tipo, como em revolução violenta ou guerra.

1. Auto-restrição. A auto-restrição tem sido, desde há muito, uma importante influência restritiva ou limitadora sobre os governantes: o governante voluntariamente aceita alguns limites no âmbito de seu poder e nos meios que usaria para exercê-lo e não se disporia a ir além desses limites, por causa da crença de que, caso o fizesse, violaria padrões morais e outros, aceitos tanto pelo governante, quanto pela sociedade. Essa auto-restrição tem ocorrido tanto sozinha, quanto em combinação com outros controles, especialmente através de certos dispositivos institucionais.

2. Dispositivos institucionais. Implicam o estabelecimento de processos de escolha daquele que detém o poder, a delimitação da política governamental e a regulamentação das ações governamentais. Os dispositivos institucionais e constitucionais das democracias liberais têm sido as primeiras contribuições para esse tipo de controle. Tais sistemas se baseiam na suposição de que, em última análise, o governo eleito está disposto a aceitar tais restrições em seu poder, e que poderosas forças internas não dificultam seriamente nem destroem o funcionamento normal do sistema.

3. O emprego de meios superiores de violência. Onde fracassaram todos os outros meios de assegurar a influência e controle sobre um governante político, a solução tradicional tem sido ameaçar ou usar violência superior contra suas forças. A violência para essa finalidade tem assumido formas diversas, incluindo insurreição, assassinato, revolução violenta, guerrilha, golpe de Estado, guerra civil e guerra internacional.

Muitas vezes se admitiu a necessidade de outros meios de controle além desses três. Jouvenel, por exemplo, falou da dificuldade de encontrar “algum método prático” para controlar o poder³⁷, e Jacques Maritain apresentou o “problema dos meios através dos quais se pode supervisionar ou controlar o Estado”³⁸.

Não se trata de uma tarefa fácil, pois uma técnica alternativa para controlar o poder político deveria ser capaz de lidar com situações extremas, bem como com aquelas de pouca monta. O restante deste capítulo, portanto, examina brevemente uma pequena parte da evidência a partir da teoria e prática existentes, indicadoras de que a negação da cooperação, obediência e submissão podem ameaçar a posição e o poder do governante.

B. Teóricos da negação de apoio

Vários teóricos políticos também argumentaram que a negação de obediência, cooperação e submissão por parte dos súditos, se mantida, produziria uma crise para o governante, ameaçando a própria existência do regime. Entre esses estão La Boétie, Maquiavel e Austin. É impressionante a semelhança de suas opiniões com a conclusão a que chegamos até este ponto de nossa análise.

La Boétie — o menos conhecido desses teóricos — argumentava que a recusa de apoio ao tirano estanca as fontes de seu poder, e a recusa prolongada faz com que os tiranos entrem em colapso sem precisar de violência contra eles: “... se não recebem nada, se não são obedecidos, sem combater, sem desfechar um golpe, ficam vazios e desfeitos, e não fazem nada mais; assim como o galho murcha e seca quando a raiz não tem terra nem alimento”. La Boétie afirmava que as pessoas podem livrar-se de um tirano despojando-se do servilismo: “...não o apóie simplesmente, e ve-lo-á, como um grande colosso cuja base foi roubada, afundar-se no chão por seu próprio peso e despedaçar-se”³⁹. As teorias de La Boétie — que se acredita terem sido escritas quando tinha dezoito anos — exerceram

grande influência sobre Thoreau e Tolstoi⁴⁰. Através de Tolstoi, essas teorias também influenciaram Gandhi, que viu nelas uma confirmação da teoria do poder, a qual já tinha percebido, e o potencial político que já tinha começado a explorar⁴¹.

Alguns anos antes de La Boétie, Maquiavel também apontou para os perigos que a desobediência (tanto por parte de seus agentes, quanto dos cidadãos comuns) representava para um príncipe, especialmente nos tempos de transição de uma ordem civil de governo para uma ordem absoluta. O príncipe deve então depender da boa vontade incerta de seus agentes (magistrados), que podem se recusar a apoiá-lo, ou de seus súditos, que podem não ser “unâimes em obedecer-lhe dentro dessas confusões”. Maquiavel argumentava que o príncipe “... que tem todo um povo como seu inimigo nunca pode sentir-se seguro; e quanto maior for sua crueldade, tanto mais fraco se torna seu regime”⁴².

É quase axiomático que, em face de tal não-cooperação e desobediência de quase toda a população, o governante irá aplicar sanções severas através daqueles agentes que lhe permaneceram fiéis. A repressão dos súditos nessas situações pode forçar uma volta à submissão. No entanto, não irá necessariamente afastar o perigo para sua posição e poder. Como vimos, os súditos desobedientes ainda podem recusar submeter-se e estar dispostos a sofrer a repressão, continuando sua resistência para conquistar algum objetivo maior. Os súditos podem então vencer, porque, como argumentava Tocqueville, “um governo que não tenha outros meios de exigir obediência a não ser a guerra aberta, deve estar muito próximo de sua ruína...”⁴³.

Austin tinha uma convicção semelhante:

Pois se a grande maioria da comunidade estivesse plenamente determinada a destruí-lo (o governo), enfrentar corajosamente e suportar os males pelos quais deverá passar para conseguir seu objetivo, o poder do próprio governante, juntamente com o poder da minoria ligada a ele, dificilmente seria suficiente para preservá-lo, ou mesmo retardar sua derrubada. E mesmo que fosse auxiliado por governos estrangeiros, e portanto fosse mais do que uma

luta contra o povo descontente e revoltado, dificilmente poderia reduzi-lo à sujeição, ou obrigá-lo à obediência permanente, caso o povo o odiasse mortalmente e estivesse preparado para resistir-lhe até à morte⁴⁴.

“É mais fácil conquistar do que governar”, observava Rousseau⁴⁵.

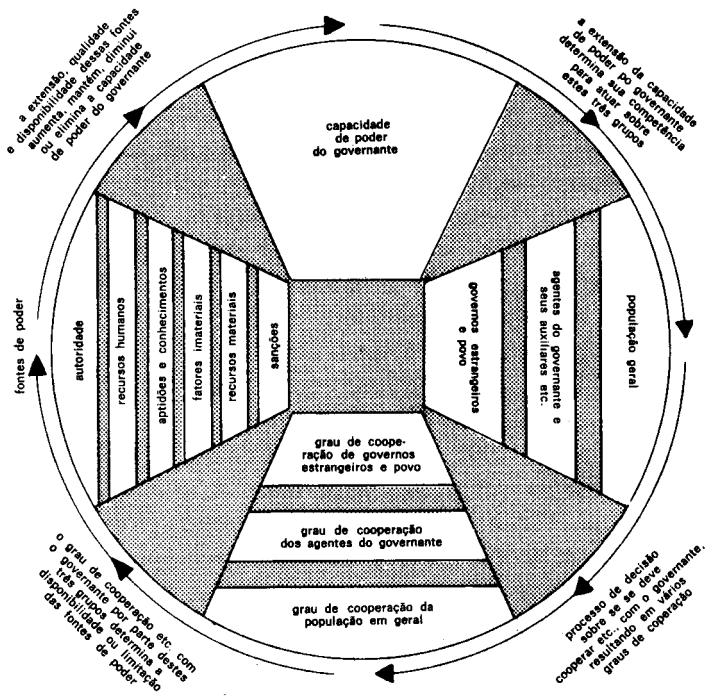
C. Indícios de impacto político da não-cooperação

Há considerável evidência histórica de que essas posições teóricas são válidas e que, pelo menos em certas circunstâncias, a não-cooperação pode ser efetiva no controle de governos e de outros organismos que exercem o poder político. Exploraremos alguns exemplos que mostram em diversas situações a dependência do governante titular com relação à sua burocracia e daí com relação à massa da população em geral.

1. Obstrução burocrática. Apresentam-se três casos para mostrar a dependência que os detentores do poder têm de sua burocracia. O primeiro envolve a retirada da cooperação numa situação política de alto grau de suporte para o governante (a presidência norte-americana). O segundo é um caso intermediário, com empregados civis atuando numa atmosfera de reserva e hostilidade (Rússia de 1921-22). No terceiro caso há um alto grau de resistência aberta (a burocracia alemã contra o Kapp Putsch).

Os Estados Unidos. Richard Neustadt documentou as reais limitações no poder do presidente norte-americano, especialmente aquelas impostas por seus próprios auxiliares, burocracia e Ministério. Após examinar vários casos nas administrações dos presidentes Truman e Eisenhower, Neustadt conclui: “As mesmas condições que promovem sua liderança na aparência impedem uma garantia da liderança de fato”. O presidente tem um “problema de poder”: “esse é o clássico problema de um homem que se acha no ápice de qualquer sistema político: como estar no ápice de fato, bem como de direito”⁴⁶. Ele se acha

PODER



MAPA UM

ESTE É UM PROCESSO CONTÍNUO QUE AUMENTA E DIMINUI A CAPACIDADE DE PODER DO GOVERNANTE. ESSE PROCESSO SÓ TERMINA QUANDO ESSE PODER SE DESINTEGRA.

colocado diante de todos os tipos de limitações e contrapressões. Isso provém até mesmo de seus oficiais executivos, incluindo os auxiliares da Casa Branca e os membros do Ministério.

As pressões que limitam o poder efetivo do presidente se estendem, sem dúvida, muito além da área executiva e incluem as atitudes e ações dos cidadãos comuns, uma variedade de públicos, uma vasta rede de instituições, organizações políticas, funcionários públicos, personalidades e até mesmo governos estrangeiros. Mesmo as ordens explícitas nem sempre são executadas, e ordem não é uma forma de persuasão para o dia-a-dia.

No verão de 1952, antes do calor da campanha, o presidente Truman imaginava os problemas de um general-feito-presidente, caso Eisenhower ganhasse a eleição: “Ele se sentará aqui (e batia na sua cadeira para enfatizar) e dirá: ‘Faça isso! Faça aquilo!’ *E nada acontecerá*. Pobre Ike — não será nada parecido com o exército. Ele vai achar isso muito frustrante!”

Já nos idos de 1958 o presidente Eisenhower ainda se sentia “chocantemente surpreso” pelo fato de que as ordens não eram cumpridas e que a colaboração de outros tinha de ser deliberadamente cultivada para produzir “poder efetivo”⁴⁷.

A União Soviética. Em março de 1922, no XI Congresso do Partido Comunista Russo, Lenin afirmava, em termos bastante claros, que “a lição política” de 1921 tinha sido a de que o controle das sedes de poder não significava necessariamente o controle da burocracia. Em Moscou havia 4.700 comunistas engajados e a “enorme máquina burocrática, esse enorme edifício” do governo russo. Mas, disse Lenin, “devemos perguntar: quem está dirigindo quem?” Os comunistas estavam dirigindo? Não, disse Lenin. “Para dizer a verdade, eles não estão dirigindo, mas estão sendo dirigidos. (...) Eles distribuem ordens a torto e a direito, mas o resultado é inteiramente diferente daquilo que desejam”⁴⁸.

Alemanha. O golpe de estado (*Putsch*) chefiado pelo militar-monarquista W. Kapp, em 1920, contra a nova República Alemã de Weimar frustrou-se. Conforme o eminentíssimo historiador alemão Erich Eyck, a vitória da República contra essa tentativa de golpe, foi ganha principalmente pela “greve geral dos trabalhadores e pela recusa dos mais destacados empregados civis

em colaborar com seus chefes rebeldes”⁴⁹. Aqui será dada especial atenção à recusa de colaboração pelos empregados civis e por outros grupos-chave. Uma ulterior descrição será fornecida no capítulo seguinte.

No começo do *Putsch*, o governo legal de Ebert declarou que os cidadãos alemães permaneciam na obrigação de ser leais e obedecer unicamente a ele. A resistência, que se segue, dos empregados civis assumiu uma variedade de formas. Os administradores do Reichbank recusaram um pedido de dez milhões de marcos, feito por Kapp, porque estava faltando uma assinatura oficial autorizada.

Incapazes de conseguir a cooperação de homens qualificados para formar um ministério de pessoas competentes, os kappistas pediram ao público que tivesse paciência com um governo de homens inexperientes. Alguns postos ministeriais nunca foram preenchidos. Muitos funcionários públicos que já estavam nos gabinetes do governo se recusaram a ajudar o regime de Kapp.

Até mesmo os empregados civis mais insignificantes não foram muito serviçais para aqueles que galgaram o pináculo do poder: como resultado, designaram-se desesperadamente homens incompetentes para postos menores, mas mesmo assim importantes, como direção do gabinete de imprensa; isso enfraqueceu o regime de Kapp. Até mesmo a não-cooperação de escriturários e datilógrafos se fez sentir. No fim, até mesmo a Polícia de Segurança se voltou contra Kapp, exigindo sua renúncia⁵⁰.

O impacto dessa não-cooperação, combinado com uma poderosa greve geral, foi considerável. O especialista em história de golpes de Estado e também historiador do *Putsch* de W. Kapp, tenente-coronel D. J. Goodspeed, escreve: “Nenhum governo pode funcionar por muito tempo sem um mínimo necessário de apoio e cooperação popular”⁵¹.

2. A não-cooperação popular. A necessidade da cooperação popular e o perigo para o regime quando está ausente são sugeridos por dois casos: o povo indiano sob a dominação britânica em 1930 e os soviéticos sob os alemães, em 1941-45. Em ambos os casos citaremos as experiências dos oficiais de ocupação.

Índia. A experiência de Jawaharlal Nehru com a não-cooperação, na luta indiana pela independência, levou-o a concluir: “Nada é mais irritante e, em última análise, mais pernicioso a um governante do que ter de lidar com um povo que não se curva à sua vontade, quaisquer que sejam suas consequências”⁵². Gandhi escreveu: “Se formos fortes, os britânicos vão se tornar impotentes”⁵³.

O governo britânico parece ter concordado com Nehru e Gandhi. Os oficiais britânicos viram a não-cooperação em larga escala e a desobediência civil como uma ameaça e reconheceram o grande potencial da luta não-violenta para o controle do poder político. Dirigindo-se a ambas as Casas da Assembléia Legislativa Indiana em 9 de julho de 1930, durante o movimento de não-cooperação e de desobediência civil de 1903-31 pela independência (*o Swaraj satyagraha*), o vice-rei britânico, Lord Irwin (que mais tarde se tornou Lord Halifax), rejeitou o parecer de que essa era uma “forma perfeitamente legítima de agitação política”.

Na minha opinião e na de meu governo, essa é uma tentativa deliberada de pressionar a autoridade estabelecida mediante uma ação de massa, e por esse motivo, assim como por causa de seus desdobramentos naturais e inevitáveis, deve ser considerada como inconstitucional e perigosamente subversiva. A ação de massa, mesmo que aqueles que a promovem tenham a intenção de que seja não-violenta, não é outra coisa senão a aplicação de força sob outra forma e, quando tiver como objetivo declarado tornar impossível um governo, esse governo é obrigado ou a resistir ou a abdicar. O presente movimento é exatamente análogo a uma greve geral num país industrial, que tem como finalidade a coerção do governo mediante pressão de massa em oposição a argumentos, e o governo britânico ultimamente achou necessário mobilizar todos os seus dispositivos para lhe opor resistência.

Mas na Índia os não-cooperadores foram ainda mais longe: a Comissão de Trabalho Pró-Índia do Congresso Nacional indiano “insidiosamente” tentou minar a fidelidade da polícia e

das tropas do governo. “Como resultado, continuava o vice-rei, o governo não teve ‘outra opção’ a não ser proclamar ilegal esse organismo”. A Índia precisava ser protegida desses “princípios fundamentalmente tão destrutivos...”⁵⁴

A União Soviética. As condições e eventos do período de ocupação alemã de grandes regiões da União Soviética durante a Segunda Guerra Mundial diferiam enormemente daquelas que prevaleceram na Índia durante a ocupação britânica. Contudo, as experiências alemãs também levaram certos funcionários da representação nazista e oficiais do exército a considerar que a cooperação e obediência da população desses territórios era necessária para manter o regime de ocupação.

De acordo com sua ideologia e política racial (especialmente a de substituir a população local por alemães), durante muito tempo os nazistas nem mesmo procuraram a cooperação dos *Untermenschen* (subumanos) orientais. Esse caso representa, portanto, uma ausência de cooperação pela população das áreas ocupadas, em vez de uma recusa deliberada de cooperação quando buscada. Essa situação nem sempre é clara, pois muitos fatores influenciaram o curso da ocupação. Às vezes é difícil isolar o papel da ausência de cooperação nos territórios ocupados por causa da guerra e das atividades de guerrilha nesses territórios. Contudo, apesar da ideologia, da política nazista e da guerra, alguns oficiais e funcionários alemães concluíram muito significativamente que era preciso haver a cooperação dos súditos.

Em seu estudo sobre a ocupação, Alexandre Dallin consegue citar muitos exemplos de funcionários e oficiais do exército que chegaram a perceber a necessidade dessa cooperação. Por exemplo, Kube, o *Reichskommissar* em Bielo-Rússia, aos poucos e com relutância concluiu que pelo menos o apoio passivo da população era necessário. Em 1942 ele se convenceu, conforme relata Dallin, “de que as forças alemãs não poderiam exercer um controle efetivo sem cativar a população”. Dallin cita também uma afirmação feita por comandantes militares alemães na União Soviética em dezembro de 1942: “A seriedade da situação claramente torna a cooperação positiva da população um imperativo”. O general Harteneck escrevia em

maio de 1943: “Podemos controlar a vasta extensão russa que conquistamos, somente com o apoio dos russos e ucranianos que vivem nela, nunca contra sua vontade”.

Revendo a história da ocupação da União Soviética, Dallin escreve:

Enquanto o chicote continuava a ser o atributo bastante universal do domínio alemão, pouco a pouco amadurecia uma idéia elementar: a cooperação ativa do povo era necessária para a máxima segurança e ótima performance. Um imperativo pragmático, percebido primariamente no campo, ditava um abandono da prática, quando não também da teoria do colonialismo de estilo nazista⁵⁵.

Esse abandono é tanto mais significativo por ser diametralmente oposto à posição ideológica nazista, que chamava os europeus orientais de subumanos, e oposto aos planos iniciais de exterminar a população original das principais áreas a fim de obter um território vazio para a colonização. *Lebensraum* (espaço vital) para o *Volk* (população racial) alemão.

D. Rumo a uma técnica de controle do poder político

Em maio de 1943, Hitler disse a Alfred Rosenberg que, na parte oriental ocupada, a diretriz do governo alemão deveria ser tão violenta, a ponto de entorpecer a consciência política da população. Contudo, em julho, ele também declarou que:

... governar um povo em regiões conquistadas é, eu poderia dizer, um problema psicológico, sem dúvida. Não podemos governar apenas mediante a força. A força, certamente, é decisiva, mas é igualmente importante ter aquele algo psicológico de que o domador de animal necessita para controlar sua besta. Eles devem se convencer de que nós somos os vencedores⁵⁶.

O que se segue do fato de Hitler admitir que só a “força” não é suficiente para governar um povo em territórios conqui-

tados, se o povo se recusa a aceitar os invasores, militarmente bem-sucedidos, como seus dirigentes políticos? A ênfase de Hitler à natureza psicológica do domínio de ocupação coincide muito significativamente com os pontos de vista dos pensadores políticos que já foram apresentadas: para governar é necessário atingir as mentes dos governados. Essas concepções teóricas do poder têm na verdade implicações práticas. A não-cooperação e recusa por parte dos súditos, pelo menos sob certas condições, podem criar sérios problemas para os governantes, frustrar suas intenções e até mesmo destruir seu governo.

Se isso é verdade, então *por que* o povo, desde há muito, não aboliu a opressão, tirania e exploração? Parece haver várias razões. Primeiro, essas vítimas do poder do governante geralmente se sentem impotentes diante da capacidade de repressão, punição e controle que este possui. Esses sentimentos de impotência têm várias causas.

Os governados normalmente não sabem que são a fonte do poder do governante e que, mediante uma ação articulada em conjunto, podem dissolver esse poder. A falha em perceber o papel que eles desempenham pode ter suas raízes ou numa ignorância ingênua ou num engano deliberado provocado pelo governante. Se os governados olharem para o poder do governante num dado momento, é provável que o vejam como uma força compacta, que em qualquer lugar e a qualquer instante pode desabar sobre eles, que são tão impotentes; essa visão míope leva-os à teoria monolítica do poder. Se, contudo, forem verificar o poder de seu governante através do tempo e forem observar seu surgimento e desenvolvimento, suas variações e fragilidade, começarão a perceber o papel deles na gênese, continuidade e desenvolvimento desse poder.

Freqüentemente também é do próprio interesse do governante manter o povo iludido quanto à natureza frágil do poder político e à sua capacidade de dissolvê-lo. Daí então os governantes às vezes procurarem afastar deles esse conhecimento.

Governantes injustos ou opressores têm toda razão em evitar que seus súditos tomem conhecimento de tal teoria e há evidências de que o fazem deliberadamente. (É muito menos

óbvio que os governos que genuinamente refletem a vontade de seus governados tenham interesse nisso).

Muito antes de se tornar chanceler, Hitler escreveu que “não se deve imaginar que se possa subitamente tirar de uma pasta os planos de uma nova constituição do Estado”, baseada no princípio de liderança e impô-la ditatorialmente sobre o Estado mediante ordem, “por uma medida de poder a partir de cima. Podemos tentar fazer isso, mas o resultado certamente não será capaz de se manter vivo; será na maioria dos casos uma criança natimorta”⁵⁷. O que aconteceria se as pessoas percebessem isso em larga escala, se soubessem que podem evitar que se lhes imponham regimes e políticas não desejados, e fossem habilmente capazes de recusar seu apoio, numa luta aberta? Sugeriu-se que tal conhecimento poderia levar à abolição da tirania e opressão. Gandhi, por exemplo, embora se referindo especificamente às questões econômicas, certamente tinha em mente implicações mais amplas quando escreveu:

O rico não pode acumular riqueza sem a cooperação do pobre como sócio. Se esse conhecimento penetrasse e se espalhasse entre os pobres, eles se tornariam fortes e aprenderiam como se livrar, por meio da não-violência, das esmagadoras desigualdades que os levaram à beira da miséria⁵⁸.

Harris observou que as pessoas não percebem que “...o poder político é seu próprio poder... Conseqüentemente, elas se tornam cúmplices, ao mesmo tempo em que se tornam suas vítimas... Se um número suficiente de pessoas entendesse isso e realmente soubesse aquilo de que é capaz e como consegui-lo, poder-se-ia estar seguro de que nunca haveria governo tirânico”⁵⁹.

As implicações políticas principais de nossa análise fazem ver o controle do poder político mediante “o ato, efetuado pelo povo soberano, de retirar o poder de seus representantes legislativos ou executivos”, conforme as palavras de Green⁶⁰. É o controle do poder do governante mediante a retirada do consentimento. É controle, não mediante a aplicação de uma violência maior de cima ou de fora, nem por persuasão, nem por

esperanças de uma mudança interior no governante, mas sim pela recusa dos governados em fornecer ao detentor do poder as fontes de seu poder, mediante o corte de seu poder pela raiz. Isso é resistência por não-cooperação e desobediência. Se puder ser aplicada na prática e ter êxito apesar da repressão, então parece ser o meio mais eficiente e certo de controlar o poder.

Se devemos completar essa teoria de poder, será com a pergunta *como*. A falta de conhecimento de como atuar também tem sido um motivo pelo qual as pessoas não aboliram, há muito, a tirania e a opressão.

Primeiro, a rejeição de um governo tirânico por parte dos cidadãos deve ser expressa ativamente na recusa a cooperar com ele. Essa recusa deve assumir muitas formas; poucas delas serão fáceis, todas exigirão esforço, muitas serão perigosas e todas necessitarão de coragem e inteligência. E deve haver ação de grupo ou massa. Como Gaetano Mosca assinalou, a minoria governante é unida e pode atuar em uníssono, ao passo que a maioria governada é “desorganizada”⁶¹, ou (podemos acrescentar) freqüentemente carece de organização independente. O resultado é que os súditos geralmente são incapazes de formar uma oposição coletiva e podem ser enfrentados isoladamente um por vez. A ação eficiente baseada nessa teoria de poder requer resistência e oposição feitas de forma *coletiva*.

NOTAS

1. Martin J. Hillenbrand, *Power and Morals*, Columbia University Press, Nova Iorque, 1949, p. 12.
2. Robert M. MacIver, *The Web of Government*, Macmillan, Nova Iorque, 1946, p. 87 (traduzido para o português: *As malhas do governo*, Ed. Civilização Brasileira, Rio, 1960).
3. Id., *ibid.*, p. 83.
4. O termo "governante" (ruler) é usado aqui como uma forma abreviada para descrever os indivíduos ou grupos que ocupam as posições mais elevadas de decisão e comando num determinado governo. Às vezes, esse "governante" pode ser, ou quase chega a ser, uma só pessoa — como normalmente se supõe que haja sido verdadeiro no caso de Hitler ou Stalin. Em outros casos, o "governante" pode ser uma pequena elite ou uma oligarquia. Contudo, na maioria das vezes, um número muito grande de pessoas, com suas complexas inter-relações, pode ocupar coletivamente a posição do "governante". Num caso de pura democracia direta, a posição do "governante", enquanto separada dos "governados", não existiria. Também existem formas intermediárias e gradações.
5. Étienne de La Boétie, "Discours de la Servitude Volontaire", in *Oeuvres Complètes d'Étienne de La Boétie*, J. Rouam & Cie., Paris, 1892, p. 12.
6. Auguste Comte, *The Positive Philosophy of Auguste Comte*, George Bell & Sons, Londres, 1896, v. II, pp. 222-223.
7. Jacques Maritain, *Man and the State*, University of Chicago Press, Chicago, 1954, p. 126 (traduzido para o português: *O homem e o Estado*, Agir Editora, Rio, 4^a ed., 1966).
8. John Austin, *Lectures on Jurisprudence or the Philosophy of Positive Law*, John Murray, Londres, 5^a ed., 1911, v. I, p. 89.
9. Chester I. Barnard, *The Functions of the Executive*, Harvard University Press, Cambridge, Mass., 1948, p. 182.
10. W. A. Rudlin, "Obedience, Political", *Encyclopedia of the Social Sciences*, Macmillan, Nova Iorque, 1935, v. XI, p. 416.
11. Bertrand de Jouvenel, *On Power: Its Nature and the History of Its Growth*, Beacon Paperback, Boston, 1962, p. 18.
12. Kurt H. Wolff, org., *The Sociology of Georg Simmel*, Free Press, Glencoe, Ill., 1950, p. 183.
13. Harold D. Lasswell, *Power and Personality*, W. W. Norton & Co., Nova Iorque, 1948, pp. 10-16 (traduzido para o português: *Poder e Personalidade*, Ed. Universidade de Brasília, Brasília, 1979).
14. Wolff, org., *The Sociology of Georg Simmel*, pp. 183, 186 e 250.
15. Barnard, *The Functions of the Executive*, pp. 181-182.
16. Franz Neumann, *The Democratic and the Authoritarian State: Essays in Political and Legal Theory*, Free Press and Falcon's Wing Press, Glencoe, Ill., 1957, p. 3 (traduzido para o português: *Estado democrático e estado autoritário*, Zahar, Rio, 1969).
17. Jouvenel, *On Power*, p. 17. Jouvenel usa o termo "Poder" com um "p" maiúsculo quase que com o mesmo sentido de "o Estado".
18. Hans Gerth e C. Wright Mills, *Character and Social Structure*, Harcourt, Brace & Co., Nova Iorque, 1953, p. 194.
19. Thomas Hobbes, *Leviathan*, E. P. Dutton, Nova Iorque, 1950, p. 167.
20. Jouvenel, *On Power*, p. 22.
21. Thomas Hill Green, *Lectures on the Principles of Political Obligation*, Longmans, Green & Co., Londres, 1948, p. 98.
22. Id., *ibid.*, pp. 123s.

23. Ver Austin, *Lectures on Jurisprudence*, p. 203 e Rudlin, "Obedience, Political", p. 417.
24. MacIver, *The Web of Government*, p. 76.
25. Barnard, *The Functions of the Executive*, p. 167.
26. Juvénal, *On Power*, p. 20.
27. MacIver, *The Web of Government*, p. 76.
28. Rudlin, "Obedience, Political", p. 417.
29. Bertrand de Juvénal, *Sovereignty: An Enquiry into the Political Good*, University of Chicago Press, Chicago, 1959, p. 33.
30. Mohandas K. Gandhi, *Young India*, 30 de junho de 1920, citado em *Selections from Gandhi*, Navajivan, Ahmedabad, 1948, p. 116.
31. Austin, *Lectures on Jurisprudence*, pp. 295-297.
32. Adolph Hitler, *Mein Kampf*, Reynal and Hitchcock, 1941, Nova Iorque, p. 388.
33. Ver Gene Sharp, "Social Power and Political Freedom", in *Social Power and Political Freedom*, Porter Sargent Publishers, Boston, 1980, pp. 21-67.
34. Errol E. Harris, "Political Power", in *Ethics*, v. XLVIII, n. 1 (outubro de 1957), pp. 6 e 8.
35. William Godwin, *Enquiry Concerning Political Justice and its Influence on Morals and Happiness*, G. G. and J. Robinson, Londres, 2^a ed., 1796, v. I, pp. 145-146 e 254.
36. Id, ibid., pp. 253s.
37. Juvénal, *On Power*, p. 42.
38. Maritain, *Man and the State*, p. 64.
39. La Boétie, "Discours de la Servitude Volontaire", pp. 8-14.
40. A influência sobre Tolstoi, e através dele sobre Gandhi, é indiscutível, pelo quanto Tolstoi cita La Boétie. A influência sobre Thoreau, contudo, não vi documentada, embora freqüentemente se afirme. Entretanto, a íntima amizade entre Emerson e Thoreau e a certeza da familiaridade de Emerson com o ensaio de La Boétie não deixam dúvidas de que Thoreau o conhecia também.
41. Ver Gene Sharp, "Gandhi on the Theory of Voluntary Servitude", in *Gandhi as a Political Strategist, with Essays on Ethics and Politics*, Porter Sargent Publishers, Boston, 1979, pp. 43-59.
42. N. Maquiavel, *The Prince*, E. P. Dutton & Co., Everyman's Library. Nova Iorque, 1948, p. 77 (traduzido para o português: *O princípio*, Hemus, São Paulo, 1977); "The Discourses on the First Ten Books of Titus Livy", in *The Discourses of Niccolo Machiavelli*, Routledge an Kegan Paul, Londres, 1950, p. 254 (traduzido para o português: *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio: Discorsi*, Ed. Universidade de Brasília, Brasília, 1979).
43. Alexis de Tocqueville, *Democracy in America*, Doubleday & Co., Anchor Books, Garden City, N. I., 1969, p. 139 (traduzido para o português: *A democracia na América*, Edusp, São Paulo, Itatiaia, Belo Horizonte, 1977).
44. Austin, *Lectures on Jurisprudence*, v. I, p. 296.
45. Jean-Jacques Rousseau, "The Social Contract", in *The Social Contract and Discourses*, E. P. Dutton & Co., Nova Iorque, 1920, p. 64 (traduzido para o português: *O contrato social*, Brasil Editora, São Paulo, 7^a ed., 1963).
46. Richard E. Neustadt, *Presidential Power: The Politics of Leadership*, John Wiley and Sons, Nova Iorque, 1960, p. 7 (grifos no original) e pp. VII.
47. Id, ibid., pp. 36s, 26, 32, 9 e 163.
48. V. I. Lenin, "Political Report of the Central Committee of the Russian

- Communist Party (Bolsheviks)", pronunciado em 27 de março de 1922, no XI Congresso do partido comunista russo (bolchevista), in *V. I. Lenin: Selected Works in Three Volumes*, International Publishers, Nova Iorque, 1967, v. III, pp. 692ss e in Nikolai Lenin (sic), *The Essentials of Lenin in Two Volumes*, Lawrence and Wishart, Londres, 1947, v. II, pp. 788s.
49. Erich Eyck, *A History of the Weimar Republic*, v. I: *From the Collapse of the Empire to Hindenburg's Election*, Harvard University Press, Cambridge, Mass., 1962, pp. 151s.
 50. S. William Halperin, *Germany Tried Democracy: A Political History of the Reich from 1918 to 1933*, Archon Books, Hamden, Conn., 1946, pp. 174-180; W. H. Crook, *The General Strike: A Study of Labour's Tragic Weapon in Theory and Practice*, University of North Carolina Press, Chapel Hill, 1931, p. 512; D. J. Goodspeed, *The Conspirators: A Study in the Coup d'État*, Viking Press, Nova Iorque, 1962, p. 131; John W. Wheeler-Bennett, *The Nemesis of Power: The German Army in Politics, 1918-1945*, St. Martin's Press, Nova Iorque, 1954, p. 79.
 51. Goodspeed, *The Conspirators*, p. 211.
 52. Jawaharlal Nehru, *Toward Freedom*, The John Day & Co., Nova Iorque, 1942, ed. rev., p. 249.
 53. Citado em D. G. Tendulkar, *Mahatma: Life of Mohandas Karamchand Gandhi*, Publications Division, Ministry of Information and Broadcasting, Government of India, Delhi, 1962, v. VI, p. 88.
 54. Government of India, *India in 1930-31: A Statement Prepared for Presentation to Parliament in Accordance with the Requirements of the 26th Section of the Government of India Act (5 & 6 Geo. V, Chapter 61)*, Central Publication Branch, Government of India, Calcutá, 1932, pp. 80s.
 55. Alexander Dallin, *German Rule in Russia, 1941-1945: A Study of Occupation Policies*, St. Martin's Press, Nova Iorque, 1957, pp. 218, 497, 550 e 663.
 56. Id., ibid., pp. 580 e 598.
 57. Hitler, *Mein Kampf*, pp. 872s.
 58. Gandhi, *Harijan*, 25 de agosto de 1940; citado em Bose, *Selections from Gandhi*, p. 79.
 59. Harris, "Political Power", p. 10.
 60. Green, *Lectures on the Principles of Political Obligation*, p. 77.
 61. Gaetano Mosca, *The Ruling Class*, McGraw Hill, Nova Iorque, 1939, p. 53.

A BASE ESTRUTURAL DO CONTROLE SOBRE GOVERNANTES

Um dos problemas gerais urgentes na política hoje em dia é o de como controlar as ações dos governantes modernos¹. Seu poder sem controles nos ameaça de várias maneiras — de forma mais espantosa através da tirania e guerra moderna. Os meios tradicionais de controlar os governantes — limitações constitucionais, eleições, auto-restrições dos próprios governantes e revolução violenta — mostraram ter limitações e desvantagens significativas, apesar de suas demais contribuições. Em situações extremas, em que o controle é mais necessário, já não podemos confiar nesses meios tradicionais como únicas opções possíveis a nosso dispor. Se não quisermos nos tornar politicamente fantoches impotentes, ou ser aniquilados, devemos encon-

trar e implementar meios eficientes para controlar o poder dos governantes.

A análise do primeiro capítulo mostrou que o poder dos governantes depende da disponibilidade das várias fontes de poder. Essa disponibilidade, por sua vez, é determinada, direta ou indiretamente, pelo grau de cooperação, submissão, obediência e apoio que o governante é capaz de obter da população em geral e de seus "auxiliares" e agentes remunerados. Consequentemente, esses grupos têm o potencial de reduzir a disponibilidade dessas fontes de poder, ou de retirá-las completamente, reduzindo ou retirando sua cooperação e obediência necessárias. Por meio disso, o poder dos governantes pode ser restringido, enfraquecido ou mesmo desintegrado. A retirada das fontes de poder, para ser mais eficaz, precisa ser realizada por amplos grupos de pessoas e instituições atuando em conjunto. Sua capacidade de fazê-lo ou não é altamente influenciada e mesmo determinada pela estrutura societária.

A ESTRUTURA DA SOCIEDADE AFETA AS POSSIBILIDADES DE CONTROLE

A condição estrutural da sociedade é altamente importante para determinar a capacidade geral de uma sociedade de controlar seus governantes. Essa condição estrutural se refere à existência ou não de várias instituições, seu número, grau de centralização ou descentralização, seus processos internos de tomar decisões e o grau de sua força e vitalidade internas. Situação extrema seria uma sociedade em que cada instituição fosse ou uma parte da estrutura centralizada do Estado, ou efetivamente subordinada a ele e sujeita a seu controle. Outro extremo seria uma sociedade em que todas as suas necessidades fossem satisfeitas por uma grande variedade de instituições independentes e em que estivessem presentes formas de governo, mas o Estado centralizado não existisse. ("Estado" aqui se refere à forma específica de governo que possui, entre outros elementos,

uma burocracia permanente, um sistema militar permanente e uma força policial permanente que usa meios violentos de controle, respaldados por um sistema carcerário). Contudo, essas condições estruturais extremas de alta centralização ou descentralização raramente ou nunca existem. Na realidade todas as sociedades políticas têm uma estrutura intermediária entre esses dois extremos. O *grau* de concentração ou difusão da capacidade efetiva de poder na sociedade, o *grau* em que essa capacidade é centralizada no Estado ou descentralizada entre instituições da sociedade, que sejam independentes, eis a questão.

A condição estrutural afeta a capacidade de controle sobre o poder dos governantes, por parte da sociedade, de duas maneiras. Se o poder é altamente descentralizado, distribuído entre instituições que sejam independentes, fortes e vitais, essa condição será de grande ajuda em emergências em que se requer a luta para controlar um governante. Ela fortalecerá grandemente a capacidade dos súditos e de suas instituições para retirar as fontes do poder do governante, a fim de impor tal controle. Da mesma forma, a condição estrutural colocará em grandes linhas os limites ao poder potencial de um governante, além dos quais não poderá avançar sem mudanças estruturais ou sem colaboração ativa deliberadamente aumentada por parte dos súditos e de suas instituições.

Um determinado governante que ocupe a posição de comando da estrutura do Estado não estenderá necessariamente seu poder, domínio e controle exercidos sobre a sociedade tão longe ou tão a fundo quanto a condição estrutural possa permitir. Falta de motivação, respeito pelos limites determinados constitucionalmente, convicções morais ou religiosas, ou adesão a certas teorias ou filosofias políticas podem fazer com que o governante deliberadamente se abstenha de utilizar o potencial total de poder que a sociedade coloca à sua disposição. Contudo, se muda a visão do governante, se surgem situações que exijam ações mais extremas, se uma compulsão pessoal faz com que ele tenha mais sede de poder, ou se outra pessoa ou grupo tira o governante da posição em que está, mediante usurpação, aí o governante pode estender plenamente o exercício de seu poder potencial até aos limites determinados pela condição es-

trutural da sociedade. O governante poderá até minar ou atacar as instituições que, mediante a força, estabeleceram esses limites.

Portanto, tudo isso indica que uma técnica de luta para controlar governantes que não querem ser controlados e também uma condição estrutural da sociedade que ponha limites eficazes ao poder potencial dos governantes são necessárias — acima e além dos dispositivos constitucionais e dos limites auto-impostos pelo governante, para que se estabeleça um controle eficaz sobre o poder dos governantes modernos.

Existe uma técnica de luta que se baseia na visão sobre a natureza do poder, apresentada no capítulo primeiro, segundo a qual o poder tem fontes que podem ser restringidas mediante a retirada da cooperação e obediência. Isso é chamado de "ação não-violenta". Ela inclui protesto simbólico não-violento; não-cooperação econômica, social e política; formas psicológicas, físicas, sociais, econômicas e políticas de intervenção não-violenta². Essa técnica, quando elaborada, desenvolvida e implementada numa multidão de situações específicas, pode constituir o coração da solução para a necessidade de uma técnica de luta a fim de controlar o poder dos governantes que não estejam dispostos a aceitar voluntariamente limites a seu poder. É preciso muita pesquisa, análise, estudos políticos sobre a natureza e o potencial dessa técnica de controle.

Contudo, este capítulo se concentra antes de mais nada no papel da estrutura social subjacente para determinar os limites do poder potencial do governante. Para essa discussão é central a consideração das consequências a longo prazo da concentração relativa do poder potencial da sociedade no Estado, quando comparada com consequências a longo prazo da difusão relativa de poder entre as instituições não-estatais da sociedade como um todo.

As vezes, embora não com tanta freqüência, os indivíduos podem influenciar significativamente o curso dos eventos sociais e políticos mediante seu poder pessoal de persuasão, suas ligações com pessoas que desempenham papéis relevantes dentro da estrutura e sua capacidade de usar tipos específicos de ação não-violenta. Algumas ações individuais de Mohandas K. Gandhi ilustram essa capacidade. Contudo, esses exemplos são raros,

especialmente contra governantes que estejam determinados a governar como querem, sem limitações. Nesses casos seu poder pode ser reduzido ou dissolvido pela restrição de suas fontes de poder. Contudo, tais restrições não podem ser produzidas por indivíduos isolados. As fontes de poder do governante normalmente só são ameaçadas de forma significativa, quando um grande número de súditos ao mesmo tempo, isto é, grupos e instituições sociais retiram sua colaboração, cooperação e obediência. A capacidade que eles possuem de estancar as fontes, que estão neles próprios, é, então, de capital importância.

Essa capacidade sofrerá influência de vários fatores, inclusive da aptidão dos súditos em aplicar a técnica de luta, e também da necessidade relativa que o governante tem dessas fontes de poder. Também é importante o grau em que esses grupos possuem a capacidade de atuar, de forma independente, contra o governante.

Nesse ponto existem duas amplas possibilidades. O poder pode estar tão concentrado no Estado, e os súditos tão atomizados, que não exista nenhum grupo ou instituição social capaz de deter as fontes do poder do governante e portanto de controlar suas ações. Por outro lado, se esses grupos capazes de ação independente, e portanto de poder, existirem num grau significativo na sociedade, sua presença e força aumentarão significativamente as chances de sucesso numa luta para controlar o poder do governante. Esses grupos e instituições capazes de ação independente são chamados de "*loci* (ou lugares) de poder".

"Poder" aqui se refere obviamente ao poder político, um subtipo de poder social. Poder político aqui é definido como a totalidade de meios, influências e pressões — inclusive autoridade, recompensas e sanções — disponíveis para serem empregados na realização dos objetivos daquele que detém o poder, especialmente as instituições do governo, o Estado, e os grupos que se opõem a cada um deles. O poder político pode ser medido pela capacidade de *controlar* a situação, pessoas ou instituições, ou de *mobilizar* pessoas e instituições para alguma atividade. O poder pode ser usado para instrumentalizar um grupo na obtenção de um objetivo, execução ou modificação de determinada política, induzir outros a se comportarem como

controladores da vontade de poder, engajá-los na oposição, manter, ou alterar, ou destruir a política e as relações vigentes, ou substituir as antigas relações de poder. As sanções que podem ser violentas ou não-violentas — geralmente são um elemento-chave em questão de poder. Nem sempre é necessário aplicar sanções para conseguir o objetivo. A mera capacidade de aplicar sanções e de utilizar outros componentes de poder pode ser suficiente. Nesses casos o poder não está menos presente do que quando é exercido com a aplicação de sanções³.

O PAPEL DOS LOCI DE PODER DIFUSOS NO CONTROLE DO PODER POLÍTICO

A forma e a natureza precisas dos *loci* de poder (ou: lugares em que o poder se situa, converge ou é expresso) variam de sociedade a sociedade, e de situação a situação. Contudo, eles provavelmente incluem grupos religiosos, grupos culturais, grupos formados por pessoas da mesma nacionalidade, grupos ocupacionais, grupos econômicos, povoados, cidades médias e grandes, estados e regiões, instituições governamentais menores, organizações voluntárias e partidos políticos. Na maior parte das vezes são grupos e instituições tradicionais, estabelecidos e formais. Contudo, às vezes os *loci* de poder podem ser organizados menos formalmente e podem ser criados ou revitalizados pouco antes, no próprio processo de consecução de algum objetivo ou de oposição ao governante (como os congressos de trabalhadores durante a revolução húngara de 1956). Seu status como *loci* será determinado por sua capacidade de atuar de forma independente, de exercer um poder eficaz, e de regular o poder eficaz dos outros, como o do governante, ou o de algum outro *locus* ou *loci* de poder.

A capacidade que esses *loci* têm de controlar as ações do governante será, portanto, influenciada: 1) pela quantia de *loci* existentes; 2) pelo grau de sua independência de ação; 3) pelas fontes de poder que controlam; 4) pelo montante do poder so-

cial que podem exercer ou controlar de forma independente; 5) às vezes, por outros fatores. Se todos esses fatores estiverem extensivamente presentes, os *loci* podem deixar inteiramente disponíveis as fontes de poder necessárias ao governante, ou em vez disso podem escolher, restringir ou bloquear aquelas fontes que o governante requer.

LOCI DE PODER COLOCAM LIMITES À CAPACIDADE DE PODER DOS GOVERNANTES

A estrutura de poder da sociedade como um todo inclui as relações desses *loci* de poder entre si e entre eles e o governante. A estrutura de poder da sociedade, isto é, essas relações, determinam em última instância as esferas e a força do poder efetivo máximo do governante⁴. Quando o poder está efetivamente distribuído por toda a sociedade entre esses *loci*, com mais probabilidade o poder do governante estará sujeito a controles e limites. Essa condição está associada à “liberdade” política. Por outro lado, quando esses *loci* se tornaram seriamente enfraquecidos, efetivamente destruídos, ou tiveram sua existência independente e sua autonomia de ação destruídas por algum tipo de controle imposto a partir de cima, o poder do governante certamente não terá controle. Essa condição se associa à “tirania”. Quando um homem vê e sente apenas uma única autoridade humana, então está muito longe a condição para a “liberdade”, escreveu Bertrand de Jouvenel⁵.

Quando os *loci* de poder são muito numerosos e fortes para permitir que o governante exerça controle ilimitado ou que os destrua, ainda pode ser possível que obtenha deles as fontes de poder de que necessita. Contudo, para isso, o governante precisa fazer com que esses grupos e instituições sociais tenham suficiente simpatia por ele, por sua política e medidas, e por seu regime como um todo, de maneira que estejam dispostos a submeter-se, a cooperar e a tornar disponíveis as fontes de poder. Para conseguir isso, o governante deve ajustar seu

comportamento e sua política no sentido de manter a boa vontade e cooperação das pessoas que constituem os grupos e instituições da sociedade. Esse é um tipo de controle indireto que esses *loci* de poder exercem sobre um governante. Se não se tenta esse ajustamento ou se ele fracassa, e o governante ofende a população que devia governar, então os fortes *loci* de poder da sociedade podem, em conflito aberto, reter as fontes de poder que controlam e as quais o governante requer. Dessa forma a população, agindo através de seus grupos e instituições, pode impor controle sobre o ambicioso governante antidemocrático ou mesmo desintegrar o regime e dissolver seu poder.

Vale também a recíproca. Quando esses grupos e instituições sociais perdem sua capacidade de decisão e ação independentes, quando perdem seu controle sobre as fontes de poder, ou quando eles próprios são drasticamente enfraquecidos ou destruídos, essa perda contribuirá significativamente para tornar ilimitado e incontrolável o poder do governante. Se tais *loci* de poder não existirem significativamente e os súditos forem uma massa de indivíduos atomizados, incapazes de uma ação eficiente de grupo, então, nessas condições, o poder do governante terá quase nenhum controle por parte dos súditos.

ATAQUES DELIBERADOS E EFEITOS NÃO INTENCIONADOS PODEM ENFRAQUECER OS LOCI DE PODER

Causas totalmente diferentes podem enfraquecer ou destruir os *loci* de poder da sociedade. As estratégias deliberadas do governante para atacar sua independência, minar sua força, ou mesmo destruí-los, constituem apenas uma possibilidade. Resultados semelhantes podem aparecer como efeito secundário não pretendido da atuação de outros programas ou forças sociais, econômicas ou políticas.

Quando o ataque é deliberado, ele pode ser desferido porque o governante considera esses grupos e instituições como

sendo rivais e reconhece que impõem limites a seu poder e ambição de ser onipotente. O governante poderá então procurar deliberadamente destruir a independência deles e mesmo dissolver o próprio organismo. O sociólogo alemão Georg Simmel argumentava que o desejo dos governantes de “niveler” seus súditos não se devia a uma opção moral pela igualdade, mas ao contrário, era devido a um desejo de enfraquecer aqueles grupos capazes de limitar o poder dos governantes⁶. Determinado organismo pode desaparecer do meio dos grupos e instituições sociais da sociedade, especialmente se for incapaz de resistência eficaz às tentativas do governante. Contudo, com mais probabilidade, o grupo ou instituição formalmente continuará a existir, mas estará privado das qualidades que lhe deram independência e capacidade de controlar uma fonte de poder. Ou de forma não tão extremada, o grupo pode continuar a existir sem sua independência e com poder drasticamente reduzido, mas não ser erradicado. O governante que busca poder ilimitado e inquestionável pode tentar substituir um *locus* independente por uma instituição firmemente controlada por seu sistema.

Quando esses ataques aos *loci* de poder da sociedade são reconhecidos como tentativas de obter um aumento egoísta de poder para o governante, de impor um regime ditatorial, ou de ampliar o controle mediante um regime já opressivo, então tais ataques podem ser sobejamente considerados como alarmantes. Contudo, isso nem sempre acontece. Por exemplo, quando determinado grupo ou instituição sob ataque foi tremendamente considerado como opressor, explorador ou anti-social, ou por algum motivo caiu em desgraça; nesse caso, um ataque desferido contra tal grupo pelo governante, que pode aplicar os recursos do Estado (muito mais poderoso), é com freqüência amplamente aprovado e visto como progressista e mesmo libertador. Isso de forma nenhuma refuta a consideração exposta acima de que um enfraquecimento ou destruição dos *loci* de poder aumentará o potencial de poder do governante no comando do Estado.

Os *loci* atacados podem ter funcionado para o detrimento ou para o bem-estar da sociedade como um todo: em qualquer desses casos terão restringido a capacidade de poder do governante. Isso de maneira nenhuma significa que os grupos e ins-

tituições que atuam para prejudicar a população em geral ou segmentos da mesma devam ser aceitos passivamente, nem que lhes seja permitido continuar suas antigas práticas. Não é o controle sobre esses organismos, nem mesmo sua eliminação que cria o problema em si. É a *forma* específica, pela qual se obtém o controle ou a eliminação, que pode aumentar a capacidade do governante de ser ditatorial e opressor. Cria-se o problema quando o controle ou a eliminação são efetuados pelo aparelho estatal e sem a criação de novos *loci* de poder, ou sem o fortalecimento do poder de outros *loci* existentes, que estão pelo menos igualmente fora do controle do governante como estava o *locus* atacado. Nesse ponto pouco importa se o antigo *locus* foi dominado mediante legislação democrática liberal, por decreto de um autocrata, ou pelo edito de uma liderança revolucionária. Sob uma variedade de sistemas o efeito é claramente o mesmo: aumentar o tamanho e a capacidade do aparelho estatal, como também enfraquecer e eliminar um grupo ou instituição que seria capaz de resistir e limitar a capacidade de poder do governante que está no comando da estrutura do Estado.

A medida que o *locus* de poder é drasticamente enfraquecido ou destruído *sem um aumento equilibrado de poder dos grupos e instituições existentes ou sem a criação de novos grupos independentes do Estado*, o resultado num sentido é essencialmente o mesmo: um aumento no poder do governante e uma capacidade reduzida de limitar ou controlar esse poder por parte dos súditos. Isso não se aplica apenas ao governante atual que está no momento com o controle do Estado. Esse governante talvez de fato tenha metas humanitárias e não tenha nenhum desejo de se tornar ditatorial. O resultado se aplica também àqueles futuros governantes que herdam o potencial de poder do Estado aumentado, que podem ser bem menos humanitários do que seus antecessores e que podem até ter tomado o controle do aparelho estatal mediante usurpação, como golpe de Estado. Em linhas gerais, o mesmo procedimento funcionou em situações muito diversas, ocorridas na destruição da nobreza e dos senhores feudais na Revolução Francesa e na destruição dos sindicatos independentes e dos partidos políticos tanto na

Rússia comunista sob o governo de Lenin e Stalin, quanto também sob o regime nazista de Hitler na Alemanha. O resultado nesses casos foi uma centralização de poder na sociedade, expansão da capacidade de poder do Estado e uma redução dos limites de fato e dos controles populares sobre a capacidade de poder efetivo do governante.

OUTROS FATORES PODEM INFLUENCIAR OS GOVERNANTES, MAS NÃO CONTROLÁ-LOS

Isso não significa que existirá uma estreita relação matemática entre o grau em que o poder é distribuído entre os *loci* ou é concentrado no Estado, e o grau em que o poder do governante é controlável ou autocrático. Como indicamos anteriormente, outros fatores também podem influir no comportamento de um determinado governante; podem incluir-se entre esses fatores qualquer limitação auto-imposta que possa aceitar no exercício de seu poder e qualquer limitação estabelecida mediante dispositivos institucionais, como eleições, cláusulas constitucionais e decisões judiciais, *contanto que o governante esteja disposto a aceitá-la e executá-la*.

Contudo, essa análise não significa que a força relativa e a condição interna desses *loci* estabelecerão os rígidos limites dentro dos quais o governante pode exercer seu poder. Ele pode não ir além, mas sem estar se importando com as opiniões dos súditos. Esses limites sob tais circunstâncias só podem ser ultrapassados com o pronto consentimento e colaboração de grupos e instituições sociais da sociedade, e não contra sua manifesta oposição. A condição dos *loci* de poder da sociedade em grande medida determinará a capacidade que a sociedade tem de controlar o poder do governante a longo prazo. Uma sociedade em que existem grupos e instituições que possuam significativo poder social e sejam capazes de ação independente é mais apta a controlar o poder do governante, e assim a resistir à tirania,

do que uma sociedade em que os súditos são todos igualmente importantes.

FORMAS INSTITUCIONAIS SECUNDÁRIAS EM RELAÇÃO À DISTRIBUIÇÃO REAL DE PODER

O quadro institucional formal e os procedimentos do governo permanecem importantes no contexto dessa visão, mas a condição estrutural subjacente, com o correr do tempo, é mais importante do que os dispositivos políticos formais. *O que determina o poder de fato do governante é a distribuição de poder através da estrutura da sociedade como um todo, apesar dos princípios que são aceitos para constituir o sistema ou suas formas institucionais.*

Mesmo que a estrutura política formal do governo possa ser altamente ditatorial, se um poder efetivo significativo estiver distribuído entre os vários grupos e instituições sociais, a sociedade provavelmente será bastante forte internamente para conseguir manter um sistema político relativamente “livre”, limitar e controlar o poder efetivo do governante. Até mesmo um regime formalmente “autocrático” pode através disso estar sujeito a limites e controles estritos. E reciprocamente, onde os *loci* de poder são fracos, a sociedade com toda probabilidade será incapaz de evitar a dominação de um regime despótico, seja de origem interna seja externa. Uma sociedade que possui uma constituição democrática, mas que carece de fortes *loci* de poder, fica dessa maneira bastante vulnerável a um possível ditador, enquanto um regime constitucionalmente “democrático” pode ter um poder virtualmente ilimitado e incontrolável. Dentro de um espaço de tempo, o grau de difusão real ou de concentração de poder, que se encontra na sociedade, provavelmente vai se refletir em algum ponto nos dispositivos políticos formais da sociedade.

FORTES LOCI DE PODER PODEM CONTROLAR OS TIRANOS

Exemplos das monarquias francesa e russa ilustrarão como o poder dos governantes, que é teoricamente ilimitado, pode ser controlado quando o poder está distribuído entre os vários *loci* em toda a sociedade.

O importante analista político francês dos primórdios do século dezenove, Alexis de Tocqueville, sugeria que entre as “barreiras que formalmente impediham as agressões da tirania”⁷ estavam estas três: 1) a religião, que numa época ajudou tanto os governantes quanto os governados a “definir os limites naturais do despotismo”⁸; 2) o respeito para com os governantes: uma vez este respeito tendo sido desfeito por revoluções, sua ausência fez com que os governantes recaíssem descaradamente nas “seduções do poder arbitrário”⁹; 3) aquilo que aqui nos interessa — a existência de *loci* efetivos de poder por toda a sociedade, como nas províncias, cidades, nobreza e famílias¹⁰.

Antes da Revolução Francesa, sob o Antigo Regime, na mesma época em que “as leis e o consentimento do povo tinham investido príncipes com uma autoridade quase ilimitada”¹¹, “o poder de uma parte de seus súditos era uma barreira intransponível à tirania do príncipe...”¹² Entre as fontes desse poder limitante, continuava Tocqueville, estavam “as prerrogativas da nobreza ... a autoridade das cortes supremas de justiça ... privilégios provinciais, que serviam para amortecer os golpes da autoridade soberana e manter um espírito de resistência na nação”¹³. Nessa época as pessoas estavam intimamente ligadas a seus concidadãos; se alguém estava sendo atacado injustamente, seu companheiro podia oferecer ajuda¹⁴. As províncias e cidades eram relativamente independentes, e “cada uma delas tinha uma determinação própria que se opunha à determinação geral de dominação...”¹⁵ Os nobres possuíam considerável poder, e mesmo depois que se perdia esse poder, continuavam a exercer considerável influência. Eles “ousavam enfrentar sozinhos os poderes da autoridade pública”¹⁶. Quando o

sentimento de família era forte, o “antagonista da opressão nunca estava só”, mas podia encontrar respaldo nos parentes, nos amigos tradicionais, e nos fregueses¹⁷. Mesmo quando esses eram fracos, adquiria-se confiança a partir dos ancestrais, bem como esperança para a própria posteridade¹⁸. Essas e outras influências na sociedade dos *loci* de poder independentes serviam para limitar *de facto* o poder político do governante teoricamente onipotente.

O filósofo político contemporâneo, Bertrand de Jouvenel, descrevia essa condição em termos semelhantes. Na França do século dezessete, ao mesmo tempo em que o soberano teoricamente era todo-poderoso, seu poder político, na verdade, era nitidamente limitado. Essa limitação se realizava em formas que não podem ser atribuídas simplesmente a variações quanto à técnica entre aquele tempo e o nosso.

Era... por toda parte negado o pressuposto de que a vontade do soberano pudesse ditar normas como lhe aprouvesse; já não se acreditava que suas determinações, quaisquer que fossem, tivessem poder de comprometimento. Todos sabiam que a ordem de um poder temporal não comprometia moralmente em virtude de sua forma, se sua execução não satisfizesse certas condições.

Numa palavra, o soberano, ou seu porta-voz, era menos livre sob o Antigo Regime do que na atualidade, e as ordens eram menos arbitrárias¹⁹.

De forma semelhante, o sociólogo político do século XX, Gaetano Mosca, argumentava:

O chefe de um estado feudal poderá lograr qualquer um de seus barões, mas nunca será senhor absoluto de todos eles. Estes têm à sua disposição certa quantidade de força pública... e sempre estarão aptos a exercer *de facto* um direito de resistência... Os barões, por sua vez, descobrem que para cada um deles há um limite à tirania que podem exercer sobre as massas de seus súditos. Insensatez de sua parte pode provocar uma intranquiliidade desesperada que facilmente se converte em rebelião. Assim, verifica-se que em todos os países verdadeiramente federa-

tivos, o domínio dos nobres pode ser violento e arbitrário aqui e acolá, mas no todo é consideravelmente limitado pelos direitos consuetudinários²⁰.

Embora a própria constituição fosse despótica sob o regime feudal, o poder combinado de grupos e instituições sociais por toda a sociedade e a influência de limitações menos tangíveis sobre o poder do governante, funcionavam no sentido de restringir efetivamente o poder dos reis. “Os príncipes tinham o direito, mas não os instrumentos, nem o desejo de fazer aquilo que lhes aprazia”, escreveu Tocqueville²¹. Alguns desses grupos, como a nobreza, poderiam ter-se oposto à liberdade pessoal. Contudo, sua independência e poder geralmente serviam para manter viva a condição de liberdade e o amor por ela, conforme argumentava esse autor²². O próprio fato de existirem múltiplas autoridades e pretendentes à lealdade do súdito — em vez de haver apenas uma — permitia ao súdito certo grau de escolha e a capacidade de manobrar. Em tal situação, afirmava Simmel, a pessoa “ganha certa independência com relação a cada uma delas e, no tocante a seus sentimentos íntimos, talvez mesmo com relação a todas elas”²³.

Existia uma situação semelhante no império russo sob o sistema czarista do século XIX. Franco Venturi, respeitado historiador dessa sociedade e de seus movimentos revolucionários, escreveu: “... o extraordinário poder mantido por Nicolau I, o mais despótico dos soberanos europeus contemporâneos, era de fato extremamente limitado quando quis intrometer-se nos fundamentos da estrutura social da Rússia”²⁴. Por exemplo, quando o Czar procurou meios para melhorar a sorte dos camponeses, antes da emancipação dos servos, teve de enfrentar oposição de vários grupos e classes cujo respaldo ou aprovação requereu para fazer as mudanças que desejava²⁵. O Estado de fato era incapaz de intervir nas relações entre os camponeses e os nobres. Isso era “apenas uma prova a mais da fraqueza do despotismo de Nicolau I; era forte apenas quando permanecia estático, e fraco tão logo tentava entrar em ação”²⁶.

A oposição, potencialmente ativa, aos planos do czar surgiu tanto da parte dos camponeses, quanto dos nobres. Os cam-

poneses das fazendas particulares acreditavam quase unanimemente que, embora *eles* pertencessem aos nobres e proprietários da terra, a *terra* contudo pertencia a eles, servos. Portanto, rejeitaram qualquer tentativa de que eles, pessoalmente, fossem libertados, enquanto a terra seria entregue à nobreza. Essa tentativa poderia ter levado à revolução, com os escravos tentando reter sua terra e também reivindicando completa liberação dos impostos²⁷. Esse panorama era sério porque os camponeses possuíam suas próprias organizações de auto-administração, os *obshchina* e *mir*, isto é, eficientes *loci* de poder. Eles tinham experiência em encontros, discussões, tomada de decisões, e ação em conjunto, capacidades essas que tinham uma longa história, conforme relatou Venturi:

O Estado criado pelas reformas de Pedro, o Grande, nunca conseguiu lançar raízes pelo país. Paralelamente a ele, sobreviveu um sistema de auto-administração local que datava dos tempos medievais com seus grupos organizados de camponeses e mercadores²⁸.

“Era mediante essas organizações, as únicas à sua disposição, que a sociedade campesina se defendia”²⁹. Portanto, o governo do czar procurava obter controle sobre a *obshchina*³⁰.

Embora, no Ocidente tenha havido exagero a respeito da oposição dos nobres à reforma, ela foi, sem dúvida, significativa. A oposição deles, conforme escreveu Venturi, colocou o czar numa “posição vulnerável”³¹. Os nobres também temiam a revolução campesina, e sua oposição se intensificou pela percepção de que o czar estava querendo fazer mais reformas do que a situação exigia. “A resistência dos nobres era proporcional à fraqueza da autocracia...”³² Os nobres, individualmente e também em grupo, obviamente eram muito poderosos para que o czar os ignorasse ou esmagasse.

Os camponeses temiam a desapropriação de sua terra, e os nobres temiam a desapropriação de seus servos. Ambos os grupos possuíam a capacidade de ação conjunta e constituíam significativos *loci* de poder, que não podiam ser ignorados. Esses *loci* de poder limitavam e controlavam efetivamente o poder teoricamente onipotente do czar.

Esses exemplos, o francês e o russo, são simplesmente ilustrações da capacidade geral dos *loci* de poder de qualquer tipo, quando suficientemente fortes e independentes para refrear o poder de um governante, não importa quão onipotente venha a ser teoricamente. Os exemplos de maneira nenhuma deveriam ser interpretados como apologias do feudalismo. Embora Tocqueville tenha sido acusado de ser um apologeta do feudalismo, tinha plena clareza em sua mente de que o controle exercido pelos *loci* de poder na França sob o Antigo Regime não era resultado do sistema aristocrático em si. Ao contrário, a capacidade de controle provinha da difusão efetiva de poder por toda a sociedade, que nesse caso particular era uma qualidade do sistema aristocrático. Essa difusão de poder entre os grupos e instituições da sociedade também poderia operar sob diferentes sistemas e resultar num semelhante controle sobre o governante. A capacidade de controle é possibilitada pela difusão de poder.

Tocqueville percebeu que o impacto do poder difuso sobre o poder dos governantes se estendia para além da política interna. Em princípio, isso incluía também a capacidade do governante de travar guerras com países estrangeiros sem o respaldo de seus súditos, e mesmo a capacidade de um governante invasor conquistar um país com uma estrutura difusa de poder.

Um grande povo aristocrático não pode nem conquistar seus vizinhos, nem ser conquistado, sem grande dificuldade. Não pode conquistá-los porque nunca podem reunir-se e manter juntas todas as suas forças, durante um período considerável; não pode ser conquistado, porque um inimigo encontra em cada passo centros de resistência que repelem a invasão. Uma guerra contra uma aristocracia pode ser comparada a uma guerra num país montanhoso; a parte derrotada tem constantes oportunidades de reorganizar suas forças para fazer resistência numa nova posição³³.

Embora *loci* efetivos de poder possam impor limites e exercer controles sobre o poder de um governante, se estiverem fra-

cos, ausentes ou destruídos, o poder do governante estará na mesma medida fora de controle.

A DESTRUÇÃO DOS LOCI DE PODER PODE INCENTIVAR A TIRANIA

Na ausência de grupos e instituições sociais significativos que controlem o poder, será muito mais difícil exercer efetivo controle sobre um governante mediante a regulação da disponibilidade das fontes necessárias a seu poder. Isso se aplica a qualquer sistema, seja qual for sua natureza ou doutrina. Se o governante — seja ele um rei, representante de uma oligarquia econômica, ou um grupo de revolucionários declarados — deliberadamente enfraquece ou destrói os *loci* de poder, sem criar outros pelo menos tão fortes como os primeiros, o resultado será um enfraquecimento dos limites de poder desse governante. Isso se aplica a qualquer filosofia política, quaisquer que sejam os dispositivos constitucionais.

Tocqueville argumentava que é isso que ocorreu durante a destruição do Antigo Regime na França. Anteriormente, as províncias e cidades tinham condições de resistir ao governante. Contudo, a revolução destruiu suas imunidades, costumes, tradições e mesmo os nomes, e sujeitou-os todos às mesmas leis. Conseqüentemente, “não é mais difícil oprimi-los coletivamente do que antigamente o era oprimi-los individualmente”³⁴. Enquanto o sentimento de família antigamente auxiliava o indivíduo em sua oposição ao governante, seu enfraquecimento ou destruição deixou o indivíduo sozinho numa sociedade em constante mutação³⁵. Antigamente a nobreza podia desafiar e limitar o rei. Com a destruição dessa classe, seu poder se concentrou nos novos ocupantes da posição de governante³⁶.

Percebo que destruímos aqueles seres independentes que eram capazes de fazer frente à tirania individualmente; mas foi o governo que herdou os privilégios das famílias,

associações e indivíduos que foram deserdados; a fraqueza de toda a comunidade é que possibilitou essa influência de um pequeno conjunto de cidadãos que, se às vezes era opressor, freqüentemente era conservador³⁷.

Assim, disse Tocqueville, a Revolução Francesa destruiu ao mesmo tempo “o poder despótico e o controle de seus abusos... sua tendência era destruir e centralizar ao mesmo tempo”³⁸. A destruição da nobreza e da classe média alta tornou possível a centralização do poder nas mãos de Napoleão³⁹. Jovenel apontou de forma semelhante para a concentração pós-revolucionária do poder e a destruição de significativos *loci* de poder como sendo atos que lançaram os alicerces do Estado monolítico⁴⁰. Ele apontou, especificamente, para a destruição da classe média como “a causa próxima dos despotismos modernos”⁴¹, e argumentava que a revolução no passado geralmente contribuiu para um aumento de poder à disposição do governo central⁴².

Devemos enfatizar que não é simplesmente a abolição das classes opressoras ou o estabelecimento de uma igualdade aproximada que conduz à centralização. É, antes, como escreveu Tocqueville, “a maneira em que essa igualdade foi estabelecida”⁴³. (“Igualdade” é usada aqui num sentido, sem dúvida, altamente relativo). Normalmente essa “igualdade” é obtida mediante a destruição dos *loci* de poder existentes (como a nobreza francesa) *sem a criação de novos grupos e instituições sociais com suficiente independência e poder para resistir ao governante central*. Além disso, como veremos, os meios violentos de luta e sanções violentas de que faz uso o Estado para produzir essa “igualdade” freqüentemente têm contribuído para o aumento da concentração de poder no Estado. São esses tipos de mudanças em nome de um movimento pró-igualdade que constituem uma significativa contribuição às formas modernas de tirania.

Quando os *loci* difusos de poder social são destruídos sem a criação de novos que sejam pelo menos de igual importância e força, o resultado tende a ser uma sociedade composta por indivíduos relativamente iguais, mas atomizados e impotentes.

Esses indivíduos estarão desprovidos de grupos e instituições, cujos membros poderiam consultar, de quem poderiam receber apoio com quem poderiam articular alguma ação. Indivíduos atomizados, incapazes de atuar em conjunto, não se podem unir para fazer um protesto significativo, para cortar, mediante sua não-cooperação, as fontes de poder necessárias ao governante e, em alguns casos, para intervir no sentido de destruir o status quo. Esses indivíduos, portanto, são incapazes de limitar ou controlar o poder político exercido pelo atual governante, ou por qualquer outro que possa tomar o controle do aparato estatal e colocar-se a si mesmo no pináculo do comando.

Esse processo de enfraquecimento e destruição dos grupos e instituições capazes de resistir ao Estado, com a resultante debilitação da sociedade e impotência de cada cidadão, foi reconhecido claramente por Tocqueville, logo no início de seus trabalhos. Ele apontou para o fato de que, enquanto o cidadão de um país democrático pode sentir orgulho por ser igual a qualquer outro cidadão, isso ainda não é tudo. Quando a pessoa se compara, enquanto indivíduo, ao grande número de cidadãos, “logo se sente irresistivelmente dominada pelo sentimento de sua própria insignificância e fraqueza”⁴⁴. O indivíduo tende a “desaparecer na multidão e facilmente se perde no meio de um anonimato coletivo...”⁴⁵ O indivíduo, já não sendo parte de um grupo capaz de genuína independência de ação e de oposição ao governante, torna-se apenas um número a mais numa multidão de cidadãos igualmente impotentes e dependentes. Cada um deles tem apenas “sua impotência pessoal para fazer frente à força organizada do governo”⁴⁶. Sob tais condições, “todo homem naturalmente está só... e é esmagado impunemente”⁴⁷. Em países democráticos, portanto, o poder do Estado é “naturalmente muito mais forte” do que em outros lugares⁴⁸. Quaisquer que sejam os dispositivos constitucionais, a capacidade para manter uma genuína liberdade por parte dessa sociedade é fraca uma vez que se conquistou a máquina do Estado, seja mediante eleição, usurpação do poder executivo, golpe de Estado, ou invasão por um pretenso tirano. “O que é que a resistência pode conseguir frente à tirania num país em que todo indivíduo, como tal, é impotente, e onde os

cidadãos não estão unidos por nenhum laço comum?”⁴⁹ O nível de resistência real varia de acordo com o grau de expansão desse processo. A situação não será tão extrema se grupos e instituições dotados de alguma autonomia sobreviverem, forem revitalizados ou recriados. Igualmente, pode haver pessoas que em certos aspectos mais limitados de suas vidas retenham uma capacidade de influenciar os acontecimentos, ao mesmo tempo em que se sintam incapazes de exercer qualquer controle eficaz no que diz respeito às grandes questões que afetam a sociedade como um todo e à política governamental. A sensação de impotência das pessoas comuns, mesmo em democracias constitucionais, para influenciar o curso real dos eventos políticos talvez seja muito mais generalizada e profunda em nossos dias do que no tempo de Tocqueville⁵⁰.

Karen Horney e Erich Fromm, entre outros, chamaram nossa atenção para essa situação. Horney escreveu que existe um conflito básico “entre a suposta liberdade do indivíduo e todas as suas limitações reais... Disso resulta ao indivíduo uma oscilação entre um sentimento de poder ilimitado para determinar seu próprio destino e um sentimento de total impotência”⁵¹. Fromm advertia no mesmo tom: “...em nossa própria sociedade nos vemos confrontados com o mesmo fenômeno, que é solo fértil ao surgimento do fascismo em qualquer lugar: a insignificância e impotência do indivíduo”⁵². “Apesar de uma aparência de otimismo e iniciativa, o homem moderno é assaltado por um profundo sentimento de impotência, que o faz considerar as catástrofes iminentes com uma sensação de estar paralisado”⁵³.

As razões apresentadas por vários analistas para explicar essa situação variam muito. Contudo, em termos políticos, todas elas se relacionam à débil posição de poder do indivíduo isolado que enfrenta um governante poderoso, de qualquer tipo. O indivíduo não se sente parte de grupos e instituições sociais com suficiente poder e independência de ação para resistir efetivamente e ao mesmo tempo controlar o poder do governante, porque os grupos e instituições independentes da sociedade são fracos, foram submetidos a controle, ou simplesmente não existem. Em sociedades políticas modernas ocorreu uma relativa

atomização das pessoas. O grau em que isso ocorreu e o estágio de seu desenvolvimento variam de acordo com o país, com o sistema político, e com as forças que operam para produzir ou evitar esse processo. Essas variações são importantes, freqüentemente muito importantes. Da mesma forma, às vezes o processo de atomização pode inverter-se, seja como consequência imprevista de mudanças na estrutura da sociedade ou de mudanças deliberadas para criar ou fortalecer instituições independentes. Em democracias constitucionais ocidentais, a independência relativa e o poder de grupos e instituições sociais fora do controle do Estado são significativamente maiores do que sob os sistemas totalitários em que a atomização atingiu seu ponto máximo nessa altura da história. No tempo dos expurgos de Stalin, por exemplo, “ninguém podia confiar em seu companheiro ou sentir-se seguro na proteção de qualquer instituição ou indivíduo em quem até então tinha confiado”, escreveu Leonard Schapiro. “A ‘atomização’ da sociedade, que alguns têm considerado como o traço mais característico do regime totalitário, chegou ao auge nos anos de terror”⁵⁴.

Essa atomização deliberada resulta de medidas do governante destinadas a enfraquecer ou destruir os *loci* significativos de poder que estão estruturalmente situados entre o indivíduo e o governante. Um governante que deseja tornar seu regime todo-poderoso pode tomar deliberadamente medidas para conseguir esse objetivo. Isso valeu tanto na Alemanha nazista⁵⁵, quanto na União Soviética⁵⁶. “O despotismo... nunca está tão bem seguro de sua continuidade a não ser quando consegue manter as pessoas isoladas umas das outras, escreveu Tocqueville, e toda sua influência normalmente é exercida para conseguir esse propósito”⁵⁷. Ou o governante pode procurar manter o domínio não mediante destruição dos *loci* de poder, mas restringindo suas forças tanto quanto lhe seja necessário para se manter por cima. Simmel sugeriu que um governante pode incentivar “os esforços das classes mais baixas para conseguir igualdade legal com os poderes intermediários”⁵⁸. Isso produzirá um novo *locus* de poder bastante forte para equilibrar a influência dos “poderes intermediários” sobre o governante,

criando assim um nivelamento relativo, e portanto ajudando o governante a manter seu domínio sobre a totalidade⁵⁹.

A atomização relativa dos súditos pode também ocorrer como resultado imprevisto de outras mudanças políticas ou sociais, que não se destinam nem a atomizar a população, nem a contribuir com o poder ilimitado do governante. Isso pode muito provavelmente ocorrer onde os reformadores e revolucionários usam o aparelho estatal para controlar certos grupos sociais e econômicos, como a nobreza, os latifundiários ou capitalistas, e onde o Estado é usado como instrumento primordial para controlar o desenvolvimento econômico e político do país. A concentração de poder do Estado pode controlar com êxito os grupos específicos contra os quais são instituídas certas medidas. Contudo, dessa concentração de poder resultam outras consequências de longo alcance para esse controle ou desenvolvimento. A confiança no Estado para conseguir esses objetivos não apenas utiliza a concentração de poder existente nele, mas também contribui para seu crescimento tanto absolutamente, quanto em comparação com outras instituições da sociedade. Além disso, essa confiança no Estado não apenas deixa de fortalecer a população e suas instituições independentes, quanto tem toda a probabilidade de enfraquecê-las de maneira absoluta e relativa. Por exemplo, o estabelecimento do controle estatal sobre a economia pode dar ao governante atual ou ao futuro os meios pelos quais “mantém em estreita dependência a população que ele governa”, como assinala Tocqueville⁶⁰. O domínio estatal da economia possibilitou a certos regimes, como o comunista, a aplicação de uma lista negra em massa contra os dissidentes políticos. Essa capacidade em muito excedeu a dos primeiros capitalistas, que usaram tais listas com bem menos eficácia para impedir que os organizadores dos sindicatos conseguissem empregos.

A concentração do poder efetivo no Estado não apenas fornece ao governante os meios de controle direto sobre a população. Essa concentração também tenderá a exercer uma variedade de pressões e influências psicológicas sobre as pessoas, que não apenas reduzirão sua capacidade de exercer controle sobre o governante, como também seu desejo de fazê-lo. O indiví-

duo está sujeito à influência extrema da massa e está pressionado a aceitar opiniões sem a oportunidade de avaliar razoavelmente⁶¹, especialmente as pressões sob pretextos de moralidade, ideologia, patriotismo e competência. Aqueles que tentam atuar em conjunto para modificar a sociedade ou desafiam a onipotência do governante são considerados como perigosos e anti-sociais⁶². A população aceita cada vez mais que é direito, e mesmo dever do governante, “guiar, bem como governar cada cidadão em particular”⁶³. Essa doutrina é perigosa para a liberdade e para a manutenção e desenvolvimento de controles sobre o poder político do governante.

Quaisquer que sejam as aparentes vantagens a curto prazo, os resultados a longo prazo da confiança no poder concentrado no Estado para lidar com os problemas da sociedade podem ser desastrosos para o futuro político da sociedade.

A DISTRIBUIÇÃO REAL DE PODER PODE INFLUENCIAR AS FORMAS INSTITUCIONAIS DE GOVERNO

A estrutura real de poder da sociedade tem, a longo prazo, a possibilidade de ajudar a determinar o modelo institucional formal de governo. Uma estrutura de poder difusa na sociedade como um todo, com múltiplos *loci* de poder efetivos, tenderá a produzir uma forma mais democrática. Por outro lado, uma sociedade de indivíduos atomizados e com poder concentrado nas mãos do Estado, facilitará uma forma despótica de governo. “Aquilo que chamamos de constituição é apenas a história do coroamento da estrutura social; e onde os estágios inferiores são totalmente diferentes, os estágios superiores também devem diferir”, escreveu F. C. Montague⁶⁴. De forma semelhante Mosca argumentava que os limites de fato sobre o poder do governante, ou a ausência dos mesmos pode levar ao seu posterior reconhecimento na constituição e na lei⁶⁵. Os *loci* de poder difusos podem ser tão fortes, que o go-

vernante chegue a reconhecer oficialmente sua dependência deles mediante mudanças institucionais. “A reunião do parlamento tinha, desde o começo, como característica essencial, escrevia Jouvenel, o fato de que era a convocação de autoridades, grandes e pequenas, às quais o rei não podia ditar ordens e com as quais tinha de debater”⁶⁶. E reciprocamente, onde esses grupos e instituições sociais estão relativamente ausentes ou são fracos, incapazes de resistir ao governante central e incapazes de controlar as fontes de seu poder, a estrutura política formal pode mudar de nominalmente democrática a uma forma aberta e altamente centralizada e despótica.

Mudanças nos quadros formais do governo que procurem refletir a distribuição real do poder e a condição estrutural da sociedade como um todo normalmente são feitas apenas depois de um lapso de tempo. As formas exteriores de um sistema político podem subsistir até muito tempo depois que a distribuição de poder na sociedade, que originalmente ajudou a produzir essas formas governamentais, já se alterou significativamente. O mecanismo formal da democracia constitucional pode continuar por algum tempo depois que a difusão efetiva de poder entre grupos e instituições da sociedade foi substituída pela concentração efetiva de poder nas mãos do governante. Se isso acontecer, o poder potencial do governante pode estar tão fora do controle na prática como se a constituição fosse francamente autocrática. Embora a antiga constituição possa subsistir muito tempo depois que as condições que a produziram tenham mudado, essa situação é, em princípio, muito instável. Uma forma francamente autocrática de governo pode ser aceita com facilidade numa sociedade em que os grupos sociais e as instituições não estatais são fracas, já controladas pelo governante, ou talvez incapazes de ação independente e de resistência ao governante, e a população ou não deseja resistir às usurpações ou se sente impotente para fazê-lo. Isso pode ser introduzido como um dispositivo “temporário” para satisfazer uma necessidade ou emergência particular, ou como uma mudança permanente. Nesse segundo caso, a mudança pode surgir a partir de modificações constitucionais graduais, alterações na prática, decisões judiciais, legislação e coisas semelhantes. Alternativamente, a mudança

pode resultar de uma usurpação executiva, golpe de estado, ou invasão estrangeira. Às vezes a mudança pode surgir diretamente das “exigências” para levar a efeito uma guerra externa ou interna.

Também pode ocorrer uma situação inversa. Um tipo de governo formalmente ditatorial, que se originou há mais tempo, pode continuar a existir por algum tempo depois que grupos e instituições sociais não estatais da sociedade, que permaneceram sob esse sistema, cresceram em força e em capacidade de ação independente, e talvez depois que surgiram outros totalmente novos, com essas qualidades. Nesse caso, ao mesmo tempo em que a constituição formal ainda é ditatorial, na prática esses *loci* de poder exercem um grau significativo de controle sobre o governante. Isto é, a sociedade na prática se tornaria mais democrática do que o indica a configuração governamental formal remanescente. Nesse caso, igualmente, as relações de poder alteradas e a condição estrutural tenderiam por sua vez a ser formalmente reconhecidas por uma mudança constitucional.

Em ambos os casos, a condição estrutural da sociedade e a distribuição real do poder efetivo têm na prática a probabilidade de modificar o funcionamento do exercício do poder do governante, contrariamente aos dispositivos formais constitucionais e à estrutura governamental.

Às vezes a incongruência entre a condição estrutural da sociedade e a estrutura formal de governo pode existir quando um governante — especialmente na forma de um partido político orientado ideologicamente — assume o controle do Estado para impor uma ditadura destinada a remodelar a estrutura básica da sociedade. O êxito ou fracasso desse esforço seria então significativamente influenciado pela condição estrutural da sociedade: ou os grupos e instituições sociais da sociedade são suficientemente fortes para resistir às tentativas de instalar a ditadura, ou muito fracos para ter êxito e mesmo tentá-lo, ou de bom grado favorecem, em prejuízo próprio, o objetivo do governante.

CONTROLE DE PODER POLÍTICO COMO RESULTADO DE FORÇA INTERNA

Assim, o grau em que o poder de um governante pode ser controlado pelos súditos depende antes de mais nada da força interna da ordem social e dos próprios súditos. Essa visão contraria as explicações referentes às formas de controlar o poder, comumente apresentadas. É comum hoje em dia depositar confiança quase total na constituição formal, na legislação e nas decisões judiciais para estabelecer e preservar a liberdade política. Também é comum supor que apenas as intenções, atos e política de um ditador ou opressor (seja um indivíduo ou um grupo) sejam responsáveis pela existência de uma ditadura ou opressão. Além disso, comumente também se supõe que a eliminação de um ditador ou opressor trará por si mesma uma situação de liberdade. Contudo, à luz dessa análise, essas visões são totalmente errôneas. Pior que isso, elas com toda probabilidade levam a políticas que são incapazes de produzir os resultados desejados.

A visão de que o poder do governante é, em última análise, consequência da situação da própria sociedade, não é nem original nem nova. Essa visão foi provada por vários teóricos e observadores políticos durante séculos.

William Godwin, pensador político inglês do final do século XVIII, por exemplo, era de opinião que o caráter das instituições políticas é amplamente determinado pelo nível de compreensão social e política do povo. Se essa compreensão for limitada, então nessa mesma medida as instituições serão imperfeitas. Se sua compreensão for grande, as instituições que são aceitas serão melhoradas, e as instituições rejeitadas serão destruídas por falta de respaldo⁶⁷. Portanto, mudanças na opinião do público precedem necessariamente às mudanças sociais e políticas, se é que estas pretendam ser duradouras⁶⁸. O grau de imaturidade ou maturidade da população se refletirá no sistema político, conforme escrevia Godwin, produzindo um regime ditatorial ou uma situação de liberdade. Fraqueza interna torna um povo presa fácil de um conquistador, ao passo que o esforço

para oprimir um povo maduro na liberdade, provavelmente não irá muito longe⁶⁹.

Maquiavel, pensador italiano “realista” e conselheiro de príncipes do século XVI, apontava para a incapacidade, que um povo não acostumado ao autogoverno responsável tem, de manter a liberdade⁷⁰. Escrevia ele que isso era comparável a um animal criado num cativeiro que, quando solto, é incapaz de conseguir a própria sobrevivência. Torna-se presa da primeira pessoa que busca devolvê-lo à antiga condição⁷¹. “Pois não foi nem o nome, nem a posição de ditador, que tornou Roma servil, mas a perda de autoridade da qual os cidadãos foram despojados pela duração de seu domínio”⁷². O grau de obediência passiva a que se acostumou sob um primeiro príncipe, ou em vez disso, o grau de vitalidade e participação dos súditos numa república, é significativo, argumentava Maquiavel, na determinação da facilidade ou dificuldade relativa que um novo governante encontrará na tentativa de se instalar no lugar⁷³.

O barão de Montesquieu, filósofo político francês do século XVIII, que chamou a atenção para sua visão sobre uma divisão de poderes dentro do governo, também contribuiu para a compreensão da relação entre força interna da sociedade e o tipo de governo que ela tem. Montesquieu enfatizou a importância da “virtude” (definida como amor ao país e à igualdade) na manutenção da liberdade e do governo popular⁷⁴. Ele acrescentou: “Os costumes de um povo escravizado fazem parte de sua escravidão, e os de um povo livre fazem parte de sua liberdade”⁷⁵. Mosca citava, entre os fatores que são necessários à resistência e controle do governante, a presença de “forças sociais organizadas” não controladas pelo governante⁷⁶. Tocqueville argumentava que a “paixão e o hábito de liberdade” contribuiam à preservação da liberdade. Por outro lado, escrevia ele, “não posso conceber nada mais adequado à sujeição, em caso de derrota, do que um povo democrático sem instituições livres”⁷⁷. Jouvenel associava a situação de liberdade à vigilância ativa dos cidadãos⁷⁸, e afirmava que quando as qualidades de liberdade existem num alto grau, isso provém da “afirmação feita pelo homem de seus próprios direitos...”⁷⁹

De forma significativa, as posições de Mohandas K. Gandhi, estrategista e líder não-violento do movimento nacionalista na Índia, são plenamente compatíveis com esses teóricos nesse aspecto da relação entre o poder social e a liberdade política. Gandhi argumentava repetidas vezes que um genuíno autogoverno (*swaraj*) não era simplesmente uma questão de dispositivos governamentais e de identidade do governante. Ao contrário, a democracia se baseia na força interna da sociedade⁸⁰. Ele atribuía a sujeição india ao domínio inglês à situação de impotência da própria Índia⁸¹. Porque “acima de tudo, um povo tem o governo que merece”, um autogoverno só pode “surgir mediante esforço próprio”⁸². Antes de ser estabelecido um governo autônomo, é preciso que as pessoas se desvencilhem dos “sentimentos de impotência”; sem autoconfiança, não podem atuar no sentido de mudar a estrutura política⁸³. “Uma constituição perfeita impõe a uma situação interna desintegrada seria como um sepulcro caiado”⁸⁴. Por isso, uma revolução não-violenta não seria um programa de tomada de poder, mas sim a “transformação de relações que vá dar numa transferência pacífica de poder”⁸⁵. E Gandhi afirmou que uma Índia internamente fortalecida, capaz de suprir suas necessidades básicas, autoconfiante, estaria segura contra os poderes estrangeiros, mesmo sem armamentos⁸⁶.

IMPLICAÇÕES DESSA ANÁLISE PARA O CONTROLE DO PODER POLÍTICO

Pelo menos três conclusões podem ser deduzidas dessa discussão referente aos meios de controlar o poder político:

1. Sociedades em que não estão presentes fortes *loci* de poder e em que os súditos estão relativamente atomizados, apesar das constituições formais, são altamente suscetíveis de tirania e de outras formas de poder político incontrolável.

2. Sob tais circunstâncias, a simples substituição da pessoa ou do grupo que ocupa a posição de governante é insuficiente

para que se possa estabelecer o efetivo controle sobre o poder de quem quer que ocupe essa posição.

3. Para um controle efetivo do poder do governante, a longo prazo, o poder deve ser realmente distribuído e difundido entre os vários grupos e instituições sociais através da sociedade.

Consideremos agora cada um desses tópicos com mais detalhe.

AS CONSTITUIÇÕES SÃO INSUFICIENTES PARA CONTROLAR O PODER DE UM GOVERNANTE

Vimos que, no esforço de controlar o poder de um governante, as formas institucionais de governo são secundárias em importância em relação à distribuição real do poder através da sociedade. Igualmente, o enfraquecimento ou destruição dos *loci* de poder com toda probabilidade aumentará significativamente as dificuldades dos súditos no controle de seu governante.

Nem mesmo uma constituição democrática, que estabeleça limites aos poderes legítimos de governo, que estabeleça procedimentos regulares para a conduta do governo e para a escolha do governante, e que garanta certas liberdades e direitos aos súditos, é suficiente para inverter essa tendência. Onde a sociedade for fraca e o governante democrático for poderoso, os limites tradicionais ou constitucionais aos poderes de governo e as barreiras às prerrogativas do governante não serão capazes de impedir a tomada das rédeas do governo por um regime antidemocrático, mediante golpe de Estado ou invasão. Nessa mesma situação, em que a sociedade for estruturalmente fraca, os súditos também não serão capazes de impedir que os governantes escolhidos mediante processos constitucionais estendam gradualmente seu poder para além dos limites legítimos, ou que imponham uma usurpação do poder executivo. Quando um grupo poderoso está disposto a violar as “regras” em uma democra-

cia, a constituição e as leis em si mesmas não conseguem impedir a usurpação.

Contudo, uma sociedade estruturalmente forte, com capacidade de poder efetivo distribuído entre os grupos e instituições da sociedade, tem o potencial para regular as fontes de poder do governante e para lutar efetivamente no sentido de manter ou restaurar um sistema governamental democrático.

Essa posição a respeito das exigências estruturais dos sistemas democráticos constitucionais hoje em dia não é reconhecida de forma adequada, nem mesmo pelos ferrenhos adversários de ditaduras e pelos que lutam pela liberdade. Em vez disso, os democratas dos mais variados matizes julgam que uma constituição, que delimita a estrutura e o âmbito próprio do governo para o funcionamento do Estado, seja a chave para o estabelecimento e a preservação de uma sociedade política democrática. Contudo, apesar dessas constituições, um grande número de democracias constitucionais têm sido substituídas por regimes autoritários ou ditatoriais de origem estrangeira ou nacional. Isso deveria demonstrar que, quando um grupo poderoso não está disposto a ater-se à constituição, as prescrições e restrições desta são, por si só, insuficientes para controlar os poderes do governante. A sociedade necessita também da capacidade de controlar governantes que não estejam dispostos a conformar-se voluntariamente aos limites e procedimentos estabelecidos pela constituição.

Numa sociedade que é internamente fraca, com poder concentrado no Estado, as barreiras constitucionais não podem impedir uma tomada antidemocrática do poder. Sob tais condições os súditos também serão incapazes de evitar que um governante escolhido constitucionalmente se ocupe em estender ilegitimamente seu poder de forma gradual, ou que suspenda a própria constituição — talvez invocando como pretexto uma crise nacional. O que fazem os súditos, por exemplo, se seu presidente eleito, escudado pelas forças militares, declara estado de emergência para tratar de uma suposta crise, suprime o legislativo, cancela as eleições, prende os líderes da oposição e exerce controle sobre jornais, rádio e televisão?

Para fazer frente a essas situações, os súditos devem ser capazes de contrapor ao poder do usurpador seu próprio poder. Para fazê-lo, devem estar aptos a lutar com eficácia. Isso requer a posse de *loci* efetivos de poder distribuídos na estrutura social.

Contudo, essa condição necessária pode não estar presente. As instituições não-estatais da sociedade podem ser fracas e já estar sujeitas aos controles governamentais. Nenhum grupo capaz de frustrar a usurpação pode preservar ou desenvolver a capacidade de ação e de resistência independentemente do governante. As tarefas normais de toda a sociedade podem estar inextricavelmente ligadas ao aparato estatal. Amplos setores da população podem estar direta ou indiretamente dependentes desse mesmo aparato para sua subsistência econômica. O povo pode ter-se acostumado a transferir seus problemas ao "governo", em vez de abordá-los ele mesmo. Se ocorrer isso, então são muito pequenas as chances de resistência à usurpação — e muito menos, as chances de uma resistência bem-sucedida. A estrutura da sociedade e a distribuição de capacidade de poder efetivo em tempos normais, assim como o modo de tratar os problemas sociais e econômicos influenciarão muito fortemente e irão mesmo determinar sua capacidade de resistir às tentativas de se impor uma ditadura.

Nessa situação são irrelevantes os motivos daqueles cuja política e atos enfraqueceram os *loci* de poder da sociedade e ampliaram o poder do aparato estatal. Os usurpadores não acharão sua tarefa mais difícil simplesmente porque essas mudanças eram promovidas por um governo que buscava sinceramente corrigir injustiças, promover o bem-estar, ou estabelecer um poder militar e administrativo eficaz para deter e malograr as ameaças militares internacionais ou os ataques do terrorismo interno ou da guerrilha.

Nas democracias constitucionais, os diversos grupos constantemente tenderam a dar ao Estado maiores responsabilidades sobre a sociedade como um todo, assim como maior poder. Quase todos os grupos puseram sua confiança na capacidade militar do Estado para lidar com perigos estrangeiros. Os reformadores e revolucionários sociais de vários tipos confiaram no

Estado para efetuar as mudanças que desejavam e para tratar com os grupos que consideravam como responsáveis pelos males sociais ou que se opunham às mudanças desejadas. Essa confiança no Estado foi justificada em termos democráticos pela alegação de que o legislativo ou outros organismos determinantes da política estavam exercendo o controle democrático para benefício de toda a sociedade. Nesses casos, grupos e instituições sociais como a família, sindicatos, grupos religiosos e associações industriais continuaram a existir fora do Estado. Contudo, sua independência e poder *relativos* para controlar o governante foram quase que significativamente reduzidos em comparação com o poder desses *loci* em períodos anteriores. Às vezes, a independência e força desses grupos e instituições foram minados por motivos menos nobres. Embora variem as consequências desse solapamento e sujeição, quaisquer que sejam os motivos de caso para caso, nessa situação específica são sempre as mesmas: o poder potencial do governante é aumentado às custas da sociedade.

Quando os *loci* de poder são enfraquecidos e o potencial de poder do governante se expande, está criada a possibilidade de uma mudança na constituição e na forma de governo rumo a uma ditadura. Não ocorrerá necessariamente uma mudança imediata, e freqüentemente é até improvável. Pelo menos uma aparência — e às vezes algo de realidade — de controle popular sobre o governo ainda se mantém por algum tempo. Quando isso ocorre, o controle normalmente depende da disposição do próprio governante em se conformar a certos padrões ou limites requeridos pela constituição, pelas leis, tradição ou código moral. Contudo, mesmo um governante eleito pode não estar disposto a aderir a tais limites. Ou o poder do governante pode-se expandir gradualmente numa série de pormenores, as vezes aparentemente inocentes, de maneira a parecer que ninguém note ou se moleste por isso. Ou as rédeas de governo podem ser abruptamente tomadas de um governante, que deliberadamente se comportou com auto-restrição, por um grupo mais ávido em utilizar mais plenamente o potencial de poder da posição. Em casos como esses, o governante, uma vez estando no controle do aparato estatal, terá à sua disposição toda a máquina

governamental e os sistemas de controle sobre os súditos e suas instituições que foram moldados em tempos “normais”⁸⁷, embora por motivos muito diferentes. A população será então fraca em comparação com o governante e com menor capacidade de resistência eficaz do que seria caso as instituições sociais não tivessem sido debilitadas e o poder do Estado aumentado⁸⁸.

A base de sua análise dos efeitos políticos do enfraquecimento dos *loci* de poder independentes nas sociedades democráticas, Tocqueville predisse que, se o poder absoluto fosse restabelecido nessas sociedades, “assumiria uma nova forma e apareceria sob feições desconhecidas a nossos antepassados”⁸⁹. Ele fez esse prognóstico mais de um século antes do surgimento dos sistemas totalitários da União Soviética stalinista e da Alemanha nazista.

Nossa experiência manifesta inadequação dos limites constitucionais sobre o poder dos governantes e o terror da ameaça da tirania moderna são ao mesmo tempo suficientemente graves para nos estimular a olhar além das prescrições constitucionais e legais, para se ter meios de controlar os governantes que não estejam dispostos a aceitar esses limites.

Na teoria democrática, o direito dos cidadãos de recorrer à revolução violenta contra os tiranos é um fato reconhecido. Contra ameaças estrangeiras, as democracias constitucionais se escudaram nas forças militares. Existem hoje em dia fundamentos para nos deixar insatisfeitos com a eficácia desses meios em lidar com uma situação de emergência. Tanto a revolução de massas violenta contra tiranos, como a resistência militar aos invasores podem enfrentar empecilhos práticos ao sucesso. Quando sujeitos desarmados tentam uma revolução violenta contra um governante muito bem armado, quase sempre estão numa posição de séria desvantagem que com uma grande probabilidade os conduzirá a uma derrota previsível. Contra um golpe que atacou o governo constitucional, eles não são capazes de competir porque geralmente as forças militares iniciaram ou apoiam o golpe. No caso de uma invasão estrangeira, o governante invasor de um Estado estrangeiro geralmente terá concluído que seu regime tem uma clara superioridade militar so-

bre o país atacado, de maneira que a resistência militar defensiva tenha reduzidas possibilidades de impedir seu êxito.

A guerrilha às vezes é considerada como substitutivo para esses meios. Contudo, ela padece de graves limitações devidas à tendência a imensos desastres, à duvidosa probabilidade de êxito, à freqüência das lutas de longa duração e às consequências estruturais. O regime que está sendo atacado se torna imediatamente mais ditatorial e o regime que se segue, mesmo após uma luta vitoriosa, também é mais ditatorial devido ao impacto centralizador das forças militares ampliadas e ao enfraquecimento ou destruição dos *loci* de poder da sociedade, durante a luta.

Assim, é necessário olhar para além tanto dos dispositivos constitucionais formais, quanto das sanções violentas, por cujos meios a população pode exercer controle efetivo sobre os governantes do próprio país e estrangeiros, em tempos de crise.

Se na época dessas crises a sociedade não possuir grupos e instituições sociais fortes, capazes de ação independente, aptos a exercer um poder efetivo, daí então a confiança tão somente nos dispositivos constitucionais formais para impor limites ao governante pode-se mostrar desastrada. Tocqueville preveniu para o que ocorreria em tal situação:

...as nações democráticas... facilmente trazem toda sua força disponível ao campo, e quando a nação é rica e populosa logo se torna vitoriosa; mas se for conquistada, e seu território invadido, tem poucos recursos no comando; e se o inimigo toma a capital, a nação está perdida. Isso pode ser explicado muito bem: como cada membro da comunidade está individualmente isolado e é extremamente impotente, ninguém de todo esse grupo pode defender-se ou combinar um encontro com outros. Nada é forte num país democrático exceto o Estado; como a força militar do Estado é destruída pela destruição do exército e seu poder civil é paralisado pela captura de sua cidade principal, tudo o que resta é apenas uma multidão sem força ou governo, incapaz de resistir ao poder organizado pelo qual é assaltada... Depois dessa catástrofe, a população não apenas é incapaz de prosseguir nas hostilidades,

como podemos deduzir que nem mesmo estará disposta a tentá-lo⁹⁰.

A SIMPLES MUDANÇA DE GOVERNANTES TAMBÉM É INSUFICIENTE PARA ESTABELECER UM CONTROLE DURADOURO

Até aqui deve ficar claro que o estabelecimento de controle real e duradouro sobre o poder dos governantes não se deve conseguir simplesmente pela mudança de um governante por outro para ocupar o grau máximo de comando. É preciso haver mudanças mais radicais. Contudo, em democracias constitucionais a maior parte do debate político se centraliza em *quem* deverá controlar a estrutura política formal. Se estivermos interessados em melhorar os princípios democráticos, a questão fundamental então passa a ser esta: que tipo de ordem social e política é desejável e capaz de resolver o problema do controle do poder político a longo prazo?

O enfoque primário sobre o aspecto pessoal ou partidário, mais do que sobre a estrutura, resultou em parte de uma falta de raciocínio claro. Em geral não conseguimos distinguir entre um determinado tirano e a situação e sistema de tirania⁹¹. Disso se seguiu que, enquanto se investiram grandes esforços para depor o tirano, deu-se pouca ou nenhuma atenção à mudança da situação que tornou possível a tirania. No momento em que o povo buscava meios ativos de luta para combater um tirano do próprio país ou um estrangeiro intruso, deu-se pouca ou nenhuma atenção à escolha consciente dos meios de luta que teriam não apenas a chance de eficácia imediata, mas também ajudariam a estabelecer, a longo prazo, uma firme capacidade de controle sobre o poder de qualquer governante. Em alguns casos, ao contrário, os meios de combate usados de fato parecem ter tornado mais difícil o controle a longo prazo.

Também não temos conseguido distinguir entre eleições populares para a escolha do pessoal ou partido que vai ocupar a

posição do governante e a situação em que o povo possui a oportunidade de participação ativa na sociedade política⁹². Como resultado a atenção foi enfocada nas eleições periódicas. Contudo, deu-se pouca ou nenhuma atenção à necessidade de distribuir o poder entre os vários grupos e instituições sociais, e ao fortalecimento da capacidade de um povo tomar decisões por si mesmo e de manter um controle efetivo sobre o poder do governante.

Uma mudança no pessoal ou partido que ocupa a posição de governante pode fazer diferença ou não. Às vezes a diferença será significativa, para melhor ou para pior. Se a mudança fizer diferença, o que ocorre parece variar com os seguintes fatores: 1) o grau de autocontrole do governante; 2) seus alvos sociais e políticos; 3) os meios usados para obter a posição de governante, para manter essa posição e para executar sua política. Se existirem diferenças entre o antigo governante e o novo, o que influencia são esses fatores e não apenas uma simples mudança no pessoal que ocupa a posição de governante, nem mesmo a capacidade dos súditos de influenciarem a escolha do novo pessoal. Nem essa mudança nem essa influência demonstram necessariamente a capacidade que a população tem de controlar seu governante se este *não está disposto* a ser controlado. As situações políticas em que os governantes não querem submeter-se a restrições e limitações no exercício de seu poder são as mais cruciais e perigosas e requerem soluções com grande urgência.

Freqüentemente a capacidade que os governados têm de ajudar a selecionar seu governante e influenciar as estratégias políticas e as práticas de um governante que está disposto a ser influenciado, será confundida com a capacidade real de *controlar* o exercício do poder de um governante que está determinado a proceder sem restrições. Essa confusão pode igualmente criar a ilusão de um controle democrático maior do que é na realidade. Essa ilusão pode facilitar ao governante ampliar seu controle e poder, ao mesmo tempo em que os súditos se tornam cada vez mais complacentes e menos interessados em reivindicar controles e menos dispostos a resistir⁹³. Essa confusão pode também ajudar a criar a impressão de que existe uma diferença

maior entre os candidatos à posição de governante do que de fato ocorre. A observação de Tocqueville ainda é válida: “Nossos contemporâneos estão, portanto, muito menos divididos do que comumente se imagina; estão constantemente disputando sobre quem deve ser investido da supremacia, mas prontamente concordam quanto aos deveres e direitos dessa supremacia”⁹⁴.

Já que o grau em que a capacidade do governante de exercer o poder de fato varia de acordo com os fatores acima, uma mudança de governante pode resultar a curto prazo numa mudança quanto à amplitude e ao modo como o poder do governante é aplicado. Contudo, e isto é muito importante, uma mudança do pessoal que ocupa a posição de governante em si mesma não reduz a *capacidade* de exercer um poder não controlável pelos governados, quem quer que seja o governante. Essa mudança só acompanhará a troca de governante se tanto os *loci* de poder esparramados por toda a sociedade quanto também a capacidade que os governados têm de opor resistência ao governante se fortalecerem antes da mudança de pessoal, ou durante os esforços por conseguir essa mudança. Caso contrário, não ocorreu nenhuma mudança no potencial para a tirania. Portanto, é necessário um crescimento da capacidade de liberdade por parte da sociedade caso se queira pôr fim à própria tirania, bem como ao regime de um determinado tirano.

Pois uma revolução formada pela liberdade se torna confirmação da liberdade (escreveu Montesquieu). Uma nação livre pode ter um libertador: uma nação escravizada só pode ter outro opressor. Pois quem quer que seja capaz de dethronar um príncipe absoluto tem o poder suficiente de se tornar, ele próprio, absoluto⁹⁵.

Mesmo quando pareça haver alguma mudança na forma exterior e na constituição do sistema político, a mudança de fato pode ser mais limitada do que parece ser, caso permaneça intacta a própria estrutura de poder. A mudança de monarquia para república, disse Jouvenel, manteve intacto o conjunto todo do Estado monárquico, enquanto a posição do rei era assumida pelos “representantes da nação”⁹⁶. “...Uma vez que se admite

o princípio da soberania inquestionável e ilimitada de uma vontade humana, o regime resultante é o mesmo em substância, qualquer que seja a pessoa, real ou fictícia, a quem se atribui essa soberania”⁹⁷. Por causa disso, os sistemas que parecem ser mais opostos entre si, mas que conferem um poder incontrolável semelhante sobre a pessoa ou grupo que ocupa a posição de governante, têm muito em comum⁹⁸.

Sob um sistema com uma firme estrutura, em que um grupo é dominado e outro domina, conforme escrevia Simmel, a menos que ocorra “uma mudança fundamental na forma social”, mesmo a “libertação dos governados muitas vezes não implica a liberdade geral... mas apenas a ascensão dos subordinados ao estrato governamental”⁹⁹. A menos que a “libertação dos subordinados” seja precedida ou acompanhada pela quebra da concentração de poder efetivo e sua distribuição por toda a sociedade e pelo fortalecimento das instituições da sociedade em confronto com o governante, a simples mudança de pessoas na posição de governante não irá aumentar a possibilidade de os governados controlarem a capacidade de poder do governante. Isso vale tanto no caso em que a posição do governante continua a ser ocupada pela mesma pessoa por longo tempo, quanto se o pessoal que ocupa essa posição é substituído periodicamente, enquanto a estrutura de poder da sociedade permanece essencialmente inalterada¹⁰⁰. Se quisermos que o poder político dos governantes seja submetido a controle então, com certeza necessitaremos de mudanças mais fundamentais.

A DESCENTRALIZAÇÃO DE PODER É ESSENCIAL PARA UM CONTROLE DURADOURO

O estabelecimento de uma capacidade duradoura de exercer controle eficiente sobre o poder político — especialmente em tempos de crises — requer o fortalecimento da sociedade às custas do governante. Isso quer dizer que o estabelecimento

desse controle requer a descentralização significativa da capacidade de poder efetivo para uma multiplicidade de grupos e instituições sociais. Esses *loci* de poder serão capazes, então, de desempenhar papéis significativos no funcionamento normal da sociedade, de exercer um poder eficaz e de controlar a disponibilidade para o governante das fontes de poder.

Não é suficiente que seja permitido a esses grupos e instituições dar sugestões ao governante e ajudá-lo a administrar sua política. Eles devem ser capazes de tomar decisões independentes e de executá-las por si mesmos. "Como pode uma população não acostumada à liberdade em questões de pouca relevância, dizia Tocqueville, aprender a usá-la com prudência em assuntos importantes?"¹⁰¹ Assim, o estabelecimento da capacidade de exercer um controle eficiente sobre o poder dos governantes requer mudanças sociais opostas às tendências significativas da política moderna.

Onde ainda existem *loci* com tal capacidade numa sociedade, normalmente seria importante preservá-los e aumentá-los. Ou, se por algum motivo eles se tornarem inadequados, seria importante formar grupos e instituições alternativos. Onde se julgar necessário enfraquecer ou eliminar certos grupos e instituições existentes, que estejam empenhados em atividades indesejáveis — digamos por exemplo, oprimindo outros grupos da população — seria importante fazer isso através de meios que não concentrem ainda mais poder nas mãos do governante nem enfraqueçam a população em geral. Nesses casos seria necessário substituir os antigos *loci* por novos grupos, associações e instituições que tenham meios de poder independentes e eficientes. Os novos *loci* ajudariam então a tornar a liberdade dos governados, enquanto indivíduos, mais segura, ao mesmo tempo em que não se diminuiria sua igualdade.¹⁰² Se quisermos preservar a liberdade, cada cidadão deve "combinar com seus concidadãos quais as metas para defendê-la..."¹⁰³.

Muitos governantes — talvez a maioria — provavelmente irão desencorajar ou opor uma resistência ativa a essa descentralização de poder e fortalecimento dos grupos e instituições independentes, existentes na sociedade. Até a simples menção

disso pode ser considerada como subversiva. Contudo, às vezes um governante pode crer com sinceridade em princípios democráticos e pode, portanto, encorajar e facilitar o processo de descentralização. O regime sozinho não pode, contudo, levar a cabo esse processo; requer a iniciativa, participação e aceitação ativas de responsabilidade por parte de grupos, associações e instituições da sociedade. Na maior parte dos demais casos, o desenvolvimento e fortalecimento de tais *loci* podem obter-se de forma totalmente independente, apenas mediante esforço voluntário, como Gandhi imaginou o desenvolvimento de uma sociedade descentralizada mediante seu programa construtivo¹⁰⁴. Grupos já existentes podem igualmente contribuir para essa descentralização mediante suas lutas para conseguir uma liberdade de ação, autodeterminação ou controle local relativamente maiores a favor de bairros, cidades e regiões, e conseguir autonomia plena para nações que se acham sob domínio externo.

Os meios de luta usados nessas situações e o tipo de sanção última em que se apóiam a sociedade e os *loci* em tempos de crise também serão importantes para influir na descentralização ou concentração de poder nessa sociedade política, como examinaremos com mais detalhe.

Outros meios de se obter descentralização, podem ser desenvolvidos e os antigos podem ser aprimorados. Mas qualquer que possa ser a variedade de meios que são instrumentos para esse fim, a distribuição de poder efetivo através da estrutura social como um todo é uma das exigências para se obter uma capacidade duradoura de evitar a tirania e outras expressões de poder político fora de controle.

Para estabelecer controle efetivo sobre os governantes, são relevantes tanto as questões de organização social, quanto de técnicas de ação (inclusive sanções últimas). Na busca da solução ao problema do controle do poder político e na tentativa de encontrar meios para desenvolver o tipo de sociedade que facilite esse controle, necessitamos encontrar resposta para estas perguntas:

1. Como as pessoas podem organizar uma sociedade livre de tal forma que preservem e aumentem sua capacidade de continuar sendo livres?

2. Como as pessoas podem produzir mudanças sociais e políticas de tal forma que enfrentem o problema em pauta e também facilitem, sem obstaculizar, o controle do poder político a longo prazo?

3. Como uma sociedade pode lidar com casos particulares de poder político fora de controle (como em opressão, tirania e guerra) por meios que ao mesmo tempo ajudem a resolver o problema imediato e também ajudem a controlar e distribuir — ao invés de concentrar — o poder político a longo prazo?

Essas e outras questões estão intimamente relacionadas à técnica de ação usada para produzir mudanças e ao tipo de sanção em que se confia para manter o sistema social. Isso porque a natureza das sanções aplicadas em conflitos e para se fazer observar a lei tem uma íntima conexão causal com o grau de concentração ou difusão de poder na sociedade. Precisamos de uma compreensão mais ampla dessa conexão entre sanções e estrutura.

SANÇÕES POLÍTICAS E A DISTRIBUIÇÃO DE PODER EFETIVO

Os dois grandes tipos alternativos de sanções podem ser chamados de ação política violenta¹⁰⁵ e não-violenta. Esses dois tipos têm a probabilidade de ter efeitos totalmente diferentes sobre a futura concentração de poder na sociedade. Deixando de lado no momento outras questões relacionadas com a ação violenta e não-violenta em política, consideremos brevemente como a escolha de um ou outro desses tipos de sanções, como a técnica de controle de um governante ou de uma instituição podem influenciar significamente a capacidade de os governados controlarem o poder político a longo prazo.

A VIOLENCIA POLÍTICA CONTRIBUI À CONCENTRAÇÃO DE PODER

Foi amplamente reconhecido o fato de que as revoluções e guerras violentas foram acompanhadas e seguidas por uma concentração ainda maior de poder nas mãos do governante.

Após uma revolução violenta em que um novo grupo assumiu o controle do Estado, os novos governantes às vezes foram temporariamente considerados como mais humanitários e menos opressores do que os do regime anterior. Contudo, não tem havido garantia de que eles continuariam a ser assim. Lenin não o foi. Nem foi estabelecida qualquer barreira em seu sistema para evitar que outros que, porventura, assumissem a posição de governante depois dele, se comportassem bem mais autocraticamente, como o fez Stalin.

O enfraquecimento de grupos, associações e instituições da sociedade, e a concentração da capacidade de poder efetivo nas mãos do governante consequentemente não trouxe aos governados — e nem poderia — uma capacidade maior de controlar o poder de qualquer governante futuro que não desejasse ser controlado. Esse processo, argumentava Jouvenel, colocou os fundamentos do “Estado monolítico”¹⁰⁶.

Embora o efeito centralizador da guerra tenha se tornado bem claro no século vinte, essa tendência certamente fora demonstrada já muito antes¹⁰⁷. As mudanças tecnológicas e o colapso completo da distinção entre forças civis e militares acentuaram essa tendência. A mobilização efetiva de poder humano e outros recursos numa máquina de guerra eficiente, a necessidade de planejamento e direção centralizados, o efeito desagregador resultante de divergência e de controle não total, e o aumento do poder militar disponível ao governante, tudo isso contribuiu para a forte tendência da guerra moderna de concentrar cada vez mais poder efetivo nas mãos do governante.

Outros tipos de violência política também podem contribuir a esse processo centralizador. Os desenvolvimentos mo-

dernos em tecnologia e organização política parecem estar acen-
tuando as tendências da violência política na direção da centrali-
zação da capacidade de poder efetivo¹⁰⁸. Entre esses fatores
se incluem os seguintes:

1. Comando centralizado, controle dos preparativos e desencadeamento da violência política são geralmente necessários para se aplicar a violência com eficiência.
2. Isso requer controle centralizado das armas (e de outros recursos materiais), dos combatentes ativos e dos grupos e instituições, dos quais essas coisas dependem.
3. Esse controle (como nos fatores 1 e 2) significa um poder ampliado durante a luta para aqueles que exercem esse controle, inclusive a capacidade de aplicar violência física para preservá-lo.
4. Após uma luta vitoriosa mediante violência política, o grupo que controlava o comando da luta tem a probabilidade de conservar a capacidade de poder que acumulou durante a luta. Ou, se ocorrer um golpe, serão outros, ou uma parte do grupo original, que obterá o controle dessa capacidade de poder institucionalizado.
5. A tomada do antigo Estado, fortalecida pela capacidade adicional de poder recém-acumulada, significará um aumento total na capacidade efetiva de poder dos futuros governantes, quando comparada com os antigos.
6. Essa capacidade de poder também tem a probabilidade de crescer pela destruição ou enfraquecimento dos *loci* efetivos de poder durante a luta, resultando daí que os governados são deixados relativamente enfraquecidos frente ao governante.
7. O novo regime nascido da violência exigirá que se recorra ao uso da violência, e portanto à centralização, para se defender dos inimigos internos e externos.
8. Numa sociedade em que os governados e o governante consideram a violência como sendo o único tipo de poder efetivo e o único meio real de luta, e em que o governante tem uma grande capacidade de exercer a violência política, os governados provavelmente se sentirão impotentes.

Esses e outros fatores ajudam a reduzir a capacidade de controlar o poder do governante por parte dos governados, numa sociedade que confia na violência política como sendo sua máxima sanção e meio de luta.

SANÇÕES NÃO-VIOLENTAS CONTRIBUEM PARA A DIFUSÃO DO PODER

A ação não-violenta parece ter um efeito totalmente diferente a longo prazo, na distribuição de poder na sociedade. Essa técnica não só não tem os efeitos centralizadores da violência política, mas também parece contribuir significativamente à difusão de poder efetivo através da sociedade. Isso, por sua vez, tem a possibilidade de fazer com que a longo prazo seja mais fácil aos governados controlar o exercício de poder de seu governante. Uma aplicação generalizada da ação não-violenta em vez da violência política parece distribuir a capacidade de poder entre os governados pelas seguintes razões¹⁰⁹:

1. Embora uma forte liderança possa desempenhar um importante papel ao iniciar um movimento de luta não-violenta, à medida que o conflito se desenvolve e a liderança original é aprisionada ou talvez eliminada pelo adversário, um grupo permanente de liderança central freqüentemente deixa de ser necessário e, de fato, muitas vezes chega a ser até impossível de ser mantido. Em outros casos em que permanece a liderança, os participantes necessitam de uma autoconfiança ainda maior. O movimento como um todo tende assim a se tornar autoconfiante, e em situações extremas efetivamente acéfalo. Especialmente sob uma rígida repressão, a eficiência da ação não-violenta requer que os participantes sejam capazes de atuar sem qualquer dependência com relação a um grupo de liderança central.

2. O movimento não pode ser controlado a partir do centro mediante a regulamentação da distribuição de armas e mu-

nição aos combatentes, porque na ação não-violenta não existem armas materiais. Em vez disso, os ativistas dependem de qualidades como sua coragem, capacidade de manter a disciplina não-violenta e aptidão na aplicação da técnica. Essas qualidades e aptidões com mais probabilidade se desenvolvem com o exercício. Assim, essa prática ajuda a produzir uma maior autoconfiança do que no caso de tropas que confiam num reabastecimento do equipamento, munição, e ordens de oficiais comandantes.

3. As forças centralizadoras que operam na violência política não estão presentes na ação não-violenta. O grau de dependência dos líderes não-violentos é reduzido à medida que a batalha avança. Se eles continuam como líderes, é apenas por causa de sua autoridade moral voluntariamente aceita, pela visão que o povo tem deles como líderes e estrategistas idôneos e não por qualquer capacidade de forçar sua vontade mediante ameaças ou aplicação de violência contra os próprios participantes.

4. Onde os líderes não acumulam, no curso da luta, a capacidade de exercer violência política, não existem esses meios institucionalizados de repressão prontos a serem aplicados contra seus seguidores e outros, no período de pós-luta.

5. Onde alguns líderes adeptos da luta não-violenta aceitam posição de destaque no Estado, inclusive a de governante, como ocorre depois de uma luta por independência nacional, é verdade que terão à sua disposição os contingentes policiais e militares desse Estado, mas estes não terão se tornado maiores pela acumulação própria de suas forças militares e pela capacidade de desencadear violência política.

6. Os grupos e instituições sociais existentes na sociedade não terão sido enfraquecidos ou destruídos pela violência política, ou subordinados às suas exigências. Ao contrário, na luta não-violenta, esses *loci* de poder têm toda a probabilidade de ser fortalecidos. A experiência de atuar intimamente juntos na luta, a demonstração de uma maior autoconfiança, a aquisição de experiência quanto aos meios de afirmar sua capacidade de continuar e resistir à repressão e sujeição do adversário,

provavelmente fortalecerão consideravelmente esses *loci* numa luta não-violenta vitoriosa. Gandhi freqüentemente descrevia uma campanha de ação não-violenta como sendo um meio pelo qual as pessoas geram a força que irá capacitá-las a avançar rumo à aquisição de seus alvos políticos¹¹⁰.

7. Não se pode esperar que de uma campanha não-violenta por um objetivo político específico resulte imediatamente a total rejeição da violência por essa sociedade política em todas as situações. Contudo, é um passo nessa direção, podendo ou não se seguirem mais tarde outras substituições de sanções não-violentas por violentas.

As mudanças ganhas através da violência política têm a probabilidade de necessitar de violência política contínua para defendê-las. Essas mudanças “dadas”, sem ter havido esforço, podem ser facilmente eliminadas. Contudo, no curso de aquisição de mudanças pela luta não-violenta, a população gera também a capacidade de defender essas mudanças de forma não-violenta¹¹¹. Mudanças obtidas por ação não-violenta, portanto, têm mais probabilidade de ser duradouras. Essas mudanças também contribuem para libertar a sociedade, nessa área específica, da “necessidade” de confiar na violência política para manter a estrutura social¹¹².

8. Ao mesmo tempo em que acompanham uma luta com violência política, os súditos provavelmente se sentirão relativamente impotentes quando comparam sua própria capacidade de poder com a do governante; provavelmente se terá desenvolvido uma situação totalmente diferente durante a luta não-violenta vitoriosa. Em primeiro lugar, eles terão a probabilidade de ter experimentado uma transformação de seu poder *potencial* em poder *efetivo* ou real mediante uma ação não-violenta vitoriosa. Essa experiência lhes dará confiança, recursos e aptidão que ampliarão sua capacidade futura de mudança da sociedade e de controlar o poder efetivo de seu governante. Esse tipo de treinamento em “batalha” ajuda a aumentar a capacidade dos governados de aplicar a técnica em crises futuras, contribui à distribuição de poder efetivo e à capacidade de poder na sociedade¹¹³, e aumenta a capacidade dessa sociedade como um todo de controlar os governantes, naturais do país

ou estrangeiros, que procuram impor sua vontade contra a vontade dos cidadãos.

Se for válida, a discussão dessa seção tem várias consequências práticas importantes. Mesmo que admitamos uma eficácia igual aos dois tipos de sanções, a escolha de um ou de outro terá a longo prazo consequências totalmente diferentes para a sociedade. Esse é um motivo altamente importante para explorar o potencial de luta não-violenta.

Mas a obstinação generalizada e a teimosia coletiva não são suficientemente eficazes. A oposição genérica deve ser traduzida numa estratégia de ação e as pessoas precisam saber como empreender a luta que se seguirá quase que inevitavelmente a seu ato inicial de resistência. Isso inclui o como perseverar apesar da repressão. Precisam compreender a técnica baseada nessa concepção de poder, inclusive os métodos dessa técnica, sua dinâmica de mudança, exigências para o êxito e princípios de estratégia e tática. A implementação deve ser habilidosa. Portanto, necessitamos examinar em detalhe como a técnica da ação não-violenta — que se constrói sobre essa concepção de poder — funciona na luta.

Portanto, dirijamos nossa atenção em primeiro lugar à abordagem das características básicas da técnica não-violenta e a uma vista geral de sua história. Isso nos levará, no capítulo quarto, à multidão de “armas” ou métodos não-violentos específicos, incluídos em seu arsenal. O capítulo quinto examinará a dinâmica e os mecanismos da luta não-violenta, e os fatores que num dado conflito determinam seu fracasso ou seu êxito.

NOTAS

1. Este capítulo foi ligeiramente condensado a partir do capítulo "Social Power and Political Freedom", in *Social Power and Political Freedom*, Porter Sargent Publishers, Boston, 1980. A primeira versão (não publicada) dessa análise de poder consistia em duas partes. A primeira dessas se tornou o capítulo primeiro do *The Politics of Nonviolent Action*, Porter Sargent, Boston, 1973, cuja versão resumida é o capítulo primeiro deste livro. A segunda parte do esboço original foi publicada separadamente na Índia e depois, numa forma revisada, como "Social Power and Political Freedom". Contudo, não foi juntada à primeira parte (como era a intenção original) em *The Politics of Nonviolent Action*. Isso foi lastimável, já que a dimensão estrutural, altamente importante à luta não-violenta, recebeu consequentemente atenção inadequada. A preparação dessa tradução apresenta a oportunidade de corrigir isso. Os capítulos 1 e 2 deste livro, portanto, deveriam ser lidos como duas partes de uma mesma análise, que prescreve a combinação de sanções não-violentas com a distribuição estrutural do poder, tal como se requer para controlar os governos modernos.
2. Ver os capítulos 3 e 5 deste livro e os capítulos 2-14 do *The Politics of Nonviolent Action* para a análise da natureza da luta não-violenta.
3. Para algumas definições afins de poder, ver Robert MacIver, *The Web of Government*, Macmillan Co., Nova Iorque, 1947, pp. 82 e 87; M. J. Hillenbrand, *Power and Morals*, Columbia University Press, Nova Iorque, 1949, pp. 4s; Jacques Maritain, *Man and the State*, Hollis Carter, Londres, 1954, p. 114; Harold D. Lasswell, *Power and Personality*, W. Norton & Co., Nova Iorque, 1948, p. 12.
4. MacIver escreve: "O tipo de poder que o governo exerce e o fim para o qual ele o direciona dependem dessas outras forças (*loci* de poder) bem como da maneira como estas estão funcionalmente ajustadas umas às outras na luta e no conflito, na convergência e na divergência de interesses dos que possuem poder" (*The Web of Government*, p. 91).
5. Bertrand de Jouvenel, *Sovereignty: An Enquiry into the Political Good*, University of Chicago Press, Chicago, 1959, p. 71.
6. Georg Simmel escreve: "O principal motivo que o governante tem para nivelar as diferenças hierárquicas deriva do fato de que as relações de superioridade e subordinação entre seus governados entram em competição com sua própria superioridade, real e psicologicamente. Além disso, uma opressão muito grande de certas classes por outras é tão perigosa ao despotismo, como um poder muito grande dessas classes opressoras" (*The Sociology of Georg Simmel*, The Free Press, Glencoe, Ill., 1950, p. 198).
7. Alexis de Tocqueville, *Democracy in America*, Longmans, Green and Co., Londres, 1889, v. I, p. 332.
8. Id., *ibid.*
9. Id., *ibid.*, p. 333.
10. Id., *ibid.*
11. Id., *ibid.*, p. 332.
12. Id., *ibid.*, p. 6.
13. Id., *ibid.*, p. 332.
14. Id., *ibid.*, v. II, p. 296.
15. Id., *ibid.*, v. I, p. 333.
16. Id., *ibid.*
17. Id., *ibid.*, p. 334.

18. Id., *ibid.*
19. Juvénal, *Sovereignty*, p. 200.
20. Gaetano Mosca, *The Ruling Class*, McGraw-Hill, Nova Iorque, 1939, p. 141.
21. Tocqueville, *Democracy in America*, v. I, p. 332.
22. Id., *ibid.*
23. Simmel, *The Sociology of Georg Simmel*, p. 232.
24. Franco Venturi, *Roots of Revolution*, Alfred A. Knopf, Nova Iorque, 1960, p. 66.
25. Ver id., *ibid.*
26. Id., *ibid.*, p. 67.
27. Id., *ibid.*, pp. 68s.
28. Id., *ibid.*, p. 198.
29. Id., *ibid.*, p. 70.
30. Id., *ibid.*, p. 71.
31. Ver id., *ibid.*, pp. 72s.
32. Id., *ibid.*, p. 72.
33. Tocqueville, *Democracy in America*, v. II, p. 258.
34. Id., *ibid.*, v. I, p. 333.
35. Id., *ibid.*, p. 334.
36. Id., *ibid.*, p. 9.
37. Id., *ibid.*
38. Id. *ibid.*, p. 93.
39. Id., *ibid.*, v. II, p. 271.
40. Bertrand de Juvénal, *Power: Its Nature and the History of its Growth*, Beacon Paperback, Boston, 1962, pp. 244-246.
41. Id., *ibid.*, p. 295.
42. Ver id., *ibid.*, pp. 185-200.
43. Tocqueville, *Democracy in America*, v. II, p. 272.
44. Id., *ibid.*, p. 9; ver também p. 47.
45. Id., *ibid.*, v. I, pp. 338s.
46. Id., *ibid.*, p. 334.
47. Id., *ibid.*, v. II, p. 296.
48. Id., *ibid.*, p. 258.
49. Id., *ibid.*, v. I, p. 92.
50. Ver, por exemplo, Karen Horney, *The Neurotic Personality of Our Time*, W. W. Norton, Nova Iorque, 1937, p. 289; Erich Fromm, *Escape From Freedom*, Rinehart and Co., Nova Iorque, 1941, pp. 240 e 253s.
51. Horney, *The Neurotic Personality of Our Time*, p. 289.
52. Fromm, *Escape From Freedom*, p. 240.
53. Fromm, *ibid.*, pp. 255s.
54. Leonard Schapiro, *The Communist Party of the Soviet Union*, Eyre and Spottiswoode, Londres, 1960, p. 431.
55. Quanto a *Gleichschaltung* na Alemanha Nazista, ver Franz Neumann, *Behemoth: The Structure and Practice of National Socialism 1933-34*, Octagon Books, Inc., Nova Iorque, 1963; Arthur Schweitzer, *Big Business in the Third Reich*, Eyre and Spottiswoode, Londres, 1961.
56. Ver Leonard Schapiro, *The Origins of the Communist Autocracy: Political Opposition in the Soviet State: First Phase 1917-1922*, G. Bell and Sons, Ltd., Londres, 1956; Schapiro, *The Communist Party of the Soviet Union*.
57. Tocqueville, *Democracy in America*, v. II, p. 93.
58. Simmel, *The Sociology of Georg Simmel*, p. 199.
59. Ver id., *ibid.*, p. 198.
60. Tocqueville, *Democracy in America*, v. II, p. 284.
61. Id., *ibid.*, p. 9.

62. Id., *ibid.*, p. 93.
63. Id., *ibid.*, p. 295.
64. F. C. Montague, "Introdução" ao livro de Jeremy Bentham, *A Fragment on Government*, Humphrey Milford, Londres, 1931 (1891), p. 48.
65. Mosca, *The Ruling Class*, p. 141.
66. Jouvenel, *Power*, p. 206.
67. Ver William Godwin, *Enquiry Concerning Political Justice and Its Influence on Morals and Happiness*, G. G. and J. Robinson, Londres, 2^a ed., 1796, v. I, pp. 275s.
68. Ver id., *ibid.*, v. I, pp. 257-261 e 304; v. II, pp. 221s e 224.
69. Ver id., *ibid.*, v. I, pp. 108 e 254s; v. II, p. 153.
70. N. Maquiavel, *The Discourses of Niccolo Machiavelli* ("Discourses on the First Ten Books of Titus Livy") Routledge and Kegan Paul, Londres, 1950, v. I, p. 252.
71. Id., *ibid.*, pp. 252s.
72. Id., *ibid.*, p. 289.
73. N. Maquiavel, *The Prince*, J. M. Dent & Sons Everyman's Library, Londres, 1948, p. 38.
74. Montesquieu, *The Spirit of the Laws*, Hafner Publishing Co., Nova Iorque, 1959, v. I, pp. 20-23 e 34 (traduzido para o português: *Do espírito das leis*, Difusão Européia, S. Paulo, 1962).
75. Id., *ibid.*, p. 307.
76. Mosca, *The Ruling Class*, p. 134.
77. Tocqueville, *Democracy in America*, v. II, p. 260.
78. Jouvenel, *Power*, p. 277.
79. Id., *ibid.*, p. 293.
80. Ver M. K. Gandhi, *Non-violence in Peace and War*, Navajivan Publishing House, Ahmedabad, 1949, v. II, pp. 187s. Aqui ele sugere que uma Índia internamente tão fraca a ponto de ser dilacerada pelos distúrbios seria presa fácil de um novo governante estrangeiro. Ver também N. K. Bose, *Studies in Gandhism*, Indian Associated Publishing Co., Calcutá, 1947, pp. 62s.
81. Ver Gandhi, *Hind Swaraj or Indian Home Rule*, Navajivan, Ahmedabad, 1958, pp. 38-41; Gene Sharp, "Gandhi on the Theory of Voluntary Servitude", in *Gandhi as a Political Strategist*, Porter Sargent Publishers, Boston, 1979.
82. Gandhi, *Non-violence in Peace and War*, Navajivan, Ahmedabad, 1948, v. I, p. 36.
83. Id., *ibid.*, p. 12.
84. Bose, *Selections from Gandhi*, Navajivan, Ahmedabad, 1948, p. 118. Ver também id., *ibid.*, pp. 121 e 123; Gandhi, *Non-violence in Peace and War*, v. I, p. 351; Gandhi, *Satyagraha*, Navajivan, Ahmedabad, 1951, p. 293.
85. Gandhi, *Non-violence in Peace and War*, v. II, p. 8.
86. Ver id., *ibid.*, v. I, pp. 103s.
87. Ver Jouvenel, *Power*, pp. 22s.
88. Ver Tocqueville, *Democracy in America*, v. I, p. 93; v. II, p. 258.
89. Id., *ibid.*, v. I, p. 332; ver p. 334; v. II, pp. 288-290 e 294.
90. Tocqueville, *Democracy in America*, v. I, p. 93; v. II, p. 258.
91. Ver Montesquieu, *The Spirit of the Laws*, v. I, p. 21.
92. Jouvenel, *Power*, p. 220; Hannah Arendt, *On Revolution*, Viking Press, Nova Iorque, 1963.
93. Montesquieu, *The Spirit of the Laws*, v. I, p. 309.
94. Tocqueville, *Democracy in America*, v. II, p. 266.
95. Montesquieu, *The Spirit of the Laws*, v. I, p. 309.
96. Jouvenel, *Power*, p. 101.

97. Joubenel, *Sovereignty*, p. 199.
98. Id., *ibid.*
99. Simmel, *The Sociology of Georg Simmel*, p. 274.
100. Como na teoria da circulação das elites de Pareto. Ver Vilfredo Pareto, *The Mind and Society*, Harcourt Brace and Co., Nova Iorque, 1935, v. IV, pp. 1787-1798.
101. Tocqueville, *Democracy in America*, v. I, p. 92.
102. Ver id., *ibid.*, v. II, pp. 295s.
103. Id., *ibid.*, p. 97.
104. Ver Gene Sharp, "The Theory of Gandhi's Constructive Program", in *Gandhi as a Political Strategist*, no capítulo 5.
105. Violência política aqui se refere à violência física ou à ameaça de seu uso para promover objetivos políticos, seja mediante o Estado, grupos não estatais ou indivíduos, inclusive através de prisões, execuções, insurreições, guerrilha, guerra convencional, assassinios, golpe de estado, guerra civil, bombardeio, terrorismo e ação policial e militar contra grupos de oposição.
106. Ver Joubenel, *Power*, pp. 18-22 e 244-246.
107. Ver Quincy Wright, *A Study of War*, University of Chicago Press, Chicago, 1942, v. I, pp. 232-242, 302 e especialmente 311; Bronislaw Malinowski, "An Anthropological Analysis of War", in *American Journal of Sociology*, v. XLVI, n. 4, especialmente p. 545; Malinowski, *Freedom and Civilization*, Roy Publishers, Nova Iorque, 1944, esp. pp. 265-305.
108. A lista destes fatores também aparece de forma semelhante em Gene Sharp, *The Politics of Nonviolent Action*, pp. 800-802.
109. A lista destes fatores também aparece de forma semelhante em id., *ibid.*, pp. 802-806. Ver Parte Três, "The Dynamics of Nonviolent Action", para análise e dados que confirmam esses pontos de vista.
110. Gandhi, *Satyagraha*, p. 356; Gene Sharp, *Gandhi Wields the Weapon of Moral Power*, Navajivan, Ahmedabad, 1960, pp. 72 e 100.
111. Ver Sharp, *Gandhi Wields the Weapon of Moral Power*, p. 125; Gandhi, *Non-violence in Peace and War*, v. II, p. 340.
112. Ver Richard Gregg, *The Power of Non-violence*, Shoken, Nova Iorque, 1966, p. 146.
113. Bose escreveu que a experiência em ação não-violenta coloca o povo "sobre seus próprios pés. E quando o poder chega com a revolução, se espalha uniformemente entre as massas; pois, sob a não-violência, qualquer homem, mulher ou criança desarmada pode ser eficiente quanto que tenha um coração corajoso. Sob a violência, não dá para ser assim; os que fazem o uso mais eficiente da violência levam vantagem" (*Studies in Gandhism*, p. 148).

AÇÃO NÃO-VIOLENTE: UMA TÉCNICA ATIVA DE LUTA

INTRODUÇÃO

Em termos políticos a ação não-violenta se baseia num postulado muito simples: as pessoas nem sempre fazem aquilo que são mandadas fazer e às vezes fazem coisas que são proibidas de fazer. Os súditos podem desobedecer às leis que rejeitam. Os trabalhadores podem paralisar o trabalho, o que pode paralisar a economia. A burocracia pode recusar-se a cumprir instruções. Os soldados e a polícia podem tornar-se negligentes na aplicação da repressão; podem até se amotinar. Quando tudo isso ocorre simultaneamente, o poder do governante se dissolve, à medida que se restringem suas fontes, e o homem que era “governante” acaba sendo simplesmente um homem qualquer. Essa dissolução do poder pode ocorrer numa variedade muito grande de conflitos sociais e políticos. O poder dos dirigentes de uma fábrica pode-se dissolver quando os trabalhadores já não cooperam. O poder político se desintegra quando as pessoas retiram sua obediência e apoio. Contudo, o aparato militar

do governante pode continuar intacto, seus soldados ilesos, as cidades incólumes, as fábricas e o sistema de transportes em plena capacidade operacional e os edifícios do governo sem sofrer dano algum. Mas tudo está mudado. A colaboração humana que criou e sustentou o poder político do regime foi retirada. Portanto, seu poder se desintegrou¹.

Quando as pessoas negam sua cooperação, recusam sua ajuda e persistem em sua desobediência e resistência, estão negando a seu adversário a colaboração e cooperação humanas básicas que qualquer governo ou sistema hierárquico requerem. Se elas o fazem em número suficientemente grande e por bastante tempo, esse governo ou sistema hierárquico já não terá poder. Esse é o ponto de vista básico da ação não-violenta.

CARACTERÍSTICAS DA AÇÃO NÃO-VIOLENTA

Ação não-violenta é um termo genérico que cobre dezenas de métodos específicos de protesto, não-cooperação e intervenção; em todos eles os ativistas dirigem o conflito fazendo — ou se recusando a fazer — certas coisas sem o uso da violência física. Portanto, como técnica, a ação não-violenta não é passiva. Ela *não é* inércia. É *ação*, que é não-violenta.

A questão que está em jogo varia. Freqüentemente será política — entre grupos políticos, a favor ou contra um governo, ou, em raras ocasiões, entre governos (como na imposição de embargos ou na resistência à ocupação). Também pode ser econômica, ou social, ou religiosa. A escala e nível do conflito também irá variar. Pode ser limitada a um bairro, uma cidade, ou um setor particular da sociedade; pode em outras ocasiões se estender a uma ampla área de um país ou abalar uma nação inteira. Com menos freqüência, podem estar envolvidos mais do que um país e governo. Contudo, qualquer que seja a questão, e qualquer que seja a escala do conflito, a ação não-violenta é uma técnica mediante a qual as pessoas que rejeitam a passividade e a submissão, e que vêm a luta como essencial, podem travar seu conflito sem violência. A ação não-

-violenta não é uma tentativa de evitar ou ignorar o conflito. Ela é *uma* resposta ao problema de como *atuar* efetivamente em política, especialmente como lidar efetivamente com o poder.

A. Um tipo especial de ação

É opinião amplamente generalizada que todo comportamento social e político deva ser claramente violento ou não-violento. Esse dualismo simplista leva, contudo, a sérias distorções da realidade, sendo uma das principais o fato de que as pessoas chamam de “não-violento” tudo o que consideram como bom, e “violento” tudo o que lhes desagrada. Uma segunda grande distorção ocorre quando as pessoas, de forma totalmente errônea, identificam passividade servil com ação não-violenta, porque em nenhum desses dois casos se recorre ao uso da violência física.

Uma consideração minuciosa da resposta atual ao conflito social e político requer que todas as respostas às situações conflitivas sejam inicialmente divididas em *de ação* e *de inércia*, e não divididas conforme seu grau de violência ou não-violência. Nessa divisão a ação não-violenta recebe seu lugar adequado como *um* tipo de resposta *ativa*. A *inércia*, que pode incluir passividade, submissão, covardia e estados semelhantes a esses, não nos interessa, pois nada tem que ver com a técnica não-violenta que é o tema deste livro. Por definição, a ação não-violenta não pode ocorrer exceto mediante a substituição da passividade e submissão pela atividade, desafio e luta.

Contudo, é óbvio que se devem fazer importantes distinções *dentro* da categoria de *ação*. Aqui, também, uma dicotomia entre *violento* e *não-violento* acaba sendo simplória. Portanto, vamos estabelecer a grosso modo uma tipologia das seis maiores classes de formas de ação em conflitos, uma das quais é a ação não-violenta, cuja técnica é objeto de nosso interesse. Essa classificação (bastante imperfeita) inclui: 1) simples persuasão verbal e o comportamento correspondente, como conciliação; 2) procedimentos institucionais pacíficos apoiados na ameaça ou uso de sanções; 3) violência física contra pessoas;

4) violência física contra pessoas e mais a destruição de bens materiais; 5) apenas destruição material; e 6) a técnica de ação não-violenta. Obviamente, cada uma dessas classificações pode por sua vez ser subdividida. As pessoas podem oscilar entre os diversos tipos de ação, ou entre a ação e a inércia. Contudo, é crucial entender que a dicotomia básica do comportamento social e político ocorre mais entre ação e inércia, do que entre não-violência e violência.

Também é importante ver por que e como a ação não-violenta, enquanto técnica, difere de respostas pacíficas mais brandas aos conflitos, como conciliação, apelos verbais aos adversários, transigência e negociação. Essas respostas podem ser usadas com a ação não-violenta ou não, ou com qualquer dos outros cinco tipos de ação, mas não deveriam ser identificadas com a técnica não-violenta enquanto tal. A conciliação e os apelos devem consistir em esforços verbais racionais ou emocionais para provocar o acordo do adversário sobre algo, enquanto a ação não-violenta não é verbal — ela consiste em atividade social, econômica e política de tipos especiais. Por exemplo, pedir a um patrão aumento de salário é um ato de simples tentativa verbal de persuasão, mas a recusa em trabalhar até que aumente o salário é um caso de ação não-violenta. A ação não-violenta também não deve ser confundida com acordo, que implica a abdicação de parte dos nossos próprios objetivos. O acordo não é uma forma de conflito ou luta, como é a ação não-violenta. Como a violência, a ação não-violenta pode levar ao estabelecimento de acordo ou não, dependendo das questões, das relações de poder e da própria decisão do ativista. Da mesma forma, a negociação não é uma forma de ação não-violenta. Negociação é uma tentativa de persuasão verbal, talvez utilizando procedimentos institucionais estabelecidos, mas sempre implicando uma ameaça implícita ou explícita de algum tipo de sanção, se não se chega a uma concordância aceitável. Portanto, a negociação poderia preceder uma greve ou uma campanha de desobediência civil, como também uma guerra. Mas tal negociação é uma abordagem que deve ser distinguida de uma greve, desobediência civil ou outra forma de ação não-violenta.

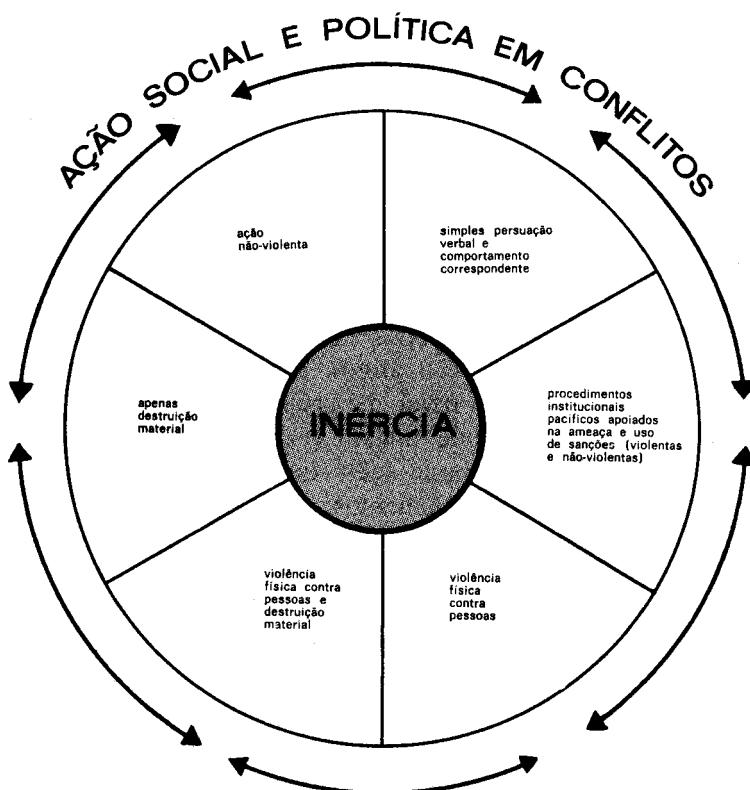
A ação não-violenta é tão diferente dessas respostas pacíficas mais brandas aos conflitos, que vários escritores apontaram para as várias semelhanças gerais existentes entre a ação não-violenta e a guerra militar². *A ação não-violenta é um meio de combate, como o é a guerra.* Ela envolve o equilíbrio de forças e o travamento de “batalhas”, requer estratégia e tática sábias, e exige de seus “soldados” coragem, disciplina e sacrifício. Essa visão da ação não-violenta como uma técnica de combate ativo é diametralmente oposta à concepção popular de que, no seu ponto mais forte, a ação não-violenta confia na persuasão racional do adversário, e de que mais comumente consiste apenas em submissão passiva. A ação não-violenta é exatamente aquilo que está dizendo: *ação* que é não-violenta, e não *inércia*. Essa técnica consiste não apenas em palavras, mas em protesto, não-cooperação e intervenção ativos. É mais do que claro que se trata de uma ação a nível de grupo ou de massa. Certas formas de ação não-violenta podem ser consideradas como tentativas de convencer mediante ação; outras, tendo participantes suficientes, podem conter elementos de coerção.

Outra característica da ação não-violenta que precisa ser enfatizada é que geralmente é extraconstitucional; isso quer dizer que não se baseia em procedimentos institucionais estabelecidos pelo Estado, sejam parlamentares ou não-parlamentares. Contudo, é possível incorporar a técnica num sistema constitucional de governo em vários pontos, e também é possível usá-la como reforço de um governo estabelecido e que está sendo atacado. A ação não-violenta não deve ser confundida com anarquismo. A filosofia do “não-Estado” tradicionalmente deu atenção insuficiente ao problema prático de como realizar tal sociedade e à necessidade de meios realistas de luta social que difiram em substância daqueles que são empregados pelo Estado.

B. Motivos, métodos e influências

Os motivos para usar a ação não-violenta em vez de algum tipo de ação violenta diferem amplamente. Em alguns casos a violência pode ter sido rejeitada por causa de considerações de

SEIS TIPOS DE AÇÃO EM CONFLITOS



MAPA DOIS

conveniência, em outros por razões religiosas, éticas ou morais. Ou pode haver uma mistura de motivações de vários tipos.

A ação não-violenta se torna assim sinônimo de "pacifismo". Também não se identifica com os sistemas religiosos e filosóficos que enfatizam a não-violência como uma questão de princípio moral. Os adeptos de alguns desses sistemas de crença podem considerar a ação não-violenta como compatível com suas convicções e mesmo como sua realização, em conflitos. Os adeptos de outros credos que também enfatizam a não-violência podem, contudo, achar essa técnica muito "mundana" ou "coercitiva" para eles. E reciprocamente, a ação não-violenta freqüentemente foi praticada e na maior parte das vezes conduzida por não-pacifistas que a viram como único meio efetivo de ação. A concepção popular de que somente os pacifistas podem efetivamente praticar a ação não-violenta — uma consideração às vezes imposta com considerável presunção pelos próprios pacifistas — simplesmente não é verdadeira.

Além disso, em muitos casos as motivações para usar a ação não-violenta se mesclaram: considerações práticas se aliaram a uma preferência moral *relativa* pela não-violência (embora a violência não haja sido rejeitada em princípio). Esse tipo de motivação mista tem probabilidade de se tornar mais freqüente se a ação não-violenta é vista cada vez mais como tendo importantes vantagens práticas sobre a violência.

Freqüentemente se considera que os ativistas não-violentos buscam antes de tudo converter seus adversários a uma aceitação positiva de seu ponto de vista. Na realidade, não há um modelo padrão de prioridade nem para mudanças em atitudes e crenças, nem em política e mudanças estruturais. Às vezes o grupo não-violento pode buscar mudar as atitudes e crenças do adversário como uma preliminar para mudar sua política ou instituições. Ou a ação não-violenta pode ser uma expressão da determinação dos membros do grupo de não permitir ao adversário mudar suas próprias atitudes ou crenças. Ou as ações podem estar destinadas antes de mais nada à mudança da política ou das instituições, ou a frustrar as tentativas do adversário em alterá-las, tenham suas atitudes e crenças sido mudadas antes ou não (esses casos parecem ser a maioria). Ainda em outros ca-

sos, o grupo não-violento procura mudar as atitudes e a política simultaneamente.

A ação não-violenta pode envolver: 1) *atos de omissão* — isto é, as pessoas que a praticam podem se recusar a realizar atos que normalmente executam, que habitualmente se espera que realizem, ou que são obrigadas a realizar por lei ou norma; 2) *atos de comissão* — isto é, as pessoas podem executar atos que normalmente não realizam, nem se espera habitualmente que os executem, ou são proibidas de realizar por lei ou norma; ou 3) *uma combinação* de atos de omissão e atos de comissão³.

Nessa técnica existem três amplas classes de métodos. 1) Onde o grupo não-violento usa amplamente ações simbólicas com a finalidade de convencer o adversário ou alguém mais, ou de expressar a desaprovação e discordância do grupo, o comportamento pode ser chamado de *protesto e persuasão não-violentos*. A essa classe pertencem demonstrações do tipo marchas, passeatas e vigílias. Esses métodos específicos podem ser usados ou numa tentativa de mudar as opiniões ou para expressar desacordo, ou ambos. 2) Onde o grupo não-violento atua sobretudo mediante a retirada ou retenção da cooperação social, econômica ou política, seu comportamento pode ser descrito como *não-cooperação*. Essa classe contém três subclasses que incluem *não-cooperação social*, *não-cooperação econômica* (boicotes e greves), e *não-cooperação política*. 3) Onde o grupo não-violento atua sobretudo mediante a intervenção direta, sua ação pode ser catalogada como *intervenção não-violenta*. O grupo não-violento nesse tipo assume claramente a iniciativa por meios como obstrução não-violenta, invasão não-violenta e governo paralelo. A técnica pode ser aplicada por indivíduos, por grupos pequenos ou maiores, e pela maioria das pessoas.

Assim como há diversidade entre os vários métodos específicos que constituem essa técnica, também existe ampla variação na intensidade de pressões e influxos exercidos por essa técnica. Quando bem-sucedida, a ação não-violenta produz mudança em uma das três amplas formas, que chamamos de *mechanismos de mudança*. Na *conversão*, o adversário reage às ações dos ativistas não-violentos até chegar finalmente a um novo ponto de vista em que aceita positivamente suas metas. Na

acomodação, o adversário escolhe aceder às reivindicações e adaptar-se à nova situação que foi produzida sem mudar seu ponto de vista. Onde opera a *coerção não-violenta*, consegue-se uma mudança contra a vontade do adversário e sem seu consentimento, e suas fontes de poder de tal maneira são minadas que ele já não consegue exercer qualquer controle. Esses três mecanismos são discutidos em detalhe no capítulo quinto.

A técnica não-violenta opera produzindo mudanças de poder num grau que nunca foi adequadamente avaliado. Tanto o poder relativo, quanto o poder absoluto de cada um dos grupos em contenda estão sujeitos a alterações constantes e rápidas. Essa variabilidade de poder pode ser mais extrema e ocorrer mais rapidamente do que em situações em que ambos os lados estão usando a violência. Como é de se esperar, os ativistas procuram continuamente aumentar sua própria força e a dos que os apóiam. Normalmente eles procurarão e ganharão colaboração e participação ativas também de entre o amplo grupo dos que foram prejudicados. Por acréscimo, a natureza da luta não-violenta torna possível aos ativistas ganhar também considerável apoio mesmo no campo do adversário e entre terceiros. Esse potencial é muito maior do que com a violência. A capacidade de ganhar esses tipos de apoio dá ao grupo não-violento os meios de influenciar — e de vez em quando de regular — o poder de *seu adversário*, limitando ou anulando o poder do adversário em suas fontes. Normalmente os resultados dessas mudanças completas nas posições relativas de poder dos combatentes vai determinar o resultado final da luta.

A disciplina não-violenta deve ser considerada no contexto dos mecanismos de mudança dessa técnica e das formas em que esses deslocamentos de poder são produzidos. A manutenção da disciplina não-violenta em face da repressão não é um ato de ingenuidade moralista. Ao contrário, ela contribui para o funcionamento dos três mecanismos e é um pré-requisito para avantajadas mudanças de poder. Como consequência, a disciplina não-violenta só pode ser transigida com o duro risco de contribuir para a derrota. Sem dúvida, outros fatores também são importantes, e não se deve afirmar que apenas a manutenção da não-violência produzirá inevitavelmente a vitória.

C. Corrigindo concepções equivocadas

Supõe-se comumente que a ação não-violenta levará muito tempo para produzir a vitória, bem mais do que levaria a luta violenta. Às vezes isso pode ser verdadeiro, mas não é necessariamente assim, e às vezes a situação parece mesmo se inverter. A luta violenta pode levar muitos meses ou anos para derrotar o adversário supondo-se que finalmente o consiga. Em muitos casos a luta não-violenta de fato conseguiu seus objetivos num espaço de tempo muito curto. A revogação do "Stamp Act", em 1766, contra o qual reagiram os colonos americanos, veio em apenas alguns meses. O Kapp Putsch de 1920 na Alemanha foi frustrado em poucos dias. Em 1942 os professores noruegueses dentro de meses frustraram a primeira tentativa do regime Quisling de estabelecer um Estado Corporativo fascista. Em 1944 os ditadores de El Salvador e Guatemala foram demitidos em questão de dias. Boicotes econômicos em cidades americanas freqüentemente induziram com grande rapidez à significativa contratação de negros americanos. O tempo investido para conseguir a vitória depende de diversos fatores — primordialmente da força dos ativistas não-violentos.

Pelo exame e correção de concepções equivocadas sobre a ação não-violenta freqüentemente somos capazes de descobrir com mais agudeza as características positivas. 1) Como assinalamos anteriormente, essa técnica nada tem que ver com passividade, submissão e covardia; assim como na ação violenta, tais atitudes devem ser primeiro rejeitadas e superadas. 2) A ação não-violenta não deve ser igualada à persuasão verbal ou puramente psicológica, embora possa usar a ação para induzir pressões psicológicas para uma mudança de atitude; a ação não-violenta, em vez de palavras, é uma sanção e técnica de luta que implica o uso de poder social, econômico e político, e o equilíbrio de forças no conflito. 3) A ação não-violenta não depende da concepção de que o homem é intrinsecamente "bom"; as potencialidades do homem tanto para o "bem" quanto para o "mal" são reconhecidas, incluindo os extremos da crueldade e desumanidade. 4) As pessoas que usam a ação não-violenta não precisam ser pacifistas ou santas; a ação não-violenta foi

praticada predominantemente e com êxito por pessoas "comuns". 5) O sucesso com a ação não-violenta não requer (embora se possa beneficiar) padrões e princípios comuns, alto grau de comunhão de interesse ou alto grau de proximidade psicológica entre os grupos militantes; isso se dá porque, quando fracassam as tentativas de produzir mudança voluntária, medidas coercitivas não-violentas podem ser empregadas. 6) A ação não-violenta é no mínimo um fenômeno tão ocidental quanto oriental; provavelmente seja mais ocidental, se levarmos em conta o uso generalizado de greves e boicotes no movimento operário e as lutas de não-cooperação de nações dominadas. 7) Na ação não-violenta não há o pressuposto de que o adversário vá se abster do uso da violência contra os ativistas não-violentos; a técnica se destina a operar contra a violência quando for necessário. 8) Não há nada na ação não-violenta que a impeça de ser usada tanto para causas "boas" quanto "más", embora as consequências sociais de seu uso para uma causa "má" possam diferir consideravelmente das consequências da violência usada para a mesma causa. 9) A ação não-violenta não está limitada aos conflitos internos dentro de um sistema democrático; ela foi amplamente usada contra regimes ditatoriais, ocupações estrangeiras, e mesmo contra sistemas totalitários.

D. Um tipo de luta negligenciado

A ação não-violenta nem sempre provocou uma vitória total, nem mesmo parcial. Houve pessoas que empregaram a ação não-violenta e foram derrotadas. Ela não é um ritual mágico. Contudo, isso também vale para a ação violenta, inclusive para a luta militar. Nenhum tipo de luta garante uma vitória a curto prazo toda vez que é usado. Contudo, a derrota em casos específicos de ação não-violenta pode ser causada por falhas no uso da técnica por parte do grupo ou na estratégia e tática usadas — tal como pode ocorrer na ação militar. Se o grupo que usa a ação não-violenta ainda não possui suficiente força interna, determinação, capacidade de agir, e qualidades

afins para tornar efetiva a ação não-violenta, então a repetição de frases e palavras como “não-violência” não vai salvá-lo. Não há substitutivo para a força e aptidão genuínas na ação não-violenta; se os ativistas não as possuem suficientemente para fazer frente ao adversário, terão poucas chances de ganhar. Considerando a ignorância generalizada da natureza e exigências da ação não-violenta e à ausência de maiores esforços por aprender como aplicá-la mais eficazmente, é de causar surpresa que ela ganhe qualquer vitória. Estudos comparativos de casos de “fracasso” e “sucesso” e de formas possíveis de melhorar a eficácia são urgentemente necessários.

Contudo, fica claro que os fracassos da ação não-violenta não explicam adequadamente seu não-reconhecimento generalizado como técnica viável de luta. Esse não reconhecimento assumiu várias formas. Uma é a falta de atenção à história da ação não-violenta. Essa técnica foi amplamente usada. Ela apresenta uma longa história. No momento de seu uso, seu poder e eficácia foram com freqüência amplamente reconhecidos; mas uma vez terminado o caso em questão, essas características as mais das vezes são esquecidas. Até mesmo sua lembrança se desvanece. É difícil encontrar bons relatos concretos das lutas não-violentas do passado.

A causa desse não-reconhecimento é difícil de ser explicada. Nesse estágio da investigação as explicações sugeridas só podem ter caráter de tentativa. Num nível popular é fácil romântizar os atos mais dramáticos e heróicos de violência por causas boas, e a lembrança dessa bravura influencia a maneira de ver o presente, e portanto o passado. Embora a ação não-violenta possa ser simultaneamente heróica e dramática, raramente seus feitos e heróis se tornam romantizados como exemplos para as futuras gerações. Provavelmente haja outras razões possíveis, talvez mais fundamentais até, para esse não-reconhecimento. Parte da negligência quanto à luta não-violenta por parte dos historiadores pode estar enraizada em seus preconceitos pessoais e porque aceitam a opinião da sociedade onde vivem, de que a violência é o único meio realmente significativo e eficaz de combate. Além disso, onde os historiadores estavam intimamente aliados aos sistemas opressores estabelecidos e às

elites governantes, e permitiram que essa aliança influenciasse seus escritos, sua negligência quanto a essas formas de luta pode ser considerada como algo que serve aos melhores interesses da minoria governante. A exposição detalhada de formas de luta utilizáveis pelas pessoas que carecem de armas militares poderia ser considerada como ensinamento concreto de técnica antielitista que o povo poderia usar contra seus governantes. Além disso, ao recordar a não-cooperação contínua eficiente, por exemplo, o historiador poderia lançar calúnias sobre o governante e a administração vigentes, dando a entender que ou eram ineficazes ou eram impopulares.

Os antropólogos revelaram grande diversidade cultural entre as sociedades humanas, o que inclui atitudes e comportamentos totalmente contrários em relação à violência e à não-violência. Não fosse por essa diversidade seria difícil evitar a conclusão de que a natureza humana é mais violenta do que não-violenta. Muitas pessoas aceitam essa conclusão. Essa visão influencia não somente aquilo que é feito, mas também a forma como interpretamos aquilo que acontece. A conclusão de que os seres humanos são basicamente violentos é, contudo, uma distorção da realidade, porque se supõe que a civilização ocidental esteja inclinada à violência. De fato, quando em nossa sociedade as pessoas se confrontam com situações em que a violência traz obviamente grandes desvantagens e onde a evidência significativa mostra que existem alternativas não-violentas, um grande número de pessoas ainda dirá que *crê* ser necessária a violência — recorrendo à convicção própria mais do que à evidência. Esse preconceito quanto à tendência à violência também pode contribuir ao não-reconhecimento da viabilidade da ação não-violenta.

Há mais uma explicação possível do não-reconhecimento da ação não-violenta como técnica política significativa, técnica essa muito mais simples. Por que não foi aceita mais cedo uma nova maneira de ver o mundo? Por que, embora as maçãs durante séculos tivessem caído ao chão, ficou para Newton a tarefa de formular a lei da gravitação universal? Como a escravidão pôde ser aceita durante muitos séculos como instituição social justa e necessária? Assim deveríamos levantar questões

semelhantes a essas sobre abordagens diversas para compreender a realidade e ver a sociedade. A explicação da negligência e não-reconhecimento da ação não-violenta — sua prática, natureza e potencial — pode ser muito semelhante às respostas a essas diversas questões.

Além disso, até muito pouco tempo atrás não existia nenhum sistema conceitual global para revelar as relações entre eventos históricos diferentes e aparentemente dessemelhantes, que agora são agrupados como casos de ação não-violenta. Podemos ver agora não apenas uma multidão de eventos e formas de ação separadas e não relacionadas, mas uma técnica comum de ação. A resistência dos plebeus romanos, a provocação dos colonizadores norte-americanos, o boicote feito pelos professores irlandeses, as greves feitas pelos trabalhadores de São Petersburgo, os jejuns dos nacionalistas argelinos, a desobediência civil dos adeptos de Gandhi, a recusa dos negros americanos a viajar de ônibus em Montgomery, Alabama, e as discussões dos estudantes em Praga com a tripulação dos tanques russos — todos são diferentes aspectos daquilo que é essencialmente um mesmo tipo de comportamento: a ação não-violenta. Para as múltiplas formas de luta militar existiu desde muito tempo um instrumental conceitual global, o qual por sua vez pode ter contribuído para a atenção detalhada que as guerras têm recebido. A atenção à guerra tem incluído estudos históricos e estratégicos que poderiam ajudar em guerras futuras. Mas, até bem pouco tempo atrás, a ação não-violenta não teve uma tradição autoconsciente que fosse comparável. Essa tradição provavelmente teria chamado a atenção para muitas dessas lutas negligenciadas e poderia muito bem ter fornecido conhecimento a ser utilizado em novos casos de ação não-violenta.

Houve, então pouca ou nenhuma consciência da história da ação não-violenta, não apenas entre o público em geral, mas também entre os futuros líderes das lutas não-violentas. Contrariamente ao que se pensava, antes de empreender suas próprias campanhas, Gandhi tinha um conhecimento geral de importantes lutas não-violentas, especialmente na Rússia, China e Índia, mas mesmo assim carecia do conhecimento detalhado que poderia ter advindo desses conflitos ⁴.

Outra forma de não-reconhecimento da ação não-violenta é a prática geral de compará-la injustamente com a violência, mediante o uso de diferentes critérios de avaliação para as duas técnicas. Às vezes quando a violência não tinha chance de sucesso (mesmo apesar dos preparativos), a ação não-violenta foi usada, apesar de condições altamente desfavoráveis — incluindo a habitual falta de preparativos, como na Tcheco-eslováquia em 1968. Daí, quando ela fracassou, a ação não-violenta foi mais tarde criticada ou condenada *como um todo* porque suas realizações eram limitadas, de manifestação lenta, e mesmo inexistentes. Quando a violência fracassa, ou quando suas realizações são limitadas ou levam muito tempo, criticam-se freqüentemente os despreparos ou fatores *específicos* — não a técnica em si. Isso contudo, raramente ocorre quando é usada a ação não-violenta. Raramente, são comparadas as técnicas violentas e não-violentas de forma cuidadosa e justa em termos de tempo, causalidades, sucessos e fracassos (usando critérios específicos), adequação de preparativos, tipo de estratégia e coisas semelhantes. Nos casos em que a ação não-violenta produziu sucessos parciais ou totais, a tendência é esquecê-los, minimizá-los ou descartá-los como irrelevantes. Os êxitos totais às vezes são descritos superficialmente, em uma análise cuidadosa, como sendo raros e sem significação para uma política futura. Foi esse o caso com a queda do regime czarista da Rússia em 1917 e o colapso dos ditadores de El Salvador e Guatemala em 1944. Quem lembra que essas vitórias foram conseguidas mediante luta não-violenta? Onde as lutas passadas são recordadas, suas vitórias são esquecidas ou negadas ou minimizadas (como ocorre com as lutas dos colonos americanos e as campanhas de direitos civis nos Estados Unidos); ou são explicadas como não tendo relação com a luta não violenta ou tendo só em parte (como ocorreu com as lutas gandianas na Índia). Os sucessos parciais freqüentemente são considerados como fracassos globais — por exemplo, a luta de Ruhr contra a ocupação francesa e belga no período após a Primeira Guerra Mundial. Em outros casos, as lutas não-violentas podem não ser diminuídas deliberadamente, mas pode-se atribuir grande atenção a lutas violen-

tas menos bem-sucedidas ou menos importantes, que precederam a ação não-violenta (como na Hungria do séc. XIX) ou que ocorreram conjuntamente com ela (como na Noruega ocupada pelos nazistas).

Uma oposição acentuada à técnica freqüentemente se baseou num equívoco e falta de informação. Supostos "simpatizantes" de meios não-violentos — como alguns pacifistas — por suas próprias distorções e falta de conhecimento muitas vezes desencorajaram outros a assumir seriamente essa técnica. Contudo, geralmente a ação não-violenta do passado tem sido ignorada ao considerar como enfrentar os conflitos do futuro.

ILUSTRAÇÕES DO PASSADO

Apesar de sua prática generalizada, a ação não-violenta permaneceu uma técnica política subdesenvolvida. Investiu-se pouco esforço deliberado para aumentar o conhecimento de sua natureza e funcionamento. Praticamente não se efetuou nenhuma pesquisa e planejamento para promover seu desenvolvimento e refinamento. Isso está em agudo contraste com a guerra militar, a luta de guerrilha e os procedimentos da democracia representativa. Até este momento o que temos em termos de ação não-violenta é uma técnica essencialmente nova, não elaborada, intuitiva — um tipo de luta que ainda aguarda esforços para aumentar sua eficácia e expandir seu potencial político.

Contudo, nos últimos cem anos, a ação não-violenta ganhou um significado político sem precedentes em todo o mundo. As pessoas que a usaram têm conseguido obter maiores resultados. Ganharam-se melhores salários e condições de trabalho mais dignas. Aboliram-se antigas tradições e práticas. Mudaram-se políticas governamentais, leis foram rejeitadas, nova legislação foi decretada, e foram instituídas reformas governamentais. Paralisou-se um império, frustrou-se uma conquista de po-

der, e ditadores foram depostos. Às vezes essa técnica também foi usada para bloquear ou retardar mudanças e políticas consideradas por outros como desejáveis e progressistas — como no caso dos segregacionistas do extremo Sul dos EUA.

A. Alguns exemplos históricos dos primórdios

Grande parte da longa história da ação não-violenta se perdeu pela falta de interesse em registrar e descrever essas lutas. Mesmo os relatos históricos existentes e alguma outra informação transmitida não foram compilados. O resultado é que ainda não temos uma história abrangente da prática e desenvolvimento dessa técnica. Neste parágrafo, portanto, só podemos descrever a história da ação não-violenta em termos gerais e ilustrá-la com esboços de poucos casos especialmente interessantes ou significativos. Esses não exerceram influência necessariamente em lutas posteriores, pois grande parte do uso dessa técnica tem sido independente da prática mais antiga.

A ação não-violenta sem sombra de dúvida começou muito cedo: os exemplos remontam pelo menos à antiga Roma. Em 494 a.C., por exemplo, os plebeus de Roma, em vez de assassinar os cônsules na tentativa de corrigir os abusos, se retiraram da cidade para uma colina, mais tarde chamada de "Monte Sagrado". Permaneceram ali por alguns dias, recusando-se a dar sua contribuição costumeira à vida da cidade. Chegou-se então a um acordo que garantia significativa melhoria de condições em sua vida e status⁵. Theodor Mommsen oferece um relato de uma ação romana semelhante em 258 a.C. O exército voltara da batalha e encontrou propostas de reformas bloqueadas pelo Senado. Em vez de usar ação militar, o exército marchou ao fértil distrito de Crustumeria, ocupou o "Monte Sagrado", e ameaçou fundar ali uma nova cidade plebéia. O Senado então acedeu⁶.

Embora ocasionalmente haja na literatura outras referências a exemplos de ação não-violenta no antigo mundo mediterrâneo, não são detalhadas; algumas serão citadas mais adiante

como exemplos de métodos específicos dessa técnica. Não se fez nenhuma tentativa sistemática para localizar e reunir os casos mais antigos de ação não-violenta, não apenas de Roma, mas também de outras civilizações e países. Ação não-violenta certamente ocorreu entre os tempos romanos e o final do século dezoito, quando proliferaram casos desse tipo — por exemplo, a resistência da Holanda à dominação espanhola de 1565 a 1576 representa um exemplo notável desse tipo de luta — mas carecemos de um relato coerente de exemplos de ação não-violenta durante esses séculos. Isso ainda está por ser escrito. Uma investigação cuidadosa a partir dessa perspectiva mesmo nos estudos históricos já existentes poderia revelar muita coisa.

B. A expansão da luta não-violenta antes de Gandhi

Podemos ver contudo, que ocorreu antes de Gandhi uma expansão muito significativa dessa técnica a partir do final do século dezoito até o início do século vinte. Durante tal período, esta técnica recebeu impulso de quatro grupos. O primeiro consistia de nacionalistas (e de outros que eram dirigidos a partir de capitais distantes), que descobriram ser a ação não-violenta útil na resistência a um inimigo estrangeiro ou a leis alienígenas. As lutas dos colonos americanos antes de 1775 fornecem casos altamente importantes desse tipo de resistência não-violenta. Nesse período Daniel Dulany de Maryland, por exemplo, propunha uma resistência econômica para forçar o Parlamento a rejeitar as leis injustas. Em suas propostas ele pressionou os colonos a aceitarem princípios de ação que são básicos a esta técnica: “Em vez de fazer cara feia, choramingar e lamentar-se para provocar compaixão, nesta situação deveríamos com espírito, coragem e entusiasmo, declarar oposição à tirania, expondo sua impotência, tornando-a tão desprezível, quanto detestável”⁷.

Exemplos nacionalistas incluem a resistência húngara contra a Áustria entre 1850 e 1867 e os boicotes chineses aos bens japoneses no início do século vinte. Tanto as lutas americanas quanto as húngaras foram extremamente significativas e efica-

zes, contudo, hoje em dia, muitas vezes não se reconhece plenamente em que medida os americanos viram suas reivindicações atendidas e em que medida o poder britânico ficou immobilizado pela não-cooperação⁸. Esquece-se muito a resistência não-violenta húngara dirigida por Deak (e aí se ouve dizer que está fazendo falta um bom historiador!), ao passo que se recorda e se idealiza a resistência anterior, dirigida por Kossuth, que foi violenta e muito mal sucedida.

A segunda fonte de impulso no desenvolvimento da técnica não-violenta neste período proveio de membros de sindicato e de outros radicais da sociedade que buscavam um meio de luta — sobretudo greves gerais e boicotes — contra aquilo que consideravam como sendo um sistema social injusto e pela melhoria das condições dos trabalhadores. Um exame das histórias do movimento operário e das lutas de sindicato assim como uma consciência do uso corrente de tais métodos, rapidamente revelam a amplitude do uso que se fez de greves e boicotes econômicos e que ainda se continua a fazer. De fato, foi a ação baseada na consciência de que a ausência ao trabalho era um poderoso instrumental de luta que não apenas tornou possível melhores salários e condições de trabalho, mas freqüentemente também contribuiu para uma ampliação do direito de votar, para o poder político dos trabalhadores e para a reforma da legislação. O significado disso muitas vezes nos escapa hoje em dia, quando as pessoas têm mais consciência dos inconvenientes que as greves lhes podem acarretar. Embora esses inconvenientes muitas vezes possam ocorrer, foi uma felicidade tanto para o movimento operário, quanto para a sociedade como um todo, o fato de que se usaram predominantemente boicotes e greves para corrigir os abusos econômicos, em vez de ataques físicos contra os dirigentes e proprietários de fábricas, incêndio culposo, distúrbios, bombas e assassinatos. Hoje em dia tudo isso parece ser instrumental inadequado para tais fins o que vem a ser um reflexo do grau em que os meios violentos de luta nesta área foram substituídos por meios não-violentos para produzir as concessões desejadas nas negociações. Hoje em dia também ficou bastante esquecido o fato de que a luta não-violenta na forma de greve geral, por exemplo, teve seus expo-

tes entre os que advogam uma ampla mudança política e econômica.

Uma terceira fonte de impulso no desenvolvimento da técnica não-violenta a nível de idéias e exemplo pessoal proveio de indivíduos como Leão Tolstoi⁹ na Rússia e Henry David Thoreau¹⁰ nos Estados Unidos, sendo que ambos queriam mostrar como se podia criar uma sociedade melhor por meios pacíficos.

Thoreau, por exemplo, projetou as potencialidades políticas da desobediência às leis “imorais”. “Que tua vida seja uma contrafrição para deter a máquina”, escrevia ele. Falando da desobediência e da disposição de ir à prisão como meio de luta contra a escravidão nos Estados Unidos, continuava: “Uma minoria é impotente enquanto se conforma à maioria: nesse caso, até deixa de ser minoria; mas é irresistível quando coloca barreiras com seu peso total”. Ele previu também que essa desobediência seria praticada pelos agentes dos governantes: “Quando o súdito recusa sua submissão, e o funcionário abandona seu escritório, a revolução já está vitoriosa”¹¹.

O argumento de Tolstoi em sua *Carta a um hindu* — profundo que o que tornava possível o domínio britânico sobre a Índia era a passividade e cooperação dos hindus — é algo que, como todos sabemos, causou grande impacto em Gandhi. Contudo, em termos de impacto político, o uso da ação não-violenta contra dominadores estrangeiros e o uso pelo movimento operário foram bem mais importantes do que homens como Thoreau e Tolstoi.

Um quarto grupo que contribuiu mais ou menos inconscientemente ao desenvolvimento pré-gandhiano da luta não-violenta foram os adversários do despotismo que se originaram não no exterior, mas em seu próprio país. Sua contribuição pode ser vista com toda clareza na Revolução Russa de 1905. Esse caso merece abordagem e análise detalhadas e cuidadosas, e suas lições talvez possam ser bem mais profundas do que aquelas que são apresentadas normalmente: que a “situação não estava madura” ou que era necessária uma revolução violenta em grande escala.

C. Alguns casos do início do século XX

Um sentido de realidade e substância política talvez possa ser espelhado nas generalizações referentes à natureza da ação não-violenta e à apresentação histórica resumida mediante sua ilustração com breves relatos de alguns casos que ocorreram no século vinte, começando com a Revolução Russa de 1905.

1. O Império Russo — 1905-1906¹². O Império Russo, por muito tempo governado por czares que acreditavam em seu direito divino de governar, foi sacudido por intranqüilidade interna e por humilhantes derrotas na guerra russo-japonesa. Os anos imediatamente anteriores a 1905 já tinham visto expressões de insatisfação entre os camponeses, operários, estudantes e intelectuais. Houve mais exigências de que houvesse um governo representativo. Ocorreram, então, greves feitas por trabalhadores da indústria.

Em janeiro de 1905 milhares de pessoas se aglomeraram numa marcha pacífica perto do Palácio de Inverno em São Petersburgo para apresentar ao czar um pedido moderado. Os guardas atiraram na multidão; mais de uma centena de pessoas foram mortas e mais de trezentas feridas. Esse dia se tornou conhecido como "o Domingo Sangrento". Seguiu-se espontaneamente uma revolução não-violenta. Houve violência, especialmente entre os camponeses, mas a luta de um ano de duração consistiu em sua maior parte numa multidão de formas de ação não-violentas, especialmente de greves. As principais greves, que repetidamente paralisaram São Petersburgo e Moscou, os sistemas de transporte ferroviário e as comunicações, foram apenas as formas mais evidentes de resistência. (Muitas dessas são descritas nos capítulos seguintes). Províncias e nações inteiras escaparam ao controle czarista e constituíram governos independentes.

Perto do mês de outubro, o país estava paralisado. Finalmente, o czar emitiu o Manifesto de Outubro, admitindo uma legislatura eleita, com poderes confessadamente incompletos, mas não obstante significativos — coisa que ele tinha jurado nunca fazer. Contudo, a revolução continuou. Jornais e revistas ignoravam as disposições da censura. Cresceram rapidamente os sin-

dicatos. Os conselhos (chamados de *soviets*) se tornaram órgãos populares de governo paralelo e eram muito mais representativos do que o regime estabelecido. Já tinham ocorrido motins no meio de soldados e marinheiros; a lealdade das tropas ia cedendo, e de sua obediência ou de um motim em grande escala dependia em parte a continuidade ou o colapso completo do regime. Relata um historiador que nessa altura o governo já não podia contar mais com dois terços de suas tropas.

Durante um generalizado movimento grevista, os bolchevistas e menchevistas conseguiram fazer com que o *Soviete* de Moscou apoiasse um plano de transformar a greve geral da cidade, no início de dezembro de 1905, num levante armado. Diante dessa violência dos rebeldes, percebendo que suas vidas corriam risco, os soldados de Moscou passaram a obedecer amplamente às ordens. O levante violento foi massacrado. O regime converteu essa vitória do czar no início de uma contra-ofensiva anti-revolucionária. Os grevistas tiveram também de enfrentar outros problemas, mas historiadores especializados citam o fracasso do levante de Moscou como o começo do fim da revolução de 1905.

Certas formas de lutas persistiram até 1906. Contudo, a queda da autocracia czarista ficou adiada até a revolução predominantemente não-violenta de fevereiro de 1917 — que como em 1905 surpreendeu os partidos políticos que estavam a favor da revolução.

As lutas de Gandhi começaram na África do Sul em 1906 contra a opressão dominante dos brancos contra os hindus e continuaram na Índia após sua volta para a pátria em 1915 até seu assassinato em 1948. Essa contribuição histórica será discutida brevemente. Contudo, é importante notar que as contribuições não-gandhianas ao desenvolvimento da técnica de ação não-violenta e das suas potencialidades políticas continuaram mesmo depois que as lutas de Gandhi tinham começado.

2. Berlim — 1920¹³. O golpe de Estado (ou *Putsch*) direitista de Kapp contra a jovem República Weimar da Alemanha foi frustrado pela ação não-violenta. Essa ação teve início para apoiar o legítimo governo após sua fuga de Berlim. Esses eventos — que ocorreram sem preparação ou treino antecipados —

merecem atenção, muito embora o golpe em si tivesse em grande parte caráter de amador e a resistência improvisada fosse algo aquém de um modelo perfeito. Esse caso também ilustra até que ponto a ação não-violenta pode ser usada para defender e preservar um regime ou sistema político, bem como para lhe opor resistência.

Já desde o início, a nova República Weimar enfrentou imensas dificuldades associadas à perda da guerra: desarticulação econômica, intranqüilidade militar e tentativas de revolução. Nessas circunstâncias, foi planejado um golpe de Estado pró-monarquista e direitista, pelo Dr. Wolfgang Kapp e pelo tenente-general Freiherr Walter von Lüttwitz com o respaldo do general Erich von Ludendorff e vários outros oficiais do exército. No dia 10 de março de 1920, o general Lüttwitz apresentou ao presidente Friedrich Ebert um virtual ultimato. Foi rejeitado pelo governo, e ficou evidente que estava em andamento um *Putsch*. O ministro da Defesa, Gustav Noske, advertiu a Lüttwitz que, se as ordens fossem desobedecidas e as tropas fossem usadas na tentativa de derrubar a República, o governo convocaria uma greve geral. Um encontro de generais mostrou que estes não estavam dispostos a usar a força militar para frustrar um *Putsch* direitista. Eles não iriam defender a República.

No mesmo dia — 12 de março — os kappistas, apesar de seus limitados preparativos, começaram sua marcha sobre Berlim. Oficiais de polícia se juntaram aos conspiradores. Havia séria dúvida se os soldados do governo atirariam nas tropas que vinham avançando a partir das brigadas bálticas. O governo Ebert abandonou Berlim sem combate, indo primeiro a Dresden e depois a Stuttgart. Berlim foi ocupada no sábado, 13 de março. Os kappistas proclamaram um novo governo. Contudo, os *Länder* (estados) eram orientados pelo governo de Ebert no sentido de rejeitar toda cooperação com o regime de Kapp e de manter contato somente com o governo legal.

Quando as tropas do *Freikorps* (unidades paramilitares independentes) ocuparam os escritórios de dois jornais do governo na tarde de domingo, toda a imprensa de Berlim entrou em greve. Outros trabalhadores de Berlim, aos milhares, também en-

traram espontaneamente em greve. Mais tarde, neste mesmo domingo, foi convocada uma greve geral contra o golpe por parte dos membros do Comitê executivo do Partido Social Democrata (SPD) e pelos membros do SPD do ministério de Ebert: “Há apenas uma maneira de evitar a volta de Guilherme II: a paralisação total da economia. Não se deve erguer um dedo, nenhum trabalhador deve prestar auxílio à ditadura militar. Greve geral em toda a área do país”¹⁴. A greve geral foi apoiada por trabalhadores de todos os grupos políticos e religiosos. (Os comunistas, entretanto, a princípio se recusaram a apoiá-la). Os “serviços essenciais” não ficaram afetados. Como descrevemos no primeiro capítulo, a própria burocracia não cooperou. O regime kappista necessitava de dinheiro, e os empregados civis comuns entraram em greve ou se recusaram a chefiar ministérios sob o Kapp, que era incapaz de conseguir cooperação da burocracia. Os trabalhadores tentaram influenciar as tropas kappistas.

No dia 15 de março, o governo Ebert rejeitou propostas de acordo. A limitação do poder dos ocupantes dos departamentos do governo de Berlim ficava cada vez mais evidente. Panfletos intitulados *O colapso da ditadura militar* eram espalhados de avião sobre Berlim. A greve começou a se expandir, apesar das severas ameaças e apesar das mortes por fuzilamento. Na manhã do dia 17, a Polícia de Segurança de Berlim exigiu a renúncia de Kapp.

Mais tarde, neste mesmo dia, Kapp renunciou e fugiu para a Suécia, deixando o general Lüttwitz como comandante-em-chefe. Em muitas cidades ocorreram confrontos com derramamento de sangue. Nesta noite, a maior parte dos conspiradores abandonou Berlim em trajes civis e Lüttwitz renunciou a seu novo posto. No outro dia as brigadas bálticas — agora sob as ordens do governo de Ebert — marcharam para fora de Berlim, mas não hesitaram em atirar e matar alguns civis que estavam zombando delas. O golpe foi vencido e a República de Weimar preservada. Contudo, o governo de Ebert enfrentou constantes transtornos: por exemplo, conflitos sangrentos entre as tropas do governo e um exército “Vermelho” armado, na região do Reno, ceifaram muitas vidas.

O tenente-coronel D. J. Goodspeed, autoridade em golpe de Estado, apontou para uma das lições centrais a ser aprendida do *Putsch* de Kapp: após haverem tomado a máquina do governo, os conspiradores devem “obter o mínimo de consentimento exigido para que possam fazê-la funcionar”.

O *Putsch* de Kapp é o episódio em que se vê com a maior nitidez esta questão do apoio popular... para todos os efeitos e propósitos o golpe parecia ter sido bem-sucedido. Contudo, ele foi frustrado, sobretudo porque o povo não queria obedecer ao novo governo¹⁵.

O renomado historiador alemão Erich Eyck também concluía que “a greve... pôs um fim ao golpe de Kapp e companhia, após quatro dias apenas. Já que os instrumentos regulares do estado foram completamente insuficientes, somente uma intervenção imediata da população poderia salvá-lo tão prontamente”¹⁶.

3. O Ruhrkampf — 1923¹⁷. A resistência ao *Putsch* de Kapp foi seguida imediatamente por outra luta não-violenta muito significativa em apoio ao legítimo governo. Foi a resistência alemã à ocupação francesa e belga do Ruhr, em 1923. Durante essa famosa luta, os membros de sindicatos, os industriais, os funcionários públicos alemães, os oficiais e muitas outras pessoas se recusaram a obedecer ou a cooperar com o regime de ocupação. A repressão francesa foi muito rigorosa.

Além da não-cooperação, a situação também se complicou em certos estágios por vários tipos de sabotagem. E havia problemas econômicos para toda a Alemanha. A situação econômica do país estava ameaçada pelo rompimento da zona industrial e de mineração de carvão com relação ao resto da Alemanha, bem como pelo financiamento da resistência mediante dinheiro de papel sem fundo.

A luta do Ruhr — foi comumente considerada como um fracasso. Contudo, a França concluiu que não lhe era possível controlar o Ruhr e extrair seus recursos e produtos, pois os custos para tentar isso excediam os ganhos econômicos. O governo da França caiu, em parte pelo menos por causa da rea-

ção interna francesa contra a severa repressão praticada por suas tropas oficiais de ocupação. As tropas francesas evacuaram o Ruhr depois que o governo alemão concordou em fazer cessar a campanha de resistência passiva. A razão desse sucesso-fracasso parece ter sido mista para cada um dos lados.

D. A contribuição de Gandhi

Gandhi foi quem deu a mais significativa contribuição pessoal à história da técnica não-violenta, com suas experiências políticas no uso da não-cooperação, desobediência e desafio objetivando controlar governantes, alterar políticas governamentais e minar sistemas políticos. Com essas experiências ampliou-se o caráter dessa técnica e sua prática se tornou mais refinada. Entre as modificações introduzidas por Gandhi estão: uma maior atenção à estratégia e táticas, um uso mais criterioso do arsenal de métodos não-violentos, e uma associação consciente entre a ação política de massa e a norma da não-violência. Contudo, para os participantes essa associação não tinha um caráter absoluto e sem dúvida a maioria tomava parte porque essa técnica era vista como portadora de ação efetiva. Como resultado da tarefa de Gandhi, essa técnica se tornou mais ativa e dinâmica. Com seus companheiros políticos e seguidores, Gandhi demonstrou numa variedade de conflitos na África do Sul e na Índia, que a luta não-violenta poderia ser politicamente eficaz em grande escala.

Gandhi usou sua abordagem não-violenta para lidar com problemas internos da Índia, bem como para combater a ocupação britânica de seu país, e encorajou outros a fazerem o mesmo. Um dos usos locais bem conhecidos de sua *satyagraha* ocorreu em Vykom, no sul da Índia em 1924 e 1925; foi dirigido por alguns dos auxiliares de Gandhi para conseguir certos direitos para os intocáveis. Nesse caso havia uma tentativa considerável de mudar as atitudes e sentimentos dos hindus ortodoxos. As constantes exortações de Gandhi sobre a necessidade de converter, não de coagir o adversário, foram bastante implementadas nesse caso. Contudo a ênfase na conversão não

é comum na ação não-violenta, e esse caso também não é típico das lutas gandianas. É significativo, porém, por causa da tentativa de converter o grupo adversário apesar da extrema “distância social” entre os brâmanes e os intocáveis.

1. **Vykom — 1924-25**¹⁸. Em Vykom, Travancore, um dos estados governados por um marajá indiano e não por ingleses, os intocáveis foram proibidos durante séculos de usar um caminho particular que levava diretamente a seu quarteirão, porque passava por um templo ortodoxo brâmane. Em 1924, após consultas com Gandhi, certos reformadores hindus das classes altas iniciaram uma ação. Junto com amigos intocáveis, esse grupo percorreu o caminho e parou em frente ao templo. Os hindus ortodoxos os atacaram violentamente, e alguns manifestantes foram presos, recebendo sentenças carcerárias de até um ano. Então afluíram voluntários de todas as regiões da Índia. Em vez de ordenar novas prisões, o governo do marajá pediu à polícia que impedissem esses reformadores de passar pelo caminho. Portanto, foi colocado um cordão de isolamento ao seu redor. Os reformadores permaneceram diante dele numa atitude de oração, rogando à polícia que os deixassem passar. Ambos os grupos organizaram revezamentos de dia e de noite. Os reformadores empenharam-se no uso da não-violência e se recusaram a sair até que os brâmanes reconhecessem o direito dos intocáveis de usar aquele caminho. À medida que passavam os meses, o número de reformadores e sua coragem às vezes cresciam, às vezes decresciam. Quando chegou a época da chuva e o caminho ficou inundado, eles ficavam ao lado de seus postos, encerrando para três horas cada turno entre os revezamentos. A água chegava até seus ombros. A polícia que guarnecia o cordão de isolamento tinha de usar barcos.

Quando finalmente o governo eliminou a barreira, os reformadores desistiram de avançar, até que os hindus ortodoxos mudassem sua atitude. Após dezesseis meses os brâmanes disseram: “Já não podemos opor resistência às orações feitas a nós, e estamos dispostos a receber os intocáveis”. Esse episódio teve ampla repercussão em toda a Índia: ajudou na remoção de restituições semelhantes em toda parte e fortaleceu significativamente a causa da reforma de casta.

2. A teoria do poder de Gandhi. Contudo, Gandhi é mais conhecido por suas lutas contra a dominação inglesa. Nessas lutas ele agiu tendo como base uma determinada concepção de poder e confessadamente baseou sua abordagem de conflito recém-desenvolvida — a *satyagraha* — numa teoria do poder: “Em política, seu uso se baseia na máxima imutável de que governar o povo só é possível enquanto este consente, seja consciente, seja inconscientemente, em ser governado”¹⁹. Isso constituiu o princípio básico de sua grande estratégia.

Conforme a concepção de Gandhi, se a continuidade de um regime injusto ou antidemocrático depende da cooperação, submissão e obediência da população, então os meios de mudar ou abolir esse sistema residem na não-cooperação, provocação e desobediência dessa população. Ele estava convencido de que essas coisas poderiam ser empreendidas sem o uso da violência física e mesmo sem hostilidade para com os membros do grupo adversário. No *Hind Swaraj or Indian Home Rule*, um antigo folheto escrito em 1909, Gandhi expressava sua teoria do controle do poder político numa passagem dirigida aos governantes ingleses:

Vocês têm grandes recursos militares. Seu poderio naval é inigualável. Se quiséssemos combater com vocês em pé de igualdade, seríamos incapazes de fazê-lo, mas se não aceitarem as reivindicações acima, deixaremos de representar o papel de súditos. Se vocês quiserem, poderão nos cortar em pedaços. Poderão nos fazer em pedaços na boca do canhão. Se vocês agirem de forma contrária à nossa vontade, não os ajudaremos; e sem nossa ajuda, sabemos que não poderão dar um passo à frente²⁰.

Uma resolução esboçada por Gandhi, aprovada pelo Comitê de Trabalho Pró-Índia do Congresso Nacional Indiano (o partido nacionalista) e levada a reuniões públicas no dia assinalado pelo Congresso como sendo dia da Independência, em 26 de janeiro de 1930, continha essa afirmação sobre não-cooperação e retirada da submissão voluntária ao *Raj* britânico:

Sustentamos ser um crime contra o homem e contra Deus submetermo-nos por mais tempo a um domínio que tem

causado a nosso país esse desastre quatro vezes maior. Contudo, reconhecemos que a maneira mais eficaz de conquistar nossa liberdade não é mediante a violência. Portanto, nos prepararemos, na medida em que pudermos, mediante a recusa de toda ligação voluntária com o governo britânico, e nos prepararemos para a desobediência civil, incluindo o não pagamento de impostos. Estamos convencidos de que se pudermos apenas retirar nossa ajuda voluntária e parar de pagar impostos sem fazer violência, mesmo sob provocação, o fim desse domínio desumano estará assegurado²¹.

Mais tarde, neste mesmo ano, Gandhi, a pedido do Congresso Nacional Indiano, iniciou um movimento de não-cooperação e desobediência para a obtenção do *swaraj*, isto é, o “governo autônomo”. Essa campanha se baseava na teoria acima, cuja natureza revolucionária Gandhi havia abertamente proclamado quase dez anos antes.

... a revolução se converteu em credo do Congresso. Todo o “não-cooperador” se comprometeu em pregar insatisfação para com o governo estabelecido por lei. A não-cooperação, embora sendo um movimento religioso e estritamente moral, tem como alvo deliberado a deposição do governo, e portanto, em termos do código penal indiano, é legalmente subversiva²².

Essa recusa de apoio, conforme dizia Gandhi, deveria ser proporcional à “sua capacidade de preservar a ordem na estrutura social” sem a ajuda do governante²³. Portanto, a forma de controlar o poder político passou a ser, nesta visão, “não-cooperar com o sistema, mediante a retirada de toda colaboração voluntária possível e recusando todas as assim chamadas regalias”²⁴. Foi nessa base que ele formulou a *satyagraha*.

Ao mesmo tempo em que buscava converter os ingleses, Gandhi não tinha ilusões de que poderia haver uma solução fácil sem luta e sem o exercício de poder. Imediatamente antes do início da campanha de desobediência civil de 1930-31 ele escreveu ao vice-rei:

Não se trata de convencer mediante argumentos. A questão se resolve dentro de uma das forças que está competindo. Com razão ou sem razão, a Grã-Bretanha defenderá seu comércio e interesses na Índia com todas as forças de que dispõe. Conseqüentemente, a Índia deve desenvolver suficiente força para se livrar desse laço de morte²⁵.

De forma alguma era inevitável que a luta indiana fosse não-violenta, e existem fortes indícios de que na ausência da grande estratégia alternativa de Gandhi os terroristas provavelmente teriam alcançado a vitória (é o que parece apesar do fato de que a resistência não-violenta desempenhou um papel significativo nas análises e ações dos nacionalistas indianos *antes* de Gandhi).

Ranganath R. Diwakar, participante da luta pela independência e autor de vários livros sobre a *satyagraha* de Gandhi, escreveu:

De fato, se Gandhi não estivesse lá para guiar e dirigir a Índia, lúcido e consciente como era, ela certamente teria adotado os usuais métodos de revolta armada contra seus opressores estrangeiros... isso seria inevitável... Uma escolha tinha de ser feita, e no momento psicológico Gandhi apresentou esta única arma, a *satyagraha*²⁶.

Mesmo depois que o programa de ação de Gandhi tinha sido aceito pelo Congresso Nacional indiano e tinham sido iniciadas campanhas não-violentas em massa, os terroristas continuaram a agir, e havia um amplo apoio aos que defendiam a revolução violenta, especialmente a Subhas Chandra Bose, que foi até mesmo eleito presidente do Congresso, em 1939. Em 1928, Jawaharlal Nehru ainda era a favor de uma guerra violenta pela independência. Ao contrário de muitos comentários sentimentais tanto dos indianos, quanto dos ocidentais, esse era o contexto político dentro do qual foi adotada a grande estratégia de Gandhi e dentro da qual Gandhi formulou uma série de campanhas não-violentas. Uma dessas, a campanha de independência de 1930-31, que começou com a famosa Marcha do

Sal, continua sendo um clássico exemplo de luta nacional não-violenta.

3. **Índia — 1930-31**²⁷. Para a campanha de 1930, Gandhi formulou um programa de exigências políticas e um plano concreto de rebelião não-violenta, incluindo desobediência civil. Os apelos ao vice-rei não produziram efeito.

Focalizando a atenção inicialmente no Salt Act (lei do sal — que determinou um pesado imposto e um monopólio governamental), Gandhi partiu com seus discípulos numa marcha de vinte e seis dias até o mar para fazer sal, e com isso cometer uma desobediência civil. Esse era o sinal para começar a revolta não-violenta em massa por todo o país. À medida que progredia o movimento, havia assembleias de massa, grandes paradas, discursos subversivos, um boicote das vestes importadas, e piquetes nas lojas de bebida alcoólica e tavernas de ópio. Os estudantes abandonaram as escolas do governo. Foi hasteada a bandeira nacional. Houve boicotes sociais dos empregados do governo, pequenas greves (*hartals*) e renúncia de empregados do governo e membros da Assembléia Legislativa e dos Conselhos. Os departamentos governamentais foram boicotados, bem como companhias de seguro estrangeiras e serviços postais e telefônicos. Muitos se recusaram a pagar impostos. Alguns renunciaram aos títulos. Houve invasões repentinhas não-violentas e assaltos aos depósitos de sal do governo, e assim por diante.

O governo prendeu Gandhi logo no início da campanha. Cerca de cem mil indianos (inclusive dezessete mil mulheres) foram presos ou mantidos em campos de concentração. Houve espancamentos, ferimentos, censura, disparos, confisco, intimidação, multas, dissolução de encontros e organizações, e outras medidas. Algumas pessoas foram mortas a tiro. Durante o ano, o funcionamento normal do governo foi gravemente afetado, e os que resistiram experimentaram grande sofrimento. Finalmente chegou-se a uma trégua, nos termos estabelecidos mediante negociações diretas entre Gandhi e o vice-rei.

Embora fossem feitas concessões aos nacionalistas, os termos reais favoreciam mais o governo do que os nacionalistas. Conforme a visão de Gandhi, contudo, o mais importante foi que a força assim gerada nos indianos mostrou que a independência não podia ser negada por muito tempo e que, pelo fato de

ter de participar em negociações diretas com os rebeldes não-violentos, o governo teve de reconhecer a Índia como um igual, com cujos representantes tinha de negociar. Isso era tão incômodo a Winston Churchill, quanto tranqüilizador a Gandhi.

Jawaharlal Nehru, que mais tarde veio a ser primeiro-ministro da Índia já independente, não acreditava numa ética de não-violência ou na filosofia de Gandhi ou em explicações religiosas. Contudo, assim como outros indianos famosos ou desconhecidos, ele se tornou um esteio da "grande estratégia" não-violenta de Gandhi por conseguir uma evacuação inglesa da Índia, e passou anos na prisão nesta luta. Nehru escreveu em sua autobiografia.

Nós aceitamos este método, o Congresso assumiu este método, por causa de uma crença em sua eficácia. Gandhi o apresentou diante da nação não apenas como o método correto, mas como o mais eficaz para nosso propósito... Apesar de seu nome negativo, ele é um método dinâmico, exatamente o contrário de uma dócil submissão à vontade de um tirano. Não era um refúgio covarde frente à ação, mas o desafio ao mal e à sujeição nacional, feitos por um homem corajoso²⁸.

E. As lutas contra os nazistas

Independentemente das contínuas campanhas gandianas, também eclodiram significativas lutas não-violentas sob circunstâncias extremamente difíceis na Europa dominada pelos nazistas. Quase sem exceção, essas se efetuaram no contexto de guerra mundial e sempre contra um inimigo cruel. Às vezes as formas de resistência não-violentas estavam intimamente relacionadas com a resistência violenta paralela; ocasionalmente ocorriam com mais independência. Freqüentemente os elementos não-violentos nas lutas de resistência eram altamente importantes, às vezes eclipsando até mesmo os elementos violentos da resistência.

A resistência não-violenta, em menor ou maior grau, ocorria numa série de países, mas era especialmente importante na

Holanda²⁹, na Noruega³⁰ e, provavelmente em menor medida na Dinamarca³¹. Em nenhum desses casos parece ter havido muito conhecimento dessa técnica, e certamente não houve preparativos ou treinos antecipados. Os casos geralmente emergiam como esforços espontâneos ou improvisados no sentido de “fazer algo” numa situação difícil. Exceções foram certas greves na Holanda que o governo exilado em Londres solicitava para ajudar os desembarques dos aliados no continente.

1. Noruega — 1942³². A resistência dos professores noruegueses é apenas uma dessas campanhas de resistência. Durante a ocupação nazista, o “ministro-presidente” fascista norueguês, Vidkun Quisling, decidiu estabelecer o Estado corporativo no modelo de Mussolini, escolhendo professores como a primeira “corporação”. Para isso ele criou uma nova organização de professores com afiliação compulsória e designou como seu líder o chefe do *Hird* (tropa de choque norueguesa). Formou-se também um movimento compulsório de juventude fascista.

A clandestinidade convocou os professores a resistir. Cerca de oito a dez mil dentre os doze mil professores do país escreveram cartas ao Ministério da Educação e da Igreja de Quisling. Todos puseram seus nomes e endereços no teor prescrito pela clandestinidade para a carta. Cada professor disse que ele (ou ela) não podia colaborar na promoção da educação fascista das crianças, nem aceitar a afiliação na nova organização de professores.

O governo ameaçou-os com a demissão e daí fechou todas as escolas por um mês. Os professores davam aulas em casas particulares. Apesar da censura, as notícias da resistência se espalharam. Dezenas de milhares de cartas de protesto de pais inundaram o gabinete do governo.

Depois que os professores desafiaram as ameaças, cerca de mil professores do sexo masculino foram presos e enviados aos campos de concentração. As crianças se reuniram e cantavam nas estações de trem, enquanto os professores embarcavam em vagões de gado. Nos campos, a Gestapo impôs um clima de terror com a intenção de provocar a capitulação. Recebendo rações miseráveis, os professores eram submetidos a “ginásticas

de tortura" em plena neve. Já que apenas alguns desistiram, o "tratamento" continuou.

As escolas se reabriram, mas os professores em liberdade disseram aos seus alunos que repudiavam sua afiliação na nova organização e falaram em dever de consciência. Espalharam-se rumores de que, se esses professores não desissem, alguns dos que foram presos ou todos eles seriam mortos. Após uma luta interna difícil, os professores que não foram presos quase sem exceção permaneceram firmes.

Dai, em trens de transporte de gado e em navios a vapor superlotados, os professores presos foram desembarcados num campo perto de Kirkenes, no extremo norte. Embora o Ministério da Educação e da Igreja de Quisling afirmasse que tudo estava resolvido e que as atividades da nova organização cessariam, os professores foram mantidos em Kirkenes em condições miseráveis, fazendo tarefas perigosas.

Contudo, o sofrimento deles fortaleceu o moral no front doméstico e causou problemas ao regime de Quisling. Como disse Quisling, enraivecido, aos professores, certa ocasião numa escola perto de Oslo: "Vocês, professores, destruíram tudo para mim!" Com medo de se indispor ainda mais com os noruegueses, Quisling finalmente mandou soltar os professores. Oito meses depois das detenções, os últimos professores voltaram para casa com recepções triunfais.

A nova organização para professores de Quisling nunca chegou a existir, e as escolas nunca foram usadas para propaganda fascista. Depois que Quisling encontrou outras dificuldades para impor o Estado corporativo, Hitler ordenou que ele abandonasse inteiramente esse plano.

2. Berlim — 1943. Foi uma crença geral que, uma vez estando a caminho a "solução final" — a aniquilação dos judeus da Europa — não ocorreria nenhuma ação não-violenta para salvar os judeus alemães, pois de nada valeria. Essa crença é desafiada por um ato de resistência não-violenta feito por esposas não judias de judeus presos em Berlim. Esse ato de resistência limitado ocorreu no meio da guerra, na capital do Terceiro Reich, no final da tentativa desumana de livrar a Alemanha dos judeus — tudo em condições altamente desfavoráveis

para uma oposição eficaz. A oposição não apenas ocorreu, mas foi completamente bem-sucedida, mesmo em 1943. O seguinte relato é narrado por Heinz Ullstein, um dos homens que foi detido; sua esposa foi uma das mulheres que atuou:

A Gestapo estava preparando uma ação em larga escala. Fileiras de caminhões com a carroceria toda coberta alinhavam-se junto aos portões das fábricas e paravam em frente de casas particulares. Durante todo o dia eles rodavam pelas ruas, escoltados por agentes armados da SS... pesados veículos sob cujas lonas se podia discernir os contornos de uma humanidade estreitamente empacotada... Nesse dia, todo judeu que vivia na Alemanha foi detido e por certo tempo alojado em campos de concentração. Era o começo do fim.

As pessoas abaixavam seus olhos, algumas com indiferença, outras talvez com um fugaz sentimento de horror e vergonha. O dia findava, havia uma guerra para ser vencida, regiões eram conquistadas, "se fazia História", estávamos em íntima relação com o milênio. E o olho público perdeu a centelha trêmula de uma pequena tocha que poderia ter iluminado o fogo da resistência geral contra o despotismo. Dos grandes centros de recolhimento para onde os judeus de Berlim foram levados, a Gestapo sorteou aqueles que tinham "família ariana" e concentrou-os numa prisão separada na Rosenstrasse. Ninguém sabia o que aconteceria com eles.

Nesse momento as esposas avançaram. Já nas primeiras horas do dia seguinte elas descobriram os paradeiros de seus maridos e como por um sentido comum, como se tivessem sido chamadas, uma multidão delas apareceu no portão do centro de detenção improvisado.

Em vão a guarda de segurança tentou afastar as manifestantes, em torno de 6.000, e dispersá-las. Após cada dispersão, elas voltavam a se reunir, avançavam, chamavam por seus maridos que, apesar das estritas instruções em contrário, apareciam nas janelas, e pediam sua libertação. Por algumas horas a rotina de um dia de trabalho interrompeu a manifestação, mas de tarde a esquina estava novamente abarrotada de gente, e os gritos de mulheres que suplicavam e acusavam se elevava por cima do barulho

do trânsito como declarações apaixonadas de um amor fortalecido pela amargura da vida.

Os quartéis centrais da Gestapo estavam situados na Burgstrasse, não muito longe da esquina em que estavam ocorrendo as manifestações. Algumas salvas de tiro poderiam ter dispersado completamente as mulheres da esquina, mas a SS não atirou, pelo menos não desta vez. Marcado por um incidente que não teve paralelo na história do Terceiro Reich, o quartel-general consentiu em negociar. Eles disseram palavras tranqüilizadoras, deram garantias e finalmente libertaram os prisioneiros³³.

F. Insurreições civis na América Latina

A América Latina é mais famosa por sua violência política do que pela ação não-violenta. Essa pode ser uma visão distorcida. Parece ter havido um grande número de casos na América Latina de greves gerais e vários exemplos de insurreições civis não-violentas. Por exemplo, em algumas semanas no ano de 1944 caíram dois ditadores centro-americanos, em El Salvador e na Guatemala, diante da maciça resistência civil. Esses casos se revestem de uma especial importância por causa da rapidez com que a ação não-violenta destruiu esses ditadores militares entrincheirados. Aqui focalizamos o caso guatemalteco.

Guatemala — 1944³⁴. Com a ajuda da polícia secreta, o general Jorge Ubico tinha governado a Guatemala desde 1931. Ubico tinha sido elogiado por algumas revistas dos EUA como um “ditador de estrada e escola”; os homens que tinham enfrentado sua polícia política o conheciam melhor. A revista *Time* chamou-o de um admirador da política da raça pura de Hitler, em 1934, e citou palavras de Ubico: “Eu sou como Hitler, primeiro executo e depois dou a sentença...”³⁵

Durante a Segunda Guerra Mundial, as tropas dos EUA estavam na Guatemala, que tinha se juntado aos Aliados. Os americanos tinham incentivado ali idéias de democracia pelas quais, diziam eles, essa guerra estava sendo travada. Essas atraíam especialmente os estudantes guatemaltecos e os jovens

profissionais. Outras mudanças estavam minando a posição de Ubico. O confisco de algumas *fincas* (plantações) de café de proprietários alemães em 1942 afastou alguns de seus esteios. Questões internas estavam causando intranqüilidade, tanto entre os operários quanto dentro da comunidade de negócios. O ditador Martinez da nação vizinha, El Salvador, tinha caído algumas semanas antes, diante da resistência não-violenta generalizada. Esse exemplo se mostrou perigoso e contagioso. Deu início, a princípio lentamente, a uma ação na Guatemala.

No fim de maio de 1944, quarenta e cinco advogados pediram a renúncia do juiz que levara em juízo a maioria dos adversários políticos do regime trazido diante de uma corte civil. Ubico pediu a acusação formal contra o juiz. Para surpresa geral, um jornal recebeu a permissão de publicá-las.

Um dia antes da parada anual de professores e alunos do curso primário em tributo ao ditador, duzentos professores pediram a Ubico um aumento de salário. Aqueles que planejaram o pedido foram detidos e acusados de conspiração contra as instituições sociais do governo supremo. Os professores replicaram com um boicote da parada; foram metralhados.

No dia 20 de junho, um manifesto anunciaava a formação do Partido Social Democrata e reivindicava partidos de oposição, justiça social, suspensão do terror e solidariedade hemisférica. Os estudantes pediram autonomia para a universidade, readmissão de dois professores demitidos e soltura de dois estudantes de direito presos. A não ser que suas reivindicações fossem atendidas dentro de vinte e quatro horas, os estudantes iriam entrar em greve.

Ubico declarou estado de emergência. Chamou a oposição de "nazi-fascista". Com medo, muitos líderes estudantis buscaram asilo na embaixada mexicana. Contudo, jovens advogados e profissionais recusaram submeter-se à intimidação e ajudaram os estudantes. No dia 23 de junho, os professores entraram em greve.

Ubico dissera uma vez que, se trezentos guatemaltecos respeitáveis viesssem pedir que renunciasse, ele o faria. No dia 24 de junho dois homens enviaram ao gabinete de Ubico o *Memorial de los 311*. Os trezentos e onze ilustres signatários ti-

nham arriscado suas vidas. O documento explicava os motivos da intranqüilidade e pedia garantias constitucionais eficazes e a suspensão da lei marcial. No mesmo dia, os estudantes marcharam próximo à Embaixada dos EUA e enfatizaram sua confiança em meios não-violentos. Os funcionários pareciam surpresos por essa forma de manifestação. À noite, um encontro pacífico exigiu a renúncia de Ubico. Mais à noite, entretanto, a polícia distribuiu pancadaria e deteve centenas de pessoas numa celebração religiosa e social nas imediações. Alguns responsabilizaram os "bandidos bêbados, treinados de antemão pela polícia"; outros inculparam os choques entre as pessoas que gritavam slogans contra Ubico e os homens fortemente armados do ditador.

No dia seguinte, o ministro das Relações Exteriores chamou ao palácio nacional os dois homens que tinham publicado o *Memorial de los 311*, Carbonell e Serrano. O ex-chefe da polícia secreta tinha se juntado ao encontro. Simultaneamente, ocorreu uma manifestação diante do palácio nacional; o governo concentrou pelotões de soldados, cavalaria, tanques, carros blindados, metralhadoras e polícia armada com fuzis e bombas de gás lacrimogêneo. Carbonell e Serrano receberam a incumbência de "acalmar a população". Embora todas as reuniões fossem dissolvidas, os dois receberam a permissão de se encontrar com outros "líderes" do movimento para encontrar uma solução para a crise.

Nessa noite mulheres vestidas com roupa preta de luto rezavam pelo fim das brutalidades na igreja de São Francisco no centro da cidade de Guatemala. Logo após elas formaram uma impressionante procissão silenciosa; a cavalaria carregou as armas e atirou na multidão. Um número incalculável de pessoas recebeu ferimentos e pelo menos uma, Maria Chincilla Recinos, professora, foi morta. Ela se tornou a primeira mártir. "... a máscara da postura napoleônica foi rasgada, revelando que Ubico e seu regime se fundamentavam cruelmente numa base de desumanidade e terror"³⁶.

A cidade da Guatemala respondeu com uma paralisação silenciosa. A oposição rompeu o diálogo com o governo. Os trabalhadores entraram em greve. Os homens de negócios fecha-

ram as lojas e escritórios. Era uma paralisação econômica. Tudo estava fechado. As ruas ficaram desertas.

Depois que fracassaram novas tentativas de negociação, a pedido de Ubico o corpo diplomático organizou um encontro entre a oposição e o governo, naquela mesma noite. Os delegados disseram diante de Ubico que durante seu governo a "Guatemala não conheceu outra coisa senão opressão". Ubico insistia: "Enquanto eu for presidente, nunca permitirei uma imprensa livre, nem livre associação, pois o povo da Guatemala não está preparado para a democracia e necessita de uma mão forte"³⁷. Foram discutidas a possibilidade da renúncia de Ubico e a questão de sua sucessão. Os delegados deviam testar a opinião pública.

A oposição comunicou mais tarde a Ubico, mediante carta, o desejo unânime do povo de que ele renunciasse; novamente pediu a suspensão da lei marcial, liberdade de imprensa e associação, e o fim dos ataques ao povo. Pedidos e mensagens de pessoas importantes inundaram o palácio; também pediam a renúncia de Ubico. A paralisação econômica da Guatemala continuava. O poder do ditador estava se dissolvendo.

No dia primeiro de julho, Ubico renunciou em favor de um triunvirato de generais. Seguiu-se uma efervescência política imediata e nunca vista. Organizações trabalhistas e políticas surgiam do dia para a noite, e os exilados retornaram. O general Ponce, um dos membros do triunvirato, tentou instalar-se no lugar de Ubico. Em outubro ele enfrentou outra greve geral e uma greve de estudantes, tendo sido destituído por um golpe de Estado. Tempos difíceis ainda viriam pela frente.

A vitória sobre Ubico não foi bem utilizada para instaurar a democracia. Mas foi uma vitória tanto para o povo, quanto para seu tipo de luta. Mario Rosenthal escreve:

Enérgico e cruel, Jorge Ubico poderia ter vencido um ataque armado... Ele poderia ter imposto sua vontade sobre qualquer grupo de descontentes, civis ou militares, e pressioná-los contra a parede. Mas ficou impotente frente aos atos civis de repúdio, aos quais respondeu com violência, até que esses o arrastaram ao beco sem saída onde

vão parar, em última instância, todos os ditadores: matar todo aquele que não está a seu lado ou que deserta³⁸.

O movimento que trouxe Waterloo para o Napoleão de Guatemala foi propriamente uma ação civil, pacífica: a disciplina, serenidade e resignação com que foi dirigida fizeram dela um modelo de resistência passiva³⁹.

Rosenthal também rendeu tributo à inteligência com que foi dirigida e à solidariedade mostrada pelos guatemaltecos de todas as classes e procedências étnicas e políticas.

G. Levantes contra regimes comunistas

Formas não-violentas de luta também emergiram em vários países de regime comunista. Esses atos coletivos predominantemente espontâneos de oposição e resistência, embora nem sempre produzindo um sucesso integral e às vezes até um evidente fracasso, por vezes abalaram o regime em seu âmago. A insurreição essencialmente não-violenta de junho de 1953 na Alemanha Oriental é um claro exemplo disso⁴⁰. Durante a Revolução Húngara de 1956-57 a grande variedade de métodos de ação não-violenta aplicados sob difíceis condições — métodos como greve geral, manifestações de massa, e a transferência da lealdade do antigo governo para o incipiente governo paralelo dos conselhos de trabalhadores — teve um poderoso impacto, e juntos constituíram um componente extremamente importante na força total de combate. A greve geral pôde continuar em Budapeste por algum tempo depois que os russos esmagaram a resistência militar. Hoje em dia passa quase esquecido o fato de que na Revolução Húngara foram muito importantes os métodos de luta não-violenta⁴¹.

Vorkuta — 1953⁴². Também houve uma significativa onda de greves nos campos de trabalhos forçados, especialmente entre prisioneiros políticos, na própria União Soviética em 1953⁴³. Em alguns deles houve uma grande porção de violência. Em todos houve repressão, embora aparentemente fosse menos severa onde os prisioneiros eram predominantemente não-violen-

tos. Talvez a mais importante dessas greves tenha sido em Vorkuta.

Desde há muito tempo os 250.000 prisioneiros políticos dos campos de mineração de carvão em Vorkuta consideravam a possibilidade de greves contra as más condições existentes. A decisão se precipitou imediatamente após a morte de Stalin em 1953 pela notificação do M.V.D. (Ministério do Interior) em Vorkuta de que os prisioneiros políticos não deviam esperar uma anistia, já que sua libertação poria em risco a segurança do Estado.

Muita gente indecisa resolveu então seguir o mesmo caminho daqueles que proponham a resistência não-violenta; no final de maio, secretamente se estabeleceram comitês de greve nos vários campos. Eles eram compostos principalmente por três grupos de prisioneiros: estudantes leninistas, anarquistas e os *Monashki* (um grupo pacifista cristão pós-revolucionário, parecido com os primeiros quacres), bem como outros prisioneiros que não representavam nenhum grupo.

A queda de Beria, chefe da polícia secreta, enquanto os prisioneiros estavam se organizando, encorajou mais ainda os indecisos. Comitês de greve foram fundados nas jazidas de mineração de carvão onde trabalhavam. Chegou-se a um consenso no sentido de que a greve era para pedir a abolição dos campos e mudar o status dos prisioneiros para o de colonos livres, sob contrato. Antes que a greve começasse, a liderança central foi detida e removida para Moscou. Escolheu-se um novo comitê central de greve.

No dia 21 de julho muitos prisioneiros permaneceram em suas barracas, recusando-se a trabalhar. Eles insistiram em apresentar suas reivindicações ao general que era comandante de todos os campos de Vorkuta. Fizeram isso dois dias mais tarde, depois que trinta mil pessoas aderiram à greve. Depois que foram apresentadas as reivindicações, o general fez um longo discurso que continha vagas promessas e ameaças específicas.

Passou-se uma semana sem uma ação decisiva; de Moscou não veio nenhuma ordem clara. O alimento continuaria a vir enquanto durasse a provisão existente, conforme foi anunciado. Apareceram milhares de cópias de um panfleto sobre greve, in-

centivando a autoconfiança na obtenção da liberdade e a greve como único meio possível de ação. Soldados simpatizantes ajudaram a espalhá-los e a manter contatos entre os campos. Vinte grandes jazidas foram fechadas.

Tropas que falavam a língua russa foram retiradas e substituídas por soldados provenientes das regiões do Extremo Oriente da União Soviética, que não falavam o russo. Com a greve atingindo seu auge no começo de agosto, o promotor do Estado chegou com vários generais vindos de Moscou e ofereceu concessões de menor importância: duas cartas por mês para casa (em vez de duas por ano), uma visita por ano, e a retirada tanto dos números de identificação das roupas como das barras de ferro das janelas das barracas.

Numa carta aberta, a liderança da greve rejeitou tudo isso. O promotor falou nos campos, prometendo melhor comida, maior remuneração, turnos de horas mais breves. Só alguns cederam. Os líderes do comitê de greve foram a uma entrevista com o general-comandante — mas nunca regressaram. Alguns grevistas foram fuzilados.

Depois que os prisioneiros resistiram por mais de três meses, a greve finalmente terminou diante dos racionamentos de alimento e combustível. Contudo, ela resultou em consideráveis melhorias materiais. Um representante da Comissão International de Práticas de Campo de Concentração declarou que a ação de greve neste e em outros campos foi um dos fatores mais importantes para a melhoria da sorte dos prisioneiros políticos.

H. Lutas pelos direitos civis norte-americanos

Nos Estados Unidos, na metade da década de 1950, eclodiu entre os negros americanos e batalhadores dos direitos civis um movimento razoavelmente bem-sucedido de não-violência contra a segregação e discriminação contra os negros. A ação não-violenta assumiu uma variedade de formas: boicotes de ônibus, vários boicotes econômicos, manifestações de massa, marchas, passeata pela liberdade, e outras. Esse movimento se inicia a partir do boicote de ônibus em Montgomery, que conti-

nua a ser significativo apesar das mudanças nos métodos de resistência em anos recentes.

Montgomery, Alabama — 1955-56⁴. No dia 1º de dezembro de 1955, quatro negros de Montgomery, como de costume, foram solicitados a ceder seus lugares no ônibus a brancos, que acabavam de subir, e a ficar em pé. Três concordaram, mas a Sr^a Parks, uma costureira, recusou-se.

O boicote de ônibus de um dia de duração, no dia 5 de dezembro, em protesto contra sua detenção teve quase cem por cento de êxito. Decidiu-se continuar o boicote até que se fizessem maiores reformas. As assembléias de massa, à noite, nas igrejas eram muito concorridas. A resposta, em número e coragem, excedia todas as expectativas.

Os negros andavam a pé, tomavam táxis, e davam carona entre si, mas não pegavam ônibus. Um novo espírito de dignidade e auto-respeito penetrou a comunidade negra. Os brancos foram confrontados com qualidades que nunca imaginavam que os negros possuíssem. O alvo se tornou a melhoria de toda a comunidade. O apelo era ao amor cristão. O jovem reverendo Martin Luther King Júnior e seus colaboradores se viram investidos de liderança e de destaque internacional.

As negociações fracassaram. O uso de táxis com tarifas reduzidas foi proibido. Organizou-se uma cooperativa de carros com trezentos veículos. O dinheiro começou a afluir, e foi acrescentada uma frota de mais de quinze novas camionetas. Muitos negros preferiram andar a pé para expressar sua determinação.

Espalharam-se rumores infundados sobre os líderes do movimento, junto com falsos relatos de um acordo. Os motoristas negros (inclusive o Dr. King) foram detidos por infrações de trânsito mínimas, muitas vezes insignificantes. Tornou-se comum a intimidação da polícia. Cerca de trinta ameaças por dia atingiam os líderes. Jogaram bombas na casa de King; os negros quase eclodiram em violência. Lançaram bombas em outra casa. Então quase cem líderes negros foram detidos, acusados de violar uma lei antiboicote.

O temor, conhecido de há muito tempo pelos negros sul-africanos, foi banido. Muitos iam até ao gabinete do delegado,

esperando ser contados entre os “procurados pela polícia”. O julgamento dos líderes detidos, que recebeu atenção mundial, tornou-se um testemunho de destemor e um relato das injustiças. O movimento ganhou novo impulso. No dia 4 de junho, a Corte do Distrito Federal, avaliando um processo aberto pelos negros, declarou inconstitucionais as leis de segregação de ônibus urbanos, mas a cidade apelou. O protesto de ônibus continuava, agora para pôr um ponto final na segregação de ônibus. As apólices de seguro nas estações de carros foram canceladas; uma firma de Londres emitiu novas apólices. Os funcionários da prefeitura declararam a cooperativa de carro ilegal. No mesmo dia, 13 de novembro, a Corte Suprema dos Estados Unidos declarava inconstitucionais as leis de segregação de ônibus.

Nesta noite duas assembléias de massa simultâneas enfatizaram o amor, a dignidade e a recusa em viajar de ônibus até que fosse abolida a segregação. Nesta noite a Ku Klux Klan desfilou pelo distrito negro. Em vez de encontrar casas escuras e fechadas com negros aterrorizados, a KKK se deparou com luzes acesas, portas abertas e pessoas olhando a parada da Klan. Alguns até acenaram. Confusa, a Klan desapareceu.

Com a cooperativa de carros proibida, cada área planejava seu próprio esquema de ir juntos de carro, e muitas pessoas andavam a pé. Os ônibus continuaram vazios. Nas assembléias de massa foram apresentados planos detalhados para retornar — após mais de um ano — ao uso dos ônibus numa base de integração. Deve haver cortesia. Isso foi uma vitória não sobre o homem branco, mas a favor da justiça e da democracia.

A ordem anti-segregacionista da Corte Suprema chegou a Montgomery no dia 20 de dezembro. No primeiro dia de integração, não houve maiores incidentes. Depois, os extremistas brancos começaram a criar um clima de terror. Os ônibus foram alvejados com balas; uma adolescente foi espancada; uma mulher negra grávida foi baleada; a Klan novamente apareceu em cena e queimou cruzes. Mas o temor dos negros desapareceu. As casas de muitos outros líderes e de várias igrejas negras foram atacadas com bombas. Esse terrorismo causou aversão a muitos brancos. A imprensa local, vários ministros brancos

e a associação de comerciantes denunciou os atentados a bomba.

Os negros mantiveram uma disciplina não-violenta. Muito mais bombas explodiram. Embora os brancos detidos fossem imediatamente declarados "inocentes", o terrorismo cessou de repente. A segregação começou então a ceder pouco a pouco, tendência essa que há apenas um ano antes era virtualmente inconcebível.

CONTINUAÇÃO DA EXPANSÃO

Tem havido, por todas as partes do mundo, outras ações não-violentas significativas, algumas das quais ocorreram antes desses exemplos, e algumas, posteriormente. Provavelmente outros casos importantes tenham ocorrido antes que esse livro fosse impresso. Por exemplo, grandes greves e manifestações não-violentas na Espanha de Franco só rapidamente são mencionadas aqui, e parece haver um grande número de casos não pesquisados na América Latina, bem como na África.

Na expansão não-gandhiana da ação não-violenta, na metade do século vinte, freqüentemente certas lutas foram tingidas de violência. Às vezes, a ação não-violenta ocorreu paralelamente à violência. Às vezes ocorreu antes ou após a violência — ou ambas — como no caso da Hungria em 1956-57. Contudo, o poder dessas várias lutas se enraizou predominantemente na solidariedade de massa e na resistência popular não-violenta. As razões para essa qualidade essencialmente não-violenta variaram. Às vezes o povo reconheceu os limites práticos da violência — por exemplo, em 1968 os tcheco-eslovacos recordaram a fase violenta da revolução húngara de 1956 como modelo a não ser imitado. Às vezes o povo sentiu uma reação contra a残酷de e a matança por finalidades políticas, tendo já presenciado bastante essas coisas. Por exemplo, alguns alemães orientais gritaram em junho de 1953: "Queremos uma revolução *decente*". Provavelmente, com mais freqüência, o povo viu nos métodos de ação não-violenta simplesmente formas de

atuar, formas que lhe deram um sentido de seu próprio poder e talvez também ofereceram uma chance razoável de sucesso na obtenção de seus objetivos. Parece ter sido esse o caso, por exemplo, na Noruega em 1942 e em El Salvador e Guatemala em 1944.

A expansão da ação não-violenta de vários tipos continua através do mundo, brotando de diferentes raízes, assumindo numerosas formas em resposta a uma multidão de situações e problemas. As lutas contra a guerra, pelas liberdades civis, pela revolução social, contra ditaduras nascidas no próprio país ou impostas por outros, e por uma voz determinante em suas próprias vidas por parte de pessoas que se sentem impotentes, estão levando agora a uma aplicação contínua da ação não-violenta. Esse tipo de resistência deve também provavelmente ser usado por pessoas e grupos que descobrem ser desagradável o rumo ou a rapidez da mudança. Além disso, à medida que se espalha o conhecimento dessa técnica, grupos que tentam deter o governo constitucional pacificamente ou destruí-lo violentamente podem se ver confrontados com eficaz e inesperada resistência.

As experiências feitas sob a liderança política de Gandhi, e também seus pensamentos e atividades, às vezes ainda estimulam ou influenciam fortemente as novas lutas não-violentas. Mas mesmo nesses casos o componente gandhiano tem sido freqüentemente modificado nos novos cenários culturais e políticos. Muitas vezes, como nos movimentos de resistência antinazistas e na Tcheco-eslováquia em 1968, não há uma ligação clara entre as experiências gandhianas e os novos casos de luta não-violenta. À medida em que essas campanhas *satyagraha* ficam para trás na história, elas são cada vez menos um fator direto nas novas lutas. Contudo, quaisquer que sejam os estímulos e motivações, no século vinte ocorreu uma notável expansão do uso da luta não-violenta como substitutivo para a violência numa ampla variedade de conflitos políticos.

Não é preciso dizer que houve retrocessos nessa expansão. Por vezes apareceu uma clara tendência ao abandono da ação não-violenta em favor da violência. Por exemplo, ao uso limitado e esporádico da ação não-violenta, tanto por não-brancos na África do Sul⁴⁵, quanto por negros americanos nos Estados

Unidos, seguiu-se em ambos os casos a defesa do uso da violência. Contudo, quando vista a partir de uma perspectiva histórica, tem havido um relativo surto de desenvolvimento nesta técnica, no século vinte. Embora de forma descontínua, esse processo avança. Uma das evidências, que mostra isso, foi o uso despreparado durante algumas semanas de uma resistência não-violenta generalizada e corajosa por parte dos tchecos e eslovacos após a invasão feita pela União Soviética e seus aliados a 21 de agosto de 1968.

A. Tcheco-eslováquia — 1968⁴⁶

Os líderes soviéticos esperavam que a invasão maciça da Tcheco-eslováquia por mais de meio milhão de soldados das tropas da Organização do Pacto de Varsóvia fosse subjugar em poucos dias o exército muito menor da Tcheco-eslováquia, deixando o país na confusão e derrotado. A invasão também tornaria possível um golpe de estado para substituir o regime reformista de Dubcek por um regime conservador pró-Moscou. Tendo isso em mente, a KGB soviética (polícia do Estado) seqüestrou o primeiro-secretário do Partido Comunista, Alexandre Dubcek, o primeiro-ministro Oldrich Cernik, o presidente da Assembléia Nacional, José Smrkovsky e o presidente da Frente Nacional, František Kriegel. Os oficiais soviéticos mantiveram preso em sua residência o Presidente da República, Ludvik Svoboda, que era um militar e estadista muito popular, tanto na Tcheco-eslováquia, quanto na União Soviética. Esperavam que ele daria o manto da legitimidade ao novo regime conservador. Os líderes seqüestrados poderiam ter sido mortos se o golpe fosse vitorioso, como ocorreu na Hungria em 1957.

Mas o país não ficou desmoralizado, como acontece quando se dá uma derrota militar, pois foi um tipo diferente de resistência que se travou. Também não houve uma substituição imediata dos líderes seqüestrados por um regime de marionetes. Os oficiais tcheco-eslovacos enviaram ordens de emergência a todas as forças armadas para que permanecessem na caserna. Os chefes soviéticos esperavam que a situação ficasse de tal for-

ma sob controle, dentro de três dias, que as tropas invasoras poderiam então se retirar. Isso não aconteceu, e como resultado, houve sérios problemas logísticos e de moral entre as tropas invasoras. Graças à resistência em vários pontos estratégicos, evitou-se um governo colaboracionista, pelo menos por quase oito meses — até abril de 1969, quando entrou o regime de Husak.

A resistência começou nas primeiras horas da invasão. Os funcionários da agência de notícias do governo (CTK) recusaram as ordens de emitir uma publicação afirmando que certo partido tcheco-eslovaco e os funcionários do governo tinham pedido a invasão. O presidente Svoboda também recusou-se corajosamente a assinar o documento apresentado a ele pela camarilha conservadora. Finalmente, foi possível, mediante uma rede de rádio clandestina, reunir vários organismos oficiais, e esses se opuseram à invasão.

O XIV Congresso Extraordinário do Partido, a Assembléia Nacional, e o que restou dos ministros do governo, todos eles emitiram notas parecidas com a declaração de emergência feita pela cúpula do partido antes da chegada da KGB: a invasão tinha começado sem o conhecimento do partido ou dos líderes do governo; não houve nenhum “pedido”. Alguns dos organismos escolheram líderes interinos que desempenharam certas funções de emergência. A Assembléia Nacional voltou a “pedir a libertação da prisão de nossos representantes constitucionais ... para que possam desempenhar suas funções constitucionais confiadas a eles pelo povo soberano do país”, e para “pedir a imediata retirada dos exércitos dos cinco estados”⁴⁷.

A rede de emissora clandestina durante a primeira semana criou muitas formas de resistência, bem como estruturou outras: convocou o XIV Congresso Extraordinário do Partido, marcou greves gerais de uma hora de duração, pediu aos ferroviários que retardassem o transporte de equipamentos russos de detectar e interceptar comunicações, e desencorajou o colaboracionismo dentro da polícia de Estado da CSSR. Não há nenhum registro de qualquer colaboração no meio da polícia pública fardada; na verdade, muitos deles trabalharam ativamente na resistência. A rádio provou a inutilidade dos atos de violência e a sabedoria da resistência não-violenta. Ela instruía os estudan-

tes nas ruas para que se afastassem de situações explosivas e alertava contra rumores. O rádio era a melhor maneira de moldar uma resistência politicamente madura e eficaz. Colin Chapman observou que “cada forma de resistência, por mais que seja ineficiente sozinha, servia para reforçar as demais manifestações”⁴⁸ e através do rádio diferentes níveis de resistência e diferentes regiões do país eram mantidos em estreita comunicação. Já que muitos organismos governamentais não estavam em funcionamento por causa da ocupação russa de seus escritórios, a rádio também assumiu certas funções de emergência (tais como a obtenção de mão-de-obra para o transporte de batata e a colheita de lúpulo) e transmitia informações vitais. Essas iam desde a garantia que se dava às mães de que seus filhos que estavam nos campos de verão estavam vivos, até a transmissão das poucas novidades sobre negociações com Moscou.

Os russos, militarmente bem-sucedidos, agora enfrentavam uma forte luta política. Diante da resistência civil unânime, da ausência de um governo colaboracionista e da crescente desmobilização de suas tropas, os chefes soviéticos concordaram no dia 23, sexta-feira, em que o presidente Svoboda voasse a Moscou para fazer negociações. Svoboda recusou negociar enquanto Dubcek, Cernik e Smrkovsky não se juntassem a ele nas discussões. Em quatro dias se chegou a um acordo. Acertou-se que a maioria dos líderes ficaria em seus cargos, mas o partido seria chamado a exercer mais plenamente seu “papel de liderança”, e as tropas russas permaneceriam no país — talvez esta cláusula tenha sido uma concessão fatal, possivelmente feita à luz da falta de confiança na resistência improvisada. Parece que esse acordo também incluía o sacrifício de certos líderes reformistas e de certas reformas.

Nessa primeira semana todo o povo tinha combatido corajosa e inteligentemente, de mil maneiras, numa luta estafante por sua liberdade. O acordo, chamado de Protocolo de Moscou, criava no meio do povo sentimentos fortemente confusos. Observadores no exterior viam isso como um sucesso inesperado para a nação e seus líderes; não se esperava que um país ocupado tivesse poder de negociar. Mas a maioria dos tchecos e eslovacos

viu isso como uma derrota e durante uma semana não quiseram aceitá-lo. Os líderes aparentemente duvidavam da capacidade de disciplina da população para agüentar a resistência diante de uma severa repressão.

Apesar da ausência de planejamento antecipado ou de treinamento explícito para a resistência civil, o regime de Dubcek conseguiu permanecer no poder até abril de 1969, cerca de oito meses mais do que seria possível com resistência militar. Os russos posteriormente conseguiram importantes objetivos, inclusive o estabelecimento de um regime conservador. Em última análise os russos conseguiram seus objetivos. Contudo, esse caso altamente significativo requer uma cuidadosa investigação e análise de seus métodos, problemas, sucessos e fracassos.

EM BUSCA DE UMA COMPREENSÃO

Esse breve esboço da expansão histórica da ação não-violenta não transmite quase nada do alcance e significado do uso passado dessa técnica. Contudo, mesmo essa visão geral e os vários casos ilustrativos citados através do restante desse livro são suficientes para questionar e mesmo refutar alguns dos principais mal-entendidos que foram amplamente aceitos no que se refere a esse tipo de ação.

O amplo uso da ação não-violenta ocorreu apesar da ausência de atenção ao desenvolvimento da técnica em si. Sua prática tem sido em parte espontânea, em parte intuitiva, em parte vagamente moldada segundo casos conhecidos. Geralmente tem sido praticada sob condições altamente desfavoráveis e com uma falta de participantes experientes ou até mesmo de líderes experientes. Quase nunca houve preparações ou treinos antecipados, pouco ou nenhum planejamento ou considerações premeditadas de estratégia e tática e do alcance dos métodos. As pessoas que a usaram geralmente tiveram pouca compreensão real da natureza da técnica que procuravam empregar e eram de todo ignorantes quanto à sua história. Não havia estudos de estratégia e táticas para que elas consultassem, ou manuais de como orga-

nizar "tropas", dirigir a luta e manter a disciplina. Sob tais condições não é de causar surpresa o fato de que freqüentemente houve derrotas ou apenas vitórias parciais, ou que às vezes eclodiu a violência — que, como veremos, ajuda a provocar a derrota. Com essas desvantagens, é de causar espanto, o fato de que a prática dessa técnica tenha sido tão generalizada, bem-sucedida e ordeira como o foi.

Alguns homens e mulheres estão tentando aprender agora algo mais sobre a natureza dessa técnica e explorar suas potencialidades. Algumas pessoas estão perguntando agora como pode ser melhorada a ação não-violenta e aplicada, em vez da violência, para resolver problemas complexos e difíceis. Esses esforços intelectuais se constituem em um novo fator potencialmente significativo na história desta técnica. Falta ainda ver as consequências que esse fator pode ter para o futuro desenvolvimento da ação não-violenta.

NOTAS

1. Para uma explanação mais global dessa teoria do controle do poder dos governantes, ver capítulo primeiro.
2. Ver, por exemplo, Bart. de Ligt, *The Conquest of Violence: An Essay on War and Revolution*, E. P. Dutton & Co., 1938, pp. 26s; Richard Gregg, *The Power of Nonviolence*, Shoken Books, Shoken Paperback, Nova Iorque, 2^a ed. rev., 1966, pp. 93s, 98-100; Krishnalal Schridharani, *War Without Violence: A Study of Gandhi's Method and Its Accomplishments*, Harcourt Brace & Colk, 1939, pp. 276-294; T. K. Mahadevan, Adam Roberts e Gene Sharp, orgs., *Civilian Defence: An Introduction*, Gandhi Peace Foundation and Bombay: Bharatiya Vidya Bhavan, Delhi, 1967, Apêndices 4 e 5 (trata-se de citações tiradas de R. R. Diwakar, N. K. Bose, K. Shiridharni e R. Gregg), pp. 249-254.
3. Essa é uma revisão da definição publicada anteriormente por Gene Sharp, "The Meanings of Nonviolence: A Typology (revised)", in *Journal of Conflict Resolution*, V. III, n. 1 (março de 1959) pp. 44s. Essa definição é amplamente compatível (embora não se baseie nela) com a que Nils Lindberg ofereceu, "Indledning og Problemstilling", in Karl Ehrlich (pseudônimo de Karl Raloff), Niels Lindberg e Gammelgaard Jacobson, *Kamp Uden Vaaben: Ikke-Vold som Kampmiddel mod Krig og Undertryk*.

- kelse, Levin & Munksgaard, Ejnar Munksgaard, Copenhague. 1937, pp. 9-13.
4. Ver Gene Sharp, "Origins of Gandhi's Use of Nonviolent Struggle", in *Gandhi as a Political Strategist, with Essays on Ethics and Politics*, Porter Sargent Publishers, Boston, 1979, pp. 23-41.
 5. F. R. Cowell, *The Revolutions of Ancient Rome*, Frederick A. Praeger, Nova Iorque, 1962, pp. 42s. O relato de Cowell se baseia em Tito Lívio.
 6. Theodor Mommsen, *The History of Rome*, Richard Bentley & Son, Londres, 1894, c. I, pp. 340-350. Um resumo aparece em Mulford Q. Sibley, org., *The Quiet Battle: Writtings on the Theory and Practice of Non-violent Resistance*, Doubleday, Anchor Books, Garden City, N. Y., 1963, pp. 108-110.
 7. Daniel Dulany, *Considerations upon the Rights of the Colonists to the Privileges of British Subjects*, Nova Iorque, 1766, p. 47, citado em Edmund S. and Helen M. Morgan, *The Stamp Act Crisis: Prologue to Revolution*, Collier Books, Nova Iorque, ed. rev., 1963, p. 118.
 8. Ver especialmente Morgan and Morgan, *The Stamp Act Crisis*; Arthur M. Schlesinger, *The Colonial Merchants and the American Revolution, 1773-1776*, Frederick Ungar, Nova Iorque, 1966; Lawrence Henry Gipson, *The British Empire Before the American Revolution* (v. X, *The Triumphant Empire: Thundersclouds Gather in the West, 1763-1766*, v. XI, *The Triumphant Empire: The Rumbling of the Coming Storm, 1766-1770*, e v. XII, *The Triumphant Empire: Britain Sails into the Storm, 1770-1776*), Alfred A. Knopf, Nova Iorque, 1961-1965.
 9. Ver L. Tolstoi, *The Kingdom of God is Within You*, e "A Letter to a Hindu".
 10. Ver Henry David Thoreau, *On the Duty of Civil Disobedience*, Peace News, Londres, 1963.
 11. Id., ibid., pp. 11 e 13.
 12. Sobre a Revolução de 1905 ver Sidney Harcave, *First Blood: The Russian Revolution of 1905*, Macmillan, N. Y., 1964; Salomão Schwarz, *The Russian Revolution of 1905: The worker's Movement and the Formation of Bolshevism and Menshevism*, University of Chicago Press, Chicago, 1967, em especial pp. 129-195. Ver também Richard Carques, *The Twilight of Imperial Russia*, Phoenix House, Londres, 1958, pp. 111-139; Leonard Schapiro, *The Communist Party of the Soviet Union*, Random House, Nova Iorque, 1960, pp. 63-70 e 75; Hugh Seton-Watson, *The Decline of Imperial Russia 1855-1914*, Frederick A. Praeger, Nova Iorque, 1952, pp. 219-260; Bertram D. Wolfe, *Three Who Made a Revolution*, Dial Press, Nova Iorque, 1948, pp. 278-336; Michael Prawdin, *The Unmentionable Nechaev: A Key to Bolshevism*, Allen and Unwin, Londres, 1961, pp. 147-149.
 13. Ver Wilfred Harris Crook, *The General Strike*, pp. 496-527; Goodspeed, *The Conspirators*, pp. 108-143 e 211-213; Halperin, *Germany Tried Democracy*, pp. 168-188; Eyck, *A History of the Weimar Republic*, v. I, pp. 129-160; Karl Raloff (pseudônimo: Karl Ehrlich), "Den Ikkevoldelige Modstand, der Kvalte Kapp-Kupet", in Ehrlich, Lindberg e Jacobson, *Kamp Uden Vaaben*, pp. 194-213; Wheeler-Bennett, *The Nemesis of Power*, pp. 63-82.
 14. Crook, *The General Strike*, p. 513.
 15. Goodspeed, *The Conspirators*, pp. 211-213.
 16. Eyck, *A History of the Weimar Republic*, v. I, p. 154.
 17. Sobre a *Ruhrkampf*, ver Wolfgang Sternstein, "The Ruhrkampf of 1923: Economic Problems of Civilian Defence", in Adam Roberts, org., *Civilian Resistance as a National Defense: Nonviolent Action Against Aggression*, Stackpole Books, Harrisburg, Pa., 1968, pp. 106-135 (as páginas são citadas de acordo com a edição encadernada); ver também Karl Raloff (pseu-

- dônimo: Karl Ehrlich), "Ruhrkampen", in Ehrlich, Lindberg, Jacobsen, *Kamp Uden Vaaben*, pp. 181-193; Wheeler-Bennett, *The Nemesis of Power*, pp. 102-109; Halperin, *Germany Tried Democracy*, pp. 247-260 e 288s; Eyck, *A History of the Weimar Republic*, v. I, pp. 232-306 *passim*.
18. Esse relato foi publicado originalmente por Gene Sharp, "Creative Conflict in Politics", in *The New Era*, janeiro de 1962 (há também uma brochura, Housman, Londres, ed. reimpressa, 1962); ver Joan V. Bonduant, *Conquest of Violence: The Gandhian Philosophy of Conflict*, Princeton University Press, Princeton, N. J., 1958, pp. 46-52; Gandhi, *Non-violent Resistance* (edição Indiana: *Satyagraha*), pp. 177-203; Mahadev Desai, *The Epic of Travancore*, Navajivan Ahmedabad, 1937.
 19. M. K. Gandhi, *Indian Opinion*, Golden Number, 1914 (citado em Gandhi, *Non-violent Resistance*, p. 35).
 20. M. K. Gandhi, *Hind Swaraj or Indian Home Rule*, p. 100.
 21. Citado por Sharp, *Gandhi Wields the Weapon of Moral Power*, p. 54.
 22. Gandhi, *Young India*, 29 de setembro de 1921 (citado por Clarence Marsh Case, *Non-violent Coercion*, p. 392).
 23. Gandhi, *Young India*, 4 de agosto de 1920 (citado por Gandhi, *Non-violent Resistance*, p. 127).
 24. Gandhi, *Young India*, 27 de março de 1930 (citado por Sharp, *Gandhi Wields...*, p. 82).
 25. All-India Congress Committee, *Congress Bulletin*, 7 de março de 1930, n. 5 (citado por Sharp, *Gandhi Wields...*, p. 64). Para uma breve explanação de alguns equívocos populares a respeito de Gandhi e de suas atividades, ver Gene Sharp, "Gandhi's Political Significance Today", in G. Ramachandran and T. K. Mahadevan, orgs., *Gandhi: His Relevance for Our Times*, World Without War Council, Berkeley, Califórnia, 1971, pp. 137-157.
 26. Ranganath R. Diwaker, *Satyagraha: Its Technique and History*, Hind Ki-tabs, Bombaim, 1946, p. 55.
 27. Esse relato também foi publicado originalmente em "Creative conflict in Politics". Ver Sharp, *Gandhi Wields the Weapon of Moral Power*, pp. 37-226; S. Gopal, *The Viceroyalty of Lord Irwin, 1926-1931*, Oxford University Press, Londres, 1957, pp. 54-122.
 28. Jawahalal Nehru, *Toward Freedom*, p. 80.
 29. Ver, por exemplo, Warmbrunn, *The Dutch Under German Occupation, 1940-1945*. Citam-se referências adicionais.
 30. Ver, por exemplo, Magne Skodvin, "Norwegian Nonviolent Resistance during the German Occupation", in Roberts, org., *Civilian Resistance as a National Defense*, pp. 136-153. Citam-se referências adicionais.
 31. Ver, por exemplo, Jeremy Bennett, "The Resistance Against the German Occupation of Denmark 1940-5", in Roberts, org., *Civilian Resistance as a National Defense*, pp. 154-172. Citam-se referências adicionais.
 32. Esse esboço também foi publicado originalmente em "Creative Conflict in Politics". Ver Sharp, *Tyranny Could Not Quell Them*, Peace News, 1958, Londres. Fontes norueguesas incluem: Magnus Jansen, "Kampen om Skolen", in Sverre Steen, org., *Norges Krig*, Gyldental Norsk Forlag, Oslo, 1947-1950, v. III, pp. 73-105; Sverre S. Amundsen, org. *Kirkenes Ferda*, 1942, J. W. Cappelens Forlag, Oslo, 1946.
 33. Das memórias de Heinz Ullstein, *Spielplatz meines Lebens*, Kindler Verlag, Munique, 1961, pp. 338-340.
 34. Esse relato se baseia em Mario Rosenthal, *Guatemala: The Story of an Emergent Latin-American Democracy*, Trayne Publishers, Nova Iorque, 1962, pp. 191-214; Ronald M. Schneider, *Communism in Guatemala 1944-1954*, Frederick A. Praeger, Nova Iorque, 1958, pp. 5-14.
 35. Rosenthal, *Guatemala*, p. 201.

36. Id., *ibid.*, p. 210.
37. Id., *ibid.*, p. 211.
38. Id., *ibid.*, p. 200.
39. Id., *ibid.*, pp. 201s.
40. Ver, por exemplo, Theodor Ebert, "Nonviolent Resistance Against Communist regimes?", in Roberts, org., *Civilian Resistance as a National Defence*, pp. 175-194. Citam-se referências adicionais.
41. Ver, por exemplo, *Report of the Special Committee on the Problem of Hungary*, United Nation, General Assembly Official Records, Nova Iorque (XI Sessão, suplemento n. 18-A/3592), 1957.
42. Esse esboço também foi publicado originalmente em "Creative Conflict in Politics". Ver Brigitte Gerland, "How the Great Vorkuta Strike Was Prepared", e "The Great Labor Camp Strike at Vorkuta", no semanário *The Militant*, 28 de fevereiro e 7 de março de 1955; Joseph Scholmer, "Vorkuta: Strike in a Concentration Camp", in Sibley, org., *The Quiet Battle*, pp. 187-204.
43. *Monthly Information Bulletin of the International Commission Against Campo Practices*, n. 4, agosto-novembro de 1955, Bruxelas; ver especialmente o artigo de Paul Barton "The Strike Mechanism in Soviet Concentration Camps".
44. Esse esboço foi publicado originalmente em Sharp, "Creative Conflict in Politics". Ver, por exemplo, Martin Luther King Jr., *Stride Toward Freedom: The Montgomery Story*, Balantine Books, Nova Iorque, 1958.
45. Para uma discussão dos problemas estratégicos de resistência na África do Sul e das possibilidades da ação não-violenta por lá, ver Sharp, "Can Non-Violence Work in South Africa?", "Problems of Violent and Non-Violent Struggle", "Strategic Problems of the South African Resistance", "How do You Get Rid of Oppression?", no semanário *Peace News*, 21 de junho, 28 de junho, 5 de julho, 25 de outubro de 1963, Londres.
46. Esse relato se baseia num esboço preparado por Carl Horne. Para maiores detalhes desse caso podem-se consultar as seguintes fontes: Robert Littell, org., *The Czech Black Book*, Frederick A. Praeger, Nova Iorque, 1969; Robin Alison Remington, org., *Winter in Prague*, M. I. T. Press, Cambridge, Mass., 1969; Joseph Wechsberg, *The Voices*, Doubleday, Garden City, N. Y., 1969; Philip Windsor and Adam Roberts, *Czechoslovakia 1968*, Columbia University Press, Nova Iorque, 1969.
47. Remington, org., *Winter in Prague*, p. 382.
48. Colin Chapman, *August 21st*, Lippincott, Filadélfia, 1968, p. 44.

AS ARMAS NÃO-VIOLENTAS

A ação não-violenta “funciona” sob formas muito especiais que devem ser entendidas, caso se queira compreender a própria técnica, avaliá-la diligentemente e aplicá-la com o máximo de eficiência. Essas formas diferem significativamente da opinião popular referente a conflito e luta — em particular da opinião de que violência só pode ser enfrentada com êxito mediante violência.

A ação não-violenta se destina a agir contra adversários que sejam capazes e estejam dispostos a usar sanções violentas¹. Nessa técnica não existe a suposição de que esses adversários, quando confrontados com a ação não-violenta, irão imediatamente renunciar à violência, ou mesmo que irão consequentemente restringir o emprego de repressão violenta.

Contudo, o uso de meios não-violentos contra a repressão violenta cria uma situação de conflito especial, assimétrica, em que os dois grupos contam com técnicas de luta ou “sistemas de ar-

"mas" contrastantes — um, com ação violenta, o outro com ação não-violenta. Para ter a melhor chance de êxito, os ativistas não-violentos devem ater-se firmemente à sua técnica escolhida. Uma ampla aplicação, resoluta e habilidosa, da ação não-violenta causará problemas muito especiais ao adversário, que perturbarão ou frustrarão a utilização de suas próprias forças. Os ativistas, então, serão capazes de aplicar uma espécie de *jiu-jitsu* a seu adversário, desequilibrando-o politicamente, fazendo com que sua repressão se volte contra sua própria posição e enfraquecendo seu poder. Além disso, mantendo-se não-violentos, ao mesmo tempo em que persistindo na luta, os ativistas ajudarão a melhorar sua própria posição de poder de várias maneiras.

RESISTINDO À REPRESSÃO

Não deveria ocorrer desânimo ou espanto face à repressão: freqüentemente ela é o resultado do reconhecimento por parte do adversário de que a ação não-violenta é uma séria ameaça à sua política ou regime. Os ativistas não-violentos devem estar dispostos a assumir o risco de castigo como parte do preço da vitória. O rigor e a chance da repressão variam. Contudo, esse não é o único risco inerente à ação não-violenta. Existem também riscos quando ambos os lados fazem uso da violência — algumas vezes de maneira semelhante as que são enfrentadas pelos ativistas não-violentos, e às vezes diferentes. Uma diferença é que na ação violenta incorre-se em riscos durante a tentativa de ferir ou matar os adversários, ao passo que na ação não-violenta, isso não ocorre. Algumas pessoas entendem isso erroneamente, como se o grupo não-violento fosse impotente. Isso não é verdade. Essa diferença no tratamento do adversário não deveria levar a sentimentos de impotência ou frustração. Isso é especialmente válido caso os ativistas não-violentos compreendam que a manutenção da disciplina não-violenta tor-

na-lhes possível obter um controle maior sobre o adversário, reduzindo a violência contra o grupo não-violento e aumentando as chances de vitória. Esse processo, chamado *jiu-jitsu político*, é discutido no capítulo quinto.

Os ativistas não-violentos se recusam deliberadamente a desafiar o adversário no mesmo nível de violência dele. Violência contra violência reforça ainda mais as respectivas posições. O grupo não-violento não apenas prescinde do uso da violência, como também não deve fazê-lo, a não ser que queira fortalecer ainda mais seu adversário e enfraquecer-se a si mesmo. Ele deve se ater ao seu próprio "sistema de armas" não-violentas, já que a ação não-violenta tende a fazer com que a violência e repressão do adversário se voltem contra sua própria posição de poder, debilitando-a e ao mesmo tempo fortalecendo o grupo não-violento.

A repressão de um grupo não-violento, que não obstante se mantém firme na luta e também persiste na disciplina não-violenta, pode ter os seguintes efeitos: à medida que aumentam as crueldades contra as pessoas não-violentas, o regime do adversário pode parecer ainda mais detestável, e podem crescer a simpatia e o apoio para com o lado não-violento. A população em geral pode se afastar ainda mais do adversário e com maior probabilidade aliar-se à resistência. Pessoas não comprometidas diretamente com o conflito podem mostrar um apoio maior às vítimas da repressão. Embora o efeito da opinião pública nacional e internacional varie, às vezes pode levar a significativas pressões políticas e econômicas. Os próprios cidadãos, agentes e tropas pertencentes ao adversário, perturbados pelas brutalidades contra o povo não-violento, podem começar a duvidar da justiça de sua política. Sua intranqüilidade inicial pode crescer até ao ponto de uma dissensão interna e às vezes até mesmo chegando a ações como greves e motins. Assim, se a repressão aumenta o número de ativistas não-violentos e amplia a resistência, e se provoca suficiente oposição interna entre os que costumeiramente apoiam o adversário, a ponto de reduzir sua capacidade de lidar com essa resistência, com toda

certeza a repressão ter-se-á voltado contra o repressor. Isso é o *jiu-jitsu* político em ação.

As dificuldades do adversário em fazer frente à ação não-violenta não surgem porque foi surpreendido com a não-violência ou porque não tinha familiaridade com esta técnica. O conhecimento por parte do adversário do funcionamento da luta não-violenta, por exemplo, por si só não lhe dá a capacidade de frustrar os ativistas: como em conflitos militares, ambos os lados podem procurar utilizar para seus próprios fins o conhecimento da técnica de luta que estão usando. Com maior conhecimento, o adversário pode se tornar mais sofisticado, e talvez menos cruel. Mas o grupo não-violento também pode aprender como lutar com mais habilidade e eficiência.

UM SISTEMA DE ARMAS NÃO-VIOLENTAS

Se os ativistas não-violentos podem ou não efetivamente resistir à vontade do adversário e tornar impossível que ele execute seus planos, mesmo com o recurso à repressão, isso é algo que depende da capacidade dos ativistas de continuar sua luta mediante o uso de *seu próprio* "sistema de armas". Essas "armas", ou métodos específicos de oposição, também são capazes de alterar determinadas relações sociais, econômicas ou políticas, quer se produzam mudanças no equilíbrio de forças mediante o *jiu-jitsu* político ou não. Existe uma multidão de tais métodos, que coletivamente constituem a técnica de ação não-violenta; o presente capítulo pretende fazer uma classificação desses métodos.

Tal classificação é útil sob diversos aspectos. Primeiro, ajuda-nos a compreender melhor a natureza da técnica não-violenta, ao mesmo tempo em que revela também com muita clareza as importantes diferenças e categorias existentes em seu seio. Alguns métodos são basicamente ações simbólicas, alguns envolvem uma retirada de tipos específicos de cooperação, outros

são francamente intervenções diretas numa situação de conflito. Tal classificação também revela o grande número e a variedade de métodos de ação que essa técnica abarca². A presente lista certamente não é exaustiva; pode ajudar os ativistas na seleção de métodos mais adequados para o uso numa situação particular. Também pode dar aos grupos que enfrentam a oposição não-violenta uma idéia dos métodos que podem ser usados contra eles, possivelmente reduzindo a ansiedade e as brutalidades. Além disso, a lista pode dar aos pesquisadores e pessoas, que avaliam as potencialidades políticas da técnica não-violenta, uma compreensão maior do arsenal de métodos de luta de tal técnica.

A ampla classificação dos métodos concretos de ação sob as categorias gerais de *protesto* e *persuasão*, *não-cooperação* e *intervenção* não deveria ser considerada como rígida, mas simplesmente como válida num sentido geral.

Essa enumeração de métodos específicos também não deveria ser considerada como definitivamente completa. Sem dúvida, algumas foram totalmente omitidas e existem inúmeras variantes dos métodos aqui enumerados, as quais não foram catalogadas. Talvez seja mais importante o fato de que novas formas de ação não-violenta podem ser deliberadamente desenvolvidas ou improvisadas no curso da luta.

Que métodos devem ser usados num caso específico e em que quantidade, é algo que varia muito, dependendo dos seguintes fatores: 1) as tradições do povo em questão; 2) a extensão e profundidade do conhecimento de métodos de ação não-violenta, assim como a experiência na sua prática adquiridas pela população em geral, pelos participantes diretos da luta e por seus líderes; 3) a situação social e política em geral; 4) o grau de repressão que a população em geral, os ativistas e os líderes estão dispostos a sofrer; 5) a natureza dos objetivos do adversário; 6) os recursos à disposição do adversário (inclusive seu sistema administrativo, agentes de repressão, e assim por diante); 7) o grau de crueldade que o adversário está preparado para usar; 8) o grau de dependência que o adversário tem dos membros da oposição não-violenta; 9) o número de ativistas participantes e o grau de apoio que eles recebem por parte da

população; 10) a qualidade dos ativistas e líderes; 11) a natureza do descontentamento; 12) os detalhes físicos da situação específica em que a ação é vislumbrada.

Voltemos a atenção agora para o exame de nossa primeira categoria dos métodos desta técnica: protesto e persuasão não-violentos.

PROTESTO E PERSUASÃO NÃO-VIOLENTOS

Protesto e persuasão não-violentos é uma categoria que inclui um grande número de métodos, que são sobretudo atos simbólicos de oposição pacífica ou tentativa de persuasão, estendendo-se para além das expressões verbais, mas sem chegar a ser não-cooperação ou intervenção não-violenta. Entre esses métodos se incluem: passeatas, vigílias, piquetes, cartazes, luto e encontros de protesto.

Seu uso pode mostrar simplesmente que os ativistas são *contra* algo; por exemplo, o piquete pode expressar oposição a uma lei que restringe a divulgação de informação sobre controle de natalidade. Os métodos dessa categoria também podem ser empregados *a favor* de algo; por exemplo, grupos de pressão (“lobbying”) podem apoiar um projeto de lei pendente no Congresso, a favor de uma causa ecológica (pureza do ar) ou de ajuda ao exterior. Protesto e persuasão não-violentos também podem expressar profundos sentimentos pessoais ou condenação moral quanto a uma questão política ou social; por exemplo, uma vigília no Dia de Hiroshima pode expressar arrependimento pela explosão atômica americana sobre essa cidade japonesa. O “objeto” pela qual os manifestantes de um protesto podem estar interessados pode ser um acontecimento particular, uma lei, uma política, uma condição geral, ou todo um regime ou sistema.

O ato pode ter como intenção primária influenciar o *adversário*, despertando a atenção e dando publicidade para o problema em questão e através disso, assim se espera, conseguir

apoio que possa convencê-lo a aceitar uma mudança; ou advertindo-o da gravidade ou extensão da percepção que se tem dessa questão, o que tem toda a probabilidade de conduzir a uma ação mais rigorosa, caso não ocorra uma mudança. Ou o ato pode ter como finalidade primeira comunicar-se com o público ou com terceiros, diretamente ou mediante publicidade, a fim de despertar atenção e conseguir apoio para a mudança desejada. Ou o ato pode ter como intenção primeira influenciar o grupo prejudicado — pessoas diretamente afetadas pelo problema — induzindo-as a fazerem algo por elas mesmas, como participar numa greve ou num boicote econômico. Um método de protesto e persuasão não-violentos como peregrinação também pode estar associado a outros tipos de atividade, como coleta de contribuições para as vítimas famintas. Certos métodos brandos dessa categoria têm a finalidade de convencer no sentido de produzir uma ação mais forte por parte de alguém; a distribuição de panfletos pode ter como alvo induzir à participação num boicote econômico, e à confraternização dentro da situação de resistência pode ter como intenção ajudar a levar os soldados de ocupação a se amotinarem posteriormente.

Em resumo, dentro do contexto dessa categoria de métodos, a ênfase pode ser colocada no estar a favor ou contra algo; as injustiças podem ser diversas; o grupo a quem por primeiro se dirige o ato pode variar; os tipos de influência vão variar; o resultado pretendido pode ser de uma gama muito variada; o ato pode ser independente ou intimamente combinado com algum outro método (ou métodos) de ação não-violenta.

O comportamento nessas manifestações se estende claramente para além de expressões verbais pessoais de opinião, seja pela razão da natureza coletiva do ato, seja pela forma de ação, seja, em alguns casos, pelas circunstâncias que conferem a certo ato um significado coletivo. Contudo os métodos de protesto e persuasão não-violentos normalmente permanecem sendo, a menos que combinado com outros métodos, expressões de um ponto de vista, através de uma ação, ou uma tentativa através de uma ação de influenciar outros a aceitar um ponto de vista ou assumir certa ação. Isso se distingue das pressões sociais, econômicas ou políticas impostas pela não-cooperação ou pela

intervenção não-violenta. Existem circunstâncias políticas em que algumas das formas de protesto não-violento, como marchas, por exemplo, são ilegais. Sob tais circunstâncias, sua realização uniria esse método à desobediência civil e, possivelmente, a outras formas de não-cooperação política.

O impacto desses métodos de protesto e persuasão não-violentos, que pretendem influenciar as atitudes de alguém, varia consideravelmente. É possível que, onde é comum determinado método, seu impacto sobre uma situação possa ser menor do que ali onde até então tem sido raro ou desconhecido. As condições políticas em que ocorre também têm a probabilidade de influenciar seu impacto, sendo que condições ditoriais tornam menos possível, mais perigoso e raro um ato de protesto não-violento; daí, se ocorrer, esse ato pode ser mais dramático e ganhar uma atenção maior do que no caso em que o ato fosse comum ou não acarretasse punições. Manifestações de protesto e persuasão também podem preceder ou acompanhar atos de não-cooperação ou de intervenção não-violenta, ou podem ser praticadas isoladamente.

Quais são, então, os métodos específicos de ação não-violenta que podem ser classificados como protesto e persuasão não-violentos? Nesta relação estão incluídos cinqüenta e quatro métodos; aqui eles se acham agrupados em dez subcategorias.

Declarações formais

1. Discursos públicos.
2. Mensagens de oposição ou de apoio.
3. Manifestos por parte de organizações e instituições.
4. Manifestos públicos assinados.
5. Declarações de reivindicação ou intenção.
6. Abaixo-assinados de grupo ou massa.

Comunicações com uma audiência maior

7. Slogans, caricaturas e símbolos.
8. Bandeiras, cartazes, pichações.
9. Folhetos, panfletos e livros.
10. Jornais e revistas.
11. Discos, rádio e televisão.
12. Inscrições no céu (com uso de avião) ou na terra (com uso de arranjo de plantas).

Representações de grupos

13. Delegações.
14. Premiações simuladas.
15. Grupo de pressão (sobre parlamentares etc).
16. Piquetes (grupos que procuram persuadir outros a praticarem ou não certos atos).
17. Eleições simuladas.

Atos públicos simbólicos

18. Exposição de bandeiras e cores simbólicas.
19. Uso de símbolos como parte de vestuário.
20. Oração e culto.
21. Remeter objetos simbólicos (envio de um objeto, que simboliza o problema, para a autoridade responsável).
22. Ato de despir-se em público, em sinal de protesto.
23. Destruição de coisas que pertencem à própria pessoa (casa, objetos, produtos etc.).
24. Iluminação simbólica (por exemplo, cada família que protesta acende tochas na frente de sua casa).
25. Exibição de retratos (de pessoas representativas, de heróis e líderes etc.).
26. Pintura pública expressando protesto.
27. Alterações de nomes de localidades (regiões, cidades, ruas etc.) e de placas indicativas (“entrada só para brancos”).
28. Sons simbólicos (um dobre de sinos...).
29. Reclamações simbólicas (praticar certos atos que demonstram uma alternativa para o problema em questão: plantar árvores num terreno onde a prefeitura pretende construir uma praça de cimento).
30. Gestos ofensivos.

Pressões sobre indivíduos

31. “Perseguir” pessoas importantes (para onde quer que a pessoa se dirija, lá estão alguns representantes do grupo que protesta).
32. Ridicularizar pessoas importantes.
33. Confraternização com membros do grupo adversário.
34. Vigílias (as pessoas se reúnem em determinado local para expressar seu ponto de vista, comumente através de uma cerimônia religiosa).

Peças teatrais e música

35. Peças e brincadeiras humorísticas (expressando o humor político).
36. Apresentação de teatro e música (onde aparece alguma referência ao problema, como seria a execução de uma peça musical, que tivesse um tema nacionalista, por ocasião de uma ocupação).
37. Canções.

Caminhadas

38. Marchas (normalmente de maior duração e seu ponto de chegada é muito significativo: marchar para o palácio do governo...).
39. Passeatas (normalmente de menor duração e seu objetivo é chamar a atenção para o problema).
40. Procissões religiosas.
41. Peregrinações.
42. Marchas ou passeatas motorizadas.

Homenagem aos mortos

43. Luto político (usar atos do ceremonial de luto referindo-se à questão política em pauta).
44. Enterros simulados.
45. Realização de um funeral verdadeiro, dando caráter de manifestação.
46. Cerimônia em túmulos que tenham significado para a luta travada (túmulo de um herói, de uma pessoa injustiçada...).

Assembléias públicas

47. Assembléias de protesto ou de apoio (as pessoas se reúnem e discutem o quê, como etc.... vão apoiar ou protestar).
48. Reuniões de protesto (as pessoas se reúnem para manifestar um ponto de vista, com o que já estão de acordo).
49. Reuniões de protesto simuladas (as pessoas se reúnem oficialmente por um motivo inocente — arte, esporte, religião, almoços etc. — mas na realidade o objetivo é o problema que os afeta).
50. "Teach-ins" (nesse tipo de reunião, há representantes de diferentes pontos de vista políticos, que são discutidos

e/ou expostos, possibilitando maior informação sobre o problema).

Ato de retirar-se e renúncia

51. Retirar-se (de reuniões, conferências etc.).
52. Silêncio.
53. Renúncia a títulos de honra, promoções etc.
54. Voltar as costas (ao adversário ou a quem o representa).

Esses últimos métodos mostraram a retirada simbólica da cooperação com o adversário. A maioria absoluta dos métodos de ação não-violenta são, contudo, formas de ação mais substanciais, em que as pessoas se recusam a começar nova cooperação de algum tipo com um adversário, ou em que retiram algum tipo de cooperação que previamente estavam oferecendo. Agora voltaremos nossa atenção para esses métodos.

NÃO-COOPERAÇÃO SOCIAL

Em sua maioria esmagadora, os métodos de ação não-violenta envolvem não-cooperação com o adversário. Isto é, os ativistas deliberadamente retiram as formas e o grau de sua cooperação costumeira com a pessoa, atividade, instituição ou regime com o qual estão envolvidos em conflito. Por exemplo, as pessoas podem ignorar totalmente os membros do grupo adversário, considerando-os como se não existissem. Podem se recusar a comprar certos produtos, ou deixar de trabalhar. Podem desobedecer às leis que consideram como imorais, sentar-se nas ruas, ou recusar-se a pagar impostos. Os ativistas dirigem sua luta ou reduzindo ou cessando sua cooperação costumeira, ou negando novas formas de ajuda, ou de ambos os modos; isso produz uma diminuição ou uma parada das operações normais. Em outras palavras, a não-cooperação envolve a descontinuidade, negação ou provocação deliberada de certas relações existentes — sociais, econômicas ou políticas. A ação pode ser espontânea ou planejada de antemão e pode ser legal ou ilegal.

Os métodos de não-cooperação estão divididos logo abaixo

em três categorias principais: 1) métodos de *não-cooperação social* (que incluem boicotes sociais); 2) métodos de *não-cooperação econômica* (que são subdivididos em boicotes e greves econômicos); 3) métodos de *não-cooperação política* (que também poderiam ser chamados de métodos de boicote político).

A primeira dessas categorias, os métodos de não-cooperação social, envolve uma recusa em desenvolver as relações sociais normais, sejam particulares ou gerais, com pessoas ou grupos considerados como tendo perpetrado algo errado ou alguma injustiça, ou em concordar com certos modelos de comportamento ou práticas sociais. Além dos métodos de não-cooperação social enumerados aqui, outros ainda podem surgir a partir de reflexão, pesquisa e invenção. Os dezesseis métodos específicos incluídos aqui nessa categoria de métodos de ação não-violenta, no momento a menor, estão agrupados em três subcategorias:

Ostracismo de pessoas

55. Boicote social (recusa em continuar a manter relações sociais habituais com determinadas pessoas ou grupos).
56. Boicote social seletivo (quando se restringe a determinado tipo de relação social).
57. Boicote sexual (por exemplo, as mulheres se recusam a ter relações sexuais com seus maridos porque estão participando da guerra, como é descrito na peça *Lisístrata* de Aristófanes).
58. Excomunhão (uma igreja exclui indivíduos ou um grupo de seu seio).
59. Interdito (suspenção de serviços religiosos e outras atividades religiosas em determinada região, por um tempo específico).

Não-cooperação com eventos, costumes e instituições sociais

60. Suspensão de atividades sociais e esportivas ou recusa em participar.
61. Boicote a acontecimentos da “vida social” (recusa coletiva em participar de recepções, banquetes, saraus, concertos, teatros etc.).
62. Greve estudantil.
63. Desobediência social (desobediência a usos e costumes sociais, a regulamentos ou práticas de instituições sociais

não governamentais — um organismo religioso, um clube, uma organização econômica).

64. Retirar-se de instituições sociais (abandonando a instituição ou recusando a participar dela, embora continue seu membro).

Retirar-se do sistema social

65. Permanência em casa (toda a população permanece em casa, normalmente com o objetivo de demonstrar ao adversário o seu grau de unidade e autodisciplina).
66. Total não-cooperação pessoal (recusa a fazer qualquer coisa, exceto respirar).
67. "Fuga" de trabalhadores (trabalhadores abandonam o trabalho e ficam em casa ou fogem para algum lugar, como ocorria com os escravos na América).
68. Procura de asilo (um indivíduo ou grupo importante para o adversário se retira para um lugar que não possa ser apanhado, pois caso contrário haveria uma violação religiosa, ou moral, ou social ou legal).
69. Desaparecimento coletivo (toda a população de uma área abandona suas casas e desaparecem).
70. Emigração de protesto — chamado na Índia de *hijrat* (emigração deliberada de uma região do país, responsável por determinadas injustiças).

Contudo, as formas mais correntes de não-cooperação nas sociedades modernas não são sociais, mas econômicas, e às vezes políticas. Agora dirigiremos nossa atenção para os dois tipos principais de não-cooperação econômica.

NÃO-COOPERAÇÃO ECONÔMICA:

1. BOICOTES ECONÔMICOS

As formas econômicas de não-cooperação são muito mais numerosas do que as formas de não-cooperação social, identificadas acima. A não-cooperação econômica consiste numa suspensão ou recusa em continuar as relações econômicas especí-

ficas. A primeira subcategoria dentro da grande categoria da não-cooperação econômica é a dos boicotes econômicos — recusa em continuar ou em empreender certas relações econômicas, especialmente compra, venda ou circulação de bens e serviços. A segunda subcategoria consiste em várias formas de greve, que envolvem a restrição ou suspensão do trabalho. O próximo capítulo é dedicado à greve, ao passo que nossa atenção se centra agora nos boicotes econômicos.

Os boicotes econômicos podem ser espontâneos, ou podem ser iniciados deliberadamente por um grupo específico. Em qualquer desses casos, eles normalmente se tornam tentativas organizadas de retirar, ou induzir outros a retirar, a cooperação econômica, de forma que restrinja o mercado de compra ou venda de um indivíduo ou grupo. Embora a palavra boicote não haja entrado em uso até 1880 — época em que se originou a partir do nome de um capitão, Boycott, contra quem os camponeses de Mayo County, Irlanda, estavam protestando — exemplos desse método de não-cooperação remontam a um tempo muito mais antigo. O boicote foi praticado em níveis locais, regionais, nacionais e internacionais tanto por pessoas diretamente envolvidas na injustiça, quanto por terceiros, simpatizantes daquelas. Motivações e objetivos variaram desde os de tipo econômico e político até social e cultural.

Boicotes econômicos foram praticados sobretudo em lutas trabalhistas e nos movimentos de libertação nacional, embora seu uso em outras situações não seja desconhecido. O boicote econômico em conflitos operários teve sua origem no movimento sindical norte-americano, onde emergiu em 1880 “quase sem ser percebido... para se tornar nos dez ou quinze anos seguintes a arma mais eficaz do sindicalismo. Não havia objeto tão insignificante e pessoa tão importante que pudesse escapar de seu poder”³.

Boicotes econômicos por objetivos nacionalistas contra poderes estrangeiros parece que foram usados mais freqüentemente na China; esse tipo de boicote parece ter-se valido das experiências chinesas em não-cooperação econômica, como sugere o professor John K. Fairbank. Ele escreve que “na vida chinesa o boicote foi uma forma de resistência passiva ou coerção não-

-violenta amplamente usada, pela qual os grupos organizados, como as associações de comerciantes, podiam exercer sua influência sobre a burocracia. No século vinte eles começaram a ser usados como expressão de anti-estrangeirismo". Como exemplos, ele cita o boicote dos produtos norte-americanos, patrocinado pelas associações de comerciantes de Cantão, em 1905, contra a exclusão dos chineses por parte dos Estados Unidos; os boicotes de produtos japoneses, em 1908 e 1915, em protesto contra a política do país; e o boicote e greve prolongados contra os ingleses que começaram em Hong Kong, em 1925⁴.

Uma forma de considerar os boicotes econômicos é dividilos em boicotes primários e secundários. O boicote primário é a suspensão direta de relações comerciais com o adversário ou uma recusa em comprar, usar ou circular seus bens ou serviços (às vezes acompanhada por tentativas de persuadir outros a agir da mesma forma). O boicote secundário é o boicote econômico a terceiros, num esforço de induzi-los a aderir ao boicote primário contra o adversário. Ele ocorre "onde aqueles que se omitem em apoiar o movimento original são eles próprios boicotados"⁵. Leo Wolman define um boicote secundário como "uma combinação para deixar de ser cliente de uma pessoa, a fim de forçá-lo, por sua vez, a deixar de ser cliente desse indivíduo ou firma com quem o sindicato está primariamente em litígio"⁶.

Já que o termo boicote econômico cobre uma variedade considerável de atos específicos, é aconselhável subdividir essa classificação; isso pode ser feito de forma muito proveitosa em termos da natureza do grupo responsável (pelo menos primariamente) pela organização do boicote. Contudo, essa classificação não deveria ser considerada como rígida, pois um tipo freqüentemente está unido a outro, e muitas vezes vários métodos, ou ação de vários grupos, podem ser combinados. Boicotes econômicos também podem ser combinados com uma grande variedade de outros métodos de ação não-violenta.

Ação por parte dos consumidores

71. Boicote por parte dos consumidores (recusa em comprar certos bens ou usar certos serviços).
72. Não consumir bens boicotados (mesmo que já tenham

sido adquiridos).

73. Política de austeridade voluntária (recusa em adquirir bens supérfluos, mostrando a força de convicção da população, e/ou causando prejuízo econômico ao adversário).
74. Não pagamento de aluguel.
75. Recusa em alugar.
76. Boicote nacional por parte dos consumidores (a população deixa de comprar bens ou usar serviços do país adversário).
77. Boicote internacional por parte dos consumidores (vários países boicotam um ou mais países).

Ação por parte dos trabalhadores e produtores

78. Boicote por parte dos trabalhadores (recusa em trabalhar com materiais ou ferramentas produzidas sob condições merecedoras de reprovação em termos de organização de trabalho, ou cuja produção é uma ameaça à saúde, ao emprego etc....).
79. Boicote por parte dos produtores (recusa em vender ou fazer a entrega de seus produtos).

Ação por parte dos fornecedores

80. Boicote por parte dos fornecedores ou intermediários.

Ação por parte dos proprietários ou da gerência

81. Boicote por parte dos comerciantes (recusa em vender e/ou comprar).
82. Recusa em locar ou vender sua propriedade.
83. Fechamento temporário de fábricas, ou indústrias etc., por parte dos patrões (por exemplo, para forçar os empregados a determinados comportamentos).
84. Recusa de colaboração por parte de indústrias (por exemplo, não dando colaboração tecnológica a algum projeto do adversário).
85. Greve geral por parte dos comerciantes (fechamento de lojas de pequeno e grande porte).

Ação por parte dos detentores dos recursos financeiros

86. Retirar dos bancos todo o saldo disponível.
87. Recusa em pagar contribuições, taxas.
88. Recusa em pagar dívidas e juros.
89. Suspensão de fundos e créditos.

90. Recusa na contribuição de receitas (não pagamento de impostos que implicam em receita para o governo).
91. Recusa em usar nas transações a moeda corrente do país (usar por exemplo, ouro, prata, nas transações de maior porte).

Ação por parte dos governos

92. Embargo interno (é um boicote econômico desencadeado pelo governo para funcionar dentro do próprio país: pode ocorrer, por exemplo, quando um país é ocupado, permanecendo, entretanto, o governo original).
93. Lista negra de comerciantes (publicada pelo governo para que a população não mantenha transações com eles).
94. Bloqueio internacional por parte do(s) país(es) vendedor(es).
95. Bloqueio internacional por parte do(s) país(es) comprador(es).
96. Bloqueio do comércio internacional (combinação dos dois itens anteriores).

NÃO-COOPERAÇÃO ECONÔMICA: 2. A GREVE

A segunda subcategoria geral de métodos de não-cooperação econômica é a greve. A greve envolve uma recusa em continuar a cooperação econômica através do trabalho. É uma suspensão coletiva, deliberada e normalmente temporária do trabalho, com a finalidade de exercer pressão sobre outros dentro do mesmo grupo econômico, político, e às vezes social ou cultural. Isto é, embora as questões normalmente sejam econômicas, não são necessariamente assim, embora os meios de ação sejam econômicos. O alvo de uma greve é produzir, mediante essa influência, alguma mudança nas relações dos grupos conflitantes. Geralmente isso se traduz no atendimento de certas exigências feitas pelos grevistas como pré-condição para sua volta ao trabalho. É a natureza coletiva da greve que confere

a esse tipo de não-cooperação suas características e poder. As greves estão amplamente associadas às modernas organizações industriais; contudo, também ocorrem em conflitos no campo (setor da agricultura) e dentro de várias instituições. São possíveis as greves toda vez em que pessoas trabalham para outras.

As greves quase sempre são específicas, no sentido de serem *a favor* ou *contra* algo que é importante aos grevistas. Teoricamente, qualquer número de trabalhadores poderia atuar em conjunto para produzir uma greve, mas na prática o número de grevistas deve ser suficientemente amplo para interromper seriamente ou tornar impossível as operações continuadas de pelo menos um determinado grupo econômico. Assim como ocorre com a violência e outras formas mais poderosas de ação não-violenta, a mera *ameaça* de uma greve séria pode ser suficiente para levar o grupo adversário a fazer certas concessões; alguns exemplos dessas ameaças estão incluídos neste capítulo. As greves podem ser espontâneas ou planejadas, “oficiais” (autorizadas pelos sindicatos) ou “sondagens” (não autorizadas pelos sindicatos).

Os motivos para as greves variam consideravelmente: motivos econômicos que incluem salários, condições de trabalho, reconhecimento de sindicato e horas de trabalho, têm sido as que predominam. Até mesmo esses tipos de greve podem ser dirigidos contra um organismo do governo, embora quem esteja na mira seja geralmente um empregador. Alvos políticos e sociais podem acompanhar objetivos econômicos ou ser independentes deles. As questões que são mais amplas podem assumir muitas formas.

Alguns métodos de greve também têm uma ou mais características de alguma outra categoria de métodos (ou só sob certas condições), ou diferem em pelo menos um aspecto das características gerais da greve. Normalmente, a greve é uma interrupção temporária do trabalho, mas existem métodos em que a interrupção é (pelo menos se pretende que seja) permanente. Alguns métodos também são combinações de boicotes econômicos com greves. Outros métodos funcionam pela interrupção do trabalho, mas o fazem só simbolicamente. Três dos grupos seguintes (greves simbólicas, greves restritas e combinações de gre-

ves com boicotes econômicos) consistem em formas fronteiriças. Estes são freqüentemente alguns dos mais pujantes e engenhosos. Os métodos de greve estão enumerados sob sete subcategorias.

Greves simbólicas

97. Greve de alerta (comumente de rápida duração, procura chamar a atenção para o fato de que há unanimidade quanto à posição dos trabalhadores sobre determinado problema).

98. Greve-relâmpago.

Greves no campo

99. Greve por parte de trabalhadores rurais.

100. Greve por parte de empregados de fazendas.

Greves por parte de grupos especiais

101. Recusa em fazer trabalhos forçados.

102. Greve por parte dos prisioneiros (recusam fazer o trabalho solicitado pelos diretores da prisão).

103. Greve por parte de membros de determinado ofício (alfaiates, relojoeiros etc.).

104. Greve por parte de uma categoria profissional (professores, advogados etc., tanto os assalariados quanto os autônomos).

Greves comuns

105. Greve numa empresa (envolve todos os trabalhadores de uma ou mais unidades de uma mesma empresa).

106. Greve afetando um tipo de indústria (indústrias de calçados, de móveis etc.).

107. Greve de apoio (para dar apoio às reivindicações de outros trabalhadores).

Greves restritas

108. Greves por parte (os trabalhadores vão parando de trabalhar um após outro, progressivamente, de tal forma que a greve vai crescendo em tamanho dia a dia).

109. Greve de concorrência (os sindicatos organizam as greves de tal forma que num tipo de indústria — calçados, móveis etc. — vão ocorrendo greves nas firmas, uma por vez, normalmente provocando um desequilíbrio na concorrência).

110. Operação tartaruga.
111. Greve branca.
112. Alegação de "doença" (grande número de trabalhadores não vão trabalhar alegando motivo de doença, embora não seja verdade; comumente isto é feito num dia em que mais se precisa dos trabalhadores; substitui as greves, onde estas são proibidas).
113. Greve através de demissão (grupo por grupo de trabalhadores ou os trabalhadores todos juntos pedem demissão).
114. Greve afetando pontos específicos (recusar a fazer hora extra, recusar a fazer trabalhos secundários etc.).
115. Greve seletiva (recusa em fazer certas tarefas, porque se julga que não devem ser feitas e não por causa das condições, do horário etc.: por exemplo, não trabalhar na produção de um material que vá servir para construir algo que interesse ao adversário).

Greves afetando muitos tipos de indústria

116. Greve generalizada (afeta muitas indústrias, mas o número de trabalhadores não atinge a maioria).
117. Greve geral.

Combinação de greves e bloqueios econômicos

118. "Hartal" (palavra india, significando o método pelo qual a vida econômica pára, em sinal de protesto contra determinada situação, programa etc.; o objetivo não é de ordem econômica, embora tenha consequências econômicas).
119. Paralisação da atividade econômica (combinação de greve dos trabalhadores com a parada de atividade por parte de lojistas, comerciantes, administradores etc.).

Certos exemplos de greves mostram que foram usadas para objetivos políticos, e em alguns casos (como quando os funcionários públicos aderiram à greve) os próprios eventos se misturaram com aspectos de não-cooperação política. Onde certos métodos de greve se tornaram ilegais ou subsistiram apesar das ordens governamentais em contrário (digamos no caso de uma paralisação econômica com a finalidade de derrubar um governo), também houve uma mistura de formas econômicas e

políticas de não-cooperação. Vamos nos voltar agora aos métodos de não-cooperação política.

NÃO-COOPERAÇÃO POLÍTICA

Não-cooperação política é a terceira subcategoria de métodos de não-cooperação; esses métodos envolvem a recusa em continuar as formas costumeiras de participação política sob as condições existentes. Às vezes eles são conhecidos como boicotes políticos. Indivíduos e pequenos grupos podem praticar métodos desse tipo. Contudo, normalmente a não-cooperação política envolve número maior de pessoas na retirada coletiva, combinada e geralmente temporária da obediência, cooperação e comportamento político normais. A não-cooperação política também pode ser empreendida pelos funcionários do governo e até mesmo pelos próprios governos. A finalidade da suspensão da cooperação política pode ser simplesmente protesto, ou afastamento pessoal de algo considerado como moral ou politicamente censurável, sem pensar muito nas consequências. Contudo, com mais freqüência um ato de não-cooperação política tem como meta exercer pressão sobre o governo, sobre um grupo ilegítimo que tenta assumir o controle do aparelho governamental, ou às vezes sobre um outro governo. O alvo da não-cooperação política pode ser a obtenção de um objetivo particular limitado ou uma mudança na política geral do governo. Ou pode ser a mudança da natureza ou composição desse governo, ou mesmo provocar sua desintegração. Onde é praticada a não-cooperação contra usurpadores, seu alvo pode ser defender e restaurar o governo legítimo.

O significado político desses métodos aumenta na proporção do número dos participantes e da necessidade de sua cooperação para o funcionamento do sistema político. Nas lutas reais essa categoria de métodos é freqüentemente combinada com outras formas de ação não-violenta.

A não-cooperação política pode assumir uma variedade de expressões quase infinita, dependendo da situação particular. Basicamente todas elas provêm de um desejo de não ajudar o adversário, mediante a execução de certos tipos de comportamento político. Os trinta e oito métodos incluídos aqui estão agrupados em seis subcategorias.

Muitos outros métodos possíveis não foram incluídos aqui. Por exemplo, entre as formas não enumeradas especificamente neste capítulo que dizem respeito apenas a uma área particular de comportamento — reação à detenção, a multas, a ordens judiciais e algo parecido — estão a recusa em aceitar fiança, recusa em pagar apólices de seguro, suspensão de publicação de jornais quando se deparam com restrições, recusa em se apresentar estando sob liberdade condicional, oposição às ordens restritivas e proibitivas, e recusa em comprar propriedade confiscada. Há espaço ainda para muito mais investigação.

Rejeição da autoridade

120. Recusar-se ou negar-se a se submeter.
121. Recusa em prestar apoio público.
122. Seja por escrito (desde panfletos até livros), seja oralmente (discursos, palestras etc.), pleitear a resistência.

Não-cooperação dos cidadãos com o governo

123. Boicote por parte dos membros do legislativo (renúncia à sua cadeira, boicote a determinadas sessões etc.).
124. Boicote às eleições (não apresentando candidatos ou orientando a população a votar em branco ou anular seu voto).
125. Boicote a emprego e postos do governo (recusar colaborar servindo em algum posto do governo).
126. Boicote a ministérios, secretarias, entidades e outros organismos do governo.
127. Retirar os filhos das escolas do governo.
128. Boicote a organizações que são vistas como instrumentos do governo (embora possam se apresentar como independentes).
129. Recusa em colaborar com agentes da repressão.
130. Remoção de sinais, de placas indicativas (sinais de trânsito, placas de estrada, nomes de rua, para confundir o adversário).

131. Recusa em aceitar funcionários designados.

132. Recusa em dissolver instituições existentes.

Alternativas dos cidadãos quanto à obediência

133. Obediência relutante e vagarosa.

134. Obedecer só quando há uma supervisão direta.

135. Desobediência popular (a população ou parte dela desobece conscientemente a certas leis).

136. Desobediência disfarçada (a aparência é de que se está obedecendo).

137. Recusa por parte de uma assembléia ou reunião de se dispersar.

138. Ficar assentado (numa rua, na frente de um prédio etc., recusando sair daí voluntariamente).

139. Não cooperar com o recrutamento militar ou com a deportação.

140. Ocultamento, fugas e identidades falsas.

141. Desobediência civil a leis "ilegítimas".

Ação por parte de funcionários do governo

142. Recusa seletiva de colaboração por parte dos auxiliares do governo (os funcionários se recusam a cumprir determinadas ordens).

143. Bloquear o percurso das ordens (impedir que elas cheguem àqueles que devem executá-las) ou das informações (impedir que passem dos escalões inferiores aos superiores).

144. Uso de evasivas e obstruções.

145. Não-cooperação administrativa em geral.

146. Não-cooperação por parte dos membros do sistema judicial.

147. Deliberada diminuição ou ausência de eficiência e não-cooperação seletiva por parte dos agentes de repressão.

148. Motins.

Ação do governo em seu próprio país

149. Subterfúgios e adiamentos quase legais.

150. Não-cooperação com o governo central por parte de unidades do governo (cidades, estados etc.).

Ação do governo com relação a outros países

151. Mudanças na representação diplomática.

152. Adiamento e cancelamento de eventos diplomáticos.

153. Recusa de reconhecimento diplomático.
154. Rompimento de relações diplomáticas.
155. Retirar-se de organizações internacionais.
156. Expulsar um país de organizações internacionais.

A não-cooperação política foi a última das três subcategorias de métodos de não-cooperação violenta.

INTERVENÇÃO NÃO-VIOLENTA

Ainda resta uma última categoria desses métodos de ação não-violenta, que é o da intervenção não-violenta. Os quarenta e um métodos desta categoria diferem da categoria de protesto e persuasão e da não-cooperação, pelo fato de que de alguma forma *intervêm* na situação. Estes métodos de intervenção funcionam tanto negativa quanto positivamente: podem transtornar e mesmo desintegrar padrões de comportamento estabelecidos, políticas, relações ou instituições que são vistos como censuráveis; ou podem estabelecer novos padrões de comportamento, novas políticas, relações ou instituições que pretendam. Alguns destes métodos contribuem primariamente para o primeiro desses resultados, e alguns para o segundo.

Comparados com os métodos das categorias de protesto, persuasão e não-cooperação, os métodos de intervenção não-violenta apresentam um desafio mais imediato e direto. *Se tiver êxito*, a vitória provavelmente será mais rápida com o uso de métodos desse tipo do que com o uso de métodos das categorias anteriores, porque os efeitos desintegradores da intervenção são mais difíceis de se tolerar ou resistir por um período considerável de tempo. Por exemplo, intervenção através da ocupação de um local, permanecendo todos sentados, perturba de forma mais imediata e completa do que com piquete ou boicote por parte dos consumidores, embora os objetivos de cada uma dessas ações seja terminar com a discriminação racial. Contudo, embora o desafio dos métodos de intervenção seja mais claro e mais direto, o resultado não é necessariamente um

êxito mais rápido; precisamente por causa do caráter de intervenção, o primeiro resultado pode ser uma repressão mais acelerada e mais brutal — que, sem dúvida, não significa necessariamente um fracasso.

Na maioria dos casos, o uso desta categoria de métodos pode induzir a mudanças através de mecanismos de acomodação ou de coerção não-violenta, isto é, sem que o adversário esteja convencido de que *deve* mudar sua política referente ao problema em questão. Contudo, alguns destes métodos (especialmente os classificados como intervenção psicológica) e também a repressão que freqüentemente ocorre contra outros (especialmente as do tipo intervenção física) podem contribuir à conversão do adversário, ou pelo menos a que fique menos seguro quanto à autenticidade de suas posições anteriores. Esses mecanismos de conversão, acomodação e coerção não-violenta são discutidos em detalhe na parte final deste livro.

Num grau maior do que nas categorias discutidas anteriormente, os métodos de intervenção não-violenta estão associados à iniciativa por parte dos ativistas não-violentos. Os métodos de intervenção podem ser usados tanto defensivamente (para frustrar um ataque do adversário através da manutenção da iniciativa independente, dos padrões de comportamento, instituições ou algo semelhante) quanto de forma ofensiva (para levar a luta pelos objetivos dos ativistas para o próprio campo do adversário, mesmo sem qualquer provação imediata). Portanto, estes métodos não são simplesmente respostas defensivas à iniciativa do adversário.

A variedade de métodos dentro desta categoria é ampla. Neste capítulo foram classificados de acordo com a maneira de expressão dominante da própria intervenção: psicológica, física, social, econômica ou política. Na maioria das vezes, isso é diferente das influências que o método possa ter.

Por exemplo, um ato de intervenção social pode ter forte influência psicológica. Um ato de intervenção psicológica pode ter um impacto político. Um ato de intervenção física pode ter repercuções sociais e, assim por diante. Todos os métodos de ação não-violenta têm a probabilidade de ter algum tipo de influência psicológica; tal como consideramos aqui, a intervenção

psicológica inclui métodos em que o elemento psicológico é a forma dominante de expressão.

Obviamente estas cinco subcategorias são um tanto arbitrárias. Classificações alternativas de métodos particulares são possíveis, especialmente numa dada situação de conflito. Além disso, nem todo uso destes métodos produzirá intervenção de fato. Determinado ato pode ser muito limitado, impotente ou restrito quanto ao tempo, números ou centro de atenção para constituir intervenção significativa, e em vez disso pode se tornar primariamente um ato de protesto e persuasão não-violento.

Intervenção psicológica

158. Auto-exposição às intempéries (sol, chuva etc.).
159. Jejum.
 - a) Jejum de pressão moral (para exercer influência moral sobre outros).
 - b) Greve de fome (a intenção é mais abertamente coercitiva).
 - c) Jejum satyagrahico (praticado predominantemente por Gandhi, seu objetivo é converter o adversário e não coagir).
160. Inversão do julgamento (aproveitar-se do julgamento, em que se está sendo acusado, para fazer dele uma manifestação contra o governo e para tornar públicas suas idéias, suas crenças etc., seja através do arrazoado da defesa, seja nas respostas do acusado...).
161. Molestamento não-violento (uma combinação de ações que produzem uma pressão individual e pública sobre um ou mais indivíduos engajados numa atividade recriminável).

Intervenção física

162. Ocupação de um local, permanecendo sentados (comumente com o objetivo de quebrar o padrão normal de atividade).
163. Ocupação de um local, permanecendo em pé (comumente ou atrapalhando uma atividade, ou esperando ser atendido por alguém que está se recusando).
164. Ocupação de meios de transportes (por exemplo, anti-segregacionistas ocupavam ônibus, impedindo que brancos tomassem "seu lugar").

165. Ocupação de praia e semelhantes, ficando dentro da água (comumente por pessoas que se julgam injustiçadas por serem proibidas de ter acesso a tais locais).
166. Ficar circulando em determinado local.
167. Ficar rezando em locais da igreja proibidos para determinado grupo (por exemplo, em igrejas que praticavam a segregação racial em seu recinto).
168. Incursão não-violenta (os ativistas invadem um local e tomam posse dele, mais com o fito de desafiar a autoridade do que de ter a efetiva posse do local).
169. Incursão aérea não-violenta.
170. Invasão não-violenta (os ativistas penetram numa área proibida, recusando reconhecer a autoridade de quem determinou tal proibição).
171. Interposição não-violenta (colocar-se no meio, por exemplo, de uma pessoa e sua mesa de atividade, entre o soldado e a pessoa que está sendo enfrentada etc.).
172. Obstrução não-violenta (diferentemente da anterior em que a interposição do corpo humano é de caráter psicológico, nesta o corpo humano serve de barreira física).
173. Ocupação não-violenta (os ativistas não se retiram do local de onde estão sendo desalojados ou invadem um local até que se resolva a questão em conflito).

Intervenção social

174. Estabelecimento de novos padrões sociais (por exemplo, onde há um relacionamento de desigualdade, passar a realizá-lo de forma igualitária).
175. Congestionar agências de serviço (provocar uma demanda tão grande de serviço, de tal forma que este passe a ser prestado muito lentamente ou até pare).
176. Lentidão ao se utilizar de serviços (compradores, clientes fazem sua compra ou usam determinado serviço de forma tão lenta, criando problemas para a empresa; seu objetivo básico é criar uma pressão social e não tanto econômica).
177. Intervenção oral (passar a falar interrompendo uma reunião, uma conferência, uma cerimônia, um rito religioso etc.).

178. Teatro de guerrilha (apresentação chocante de uma mensagem dentro de uma situação social rotineira: por exemplo, na porta de uma exposição luxuosa, reunir um grupo de mendigos ou se vestir de mendigo...).
179. Criação de instituições sociais alternativas.
180. Criação de sistema de comunicação alternativo.

Intervenção econômica

181. O inverso da greve (produção em demasia).
182. Greve, mas permanecendo dentro da firma (até que sejam atendidos).
183. Ocupação não-violenta de terras (fazendo com que outros passem a ser os novos donos da terra).
184. Desafio a bloqueios (um país rompe um bloqueio que outros estão fazendo a um terceiro).
185. Falsificação (de dinheiro, documentos etc.) com motivos políticos.
186. Compra preventiva (compra estratégica de bens dos mercados mundiais, não ficando assim disponíveis ao adversário).
187. Apropriação de bens do país adversário (dinheiro em banco, lucros a serem remetidos, juros a serem pagos etc.).
188. "Dumping" (venda em massa de determinados produtos e a preço abaixo da tabela, prejudicando o adversário).
189. Patrocínio seletivo (por exemplo, comprar produtos nacionais em oposição aos fabricados pelo país adversário).
190. Criação de mercados alternativos (em oposição, por exemplo, ao criado ou imposto pelo adversário).
191. Sistemas alternativos de meios de transportes (deixando de usar os transportes habituais).
192. Criação de instituições econômicas alternativas.

Intervenção política

193. Congestionar os sistemas administrativos.
194. Revelação de identidades de agentes secretos.
195. Procurar ser preso (muitos ativistas procuram meios de serem presos, seja desobedecendo a certa lei, seja alegando ter desobedecido...).
196. Desobediência civil a leis "neutras" (não são consideradas imorais ou ilegítimas, que seria o item 141).

197. Fazer seu trabalho, mas sem colaborar com o adversário (funcionários públicos, civis etc., continuam a executar os programas legalmente estabelecidos, indiferentes às medidas contrárias impostas pelo regime adversário, seja um usurpador, seja um invasor).
198. Dupla soberania e governo paralelo (continuar leal ao governo que foi usurpado ou criar um novo governo independente daquele do adversário).

Todos esses 198 métodos ocorreram espontaneamente ou foram inventados conscientemente para responder às necessidades de uma situação conflitiva imediata. Daí então eles se espalharam por imitação, talvez sendo modificados, no decorrer do tempo, para se adaptar a novas circunstâncias.

Essa lista de métodos apresenta uma visão unilateral e um tanto estática da situação de conflito em que (pelo menos) um lado está usando essa técnica. Esses vários métodos podem ser considerados como realizações limitadas da teoria de poder apresentada no capítulo primeiro — que todos os governos e sistemas hierárquicos dependem da obediência, ajuda e cooperação do povo que governam, e que esse povo tem a capacidade de limitar ou retirar seu apoio e obediência ao sistema. Segundo essa teoria, se um número suficiente de pessoas empreende tal retirada de apoio por um tempo suficientemente longo, o regime terá de chegar a um acordo ou entrará em colapso.

Sem dúvida, só muito raramente, quando muito, os governos e outros sistemas hierárquicos enfrentam as alternativas extremas; ter apoio total ou não ter apoio nenhum. Com mais freqüência eles recebem um apoio parcial. Mesmo quando o regime, por fim se destrói por causa da desobediência, não-cooperação e resistência, isso pode ocorrer somente após uma tremenda luta em que o regime tinha apoio suficiente e por bastante tempo para causar uma repressão brutal contra os ativistas não-violentos. A simples enumeração de métodos específicos dessa técnica e a investigação de suas características e aplicação não oferecem sequer um quadro parcial da situação. Isso porque não exploraram as forças psicológicas que podem operar nessa situações de conflito, nem levam em consideração as mu-

danças extremas e freqüentemente rápidas nas relações de poder, que ocorrem entre os grupos em conflito.

O que ainda está faltando até aqui em nossa investigação sobre a natureza e as características básicas da técnica de ação não-violenta, é uma investigação de como ela funciona na luta contra um adversário violento e as várias formas como se produzem finalmente as mudanças. Isto é, ainda não examinamos a dinâmica da técnica na luta, seus mecanismos de mudança, os fatores específicos que determinam se determinada campanha terá êxito ou fracasso, ou se será algo intermediário entre essas duas alternativas. É para esses aspectos vitais de nosso tema que dirigimos agora nossa atenção: como funciona a ação não-violenta numa luta?

NOTAS

1. Casos em que *ambos* os lados usam meios não-violentos são discutidos na edição completa: *The Politics of Nonviolent Action*, 3^a parte. pp. 690-695.
2. Os termos "método" e "forma" são usados aqui indistintamente, embora "método" geralmente seja a palavra mais usada e recomendada.
3. Leo Wolman, *The Boycott in American Trade Unions*, Johns Hopkins University Studies in Historical and Political Science, Series XXXIV, Johns Hopkins Press, Baltimore, 1916, p. 34.
4. John King Fairbank, *The United States and China*, Harvard University Press, Cambridge, Mass., 1958, pp. 167-168.
5. Clarence Marsh Case, *Non-violent Coercion: A Study in Methods of Social Pressure*, Century Co., 1923, Nova Iorque, p. 316.
6. Wolman, *The Boycott in American Trade Unions*, p. 14.

COMO FUNCIONA A LUTA NÃO-VIOLENTA

Para uma real compreensão da luta não-violenta, é fundamental saber como funciona¹. Isso é essencial também para avaliar que papéis ela pode desempenhar em futuros conflitos internos e internacionais.

A dinâmica dessa técnica de ação social e política ainda não é conhecida muito bem. A luta não-violenta ainda continua sendo assunto não explorado. Contudo, existe uma série de opiniões populares sobre como ela funciona ou porque fracassa. Essas opiniões raramente se baseiam numa compreensão real da dinâmica da luta e dos mecanismos de mudança dessa técnica. Tanto os adversários da ação não-violenta, quanto seus simpatizantes espalharam distorções e erros sobre o funcionamento da ação não-violenta em conflitos.

Dedicando-se uma atenção maior aos casos reais, adquirimos uma compreensão maior da dinâmica de luta não-violenta e de seus mecanismos para seu êxito. É impossível incluir aqui esses casos, uma vez que este capítulo é um resumo extremamente condensado da terceira parte da edição completa.

Entre os muitos casos discutidos na edição completa, que ilustram aspectos importantes dessa dinâmica, estão: as lutas coloniais não-violentas de 1765-1775; a resistência húngara à dominação austriaca de 1850-1867; as revoluções russas de 1905 e de 1917; a campanha pela independência da Índia de 1930-1931; os movimentos de resistência em vários países ocupados pelos nazistas, de 1940-1945; o movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos, a partir de 1955; e o movimento de resistência tcheco-eslovaco de 1968-1969. O quadro analítico, resumido neste capítulo, pode esclarecer grandemente a natureza das lutas não-violentas ocorridas após o início da redação deste livro. Entre os casos mais importantes estão: o golpe trabalhista de Ovambo na Namíbia, em 1971-1972; a revolução iraniana de 1978-1979; e o movimento polonês Solidariedade, iniciado em 1980.

O sucesso dessa técnica, ao contrário das opiniões populares, não se baseia na premissa de que o homem é intrinsecamente "bom". O sucesso também não requer a presença de um sistema de valor comum, uma forte comunidade de interesse, ou um alto grau de afinidade psicológica. Tudo isso pode ajudar e ser muito importante quando está presente, mas não é pré-requisito. A luta não-violenta não é, igualmente, como alguns anunciam, um assunto privado dos pacifistas ou dos puros e santos. Em sua maioria esmagadora, ela tem sido usada por pessoas comuns.

EXERCÍCIO DE PODER

A ação não-violenta é um meio de desencadear uma luta numa situação conflitiva. Ela se assemelha à guerra mais do que às negociações. Essa técnica exerce poder, tanto para se opor

ao poder de um grupo adversário, quanto também para promover os objetivos do grupo não-violento. A técnica não-violenta pode ser vista como algo que lida de modo mais indireto com o poder do adversário do que o faz a violência política. Mas também pode ser vista como algo que dá um golpe no poder do adversário de modo mais direto do que o faz a violência.

Em vez de enfrentar a polícia, as tropas e coisas do gênero, pertencentes ao adversário, com forças do mesmo tipo que as dele, os ativistas não-violentos se contrapõem a essas expressões de poder do adversário de modo indireto. Isso funciona no sentido de minar o adversário, enquanto ajuda também a mobilizar uma força e apoio ampliados para a causa que os ativistas abraçaram. Por exemplo, ao responder à repressão de forma não-violenta, e não pela contraviolência, os ativistas não-violentos podem demonstrar que a repressão do adversário é incapaz de intimidar a população. Sua contínua resistência, enquanto mantém a disciplina não-violenta, pode afastar os que comumente apóiam o adversário, enfraquecendo assim sua relativa posição de poder. O número de pessoas que resistem pode crescer, e o apoio a elas pode também aumentar significativamente. Tudo isso pode ocorrer porque se faz oposição à violência do adversário de modo indireto e não de forma violenta.

Essa abordagem indireta de não fazer aquilo que o adversário espera e quer, de minar a resistência armada antes de tentar superá-la, e de atrair o outro partido para que saia de sua posição de defesa, tem importantes raízes na estratégia militar, especialmente em Napoleão e Liddell Hart².

Por outro lado, a técnica não-violenta golpeia o poder do adversário mais diretamente do que o fazem os meios violentos. No primeiro capítulo, discutimos como todos os governantes e governos dependem direta ou indiretamente, para suas fontes de poder (autoridade, potencial humano, aptidões e conhecimento, recursos econômicos, administração, poder militar etc.) da cooperação, submissão, obediência e colaboração de seus próprios agentes e funcionários, de sua própria população geral, e possivelmente de outros grupos. Quando um governante tenta dirigir um país ocupado deve não apenas controlar sua topografia, mas controlar também sua população e instituições. Apesar

das aparências em contrário, essa dependência do governante frente aos súditos se aplica a todos os sistemas políticos, mesmo aos totalitários. É por isso que eles utilizam o terror e outros meios para controlar as mentes do povo.

A não-cooperação e resistência ameaçam essas fontes de poder. Sua eficiência é ilustrada pelas greves e motins de massa desintegradores das próprias tropas do adversário. O grau em que as fontes de poder são ameaçadas varia de caso para caso.

Além do impacto da não-cooperação e resistência, existem outras influências significativas que contribuem para a eficácia de poder da técnica não-violenta. Por exemplo, fatores psicológicos e morais, considerados como altamente importantes nas campanhas militares³, são de uma importância ainda maior nas lutas não-violentas.

A forma como esse tipo de luta “funciona” é muito mais complexa do que se imaginava anteriormente; ela é particularmente mais diversificada e complicada do que os processos semelhantes na violência política.

Não existem dois casos de ação não-violenta que sejam exatamente iguais. Eles diferem em muitos aspectos, inclusive quanto às influências e pressões exercidas pelos ativistas não-violentos, quanto às respostas dos adversários, e quanto à natureza da ação conflitiva. Uma variedade de forças e processos distintos têm a probabilidade de funcionar simultaneamente durante determinada campanha não-violenta, como consequência do aumento significativo ou da multiplicação de pessoas que não estão cooperando e que se opõem à persistência dos ativistas diante da repressão, e possivelmente às pressões por parte de terceiros.

O grau de apoio dado ao adversário e aos ativistas não-violentos pode variar considerável e continuamente. As forças relativas de ambos os grupos estão, portanto, constantemente sujeitas às variações e às vezes a mudanças extremas.

Apesar da ampla variação nos casos de ação não-violenta, é possível descrever de forma geral os principais processos e mecanismos que podem acontecer durante uma luta desse tipo.

ESPONTÂNEAS OU ORGANIZADAS?

A ação não-violenta efetiva não “acontece” simplesmente. Seja ela espontânea ou deliberadamente planejada, um trabalho de base considerável terá preparado o terreno.

Infelizmente conhecemos muito pouco das condições sob as quais ocorre a ação não-violenta espontânea. Alguns casos do capítulo terceiro começaram espontaneamente. Não sabemos em que medida condições para uma luta espontânea possam ser conscientemente cultivadas, mesmo quando os acontecimentos concretos indiquem que já existe um “amadurecimento” para a luta. Estudos comparativos detalhados de casos de ação não-violenta espontânea podem projetar luz sobre isso. Eles podem se mostrar como extremamente importantes, especialmente para situações em que as condições políticas tornam difícil organizar uma ação não-violenta em larga escala, como sob ditaduras extremistas. Contudo, para simplificar essa discussão, vamos supor um planejamento deliberado.

Um grupo de liderança normalmente iniciará, bem como planejará a campanha e lhe dará contínua orientação, pelo menos nos primeiros estágios. Contudo, em alguns casos o grupo de liderança pode ser chamado ou assumir suas posições depois que o movimento já iniciou. A liderança nessas situações cumpre um papel muito importante, especialmente onde o conhecimento e a compreensão dos princípios e da prática da ação não-violenta não são nem generalizados, nem profundos entre a maioria da população. De qualquer forma, alguém normalmente tem de planejar a estratégia a ser seguida, talvez negociar com o adversário, e escolher o momento mais apropriado para a ação. Essa liderança pode assumir uma variedade de formas, mas a qualidade de liderança será muito importante para influenciar o curso dos acontecimentos.

Uma compreensão plena e exata dos fatos do conflito vai requerer uma investigação prévia. Isso pode ser seguido pela propaganda daqueles fatos e também dos pontos de vista dos ativistas não-violentos sobre as questões básicas. Os objetivos e exigências do grupo não-violento também serão formulados.

Caso as circunstâncias políticas o permitirem, pode ocorrer negociações com o adversário, num esforço para resolver o problema sem chegar à ação direta. A capacidade de atuar caso as negociações fracassem, é importante para determinar seu resultado. Isso foi ilustrado poderosamente na história das disputas trabalhistas.

Se as negociações fracassarem, pode-se seguir um estágio gerador de "consciência da causa", embora possa nem sempre ser necessário. Os militantes podem visar a esse estágio para conseguir apoio. Também podem ter como alvo aumentar a crença de que algo pode e deve ser feito quanto a suas queixas e que isso pode ser conseguido de uma forma melhor através da ação não-violenta. Supondo-se que seja possível um planejamento prévio, leva-se em consideração a escolha da estratégia, a tática e os métodos específicos de ação a serem usados. Planejamento e preparativos para executar isso também serão necessários. Pode-se escolher um alvo de ataque após a consideração de uma variedade de fatores. Um ultimato, contendo as injustiças, as reivindicações, e um limite de tempo, pode ou não ser emitido.

O DESAFIO

Embora alguns dos vários métodos de protesto não-violento, possam ser usados, estamos supondo para essa discussão que na maior parte estejam sendo aplicados os métodos de não-cooperação e de intervenção não-violenta. Isso significa influências de poder. Assim como a aprovação, a cooperação e submissão dos súditos são vitais para a manutenção do poder político do governante, de forma que a retirada da aprovação, cooperação e submissão através de métodos concretos de ação desafiará esse sistema.

A seriedade desse desafio irá variar de acordo com uma série de fatores. Citemos alguns: a qualidade da ação, o número de participantes, as formas com que a retirada é expressa,

e a capacidade da parte dos subordinados de manter sua determinação não-violenta e sua recusa à submissão em face das medidas do adversário. O efeito também será determinado em parte pelo meio social e político em que ocorre a luta. Essas condições básicas incluem o grau de não-conformidade que o sistema pode tolerar sem alterar sua natureza, o grau de apoio ou de hostilidade ao regime entre os grupos envolvidos, as chances de se alastrarem a não-cooperação e a resistência e, finalmente, o grau em que as fontes materiais, humanas e morais de poder, necessárias à existência do governo, estiverem continuamente disponíveis, ou sofrerem restrições, ou forem retiradas.

As próprias providências do adversário são sem dúvida importantes para influenciar o resultado, mas *em si mesmas* não são decisivas. Para serem efetivas elas devem produzir os resultados desejados. Isso nem sempre ocorre. Em certas situações, pelo menos, a capacidade de atuar, por parte do adversário, pode ser influenciada por forças que estejam fora do seu controle, as quais podem ser direta ou indiretamente estimuladas pelos ativistas não-violentos.

A resistência por parte da ação não-violenta pode ser branda e perturbar o *status quo* apenas levemente. Contudo, em casos extremos, a resistência pode abalar suas bases. Em qualquer dos casos, a situação será alterada de várias formas. Ter-se-á chamado a atenção para as injustiças e para a presença de uma firme oposição. O conflito subjacente será trazido à plena luz, provavelmente levando a uma polarização inicial de opinião.

Qualquer que seja, no início, o apoio relativo dado ou aos ativistas não-violentos, ou ao adversário, é certo que não continuará estável. De fato, estará sujeito a uma contínua variação dependendo do curso da luta. Simultaneamente, uma série de mudanças pode ocorrer dentro do grupo não-violento e da população cujas injustiças tentam retificar. Estes podem provavelmente lucrar em auto-respeito, autoconfiança e consciência de seu próprio poder.

A capacidade que os ativistas têm de manejar as armas da não-cooperação — sociais, econômicas ou políticas — enumeradas no capítulo anterior, é de extrema importância na dinâmica de uma campanha não-violenta.

É óbvio que, se as questões em jogo forem antes de tudo econômicas e do tipo em que os boicotes e greves econômicos podem ser efetivos, a luta vai depender em grande medida da vulnerabilidade do adversário e essas influências de poder e da capacidade, por parte dos ativistas, de recusar a cooperação econômica. De maneira semelhante, em outras situações, as questões podem ser antes de mais nada políticas, e o adversário pode exigir cooperação política da população, bem como das instituições da sociedade e das divisões administrativas do Estado. Nessas situações, a capacidade da população de recusar tal cooperação política, a capacidade das instituições de levarem adiante os boicotes políticos, e a capacidade dos funcionários e subdivisões dos sistemas administrativos de não cooperar de inúmeras formas, determinarão significativamente o resultado dessa luta.

As vezes podem existir opções semelhantes em que a não-cooperação social pode ser muito significativa, e mesmo em que alguns dos tipos de intervenção não-violenta podem ser cruciais.

É altamente importante ter em mente essas influências ao longo deste capítulo. Isso ajudará a colocar em perspectiva a discussão mais extensa sobre a necessidade de barrar a repressão do adversário, sobre o potencial para minar a lealdade e obediência dos membros do grupo adversário, e sobre a possibilidade de multiplicar tanto o número de pessoas que oferecem resistência assim como os tipos de atividades empregadas. O emprego de influências econômicas e políticas, através da não-cooperação, constitui a maior parte da verdadeira substância da luta não-violenta.

Seria um erro igualar o indivíduo não-violento com o indivíduo que não indispõe o adversário. O adversário não está disposto a apreciar um desafio a seu poder ou à sua política, mesmo que o desafio seja não-violento. Se a ação apresenta uma série ameaça à capacidade do adversário de controlar a situação, e se ele não pretende ceder às reivindicações, sem dúvida, deverá enfrentar algum tipo de oposição.

Isso será influenciado por sua ansiedade, ou por sua avaliação referente ao possível curso futuro do desafio. Quanto menos democrático for o sistema, tanto menos pode ser tolerada

a inconformidade com o regime. Entre as medidas psicológicas que estão à sua disposição, encontram-se a divulgação de boatos falsos, tentativas de dividir o movimento ou de impedir o apoio a ele, ou esforços em "justificar" sua posição. É possível que surjam sanções e, onde o adversário for o governo, elas implicarão no emprego da polícia e talvez das forças armadas, supondo-se que essas continuem a ser leais.

Se foi escolhida a repressão aberta, existe um grande número de meios abertos, como censura, confisco de fundos e propriedades, restrição nos meios de comunicação, pressões econômicas, detenções, prisões, recrutamento militar, campos de concentração, uso de agentes provocadores, ameaça de punição futura, espancamentos, fuzilamentos, tortura, lei marcial, execuções, represálias contra terceiros etc. A intensidade e o tipo de repressão irão variar de acordo com diversos fatores.

A violência dessa repressão pode ser em parte um reconhecimento da seriedade do desafio, e em parte uma demonstração da natureza desse sistema. Essa demonstração pode ter uma influência importante sobre o curso futuro da luta, tirando potencialmente o apoio ao adversário e aumentando a ajuda aos ativistas não-violentos.

REPRESSÃO E PERSISTÊNCIA

A probabilidade de que seja usada tal repressão é forte indício de que a ação não-violenta pode apresentar uma real ameaça à ordem estabelecida. Isso é uma confirmação do poder dessa técnica, bem como um tributo a esse poder; é menos um motivo para abandonar a ação-não-violenta como inviável do que a repressão violenta em face de um desafio violento.

Ao contrário do que se poderia esperar, a repressão não produzirá necessariamente submissão. Para que as sanções sejam efetivas, devem atuar na mente dos súditos, produzindo temor e disposição de obedecer. Contudo, assim como na guerra, existe a possibilidade de que o planejamento e a disciplina, ou

alguma lealdade mais importante ou vontade objetiva, façam com que os ativistas não-violentos se mantenham firmes apesar dos perigos.

A ação não-violenta desmente o ponto de vista popular de que unicamente a resposta violenta pode ser efetiva contra a repressão violenta. Ao contrário, a manutenção da disciplina não-violenta e a resistência permanente (apesar da repressão violenta) causam repercussões psicológicas, sociais e políticas, enfraquecimento do regime violento, mediante o “*jiu-jitsu político*”. Esse processo é importante para produzir os mecanismos de mudança que são descritos mais adiante neste capítulo.

Os problemas com os quais o adversário tem de lidar junto aos militantes da resistência não-violenta podem ser acentuados pelo fato de que a maior parte dos meios de repressão parece estar destinada a lidar com desobediência *violenta* e com rebeldião *violenta*. Contudo, tendo em vista a dinâmica e os mecanismos diferentes da luta *violenta* e da luta *não-violenta*, os efeitos da repressão contra essas duas técnicas podem diferir radicalmente. Por exemplo, pessoas aprisionadas numa luta não-violenta em geral são consideradas como estando ainda na “*linha de frente*” — não afastadas da luta; é mais difícil justificar e manter o apoio à repressão contra pessoas não-violentas do que, digamos, contra terroristas; os ativistas não-violentos podem procurar esgotar os meios de repressão do adversário e demonstrar assim sua incapacidade de governar, mesmo com esses meios. Ao mesmo tempo, sem dúvida, a repressão contra a ação não-violenta *pode* ser efetiva, mas dependendo de certas condições, também pode *não sê-lo*. Caso não for, o adversário vai se achar em apuros.

Dante da repressão, só há uma resposta admissível por parte dos ativistas não-violentos. Caso tiverem força, devem persistir firmes em sua ação e rejeitar submeter-se ou recuar. Existem na história muitos exemplos de grupos que permaneceram firmes, tanto violenta quanto não-violentamente, contra forças “impossíveis”. Os ativistas não-violentos devem estar aptos a manifestar sua determinação, frustrando a repressão. O desespero (ou pelo menos a recusa em voltar atrás por causa do medo) pode ter resultados de longo alcance, influenciando o

curso da luta. O sofrimento que atinge a luta não-violenta não precisa ser interpretado num sentido metafísico ou espiritual; ele tem consequências psicológicas, sociais e políticas que são altamente importantes.

Não há razão intrínseca para explicar por que as pessoas estariam dispostas a aceitar o risco de sofrer em conflitos violentos, em vez de sofrer em conflitos não-violentos, especialmente quando a análise mostra ser menor o risco nesse segundo caso. Não é o sofrimento *enquanto tal* que é importante, mas o tipo de sofrimento encontrado durante a luta não-violenta que se trava com persistência e coragem. O número de ativistas que se recusa a submeter-se e os efeitos psicológicos e morais de seu sacrifício podem ambos influenciar o curso futuro da luta.

Diante da repressão e sofrimento, o grupo não-violento necessitará fazer esforços deliberados para fortalecer o moral do grupo, os sentimentos de solidariedade e a determinação para continuar inflexíveis durante os tempos de provação. Na luta militar também existe essa necessidade; há, pois, um paralelismo importante. Contudo, nesse nosso caso, a solidariedade e determinação são expressas sem haver represália violenta. Às vezes a persistência na disciplina não-violenta pode ser um problema. O treinamento pode atenuar esse problema, mas a maior contribuição à sua solução provavelmente seja o aprendizado, mediante experiência direta, de que a perseverança na disciplina não-violenta lhes confere um grau maior de controle sobre o adversário, um grau maior de chance de conseguir seus objetivos, bem como um grau maior de segurança.

OS PROBLEMAS DO ADVERSÁRIO

O adversário que vai ter de enfrentar uma série ação não-violenta estará seriamente ameaçado, caso seja difícil justificar sua própria política, caso a ação não-violenta envolva combinação muito favorável de qualidade e quantidade, e caso o grupo não-violento seja capaz de manter uma persistência disci-

plinada e determinada em seu caminho pretendido, apesar da repressão.

Caso se generalize a resistência ou seja bastante ousada, o adversário realmente não poderá ignorá-la sem parecer impotente. Assim, ele pode correr o risco de ver alastrar-se a resistência. Contudo, como veremos, a repressão não apenas deixará de fortalecer sua posição, como também, em certas circunstâncias, poderá dinamizar forças que mais adiante irão enfraquecê-la.

As dificuldades que o adversário tem em fazer frente à ação não-violenta não dependem do fato de que seja surpreendido com a não-violência, nem da falta de familiaridade com essa técnica. As dificuldades, em vez disso, estão associadas à dinâmica da técnica ou a seus mecanismos. Isso tende a elevar ao máximo a influência e poder do grupo não-violento, ao mesmo tempo em que mina os do adversário.

A repressão do adversário pode ser mais limitada do que no caso em que a usasse contra uma rebelião violenta. Uma repressão extremamente brutal contra um grupo não-violento é mais difícil de ser justificada (diante de seu próprio povo, diante do mundo em geral etc.) do que contra os rebeldes violentos. Pode, portanto, virar-se contra ele, enfraquecendo sua posição de poder. O grau em que um regime se sentirá capaz de resistir à opinião mundial — ou interna — sem dúvida irá variar de acordo com múltiplos fatores. Apesar da censura, eventualmente certas notícias poderão vazar, e medidas mais dramáticas podem aumentar a hostilidade e resistência ao regime, em vez de reduzi-las.

O adversário até gostaria que os rebeldes tivessem escolhido meios violentos de ação, pois não possuem o mesmo tipo de problemas de coerção, e geralmente está melhor equipado para lidar com eles. Portanto, o adversário pode procurar deliberadamente induzir à violência as pessoas que resistem: seja mediante severa repressão, com a finalidade de vencer a disciplina não-violenta, seja pelo uso de espiões e *agentes provocadores*.

Se os ativistas não-violentos mantiverem sua disciplina e continuarem firmes na luta apesar da repressão e outras medi-

das, e se envolverem significativos setores da população, o resultado de seu comportamento pode se estender muito além do exemplo e martírio individuais. O resultado pode ser a criação de uma situação em que a vontade do adversário será de fato bloqueada, em que ele será politicamente incapaz de executar seus planos, mesmo com a ajuda da repressão.

A prisão dos líderes pode simplesmente fazer com que o movimento se desenvolva de tal maneira que caminhe sem uma liderança manifesta. O adversário pode declarar novos atos, ilegais, para depois descobrir que, através disso, novas possibilidades de resistência se abriram. Pode descobrir que, enquanto tenta reprimir a resistência em alguns pontos, os ativistas não-violentos encontraram força suficiente para ampliar seu ataque em outras frentes, de forma a desafiar sua própria posição de poder. Ele pode descobrir que, em vez de a repressão em massa forçar à cooperação e obediência, é constantemente barrada pela recusa em submeter-se ou em fugir, e repetidamente se mostra como impotente. Contudo, sua repressão pode se mostrar não apenas como inadequada para controlar seus súditos que se opõem, assim como seus próprios organismos de repressão podem, em casos extremos, ficar imobilizados pela oposição maciça!

A POSSIBILIDADE DO USO DE CRUELDADES

Qualquer movimento de ação não-violenta contra um poderoso adversário, ou qualquer movimento desse tipo, que potencialmente ou de fato ameace fundamentalmente o *status quo*, deve encarar a possibilidade de que sejam cometidas crueldades contra ele. Em algumas situações isso será bastante provável, ou quase certo. Essas crueldades podem surgir de três fontes gerais:

- 1) O próprio regime pode ser do tipo em que a crueldade é algo comum e corriqueiro. O terror pode ser usado contra

todos os adversários, reais ou imaginários, num esforço para tornar o regime onipotente.

2) Um regime não caracterizado na mesma medida pela violência ou terror pode, contudo, quando desafiado efetiva ou fundamentalmente, reagir com brutal repressão. Essa repressão pode derivar de uma decisão deliberada de que somente tal ação drástica será capaz de esmagar as pessoas que resistem — especialmente se medidas menos drásticas já fracassaram — ou da exasperação pela recusa dos ativistas em se comportar da maneira esperada, ou pela recusa em submeter-se em resposta a uma repressão menos severa.

3) Sem ordens diretas do regime, oficiais do exército ou da polícia podem ordenar crueldades, ou soldados, policiais ou cidadãos, enquanto indivíduos, podem, por iniciativa própria, infligi-las. Essas crueldades podem resultar de qualidades sádicas dos homens interessados, de lealdade ao adversário, de sentimentos de frustração produzidos pelo desafio ou de intranqüilidade e conflitos interiores provocados pela situação e pelas qualidades dos ativistas não-violentos.

O ativista não-violento instruído não se surpreende por essas crueldades em situações de crise — mesmo quando ocorrem ali onde outros nunca imaginariam. Se o movimento de oposição quer continuar adiante e não ser esmagado, a resposta às crueldades deve ser essencialmente a mesma com a qual se enfrentam meios de repressão menos severos. Deter a ação ou recorrer à violência seriam duas atitudes que teriam sérias consequências e certamente redundariam a favor do adversário. Para serem efetivos, os ativistas devem ainda persistir e manter seu destemor, não-violência e firmeza.

O sofrimento pode continuar por algum tempo, até se tornar manifesto que essas brutalidades não conseguem acovardar os ativistas, que as brutalidades de fato podem estar enfraquecendo a posição do adversário, ou até que haja uma mudança de política ou atitude para com o grupo não-violento e suas exigências. Os ativistas não-violentos devem estar dispostos a pagar um alto preço — assim como os soldados na guerra — porque em termos da dinâmica de ação não-violenta esse preço às

vezes deve ser pago, caso precisem ser feitas mudanças fundamentais.

Numa luta não-violenta, a liderança não deveria exigir que os participantes suportassem um sofrimento além de sua capacidade, tanto por razões práticas, quanto morais. Portanto, embora a repressão seja algo provável como parte da resposta do adversário à resistência não-violenta, o ativista não-violento normalmente não procurará provocar brutalidades enquanto tais. Ele pode até mesmo escolher deliberadamente ações que possam reduzir a extensão ou intensidade da repressão, sem enfraquecer seu desafio.

Contudo, em raras ocasiões, certas ações podem ser empreendidas por um grupo não-violento seletivo (julgado apto a atuar sem violência ou sem fugir, em situações extremas), contra o qual se espera que o adversário responda com extrema残酷. Nesses casos, é provável que as brutalidades despertem uma indignação generalizada e profunda contra o adversário, por causa da natureza dos atos, por causa das pessoas contra as quais elas são cometidas, pelas circunstâncias do engajamento, e pelo fato de que são cometidas contra pessoas que não causam ameaça, nem fazem uso da violência. Essa provocação de brutalidades pretende revelar a que extremo o adversário é capaz de chegar, e daí bloquear o apoio a ele, fazendo com que a simpatia e o apoio se voltem para os ativistas não-violentos. (Nesses casos, pode ser necessário desencorajar outras pessoas atingidas pelas brutalidades, no sentido de não cometer violência como vingança, para que com isso o processo não seja invertido).

Não há motivo para alarme diante da ira e repressão do adversário. Contudo, a situação deve ser tratada com prudência. Se ficar evidente que o adversário está simplesmente se tornando brutalizado ou que os ativistas não são capazes de suportar os sofrimentos, deve-se exigir uma mudança de tática e métodos. Contudo, fora disso, há motivo para se crer que as brutalidades constituam uma fase temporária, embora não necessariamente curta. A brutalidade faz nascer medo, raiva ou contraviolência, mas na ausência dessas reações e em presença da evidência de que tanto a repressão normal quanto as bruta-

lidades refletem sobre a própria posição do adversário, enfraquecendo-a, haverá uma tendência de redução da violência.

JIU-JITSU POLÍTICO

Já que esses possíveis efeitos da repressão são tão contrários àquilo que a opinião popular imagina no tocante às consequências de tal ação, é importante ver com mais detalhe como isso acontece.

Os ativistas não-violentos, como vimos, não buscam provocar o adversário, assumindo a mesma atitude dele; recusam se aliar no uso da violência. A técnica de ação não-violenta, ao invés, funciona de tal modo que o poder do adversário, baseado na violência e repressão, acabe se voltando contra si próprio. Sua capacidade superior de praticar violência se torna em certos estágios responsável por um enfraquecimento de sua posição relativa de poder e um fortalecimento da posição do grupo não-violento. Isso ocorre porque a técnica de ação violenta e a técnica não-violenta funcionam de forma muito diferente. A repressão do adversário — caso persistam a disciplina e persistência não-violentas do grupo não-violento — nunca pode competir com o tipo de poder exercido pelos ativistas não-violentos. Ela foi comparada com um golpe desfechado na água por uma espada. Gandhi escreveu: “O poder de um tirano recai sobre si mesmo quando não encontra nenhuma resposta, assim como um braço sacudido violentamente no ar sofre um deslocamento”⁴.

Sob determinadas circunstâncias, a repressão pode ter os seguintes efeitos: pode afastar a população em geral do regime do adversário, aumentando assim a probabilidade de que ela venha aliar-se à resistência. A repressão pode afastar do adversário até mesmo seus súditos, os que habitualmente o apóiam e seus agentes; a intranqüilidade inicial pode conduzir à oposição interna e às vezes à não-cooperação e desobediência em seu próprio seio. A repressão pode ajudar a mobilizar a opinião pública para apoiar os ativistas não-violentos (embora se reco-

nheça que as influências de opinião variam), e pode levar à ação de apoio. Se a repressão levar a um aumento significativo no número de ativistas não-violentos, e também provocar, possivelmente, uma reação por parte dos próprios auxiliares do adversário (como mediante greves, desobediência e motim de suas tropas), a repressão sem dúvida vai repercutir contra o regime.

Já que às vezes o adversário percebe que a repressão está repercutindo desvantajosamente contra si próprio, houve tentativas de responder mediante “contra-não-violência”, ou pelo menos mediante a limitação deliberada da severidade da repressão. Isso ocorreu ocasionalmente, como na Índia britânica contra os voluntários de Gandhi, na Inglaterra contra o Comitê de 100 manifestantes, e no Japão contra a oposição estudantil.

UMA RESISTÊNCIA ESMAGADORA

O número de ativistas não-violentos pode-se tornar extremamente ampliado e sua distribuição muito espalhada. Quando isso ocorre, enquanto não forem dominados pelo medo, pode tornar-se fisicamente impossível para os agentes de repressão conseguir dobrar a vontade do adversário de forma efetiva. Às vezes a polícia pode ceder e, ocasionalmente, os oficiais podem cruzar os braços e a tropa se amotinar. (Essa situação, tal como enfatizamos, não pode ser produzida, exceto quando os objetivos dos ativistas não-violentos tiverem um apoio esmagador por parte da população, e eles estiverem dispostos a pagar o preço da mudança). Caso se torne impossível uma repressão efetiva, não só a resistência em massa pode se tornar tão poderosa que não pode ser esmagada, quanto pode também minar até mesmo a força do adversário. Mesmo que ele queira continuar a combater o movimento, na nova situação já não mais será possível que o faça com sucesso. Uma resistência esmagadora por parte da população pode tornar impotente um governo.

MUDANÇAS NO GRUPO DE LUTA

A participação na ação não-violenta tem a probabilidade de causar alguns efeitos nas pessoas que tomam parte nela. Por exemplo, à medida que as pessoas aprendem algo sobre essa experiência e provam essa técnica de ação, podem adquirir uma maior confiança em sua capacidade de influenciar o curso dos acontecimentos e uma maior consciência de seu próprio poder. De acordo com a experiência em outros tipos de conflito, o grupo que usa a ação não-violenta pode conseguir uma maior unidade, cooperação interna e solidariedade. Contudo, parece haver características especiais na ação não-violenta que contribuem para esses resultados.

A participação na ação não-violenta, ao mesmo tempo, requer e produz importantes mudanças psicológicas e de atitude dentro do grupo não-violento. Isso pode incluir uma maior auto-estima, auto-respeito, autoconfiança e a diminuição do medo e submissão. Essas várias mudanças nos ativistas não-violentos e no grupo afetado podem, por sua vez, ter importantes influências sobre o adversário e sobre o andamento do conflito.

TRÊS CAMINHOS PARA O SUCESSO

Contudo, quais são os reais impactos desse tipo de luta sobre o adversário? Apesar das variações entre um e outro caso de luta não-violenta, é possível distinguir três "mecanismos" gerais de mudança que funcionam na ação não-violenta: Eles são: *conversão, acomodação e coerção não-violenta*⁵.

Os ativistas não-violentos podem procurar induzir mudanças mediante seleção antecipada desses mecanismos, como o processo preferido de mudança, ou determinado mecanismo pode funcionar sem uma escolha antecipada. A técnica pode usar, em princípio, qualquer um desses mecanismos para provocar a

mudança ou uma combinação deles. Isso é particularmente importante para compreender tanto a natureza da técnica, quanto suas potencialidades políticas.

CONVERSÃO

Na conversão, “o adversário, como resultado da ação de pessoas e grupos não-violentos, adere a um novo ponto de vista que inclui os objetivos dos ativistas não-violentos”⁶. Essa mudança pode ser influenciada pela razão, argumentação e outras tentativas intelectuais, embora duvidemos de que unicamente as tentativas intelectuais possam causar uma conversão. A conversão na ação não-violenta tem a probabilidade de envolver também as emoções, crenças, atitudes e o sistema moral do adversário. O grupo não-violento *pode* buscar deliberadamente converter o adversário de tal forma que, finalmente, não só consinta em conceder seus objetivos, como também passe a querer, por ter percebido que isso é algo que corresponde à justiça.

Nas tentativas de conversão, o sofrimento dos ativistas pode desempenhar um papel da maior importância. Esse sofrimento é o maior instrumento usado para converter o adversário, mediante o apelo às suas emoções. Podem estar envolvidos aqui difíceis problemas de percepção. Contudo, o sofrimento é visto como um meio de superar a distância social entre os dois grupos e induzir o adversário a mudar sua opinião a respeito dos ativistas e do amplo grupo que se sente prejudicado, considerando-os agora como seres humanos iguais a si. Para se conseguir tal meta, pode ser que se leve um tempo considerável, se é que se chega a conseguir isso. Por sua vez, essa mudança de imagem pode tornar possível que o adversário “identifique-se” com o sofrimento dos ativistas não-violentos; há evidência de que isso pode ocorrer, apesar de uma extrema distância inicial entre os grupos.

Esse sofrimento começa a causar mudanças psicológicas no

adversário antes de que este tome consciência delas. Só depois que esse processo estiver bem adiantado, é que o adversário chega a perceber que ele próprio pode estar mudando. Isso pode levar a mudanças aparentemente rápidas.

Existem vários modos como esse processo pode ser iniciado. A consciência de que terceiros podem se sensibilizar por esse sofrimento e sentir aversão pela violência infligida pelo adversário contra os ativistas não-violentos, pode causar incerteza no adversário e *indiretamente* estimular mudanças em sua atitude, emoções e convicções. Esse sofrimento pode provocar também um estímulo *direto* à mudança, particularmente quando a distância social entre os grupos não for grande, ou quando puder ser superada após um largo período de tempo. Um conjunto de fortes emoções, que podem oscilar entre pólos opostos, é outro fator que facilita a conversão: esse complexo torna possíveis ímpetos de admiração, remorso, compaixão e vergonha. Além disso, o adversário pode se envergonhar por causa da violência de sua repressão, ao mesmo tempo em que pensa que sua política é justa. Finalmente, ele pode chegar progressivamente a lamentar a política que estimulou a ação não-violenta.

A disposição de se envolver em sacrifícios para levar adiante as crenças ou objetivos demonstrará fortemente a autenticidade dos ativistas não-violentos. Se o adversário reconhece a sinceridade dos ativistas, isso pode levá-lo a uma atitude de respeito para com eles e a reconsiderar sua opinião sobre o grupo, suas idéias e objetivos. Como uma possível consequência desse respeito pode ser que o adversário inconscientemente chegue a imitá-los e diminua sua violência. Ou ele poderá mudar sua imagem a respeito dos ativistas e do amplo grupo dos que se sentem prejudicados, em cujo nome a luta está sendo travada.

Um comportamento repetido que refute a imagem que o adversário tem dessas pessoas pode ajudar a criar uma imagem nova e mais correta. Com um reconhecimento maior dos ativistas como sendo seres humanos iguais, o adversário pode se tornar mais disposto a reconsiderar e alterar a política que está sendo desafiada. O conflito interno do adversário pode aumentar, porque ele descobre que sua antiga visão da vida, sua atitude diante da violência, e suas formas tradicionais de

responder aos subordinados e às crises parecem ser agora completamente inadequadas. Diante da ação não-violenta, esses expedientes deixam de produzir os resultados esperados. Esse fator pode ser especialmente importante onde o adversário acreditava na onipotência da violência. Com seus objetivos frustrados e com seus meios de ação inoperantes, a reação do adversário é incerta. Ele pode perseguir seus objetivos e as sanções podem ser mais cruéis. Ou ele pode se tornar receptivo às sugestões de como sair da crise e às novas idéias que podem levá-lo a uma conversão fundamental.

Os fatores que influenciam o mecanismo de *conversão* podem ser divididos em fatores “externos” (inerentes à situação conflitiva e fora do controle direto do grupo não-violento) e fatores “internos” (que estão diretamente sob seu controle). Os fatores externos abrangem:

- 1) o relativo conflito de interesse entre os grupos;
- 2) a distância social entre os grupos (quer os subordinados sejam considerados como seres humanos iguais, quer como membros de uma ordem moral comum);
- 3) a estrutura de personalidade dos adversários;
- 4) o grau em que os dois grupos compartilham crenças e normas comuns de comportamento;
- 5) aprovação ou condenação por terceiros.

Os fatores internos abrangem:

- 1) a abstenção não apenas da violência física, como também da hostilidade pessoal para com o adversário;
- 2) a tentativa de ganhar a confiança do adversário; por exemplo, este passa a não esconder suas reais intenções etc.;
- 3) recusa em humilhar o adversário;
- 4) fazer sacrifícios visíveis por sua causa;
- 5) levar adiante um trabalho construtivo, o auto-aperfeiçoamento, e atividades humanitárias mais amplas;
- 6) a manutenção do contato pessoal com os adversários através de discussões e cartas etc.;
- 7) demonstração de confiança para com o adversário;
- 8) cultivar empatia, boa vontade e paciência para com o adversário, pessoalmente.

Por uma série de motivos, em qualquer caso concreto, as tentativas de converter um adversário mediante sofrimento não-violento podem ser ineficazes e deixar de produzir o resultado desejado. Alguns ativistas não-violentos podem também rejeitar a conversão como indesejável, desnecessária ou impossível. Daí tentarão uma mudança mediante o mecanismo de acomodação ou coerção não-violenta. Na maior parte das situações, os resultados provavelmente vão derivar de pressões produzidas pelos três mecanismos. As aplicações mais bem-sucedidas da ação não-violenta podem envolver uma combinação sábia e deliberada disso.

ACOMODAÇÃO

A acomodação, como mecanismo de ação não-violenta, assume uma posição intermediária entre conversão e coerção não-violenta. O adversário não é convertido nem levado por coerção não-violenta; contudo existem elementos de ambos envolvidos em sua decisão de fazer concessões aos ativistas não-violentos. Provavelmente este seja o mecanismo mais comum dos três, em campanhas não-violentas bem-sucedidas. Na acomodação, o adversário resolve ceder às exigências, total ou parcialmente, sem mudar fundamentalmente sua opinião a respeito das questões envolvidas.

A acomodação é, portanto, semelhante à coerção não-violenta, pelo fato de que esses dois mecanismos conseguem êxito através da mudança da *situação social* pela ação não-violenta, em vez de concentrar a atenção na mudança do adversário. Se a situação na qual age o adversário e dentro da qual está ocorrendo o conflito é suficientemente alterada, podem ser eliminadas as antigas opções e criadas novas. Relações básicas de poder podem mudar de forma a alterar o quadro todo.

Na acomodação, embora a mudança desejada seja feita em resposta à situação alterada, ela ocorre enquanto o adversário ainda pode fazer uma escolha efetiva, e antes que tenha ocor-

rido uma significativa coerção não-violenta. O grau em que o adversário aceita essa mudança como resultado de influências que poderiam tê-lo convertido, ou de influências que poderiam tê-lo forçado irá variar; ambos os tipos de influências podem estar presentes no mesmo caso.

Por outro lado, através dos elementos de conversão existentes na acomodação, o adversário pode acabar se convencendo de que a repressão é inadequada. Embora não convertido, o sofrimento dos ativistas não-violentos pode levá-lo a considerá-los como seres humanos iguais, contra quem a aplicação continuada da violência já não é mais tolerável. Ou as opiniões de terceiros podem ser importantes para ele, atuando no sentido de não “perder a vergonha” ainda mais. Às vezes o adversário pode atender algumas ou todas as reivindicações dos ativistas, simplesmente porque considera o grupo como um estorvo que pode ser eliminado através de concessões que lhe sejam feitas.

Assim, embora seja perfeitamente capaz de continuar a repressão e ainda não estar de acordo com as reivindicações, o adversário pode perceber que os ativistas não-violentos não são pessoas tão terríveis como se supunha, que os problemas podem existir realmente e que uma repressão rigorosa é algo que já não quer aplicar contra eles. Ele pode assim resolver o conflito íntimo induzido pela luta não-violenta.

Uma consequência da ação não-violenta pode ser a criação ou aprofundamento da dissensão interna e da oposição real dentro do próprio grupo adversário. Essa discordância tem a probabilidade de recair ou sobre a política contestada ou sobre a repressão feita aos ativistas não-violentos, mas pode aparecer também sob a máscara de conflitos com personalidades ou com outros programas políticos. Consciente desse fato, o adversário pode desejar dar um golpe no fundamento dessas críticas, terminando o conflito através da acomodação às exigências. Nas lutas econômicas, a acomodação pode surgir de um desejo de minimizar as perdas financeiras e materiais, especialmente as causadas por greves e boicotes econômicos.

Através das influências de coerção existentes na acomodação, o adversário pode fazer concessões, porque percebe que,

caso a luta continue, ele finalmente vai ser derrotado e, portanto, tenta evitar a humilhação da derrota, e talvez de perdas mais agudas, aceitando graciosamente uma mudança. Em alguns casos, a situação social e política pode ter mudado tanto que, embora o adversário não tenha sido forçado de forma não-violenta, dificilmente poderia adotar um modo de agir, a que se tivesse proposto anteriormente.

O adversário também pode se acomodar às reivindicações, ao mesmo tempo em que mantém ainda liberdade de ação; isso dependerá em grande medida de sua previsão quanto ao desenvolvimento futuro do conflito. Apesar daquilo que ele diz publicamente, se perceber que o movimento não-violento irá crescer em força, pode-se dispor a aceder às exigências voluntariamente. As questões imediatas específicas que estão em jogo podem parecer de menor importância do que as possíveis consequências de uma luta prolongada, particularmente se a população toma consciência do poder que pode exercer através da ação não-violenta. Uma fórmula que salva as aparências pode ser importante numa solução resultante da acomodação.

Para decidir se uma luta de ação não-violenta será resolvida por acomodação, vão influir os seguintes fatores:

- 1) o grau de conflito de interesse;
- 2) todos os fatores que influenciam o mecanismo de conversão;
- 3) o grau atual e potencial de simpatia e apoio a favor dos ativistas não-violentos, ou de sua causa, por parte do próprio grupo adversário;
- 4) o grau atual e potencial de simpatia e apoio aos ativistas não-violentos por parte de terceiros;
- 5) o grau de eficácia ou ineficácia da repressão e outras contramedidas;
- 6) a presença e extensão de perdas econômicas, diretas ou indiretas;
- 7) a avaliação da força presente e futura dos ativistas não-violentos;
- 8) a estimativa de chances de vitória e derrota, bem como suas consequências.

Esses fatores variarão de caso para caso, tanto no grau em que estão presentes, quanto em suas diferentes proporções e combinações.

COERÇÃO NÃO-VIOLENTA

Em muitas situações, nem conversão nem acomodação serão conseguidas, pois alguns adversários permanecerão relutantes em atender qualquer reivindicação feita pelos ativistas não-violentos. Se fracassarem as tentativas de se conseguir conversão ou acomodação, ou se tais mecanismos se mostrarem tão improváveis de se realizarem a ponto de nem serem tentados, ainda resta um terceiro mecanismo de mudança aberto aos ativistas: a coerção não-violenta. Através deste mecanismo, é possível conquistar algumas reivindicações contra a vontade do adversário.

A coerção não-violenta pode ser produzida por algum destes três modos. Primeiro, a resistência pode se tornar demasia-damente generalizada e maciça para ser controlada pela repressão. (Isso se refere à repressão empregada para conseguir a submissão dos súditos. Uma tentativa de exterminar deliberadamente toda uma população é algo muito diferente de repressão. A resistência ao genocídio requer uma investigação maior)⁷. Segundo, a não-cooperação pode tornar impossível que um sistema social, econômico e político continue a operar, a menos que as reivindicações dos ativistas sejam atendidas. Finalmente, mesmo a capacidade que o adversário tem de usar de repressão pode ser minada, e às vezes dissolvida. Em qualquer dessas circunstâncias, ou em qualquer combinação das mesmas, apesar da determinação do adversário de se recusar a mudar sua política ou sistema, ele pode descobrir que é incapaz de defendê-los ou recuperá-los diante de uma ação não-violenta determinada e generalizada.

A coerção não está limitada à ameaça ou uso de violência, como se pensa habitualmente. Nem o *Oxford English Dictio-*

nary, nem o *Webster's Dictionary* restringe a coerção a pressões derivadas da violência. Dois teóricos da ação não-violenta explicaram da seguinte forma:

Coerção é o uso de uma força física ou imaterial para obrigar a uma ação contrária à vontade ou ao juízo sentido do indivíduo ou do grupo sujeito a essa força⁸. Coerção... é tirar do adversário, seja sua capacidade de manter o *status quo*, seja sua capacidade de efetuar uma mudança social⁹.

Contudo, existe uma enorme diferença entre “coerção não-violenta” e “coerção violenta”. Enquanto essa segunda envolve a intenção deliberada de causar dano físico ou morte, a primeira surge de uma recusa, por parte do grupo não-violento, de se submeter diante da repressão violenta, a partir da não-cooperação e resistência, apesar da violência do adversário.

A coerção não-violenta ocorre sob duas condições. Primeiro, ocorre quando a vontade do adversário é bloqueada, e o sistema é paralisado por causa da não-cooperação e resistência dos ativistas não-violentos e do grupo injustiçado, apesar de seus contínuos esforços em impor sua vontade. Por exemplo, mudanças no *status quo* são feitas mesmo que ele se oponha a elas, ou mudanças que ele deseja são impedidas de acontecer, embora aplique pressões e sanções em nome delas. Essa frustração de seus esforços em geral é diretamente proporcional à extensão da não-cooperação e resistência dos ativistas.

Segundo, a coerção não-violenta ocorre quando até mesmo a capacidade do adversário de agir no sentido de realizar sua vontade é destruída. Essa imobilização de sua capacidade de agir geralmente se consegue pelo corte de todo apoio e obediência dos que estão a seu lado, por exemplo, quando seus soldados e policiais se amotinam, sua burocracia se recusa a colaborar, ou seu povo retira a autoridade e apoio.

A primeira dessas condições para a coerção não-violenta — bloqueio mediante não-cooperação e resistência — é o mais comum; a segunda — imobilização da capacidade de atuação

do adversário — pode ou não acompanhá-la. Contudo, esse não é um modelo único, e pode ser invertido. Em todos os casos de coerção não-violenta, a ação não-violenta de tal forma alterou a situação social e política, que o adversário já não pode exercer seu poder contrariamente aos desejos do grupo não-violento.

A ação não-violenta torna possível, assim, uma “coerção através da não-participação”¹⁰. Torna-se coercitiva quando os ativistas conseguem, direta ou indiretamente, cortar significativamente as fontes do poder político do adversário, as quais lhe são necessárias. Como discutimos no primeiro capítulo, existem seis fontes principais:

(1) autoridade; (2) recursos humanos; (3) aptidões e conhecimento; (4) fatores imateriais; (5) recursos materiais; (6) sanções.

Essas fontes de poder do adversário são todas potencialmente vulneráveis ao controle direto ou indireto por parte do grupo não-violento, que usa um ataque generalizado e qualitativo, mediante ação não-violenta. Mudanças na disponibilidade dessas fontes podem determinar o grau de poder político do regime.

As formas concretas de como romper a disponibilidade dessas fontes irão variar. Não apenas existirão diferenças nos métodos específicos dessa técnica que serão adotados, mas também ocorrerá variação em *quem* corta as fontes de poder: os ativistas não-violentos, terceiros, ou membros decepcionados do próprio grupo adversário. Também haverá variação na direcionalidade da retirada de cooperação que reduz as fontes de poder, oscilando desde a recusa e resistência abertas, retirada de nova ajuda, ao mesmo tempo em que continuam as antigas, até à ineficácia em cumprir ordens.

A estratégia, tática e métodos usados estarão dentre os fatores que determinam que fontes de poder serão afetadas e em que grau serão reduzidas ou cortadas.

A ELIMINAÇÃO DAS FONTES DE PODER

A ação não-violenta pode reduzir a disponibilidade de cada uma das fontes de poder político das seguintes formas:

1) *Autoridade*. A resistência não-violenta ao adversário oferece uma clara demonstração do grau em que a autoridade já está minada. A luta pode ajudar a *afastar ainda mais pessoas* que anteriormente estavam apoiando o adversário. Isso pode acontecer quando os ativistas concentram sua atenção nas características indesejáveis do sistema e da política do adversário e na repressão do adversário contra os militantes não-violentos.

Às vezes haverá uma clara *transferência de lealdade* do adversário para uma autoridade rival. Esta pode ser um sistema religioso ou moral, um princípio político ou social, uma ideologia política, um movimento ou partido. Em casos extremos, pode ser até mesmo um governo rival paralelo. Ocorrem problemas táticos difíceis quando emerge um governo paralelo, enquanto o antigo continua a existir. Quando esse novo governo é apoiado por uma força genuína significativa, pode ser o golpe final na destruição do antigo sistema.

2) *Recursos humanos*. Uma ação não-violenta generalizada também pode reduzir ou cortar os recursos humanos necessários ao poder político do adversário, mediante a retirada da obediência e cooperação geral da massa de súditos que mantêm e fazem funcionar o sistema. A simples multiplicação numérica de membros não-cooperantes, desobedientes e rebeldes do grupo que foi prejudicado, cria sérios problemas de coerção ao adversário. Além disso, a luta pode levar a reações de desaprovação por parte dos que tradicionalmente apoiavam o adversário, reduzindo seu poder ainda mais.

A retirada de recursos humanos afetará também outras fontes necessárias (aptidões, conhecimento e recursos materiais). Assim, o adversário requer um poder maior exatamente no momento em que sua capacidade de exercer coerção está sendo reduzida. Se crescer a resistência, enquanto enfraquece o poder do adversário, o regime pode finalmente se tornar impotente. A ação não-violenta na arena política pode produzir resultados

comparáveis a uma greve efetiva na arena industrial. A não-cooperação dos membros pode paralisar o sistema.

3) *Aptidões e conhecimento*. A disponibilidade de aptidões e conhecimento necessários ao adversário raramente coincide com porcentagem de pessoas que apóiam o regime. Certas pessoas ou grupos possuem aptidões especiais ou conhecimento de particular importância. Aqui se incluem administradores especializados, funcionários públicos, técnicos e consultores. Assim como uma contínua colaboração dessas pessoas ajuda significativamente o adversário, retirando-a, haverá um enfraquecimento desproporcional de seu poder. Além da recusa aberta, a ajuda *reduzida* também pode ser importante. Conflitos internos dentro do regime — que podem ser causados ou acentuados pela ação não-violenta — também enfraquecerão o poder do adversário, limitando a disponibilidade de aptidões e conhecimento.

4) *Fatores imateriais*. Hábitos de obediência à autoridade também podem ser ameaçados pela ação não-violenta generalizada.

Destruir o hábito de obediência inquestionável não significa necessariamente uma maior desobediência, mas envolve mais *escolha consciente* entre obedecer ou desobedecer, baseada na disposição crescente de avaliar a política do regime antes de apoiá-lo. A ação não-violenta pode refletir o desenvolvimento de uma concepção que desafia a oficial. Em outros casos, a prática de ação não-violenta pode criar situações que fazem outros questionarem a conveniência das doutrinas estabelecidas. Fatos podem refutar dogmas.

5) *Recursos materiais*. A ação não-violenta pode regular a disponibilidade dos recursos materiais do adversário: controle do sistema econômico, transporte, meios de comunicação, recursos financeiros, matéria-prima etc.

Grande parte dos métodos de ação não-violenta são variações de greve ou boicote econômico. A história do movimento trabalhista demonstra o poder considerável que pode ser exercido por esses tipos de não-cooperação econômica. Boicotes econômicos e suspensão no pagamento de impostos podem reduzir as vantagens econômicas da dominação política do adversário.

Uma ação internacional através de boicotes e embargos comerciais pode ajudar os ativistas não-violentos.

6) *Sanções*. Até mesmo a capacidade de aplicar sanções por parte do adversário, em certas ocasiões, pode ser influenciada pela ação não-violenta. Seu fornecimento de armas pode ser ameaçado pela recusa de um país estrangeiro em vendê-las, ou por greves nas fábricas de material bélico e sistema de transporte. Em alguns casos, o número de agentes de repressão — policiais e tropas — pode se reduzir, à medida que pessoas deixam de servir como voluntários e os convocados para o alistamento se recusam a servir.

Policiais e tropas podem executar ordens de forma ineficiente, ou podem rejeitá-las completamente, como em motim. Parece mais provável ocorrer motim durante a luta não-violenta do que quando policiais e soldados enfrentam perigos pessoais provenientes de combatentes violentos ou de tropas inimigas. Contra ativistas não-violentos, a polícia e as tropas, podem enfrentar dilemas morais e psicológicos resultantes de atos de repressão rigorosa contra um grupo não-vingativo, mas resoluto de resistentes. Como resultado, esses agentes podem experimentar uma baixa em seu moral e começar a se questionar sobre a justiça das ordens e programas políticos, que estão executando. Isso pode levar a um afrouxamento na obediência às ordens e talvez a um motim aberto, embora essa probabilidade ocorra somente em circunstâncias especiais. Motim ou ineficiência proposital ocorrerá quando as tropas ou a polícia experimentam conversão, mesmo quando os líderes da oposição continuam inflexíveis.

A conversão das tropas e da polícia em larga escala pode produzir a coerção não-violenta do adversário. Um motim maior de tropas e de polícia, ou um relaxamento significativo no cumprimento das ordens, com certeza alterará radicalmente as relações de poder. Isso reduzirá a capacidade do adversário de recusar as exigências do grupo não-violento, ou de manter o sistema ou o programa que está sendo questionado.

Vários fatores entram em ação para provocar uma coerção não-violenta. Haverá variação nas fontes de poder afetadas e no grau em que elas são cortadas. Dependendo do modelo que

produz a coerção não-violenta (motim, resistência maciça ou paralisação econômica ou política), alguns ou todos os fatores seguintes vão influir para determinar o resultado:

- 1) o número de ativistas não-violentos (em números absolutos e em sua proporção dentro da população geral);
- 2) o grau de dependência do adversário com relação aos ativistas não-violentos para as fontes de seu poder;
- 3) a aptidão dos ativistas não-violentos na aplicação da técnica, incluindo a escolha de estratégia, tática e métodos, e sua capacidade de executá-las;
- 4) durante quanto tempo se podem manter a resistência e a não-cooperação;
- 5) o grau de simpatia e apoio aos ativistas não-violentos, por parte de terceiros;
- 6) os meios de controle disponíveis ao adversário e usados por ele para forçar um retorno à cooperação e induzir ao consentimento; a reação dos ativistas não-violentos a esses meios;
- 7) o grau em que os súditos, administradores, auxiliares e agentes do adversário apóiam ou deixam de apoiá-lo, e a ação que eles podem empreender para apoiar os ativistas não-violentos;
- 8) a estimativa, por parte do adversário, do provável curso futuro do movimento de ação não-violenta.

O FIM DA LUTA

A derrota, em termos políticos imediatos, é sempre possível na ação não-violenta, assim como o é na guerra tradicional ou em outros tipos de violência política. Se o grupo prejudicado não possui ainda suficiente força interna, determinação e capacidade de atuar e perseverar para realizar uma ação não-violenta efetiva contra seu adversário, então a repetição de palavras e slogans, associados com essa técnica, não os salvará. Não há substitutivo para a força genuína na ação não-violenta.

Se o grupo prejudicado não a possui suficientemente para fazer frente ao adversário, não pode esperar ganhar, a não ser quando desenvolver essa força.

No final de algumas campanhas (assim como com as campanhas militares) pode ser difícil falar de "êxito" ou "fracasso" de forma absoluta, pois podem estar presentes elementos de ambos. O resultado pode ser um "empate" ou um acordo provisório. Às vezes, pode-se conquistar parcialmente algumas reivindicações. A luta concreta freqüentemente deve ser vista no contexto maior de uma série de campanhas e de sua contribuição às lutas e relações posteriores, e de seus efeitos sobre o grupo prejudicado, sobre o adversário e sobre terceiros.

Em outros casos, pode-se conseguir uma vitória mais completa. Daí então a luta pode terminar ou não com negociação e um acordo formal. Em alguns casos, o adversário pode simplesmente estabelecer ou aceitar a mudança. Em casos extremos, o regime do adversário pode entrar num total colapso ou desintegrar-se.

A longo prazo, os resultados mais significativos provavelmente sejam o impacto da luta sobre a resolução das questões em jogo, sobre as atitudes dos grupos em sua relação mútua e sobre a distribuição de poder entre e dentro dos grupos em disputa. Em todos esses aspectos, as contribuições da luta não-violenta são altamente significativas.

NOTAS

1. Para uma discussão mais completa da dinâmica e dos mecanismos da ação não-violenta, ver Gene Sharp, *The Politics of Nonviolent Action*, Porter Sargent, Boston, 1973, Parte III, pp. 448-817, ou na edição de bolso, terceira parte, *The Dynamics of Nonviolent Action*, Porter Sargent, Boston, 1974. Parte deste capítulo apareceu originalmente em Gene Sharp, "Mechanics of Change in Nonviolent Action", in Harvey A. Hornstein, Barbara Benedict, Warner Burke, Marian Horsstein e Roy Lewicki, orgs., *Social Intervention: A Behavioral Science Analysis*, Free Press, Nova Iorque, 1971, pp. 546-557.
2. Ver Napoleon, *The Officer's Manual or Napoleon's Maxims of War*, Maxim XVI, James G. Gregory, Nova Iorque, 1861, pp. 58-59, e B. H. Liddell Hart, *Strategy: The Indirect Approach*, Frederick A. Praeger, 1954, p. 25.
3. Ver, por exemplo, Liddell Hart, *Strategy*, pp. 24-25.
4. M. K. Gandhi, *Satyagraha*, Navajivan, Ahmedabad, 1961, p. 57.
5. Isso segue em grandes linhas uma exposição de Lakey, com algumas alterações. Ver George Lakey, *The Sociological Mechanisms of Nonviolent Action*, tese de doutorado em sociologia, University of Pennsylvania, 1962, p. 23; publicado em *Peace Research Reviews*, Canadian Peace Research Institute, Cakville, Ontario, vol. II, n. 6, número completo (dezembro de 1968).
Ver também Gene Sharp, *The Politics of Nonviolent Action*, pp. 705-776, para uma discussão completa desses três mecanismos.
6. Lakey, *The Sociological Mechanisms of Nonviolent Action*, p. 20.
7. Ver Gene Sharp, *Social Power and Political Freedom*, capítulo primeiro, "Rethinking Politics", capítulo terceiro, "The Lesson of Eichmann", capítulo quarto, "Facing Dictatorships with Confidence", e capítulo onze "The Societal Imperative", Por Sargent, Boston, 1980, pp. 1-20, 69-112 e 285-308.
8. Theodore Paullin, *Introduction to Nonviolence*, Pacifist Research Bureau, Filadélfia, 1944, p. 6.
9. Lakey, *The Sociological Mechanisms of Nonviolent-Action*, p. 18.
10. E. T. Hiller, *The Strike: A Study in Collective Action*, University of Chicago Press, Chicago, 1928, p. 125.

DEFESA CIVIL: UMA NOVA TÉCNICA DE DISUASÃO E DEFESA

INTRODUÇÃO

Uma das poucas coisas de que podemos estar certos quanto ao futuro das relações políticas e internacionais da atualidade é o fato de que o conflito é inevitável e vamos precisar de meios efetivos de luta contra usurpadores e agressores internacionais. A nossa frente não podemos vislumbrar nenhum futuro seguro. Ao contrário, todas as sociedades políticas, cujos membros não queiram se tornar vítimas de tais ataques, precisam — entre outras coisas — da capacidade de travar luta e de algum tipo de sistema de armas. Precisa ser de tal tipo que cumpra uma dupla função. Primeiro, precisa ser bastante forte e suficientemente bem preparada para que possa desestimular usurpações internas e ataques internacionais. Também precisa ser capaz de se defender diante desses dois tipos de ataque, fazer o agressor desistir e restaurar a condição de paz e autonomia da sociedade.

Nenhum tipo de dissuasão traz em si a garantia de ser bem sucedido. Essa é uma verdade elementar, mas freqüentemente ignorada. Portanto, as conseqüências do fracasso da dissuasão através do arsenal que escolhemos não devem ter o caráter de irremediável. Quando fracassa a dissuasão necessitamos de meios de defesa eficazes. "Defesa" deveria ser entendida literalmente como proteger-se contra o perigo, preservar-se dele e afastá-lo. Os meios que usamos para a defesa precisam ser capazes de neutralizar e eliminar o ataque.

A maioria das pessoas e governos entenderam que só com meios militares é que se pode desestimular ataques e defender-se deles. Conseqüentemente, pessoas e governos não se mostraram dispostos a abandonar seu uso, e por isso fracassaram os esforços de eliminar a guerra do cenário internacional². Ao mesmo tempo em que reconhecem serem os implementos militares extremamente perigosos em muitas situações, muitas pessoas pensam que são mais necessários do que nunca.

Variam as opiniões no que diz respeito à conveniência da estratégia militar e à gravidade dos problemas nela envolvidos, mas ninguém alega que é perfeita, sem problemas e perigos. Portanto, devemos considerar algumas alternativas possíveis.

A opinião corrente de que só com meios militares é que se pode desestimular ataques e defender-se deles é no mínimo incompleta e, quando examinada com mais rigor, se revela como falsa. Meios alternativos de luta foram usados para a defesa contra intervenções estrangeiras e usurpações internas. Normalmente nós não conhecemos muito bem esses meios, e seu significado potencial raramente foi examinado com seriedade. Contudo eles existem, e isso mostra que é possível haver uma alternativa. Portanto, a questão decisiva não é a de saber se eles existem, mas como desenvolver a capacidade e potencial de formas de luta não-militares para poder, no fundo, desestimular ataques e defender-se deles com êxito.

I. DEFESA CIVIL

Muitos países de diferentes regiões do mundo receberam proposta de pesquisar a utilidade dessas formas de luta não-militares, seja como suplemento aos meios militares, seja como alternativa total para a dissuasão e defesa contra ataques³. Essa estratégia alternativa é chamada de "defesa civil". Esse termo significa a defesa assumida por civis (em distinção àquela assumida por militares) usando meios de lutas civis (em distinção aos meios militares e paramilitares). Defesa civil é uma estratégia que visa desestimular e frustrar invasões militares estrangeiras, ocupações e usurpações internas. Isso inclui golpes de Estado — com ou sem estímulo e ajuda estrangeiros⁴. Precisamos realizar a dissuasão e defesa mediante formas civis de luta — sociais, econômicas, políticas e psicológicas. Elas são usadas para provocar uma não-cooperação generalizada e uma resistência pública maciça. O alvo é impedir que o agressor consiga os objetivos desejados e também tornar impossível a consolidação de um domínio estrangeiro, de um regime fantoche, ou de um governo de usurpadores. Essa não-cooperação e resistência também se combinam com outras formas de ação destinadas a subverter a lealdade das tropas e funcionários do agressor, a criar entre eles insegurança em executar as ordens e a repressão, e até mesmo destinados a garantir seu amotinamento.

Medidas de defesa civil destinam-se a serem aplicadas pela população em geral, por grupos de pessoas mais afetados pelos objetivos e ações do agressor, e por instituições da sociedade. Qual desses está mais envolvido varia de acordo com os alvos do agressor — sejam econômicos, ideológicos, políticos ou outros.

A defesa civil, depois de ter havido preparativos, planejamento e treino, destina-se a ser empreendida pela população e pelos membros de instituições. Preparativos e treino seriam baseados em conclusões a partir de pesquisa básica a respeito desses tipos de resistência e das estratégias do agressor, assim como a partir de pesquisa intensiva da solução do problema⁵.

Esta última precisa pôr em evidência formas de aumentar

a eficácia dessa resistência para fazer frente aos obstáculos e resolver problemas em sua aplicação, especialmente contra regimes tiranos. O fundamento para desenvolver estratégias de defesa civil bem-sucedidas é a compreensão das exigências para a eficácia dessas formas de luta e das formas de agravar a fragilidade do sistema e regime do agressor⁶.

Esses meios de luta ainda não aperfeiçoados, ao contrário de opiniões correntes, desempenharam papéis históricos importantes em todas as partes do mundo, mesmo nos casos em que a atenção se concentrou comumente na violência política paralela ou posterior. Essas formas não aperfeiçoadas de luta foram usadas como meio importante ou predominante de defesa contra invasores estrangeiros ou usurpadores internos, ou ambos — na maioria das vezes de forma improvisada, sem preparativos, treino ou planejamento — em vários países, inclusive na Bélgica, Bolívia, Bulgária, China, Tcheco-eslováquia, Dinamarca, Alemanha, Haiti, Coréia, Holanda, Noruega e Rússia. Essa técnica foi usada nos dois últimos séculos para depor governo estrangeiro, há muito estabelecido, e poderes imperialistas, em países como o Egito, Gana, Hungria, Índia, Irlanda e Samoa. Esses meios foram usados em outros países durante este século contra ditaduras internas, instaladas há muito tempo, como em El Salvador, Guatemala, Irã, Rússia Imperial e Tailândia⁷.

Os resultados dessas lutas variaram muito quanto ao grau em que foram bem-sucedidas ou fracassaram em atingir os objetivos propostos e quanto ao grau em que contribuíram para vitórias posteriores. Contudo, a par de derrotas, o registro apresenta significativamente mais êxitos (mais ou menos abrangentes) do que se reconhecem em geral.

Usou-se nesses casos um grande número de formas de luta concretas. Algumas são brandas e simplesmente manifestam um protesto. Outras são formas de não-cooperação que possuem a capacidade de paralisar a sociedade, o sistema econômico, a ordem política ou partes específicas da mesma. Outras formas, além dessas, intervêm ativamente para destruir os programas, o sistema e a administração do adversário. Esses métodos incluem: protestos simbólicos, paralisação dos transportes, boico-

tes sociais, greves específicas e gerais, desobediência civil, bloqueios econômicos, não-cooperação econômica, “desaparecimento” sob identidades falsas, boicotes econômicos, manifestações públicas, operação-tartaruga, publicação de jornais clandestinos, ineficácia deliberada no cumprimento de ordens, colaboração com pessoas perseguidas, apelo à resistência através de rádio e televisão, resistência pública através da legislatura, resistência judicial, oposição governamental formal, negação de legitimidade aos usurpadores, não-cooperação por parte dos funcionários civis, protelação e adiamento legislativos, manifestos de oposição, persistência em antigas leis e programas, oposição estudantil, manifestações de crianças, recusa a colaborar, renúncias em massa, desobediência maciça e seletiva, manutenção da autonomia de organizações e instituições independentes, subversão das tropas do usurpador e incitamento à rebelião. Também foram usados muitos outros métodos adicionais específicos em outros casos de luta não-violenta em situações diferentes numa variedade de problemas⁸.

Defesa civil e o tipo geral de luta a partir do qual se desenvolve, são possíveis e capazes de exercer grande poder mesmo contra governantes e regimes militares tiranos, porque atacam a característica mais vulnerável de todas as instituições e governos hierárquicos: a dependência com relação ao governado. Os dirigentes de governos e sistemas políticos não são onipotentes, nem possuem poder autogerador. Todas as elites dominantes e todos os governantes dependem, no que diz respeito às fontes de poder — autoridade, recursos econômicos, aptidões e conhecimento, fatores imateriais, administração, e mesmo sanções — da cooperação da população e das instituições da sociedade que dirigem. A disponibilidade dessas fontes depende da cooperação e obediência de muitos grupos e instituições, pessoal especializado e da população em geral. A restrição ou retirada da cooperação e obediência reduzirá ou cortará direta ou indiretamente a disponibilidade dessas fontes de poder. Caso possam ser aplicadas e mantidas a não-cooperação e desobediência contra um governante indesejado — geralmente frente à repressão com a finalidade de forçar o retorno à cooperação e obediência — nesse caso está ameaçada a capacidade que esse

regime tem de governar e manter sua posição. Apesar da repressão, as fontes de poder podem ser restrinidas, retiradas ou cortadas por bastante tempo, como consequência e vai haver uma paralisação política do regime. Em casos extremos, o poder do governante desaparecerá progressivamente, de forma lenta ou rápida, vítima de inanição política⁹.

Essa concepção sobre o poder político e a prática transcultural das formas de ação baseadas em tal concepção demonstram que se está lidando com um tipo de luta que não se restringe a fronteiras culturais ou nacionais. Portanto, é potencialmente relevante aos problemas de agressão internacional e usurpação interna em todas as partes do mundo.

As lutas passadas que adotaram esse tipo de ação com variados propósitos — inclusive como defesa nacional — ocorreram em sua maioria ou em sua totalidade sem preparação. Às vezes as lutas iniciaram sem uma decisão prévia, e com certeza sem planejamento, preparativos e treino dos participantes. A não ser em caso de experiência prévia limitada e improvisação restrita à base de casos não suficientemente conhecidos de outros lugares, tanto os líderes quanto os participantes dessas campanhas sempre tiveram que atuar sem as vantagens do conhecimento das lições do passado e dos recursos e exigências desse tipo de luta. Também não tiveram nenhuma das vantagens de conhecimento, princípios estratégicos, organização prévia, preparativos, e treino que os logistas militares tiveram durante milhares de anos. Apesar dessa significativa desvantagem, os profissionais da luta não-violenta conseguiram uma série impressionante de realizações. Existem casos históricos de luta não-violenta improvisada contra invasões e ocupações estrangeiras e contra usurpações internas. Tais casos merecem uma investigação, estudo e análise esmerados, e demonstram — pelo simples fato de terem existido — que é possível esse tipo de luta defensiva, e que pode ser poderoso e eficaz. É impossível lembrar ou analisar aqui tais casos; encontramo-los por toda parte.

A defesa civil se fundamenta nesses modelos de luta, mas os ultrapassa. Se acrescentarmos a essa pesquisa do passado estudos estratégicos, preparativos e treino, poderemos aumentar

nosso conhecimento, ampliar a eficácia dessa técnica e melhorar nossa habilidade de manejá-la. Assim poderemos multiplicar nossa capacidade de conseguir objetivos mediante luta não-violenta e de aumentar especificamente a capacidade de poder da defesa civil¹⁰. Já que esse aperfeiçoamento não ocorreu no passado, não podemos citar casos de defesa civil como estratégia elaborada — com sucesso ou não — para “provar” sua futura viabilidade. Contudo, existem mais evidências históricas, a partir de modelos de lutas não-violentas, para confirmar a plausibilidade dessa política, do que existiu para as grandes inovações nos combates militares deste século como bombardeio aéreo, blindados, armas nucleares, radar, foguetes e outros de menor importância. Inovação para além do conhecimento e experiência prévios é algo que agora se aceita como “normal”, necessário e vantajoso no arsenal militar. O mesmo princípio aplicamos aqui para a defesa civil, mas o salto da experiência prévia à capacidade futura é menor do que nos casos militares, e as consequências são potencialmente muito mais vantajosas.

Como resultado de pesquisa, conhecimento estratégico, planejamento bem elaborado e treino geral e específico, diante de uma usurpação interna ou de uma invasão estrangeira, a população de um país com um programa de defesa civil preparado vai estar em estado de prontidão. Essa prontidão é extremamente importante tanto para criar a dissuasão, quanto para a capacidade de defesa desse programa.

II. MEDIANTE DEFESA CIVIL

Tanto as usurpações internas, quanto as invasões estrangeiras pretendem conseguir algum objetivo. Esses ataques, portanto, provavelmente serão atos calculados racionalmente, e não ataques súbitos de violência. Conseqüentemente, o agressor em potencial, normalmente vai calcular as possibilidades de conseguir ou não seu objetivo e avaliar se por causa desse objetivo vale a pena os custos (que se prevêem) da ação. Caso as chan-

ces forem pequenas e os custos excessivamente altos, aí então, mesmo que a meta ainda continue a ser aspirada, provavelmente não vai ser iniciado o ataque; o agressor em potencial encontrou resistência para empreender tal aventura.

Portanto, a dissuasão não está intrinsecamente ligada a meios militares, muito menos ao poderio de armas nucleares. A dissuasão pode ocorrer dentro de um contexto de meios totalmente não-violentos. Se a defesa civil será capaz de desestimular o agressor numa situação concreta e em que grau isso será conseguido dependerá de dois fatores principais: 1) a capacidade real da sociedade de negar ao agressor os objetivos desejados e também de impor (sozinha ou em cooperação com outros) custos inaceitáveis; 2) a percepção, por parte do agressor em potencial, da capacidade da defesa civil do país de conseguir isso.

Ao contrário dos meios militares, não será a ameaça (dirigida ao país do agressor) de causar grande destruição física ou de causar uma carnificina que produzirá a dissuasão. Consegue-se a dissuasão mediante a percepção de que a sociedade atacada pode impedir a realização dos objetivos do agressor e impor custos inaceitáveis. Esses custos incluem dano ao regime interno do agressor em seu próprio país (oposição interna e desintegração), nas suas relações internacionais (custos diplomáticos e econômicos) e no próprio país atacado (frustrar os objetivos e levar à insatisfação tropas e funcionários). Em outras palavras, a capacidade de dissuasão da defesa civil se baseia diretamente na capacidade de defesa real. Atualmente, isso está em contraste com a capacidade militar de dissuasão, seja nuclear, seja amplamente convencional, a qual pode se vingar mas raramente se defender.

Duas tarefas cruciais exigidas para efetivar essa capacidade de dissuasão são: 1) ampliar os preparativos e treinos de defesa civil, acompanhados às vezes de mudanças institucionais e sociais para aumentar o ânimo, a autoconfiança e a capacidade de resistência da sociedade; 2) um programa para dar a todos os agressores possíveis uma visão acurada da capacidade de luta defensiva desse país oriunda de sua estratégia de defesa civil, da consequente capacidade de frustrar os objetivos pre-

tendidos pelo agressor, e dos prováveis custos e problemas adicionais que podem surgir, durante a luta de defesa. Havendo capacidade de defesa genuína e poderosa, a publicidade — não apenas sinceridade — quanto à capacidade de combate civil e quanto aos seus preparativos irá aumentar o efeito de dissuasão dessa estratégia.

Nenhum tipo de dissuasão — seja militar ou civil — traz em si a certeza de que vai ser bem-sucedida; portanto, é essencial que levemos em conta um possível fracasso. Em contraste com meios militares, a capacidade dissuasiva da defesa civil repousa diretamente em sua capacidade de *defender*. Ao contrário da dissuasão baseada em armas nucleares, o fracasso dos preparativos de defesa civil para dissuadir não causa aniquilação, mas sim a aplicação, pela primeira vez, de uma real capacidade de defesa.

III. A CAPACIDADE DE COMBATE EM DEFESA CIVIL

A capacidade da defesa civil de *defender-se* contra um ataque reside em sua habilidade de conseguir frustrar os objetivos do agressor e provocar gastos internos e internacionais exorbitantes. Essas habilidades provêm de características especiais dessa estratégia. Para implementar a defesa civil, as pessoas devem ter vontade de resistir, preparar-se bem, e lutar apesar de perdas, assim como fazem com meios militares. Potencialmente, toda a população — homens, mulheres, crianças, jovens, adultos e pessoas idosas — e todas as instituições da sociedade são participantes dessa luta. Além desse teatro de operações, a defesa tem também como meta, sob condições favoráveis, criar (tirando vantagens disso) dissensão e oposição interna entre os que habitualmente apóiam o agressor e entre sua população, provocar uma oposição internacional ao agressor, bem como angariar o apoio ao grupo de defesa civil.

A eficácia da defesa civil para a *defesa* depende de vários fatores. Entre esses incluímos: (1) a vontade da população de

se defender da agressão; (2) a força interna da sociedade atacada; (3) a capacidade que a população e as instituições têm de manter o controle das fontes de poder e de negá-las ao agressor; (4) a capacidade que os defensores têm de frustrar os objetivos de ataque do agressor; (5) a capacidade dos defensores civis de satisfazer os requisitos de eficácia da luta não-violenta, inclusive a firmeza na disciplina não-violenta e a perseverança na luta apesar da repressão; (6) a habilidade por parte dos defensores em agravar a fragilidade do sistema e regime do agressor.

Não existe nem pode ser criado nenhum projeto de programar a dissuasão e a capacidade de defesa mediante defesa civil. Isso vale muito mais para os meios civis do que para os meios militares. As estratégias e métodos de defesa civil variam consideravelmente mais em sua natureza e aplicação do que no caso dos meios militares. Na defesa civil as armas políticas, sociais, econômicas e psicológicas, bem como os meios de ação aplicados em determinado caso podem ser do tipo diretamente relacionado com o problema concreto que está em jogo, com os objetivos do agressor, e com as estratégias escolhidas de defesa. Isso difere dos meios militares convencionais e nucleares, em que as armas e meios de ação são do tipo que destrói e mata irremediavelmente de forma essencialmente igual, independente da questão em jogo no conflito. Com a defesa civil, os objetivos do agressor — políticos, econômicos, ideológicos, territoriais, genocidas, ou quaisquer outros — requerem esses tipos particulares de métodos para opor-lhes resistência. (Sem dúvida, talvez sejam necessários outros tipos adicionais em outros aspectos do conflito).

A escolha de meios específicos de ação civil num determinado conflito também varia de acordo com os seguintes fatores: (1) a natureza do regime ou grupo agressor; (2) sentimentos de proximidade ou distância entre as partes conflitantes; (3) o alcance dos meios de ação e repressão usados pelo agressor; (4) o grau em que o agressor está sujeito à influência ou pressões de terceiros; (5) o grau em que terceiros podem ser influenciados pelos militantes defensores; (6) a força interna da sociedade atacada (enquanto distinta de seu regime); (7) a vul-

nerabilidade do regime e sistema do agressor; (8) o grau e a natureza dos preparativos de defesa por parte da sociedade que se defende; (9) a importância relativa das questões em jogo para o grupo agressor e o defensor; (10) a vulnerabilidade ou autoconfiança da sociedade, que se defende, quanto a suas provisões econômicas, especialmente comida, água e combustível; (11) a disposição dos defensores de suportar perdas como preço da defesa.

Os defensores civis vão precisar também avaliar qual é seu mecanismo de mudança preferível e aplicável, mediante o qual irão em busca da vitória¹¹. Eles talvez desejem converter o agressor à compreensão de que seus objetivos e a própria agressão são injustificados. Podem estar dispostos a negociar, como ocorre em muitas greves; cada lado cede em alguma medida e conquista uma parte dos objetivos originais. Contudo, os defensores podem tentar de forma não-violenta forçar o agressor a abandonar tanto suas metas originais quanto o próprio ataque. Em casos especiais essa coerção será insuficiente, como no caso em que o regime interno do agressor estrangeiro se acha numa situação precária, ou quando o ataque é uma usurpação interna. Nesse caso os defensores podem procurar não só coagir o regime do agressor, mas também causar sua desintegração, de maneira que não sobre nenhum grupo enquanto unidade política nem mesmo para capitular. Na prática, os mecanismos de conversão, acomodação e coerção não-violenta estão intimamente ligados entre si. Contudo, a preferência por um ou outro afetará fortemente a escolha da estratégia final para a defesa e também dos métodos concretos de ação que serão aplicados.

As armas usadas na defesa civil são não-violentas: políticas, sociais, econômicas e psicológicas. Seu êxito depende em grande parte tanto da persistência em sua aplicação apesar da repressão, como também da firmeza na disciplina não-violenta diante de provocações e da tentação de tirar desforra através da violência¹². Uma mudança para a violência alteraria o conflito, passando de um tipo assimétrico de não-violência versus armas violentas — que apresenta grandes vantagens aos defensores civis — ao tipo simétrico em que ambos os lados usam

armas violentas — e isso apresenta grandes vantagens ao agressor, normalmente bem equipado para usar violência.

O uso da violência por parte dos defensores civis destrói a dinâmica da luta não-violenta, debilita ou mesmo inverte a operação dos mecanismos de mudança e especialmente o processo de *jiu-jitsu* político. No processo de *jiu-jitsu*, a repressão violenta do adversário faz com que realmente seja minada sua própria posição de poder, enquanto provoca uma maior resistência, afasta terceiros, mina o apoio e causa divergências no meio de sua própria guarnição e de sua população¹³.

A repressão pode ser dura. Os que oferecem resistência, bem como seus familiares e amigos podem ser presos, torturados e mortos. Grupos inteiros da população podem ficar privados de alimento, água e combustível. Os manifestantes, os grevistas e os funcionários civis que causam obstrução podem ser fuzilados. Prefeitos, vereadores, professores e clérigos podem ser enviados a campos de concentração. Os reféns tomados na luta de resistência podem ser executados. *Os custos humanos de defesa não devem ser subestimados.*

Como em qualquer conflito significativo de forças, inclusive em guerras militares, a fuga ou capitulação diante da violência do agressor são respostas inaceitáveis caso se queira se defender com êxito contra o ataque. Os defensores não devem se surpreender com a repressão e as brutalidades desumanas, e não devem, em resposta, deixar de resistir. Repressão freqüentemente é uma reação ao reconhecimento de que aqueles que resistem, mediante suas ações, estão na verdade pondo em perigo o êxito do ataque. A submissão à violência, mesmo sendo brutal, só vai ensinar o agressor a repetir a violência com muito mais brutalidade no futuro, pois foi ela quem evidentemente produziu submissão.

Embora os defensores possam mudar seus métodos de ação concreta para outros que desafiam de formas diferentes, mas que o fazem pelo menos com tanta força, não devem capitular à violência. Sofrimento e mortes são virtualmente inevitáveis em qualquer caso de luta aguda, inclusive mediante meios não-violentos; contudo, esses meios não-violentos tendem a *minimizar* as perdas e a destruição quando comparados com a violência. Ao contrário do que se pensa, os índices de perdas quanto a

mortos e feridos parecem ser, do ponto de vista de uma evidência limitada disponível, apenas uma pequena fração dos índices encontrados em guerras convencionais e especialmente dos encontrados em guerras de guerrilha. Quando ocorrem perdas nas lutas não-violentas, estas podem fazer funcionar o processo de *jiu-jitsu* político, que em muitos casos pode ser crucial na obtenção da vitória.

IV. O DESENROLAR DO CONFLITO DEFENSIVO: **1. O ESTÁGIO INICIAL**

Assim como não podemos formular nenhum projeto a ser aplicado em luta defensiva, também não podemos traçar nenhuma descrição ou ensaio sobre o curso que esse conflito defensivo vai tomar. Contudo, é possível descrever alguns componentes principais e fases prováveis da maior parte das lutas defensivas¹⁴.

Quando se torna evidente que de fato vai ocorrer uma invasão ou uma usurpação inteira, ou quando já iniciou, é óbvio que fracassou a influência da dissuasão para prevenir o ataque. Necessitamos, então, de uma ação que inicie a implementação da estratégia de defesa. Provavelmente essa ação assumirá uma das duas formas seguintes. A ação inicial pode ser uma manifestação dramática de resistência e oposição que apenas poderá dar como resultado (as vantagens não são muito grandes) uma rápida retirada ou capitulação por parte do agressor. Em qualquer caso, será comunicado a todos os envolvidos que o ataque será enfrentado com decididas lutas defensivas de tipo particularmente insidioso. Ou a ação inicial pode ser do tipo que tem como objetivo apenas comunicar essa mensagem. Essa segunda forma parecerá, ao não-iniciado, muito branda. Contudo, é uma impressão falsa. Assim também, tirar e apontar uma pistola é uma atitude branda em relação ao tiro subsequente. Va-

mos ver agora com mais detalhe essas duas reações iniciais possíveis ao ataque.

A primeira delas pode ser uma arremetida maior de oposição e de não-cooperação quase total com o agressor. Isso pode ser uma tentativa de frustrar rapidamente o ataque mediante uma campanha-relâmpago de resistência e recusa em cooperar, chamada de "*Blitzkrieg* não-violenta". Essa estratégia com toda probabilidade será usada quando o agressor é considerado como relativamente fraco e inseguro na decisão inicial, e quando a sociedade em defesa se considera forte e com uma capacidade defensiva bem preparada e poderosa. A meta é convencer o agressor a retirar rapidamente suas forças diante da oposição dos defensores. Isso pode assumir a forma de uma greve geral, paralisação econômica, evacuação de cidades, permanência em casa, paralisação do sistema político, funcionamento persistente das "atividades normais" por parte do governo que não toma conhecimento das reivindicações do agressor, que enche as ruas de manifestantes ou as deixa completamente vazias, tentativas maciças de subverter as tropas e funcionários do agressor, publicação de jornais e comunicados com notícias sobre o ataque e resistência, e muitas outras possibilidades.

Essa resistência maciça pode ter como propósito comunicar aos dirigentes do ataque duas coisas: que a defesa civil é capaz de uma luta mais prolongada, apta a roubar dele os frutos da vitória, e que as consequências a longo prazo das ações e influências dos defensores sobre o moral, lealdade e obediência de suas próprias tropas e funcionários podem ser politicamente fatais. Mesmo que não se consiga o alvo de uma vitória rápida, pelo menos essa ação vai comunicar claramente a intenção de defesa contra o ataque, a natureza particular do tipo de defesa que será aplicado e a advertência quanto a dificuldades futuras caso o agressor não se retire. Quando se emprega essa estratégia, não existe distinção nítida entre um estágio inicial mais comum de comunicação e advertência e a luta defensiva propriamente dita.

Só uma resistência inicial muito considerável por parte dos defensores civis e uma liderança totalmente inusitada por parte das forças atacantes (capazes de ponderar cuidadosamente a

partir de fatos desagradáveis ao mesmo tempo em que muda de direção) tornará possível um fim rápido da luta com êxito para os defensores.

Caso não ocorra uma vitória rápida com a estratégia *Blitzkrieg* não-violenta, os defensores terão conseguido, não obstante isso, maiores realizações quanto à mobilização de suas forças, à comunicação de sua intenção de resistir e ao caráter especial de sua política de defesa. Já é tempo então de mudar para uma estratégia mais adaptada à luta de maior duração que está por vir e opor resistência aos objetivos específicos do agressor.

Quando não se tenta uma *Blitzkrieg* não-violenta inicial, aplica-se uma estratégia alternativa de comunicação e advertência. Essa é a segunda forma principal de ação inicial diante do ataque. Isso se destina indistintamente aos líderes do ataque, suas tropas e funcionários, à população geral do agressor, à própria população que está na defensiva, às pessoas e grupos que poderiam se tornar colaboradores, aos próprios aliados e à comunidade internacional em geral. Os defensores civis tentarão transmitir, mediante palavras e ações, a mensagem de que está em curso uma vigorosa e poderosa defesa civil, muito difícil de ser atacada e vencida. Algumas mensagens se dirigem aos líderes do regime agressor ou a um grupo que não queira reconhecer a vontade e capacidade de uma defesa poderosa; neste caso, ainda existe alguma chance de convencê-los a não atacar se sua percepção e visão da realidade puderem ser corrigidas. Algumas dessas advertências e mensagens se destinam diretamente ou indiretamente à população em geral do agressor — na pátria deste, no caso de invasão, ou dentro da própria sociedade, no caso de um golpe de Estado. É preciso corrigir as informações distorcidas que a população recebeu referentes ao ataque, e é importante ajudá-la a chegar ao estágio em que possa discordar das ações de seus líderes e se opor ao ataque. Os meios de defesa não-violentos usados tornarão isso menos difícil do que no caso em que se usam meios militares.

Mensagens e ações, que comuniquem a intenção de se defender e os meios com os quais se conduzirá a defesa, serão enviados aos países vizinhos, à comunidade internacional em geral, e, nos casos em que haja organizações com tratado de

defesa civil, aos próprios aliados. Essa comunicação estabelecerá a base para formas adequadas de ajuda, para impedir uma ação que prejudique a defesa e, às vezes, para exercer pressões internacionais a nível diplomático, moral, econômico e político contra o ataque.

Serão importantes relatos a respeito da defesa a serem oferecidos à própria população, particularmente a algum segmento que possa estar pouco envolvido ou insuficientemente informado a respeito da estratégia de defesa. (Sem dúvida, isso não se dá numa estratégia bem preparada). Os comunicados e advertências dirigidos ao agressor serão ouvidos também pela população atacada. Nessa altura, ouvirá a mensagem de que seus preparativos produzirão frutos imediatos, que a sociedade como um todo está se envolvendo numa luta defensiva altamente importante e que tem um papel importante a desempenhar nela. Isso incentivará os preparativos e ações específicas em seus bairros e lugares de trabalho, e contribuirá para o crescimento do espírito de resistência generalizado na população como um todo.

Os simpatizantes do agressor, e as pessoas que tentam de forma oportunista enriquecer-se ou ascender a uma posição de poder também precisarão ser advertidas durante esse período. Elas passarão a saber, mediante palavras e ações, que a defesa será forte, empreendida por toda a sociedade, e que, se colaborarem com o povo, não sofrerão nenhum dano físico. Caso passarem ao lado do agressor, serão alvos de uma ferrenha resistência, serão considerados como traidores do povo e não conseguirão desfrutar os privilégios que o agressor lhes brindar.

Os soldados e funcionários do agressor, individualmente, serão elementos muito importantes a serem influenciados durante esse estágio da luta. Eles podem ter recebido falsas informações sobre a situação do país que está em posição de defesa, sobre o que se pode esperar por parte da população, ou mesmo que país invadiram. Uma das formas-chave de dissolver a tentativa de ocupação é retirar a lealdade, confiança e obediência das tropas e funcionários do regime do agressor. Portanto, essas pessoas, individualmente, bem como em conjunto, devem receber de forma compreensível um quadro esclarecedor da situação, a fim de corrigir as informações distorcidas e capacitá-las

a entender suas funções e responsabilidades. Os defensores civis precisarão comunicar às tropas e funcionários as questões em jogo no conflito, tais como os defensores as percebem, a natureza da sociedade atacada, os objetivos pretendidos pelo agressor, e a importância para as pessoas de ambos os países ou grupos de deter o ataque e eliminar a tentativa de ocupação. Os defensores vão precisar também comunicar que a defesa empreendida contra o ataque será vigorosa, determinada e persistente, mas será de um caráter especial. Ela se destinará a frustrar o ataque e defender a sociedade sem ameaçar as vidas e a segurança pessoal dos indivíduos diante das forças agressoras.

Essa comunicação estabelecerá a base para apelos futuros a soldados e funcionários. Eles serão convidados a ser deliberadamente desleixados e ineficazes na aplicação da repressão e controle, a ajudar com métodos definidos a população e os que resistem, a ignorar ordens de realizar ações brutais, a amotinar-se abertamente, ou "desaparecer" na zona rural ou entre a população defensora que irá ajudá-los. Dessa forma a capacidade de repressão e controle do agressor poderá ser, sob certas condições, lenta ou rapidamente dissolvida.

Várias formas de comunicação, utilizando-se palavras e ação, serão adotadas para atingir todos esses grupos. As formas de comunicação podem abranger cartas, panfletos, jornais, conversas pessoais, transmissão por rádio e televisão, cartazes murais, posters e bandeiras. Também símbolos desenhados ou pintados, cores significativas, bandeiras a meio mastro, repicar de sinos, silêncio, toque de sirenas, certas canções e muitas variantes podem ser usadas para transmitir a oposição ao ataque e a intenção de resistir. Intervenção e obstrução simbólicas também podem ser usadas. Por exemplo, as pessoas podem, com seu próprio corpo, bloquear pontes, rodovias, ruas, entradas de edifícios, de cidades, metrópoles. Também se podem usar obstruções mecânicas. Por exemplo, pode-se bloquear rodovias e aeroportos com automóveis abandonados ou com ferro-velho para tornar impraticável o uso de portos, aeroportos e rodovias. Todos esses tipos de ação se baseiam antes de tudo em influências psicológicas ou morais para causar impacto. Embora algumas

das obstruções mecânicas possam impedir ou retardar fisicamente a dispersão de tropas ou a ocupação de certas localidades ou posições estratégicas, até mesmo isso tem antes de mais nada um impacto psicológico.

Pode-se usar também, inicialmente, outra categoria de ações: aplicações breves, temporárias, de métodos de não-cooperação como greve geral, bloqueio econômico, permanência em casa de grande parte da população, fechamento de todas as repartições do governo. Essas são aplicações breves de alguns dos métodos que de forma mais prolongada são empregados nas *Blitzkrieg* não-violentas e nas lutas defensivas de maior duração. Essas ações breves não transmitem apenas oposição e intenção de resistir; comunicam também uma mensagem sobre a existência de meios mais sérios e substanciais de defesa que estão à espera caso o ataque não seja barrado.

Também se podem usar formas dramáticas de intervenção neste estágio. Entre essas estão: desafio maciço aos toques de recolher, realização de uma festa na rua para todos, inclusive para as tropas adversárias, funcionamento persistente das "atividades normais", tanto as econômicas quanto as políticas de acordo com leis e práticas legítimas, e tentativas em larga escala de minar a lealdade dos soldados e funcionários dos escalões mais baixos.

As ações iniciais ajudarão também a sintonizar a população em geral da sociedade atacada com a intenção de resistir vigorosa e firmemente ao ataque, com o tipo de resistência a ser aplicada, e com a necessidade de se preparar para assumir as múltiplas responsabilidades de acordo com os preparativos e necessidades da luta.

As contramedidas do agressor às formas iniciais de comunicação e advertência com palavras e ações são difíceis de se predizer. Podem variar de extremamente brandas a muito brutais, até numa mesma situação.

É possível que o agressor, durante o estágio inicial de oposição, decida ocultar suas perdas e terminar a aventura — mantendo as aparências tanto quanto pode — mas isso é muito improvável. De qualquer forma, os defensores devem estar preparados para levar adiante a defesa, na certeza de que a luta

será prolongada e difícil. Quer a ação inicial tenha sido uma *Blitzkrieg* não-violenta, quer uma campanha de comunicados e advertência, ou ambos numa sequência ou em outra, a fase inicial em dado momento estará acabando. Terá chegado, então, o tempo de uma luta defensiva mais prolongada e mais fundamental.

V. O DESENROLAR DO CONFLITO DEFENSIVO: 2. DEFESA PROPRIAMENTE DITA

Nas guerras militares, os defensores podem desejar e tentar conseguir uma vitória rápida e global, mas se fracassarem não surge necessariamente um sentimento de desmoralização ou frustração. Exige-se, então, uma mudança de estratégia para o próximo estágio de luta. Isso vale também para as guerras civis de defesa. Uma *Blitzkrieg* não-violenta inicial, uma campanha de comunicados e advertência ou uma combinação de ambos é algo que deve ser considerado simplesmente como a fase que inicia a tentativa de defesa que, como em casos militares, pode gastar um período mais longo de luta intensa para chegar à vitória. Portanto, uma mudança de estratégia para outra que seja mais apropriada à fase seguinte não é motivo de desmoralização, muito pelo contrário. A mudança é uma demonstração de que os defensores estão assumindo a iniciativa de moldar a luta para ajudar a obter uma vitória final.

Para enfrentar problemas estratégicos de defesa de maior alcance, os defensores civis podem aplicar uma dessas duas principais estratégias: ou uma campanha maciça de não-cooperação total semelhante a uma *Blitzkrieg* não-violenta, ou alguma forma de resistência seletiva. Os defensores também podem usar cada uma dessas estratégias em tempos diferentes para satisfazer necessidades especiais de defesa.

Resistência maciça, total, abrangendo campanhas de ampla não-cooperação e oposição por parte de toda a sociedade contra o regime do agressor e sua política como um todo pode ser

apropriada em certos estágios de defesa propriamente dita. Contudo, essa resistência total é excepcionalmente difícil de ser aplicada na prática, exceto em períodos limitados especiais. Para além disso, exige-se uma sociedade excepcionalmente forte, bem preparada e autoconfiante. Em outros casos, as consequências de uma não-cooperação total podem ser prejudiciais aos defensores por causa dos custos do bloqueio em tantos aspectos necessários de sua própria sociedade, onde se requer uma não-cooperação com o agressor. Esse custo é pesado mesmo que a repressão do agressor não seja grave ou que possa ser suportada. A sociedade em posição de defesa e a própria população devem ser capazes de sobreviver às lutas defensivas. Necessitam-se de preparativos globais que contenham medidas capazes de tornar isso possível, como provisão de alimento, água e combustível. Pode-se simplesmente não adotar uma resistência total em certas lutas de defesa civil por causa dessas características e exigências.

Se se adotar a estratégia de total não-cooperação no período de defesa propriamente dita, provavelmente será aplicada como estratégia temporária para conseguir alvos particulares. Devem-se escolher cuidadosamente os pontos da luta em que a não-cooperação pode ser efetivamente usada pelos defensores; não se deve adotar essa estratégia simplesmente como uma reação emocional ao próprio ataque ou a uma ação brutal por parte do adversário. Podemos adotar a não-cooperação total em certos momentos restritos para conseguir objetivos particulares dentro de uma estratégia, usando predominantemente a resistência seletiva.

Alguns poucos exemplos ilustram isso. Depois de um extenso período de resistência seletiva por parte de determinados grupos e instituições da população contra um programa ou contra um objetivo específico, pode-se adotar uma resistência total quando o programa ficou seriamente reduzido ou sua implementação foi bloqueada. O objetivo pode ser, então, usar a não-cooperação total para forçar o agressor a abandonar completamente seu programa ou objetivo. Em casos de brutalidades desumanas que exigem alguma resposta, pode ser apropriada uma breve ação de resistência total, para demonstrar oposição e de-

terminação. Normalmente um dia é suficiente. Essa ação não deve se estender muito além disso, a não ser que se saiba com clareza que o adversário se acha numa posição muito fraca — que suas tropas estão à beira do amotinamento, por exemplo — ou a menos que exista alguma outra situação potencialmente decisiva. Caso contrário, um uso mais prolongado de estratégia de resistência total deve ser restrito aos tempos em que a capacidade de manter controle por parte do agressor esteja significativamente enfraquecida e em que os defensores estejam numa posição muito forte para agüentar a não-cooperação total por um longo período, apesar de uma possível repressão brutal.

Também se pode usar essa estratégia no fim de uma longa luta defensiva que tenha consistido em uma série de campanhas de resistência seletiva durante o período de defesa propriamente dita. Contudo, as condições e necessidades para que isso ocorra devem ser adequadas. A sociedade em posição de defesa deve ser forte, e o regime e os controles do agressor devem ser drasticamente enfraquecidos. O alvo da resistência total neste momento é desfechar um golpe decisivo para frustrar ou desintegrar o regime ou os controles do agressor, para destruir sua capacidade de continuar toda essa aventura, e para restaurar a independência e liberdade da sociedade.

Fora essas exceções, a principal investida da defesa da sociedade deve ser a estratégia de resistência seletiva. Quando já foram usadas outras estratégias (tais como *Blitzkrieg* não-violenta, a estratégia de comunicação e advertência, e campanhas específicas de resistência total), exige-se uma mudança de estratégia para formas de luta de maior alcance mediante resistência seletiva.

A estratégia de resistência seletiva não pretende ser total, mas concentra a resistência deliberadamente em pontos ou objetivos particulares que são especialmente importantes para o esforço defensivo. Essa estratégia apresenta muitas vantagens. Por exemplo, permite que a defesa seja concentrada e não fique espalhada numa grande variedade de objetivos e problemas. Essa estratégia também é menos desgastante para a população que está em posição de defesa, já que na maioria dos casos a responsabilidade de empreender a defesa mudará de um segmento

da população para outro à medida que mudam os pontos e os problemas específicos de resistência.

Precisamos considerar seis questões principais na escolha dos pontos para resistência seletiva:

1. Quais são os principais objetivos do agressor?

2. O que pode impedir que o agressor assuma ou mantenha o controle de toda a máquina estatal do país atacado ou de partes significativas?

3. O que pode impedir que o agressor debilite ou destrua a independência das instituições independentes e a capacidade de resistência da sociedade do país atacado?

4. O que pode concentrar a capacidade de defesa em pontos mais vulneráveis do sistema, regime ou política do agressor que, quando destruídos, ameacem sua capacidade de atingir os objetivos e continuar a aventura?

5. O que possibilitará aos defensores atuar de maneira que possam usar seus pontos, capacidades e segmentos mais fortes da população (evitando o uso dos mais fracos) para fazer avançar a defesa?

6. Quais são os pontos específicos que tipificam os princípios e objetivos gerais da luta? Esses pontos ajudarão a erguer o espírito de resistência justa por parte dos defensores, ao mesmo tempo em que converterão os alvos e meios do agressor em algo injustificado e merecedor de total condenação.

Vamos considerar agora o primeiro desses itens com maior detalhe.

É particularmente importante focalizar a atenção da resistência seletiva em pontos que possam frustrar os objetivos que o agressor tinha quando iniciou o ataque. Isso é possível porque — como vimos — o poder de todos os governantes depende de fontes que possam ser deliberadamente restrinvidas ou cortadas mediante a retirada de cooperação, colaboração e obediência por parte da população, das instituições da sociedade e de partes do governo. No passado, tal retirada não aconteceu com freqüência por causa da ausência de previsões e preparativos para fazê-lo. Contudo, com a formulação de uma estratégia de defesa política para negar cooperação e submissão a usurpadores estrangeiros e do próprio país, e com preparativos

e treinos específicos, essa situação se inverteu e o agressor deve enfrentar uma sociedade pronta a frustrar sua tentativa de governar, e preparada para sabotar seus objetivos de ataque.

Se o ataque for um golpe de Estado ou usurpação do poder executivo, por exemplo, a consolidação do controle da máquina estatal e da sociedade por parte dos usurpadores deve ser impossibilitada pelo não-reconhecimento da autoridade deles, impedindo assim que estabeleçam ou mantenham o controle do aparato estatal, bem como pela recusa em obedecer e cooperar por parte dos funcionários e cidadãos e pela insistência nos princípios constitucionais.

Caso os governantes de um Estado estrangeiro tenham atacado com o propósito de impor sobre o país um governo de sua própria escolha, o estabelecimento e consolidação desse governo devem ser barrados pela recusa da colaboração em todos os níveis, isolamento de qualquer possível colaborador; não deixando que assuma o controle dos vários ministérios, organismos, repartição, polícia, sistema carcerário e forças militares. Os defensores devem negar igualmente legitimidade a qualquer novo regime, rejeitar-lhe maciçamente obediência, bem como cooperação com ele, continuando a manter lealdade aos princípios e práticas do antigo sistema.

Caso o ataque estrangeiro tenha sido desfechado para conseguir objetivos econômicos, tais objetivos devem ser negados aos invasores. Podemos conseguir isso através de meios como recusa de cooperação e ajuda por parte de qualquer pessoa e de toda instituição envolvida, inclusive de cientistas, técnicos, trabalhadores e administradores. Essa recusa precisa ser aplicada em todos os níveis relevantes, tais como na obtenção de matéria-prima, na pesquisa, no planejamento, no transporte, nos manufaturados, no suprimento de energia e peças, no controle de qualidade e nos preparativos de embarque de mercadorias. Vários desses estágios também tornarão possível uma interferência e obstrução.

Caso o alvo do agressor seja ideológico, o bloqueio dos esforços por denegrir as crenças e concepções da sociedade atacada e por doutrinar sua população com as crenças políticas do agressor serão cruciais. Pode-se conseguir esse bloqueio

através de vários tipos de não-cooperação, mediante pessoas e instituições envolvidas na educação, religião, jornais e revistas, publicações, rádio, televisão, atividades de juventude e governo. Por outro lado, essas pessoas e instituições irão inculcar o valor da liberdade de idéias. Promoverão as várias crenças e filosofias da sociedade atacada, exaltarão o direito que o povo tem de escolher qual delas lhe apraz e atacar tanto as doutrinas do intruso, quanto o conceito de que todos devem pensar a mesma coisa, especialmente atacar os esforços do agressor para forçá-los a isso.

A resistência seletiva também é importante para defender o sistema político do país, mesmo que o objetivo primário do agressor não seja reestruturá-lo conforme seu próprio modelo. O sucesso de quase todo o objetivo do agressor, que necessita de tempo para se realizar, requererá que ele assegure ou a colaboração submissa por parte do governo em exercício ou que imponha um novo para executar seus objetivos e controlar a população. Portanto, é crucial impedir a submissão e colaboração por parte do governo em exercício. O possível uso de sua legitimidade anterior, de sua administração, de suas instituições de controle social e de outras características e capacidades que seriam úteis ao agressor, deve ser bloqueado. É crucial impedir o estabelecimento e consolidação de um regime substitutivo para servir aos objetivos do agressor.

Necessitamos de muitas formas de não-cooperação e resistência política para realizar esses objetivos de defesa. Entre esses se incluem: resistência legislativa, executiva e judicial, “trabalho sem colaboração” por parte de funcionários e burocratas e, em outras ocasiões, greves feitas por eles; recusa por parte da polícia e do contingente militar em cooperar e executar as ordens de um regime ilegítimo, negação de autoridade a qualquer regime colaboracionista ou usurpador por parte da população em geral; recusa maciça da obediência e cooperação com um regime colaboracionista ou usurpador por parte da população; e a manutenção positiva ou o estabelecimento de meios alternativos à margem do regime ilegal recém-estabelecido para satisfazer as necessidades sociais e manter a ordem independentemente dos controles dos agressores.

Podemos necessitar da resistência seletiva para defender as instituições independentes da sociedade. O agressor pode pretender estabelecer controle total sobre a sociedade, erradicar a possibilidade de resistência eficaz à sua nova ordem, ou reestruturar toda a sociedade conforme um modelo totalitário. Portanto, ele pode tentar abolir a autonomia de todas as instituições independentes existentes, mantê-las somente em formas servis debilitadas, ou simplesmente destruí-las; em vez disso, pode criar instituições controladas a partir de um centro, sintonizadas com o modelo totalitário e capazes também de controlar seus membros. Todos esses esforços do agressor se tornam pontos necessários de resistência seletiva, caso a sociedade queira resistir a controles futuros e dissolver o novo regime opressor imposto pelo agressor.

Devemos também focalizar a resistência seletiva em pontos especialmente vulneráveis da política, regime ou aventura particular do agressor, e na lealdade e fidelidade de suas tropas e funcionários para induzi-los a se tornarem insubmissos ou mesmo se amotinar.

Sem dúvida não podemos esperar que o agressor aceite com prazer, nem mesmo passivamente, esses vigorosos esforços de defesa. Ao contrário, essas múltiplas estratégias de defesa civil serão consideradas com razão como sendo perigosas às suas metas, sistema e aventura. Às vezes a reação pode consistir numa fúria irracional. Outras vezes pode ser uma repressão calculada. Devemos contar com a possibilidade de que ele use todos os meios considerados eficazes para deter, neutralizar ou esmagar a resistência, bem como com a aplicação de brutalidades motivadas irracionalmente. Os defensores civis devem estar preparados para suportar toda essa repressão e se manter firmes em sua luta defensiva. Esse tipo de resistência pode fazer com que os efeitos da repressão se voltem contra o agressor mediante o *jiu-jitsu* político, tornando os custos da aventura inaceitáveis, negando os objetivos desejados, e forçando-o a deter o ataque ou mesmo a dissolver as forças e o regime agressores. À medida que o atacante enfraquece e os defensores ficam mais fortes, as campanhas de resistência seletiva de vários tipos fazem com que os defensores progressivamente cheguem cada vez mais

perto da vitória. Às vezes, como já notamos, os defensores podem ajustar novamente sua estratégia à resistência crescente e à não-cooperação total para desfechar um golpe fatal à aventura do agressor. Em outras ocasiões necessitaremos de estratégias finais diferentes. Em qualquer desses casos, será importante desenvolver os passos específicos para levar a luta defensiva a uma conclusão final bem-sucedida.

VI. FRACASSO E ÉXITO DA DEFESA CIVIL

As dificuldades que o agressor encontrará quando confrontado com uma defesa civil bem preparada e sofisticada não devem ser subestimadas. Os defensores civis poderão frustrar e finalmente derrotar o adversário quando tiverem uma real força interna, sabedoria estratégica e tática, disciplina e firmeza permanente diante da provocação e repressão, e a capacidade de capitalizar as próprias forças, ao mesmo tempo em que se aproveitam dos pontos fracos do agressor.

O agressor pode perceber que suas metas estão sendo frustradas, suas medidas e política permanecem ineficazes ou mesmo incompletas, suas tentativas de esmagar a resistência mediante intimidação, repressão ou mesmo brutalidades fracassam — e ao invés disso está fortalecendo a oposição e enfraquecendo suas próprias forças. Seus esforços em obter controle são seguidos por um controle reduzido da situação e por uma resistência e oposição crescentes, e suas tentativas de centralizar o comando em suas próprias mãos são confrontados por uma autonomia persistente e cada vez maior da sociedade. O agressor também pode perceber que a confiança depositada em suas tropas e funcionários fica cada vez mais ameaçada pela desilusão com sua aventura e com o papel que eles desempenham nela; tornam-se desiludidos, ressentidos, confusos, e finalmente desleais, infiéis, hostis e revoltados. Também sua população de origem começa a discordar gradualmente e se opor à aventura. Externamente, os membros da comunidade internacional passam

a ter uma atitude cada vez maior de condenação verbal e talvez mesmo de sanções econômicas, políticas e diplomáticas.

O agressor que por longo tempo acreditava na violência como forma segura de conseguir suas metas, a princípio se torna completamente desnorteado e furioso quando as medidas tomadas deixam de produzir os resultados desejados. Ele pode então aumentar a brutalidade da repressão. Quando também essa fracassa, e ele se torna irracional, pode desfechar suas brutalidades sobre a população que está em posição de defesa, mas acaba descobrindo que isso só acelera o processo de *jiu-jitsu* político. Se ele permanecer lúcido e flexível, pode procurar uma forma de se desvincilar dessa situação com um mínimo de prejuízo e talvez até com algumas vantagens. Adversários mais resolvidos e rígidos podem continuar desafiadoramente seus esforços sempre mais infrutíferos e contraprodutivos, até que toda essa aventura se desmascare. No curso da luta os defensores podem se tornar cada vez mais autônomos e fortes, e o próprio campo do agressor se encher de descontentamento crescente; suas tropas e funcionários podem entrar em greve, não sobrando ninguém para cumprir suas ordens. Assim se dissolve o ataque e fica restaurada a independência da sociedade, bem como o modo de vida e as instituições por ela escolhidos.

É preciso usar com muito cuidado termos como “êxito” e “derrota” nas discussões dessa estratégia, tendo muito claro seu sentido¹⁵. Isso é necessário tanto para avaliar a eficácia de qualquer aplicação da defesa civil, quanto também para comparar essa estratégia com a defesa militar¹⁶. O “êxito” na defesa civil é medido pela obtenção real das metas dos defensores, isto é, pela eliminação do ataque e pela restauração da capacidade de viver independentemente mediante os próprios princípios e instituições e de desenvolvê-los e mudá-los quando quiser, sem ataques e controles de grupos e nações que eventualmente queiram ditá-los de outro modo. Isso significa que os critérios de avaliação dos resultados são mais complexos do que no caso em que o adversário fosse destruído fisicamente ou tivesse capitulado frente a forças militares.

O êxito em defesa civil é determinado pelas respostas às diferentes questões:

1. Os defensores conseguiram manter a autonomia da sociedade e satisfazer suas necessidades, apesar da ocupação ou do regime usurpador?

2. Os defensores continuaram a retirar a legitimidade do regime do agressor e manter a crença em seus próprios princípios e o direito de escolher seu próprio sistema e política?

3. O agressor conseguiu alcançar seus objetivos (econômicos, políticos, ideológicos ou outros) pretendidos com o ataque ou foi frustrado, e em que medida?

4. As forças do agressor porventura se retiraram ou se desintegraram?

5. O agressor ganhou ou perdeu algum importante respaldo internacional?

6. O desejo do agressor de executar ataques desse tipo ou semelhantes a esse no futuro continua o mesmo ou mudou?

7. Há alguma probabilidade de que o agressor venha a desfilar lances como esse no futuro?

8. O regime do agressor se mantém ou foi substituído?

Nessas lutas há probabilidade de existirem graus de vitória ou derrota. Embora os defensores não consigam suas metas num lapso de tempo determinado, possivelmente mais tarde venham a obtê-las. Quando existem graus de vitória e derrota é extremamente importante que os defensores tomem consciência de suas conquistas e forças. Muitas vezes aconteceu que pessoas que lutaram bem e conseguiram objetivos significativos chegaram a pensar terem sido vencidas, pelo fato de não conseguirem uma vitória plena. Essas pessoas muitas vezes se renderam, enganando-se a si mesmas. É preciso que se evite isso em defesa civil. Hitler admitia que o problema de "governar o povo das regiões conquistadas" era "psicológico":

Não podemos governar apenas mediante a força. Sem dúvida a força é decisiva, mas é igualmente importante ter também aquele algo mais que um domador de animais necessita para domesticar sua fera. Eles devem se convencer de que nós somos os vencedores¹⁷.

Os defensores civis podem rejeitar tal convicção. Para fazer tal recusa em bases seguras, e não na vaga opinião de que

a longo prazo o bem vence o mal, os defensores podem levantar as seguintes perguntas:

1. Os defensores civis conseguiram manter, debilitar ou fortalecer sua vontade de resistência?

2. A disposição de continuar o ataque e buscar as metas originais por parte das várias pessoas e grupos do agressor se manteve, foi debilitada ou fortalecida?

3. As instituições independentes da sociedade defensora se mantiveram, se perderam ou aumentaram sua força de luta e disposição de impedir que o agressor tivesse acesso às fontes de poder?

4. Os defensores e o agressor demonstraram boa avaliação estratégica ou inépcia e sua avaliação estratégica se deteriorou ou melhorou?

5. Os defensores civis aumentaram sua habilidade e capacidade de promover a não-cooperação e oposição?

6. Surgiram entre a população do agressor, entre seus agentes de repressão e administradores um moral debilitado, divergência, infidelidade ou oposição ao ataque e controles?

7. Os amigos, aliados econômicos e políticos que o agressor tem na comunidade internacional continuam a manter as mesmas relações com ele, ou desaprovam o ataque e começam a negar cooperação?

8. Os defensores conseguem manter sua capacidade de autonomia e de fazer frente às necessidades econômicas?

9. As medidas, estratégias e meios de manipulação e repressão do agressor tiveram êxito num grau significativo, foram simplesmente ineficazes ou aumentaram a resistência dos defensores, despertaram oposição no próprio terreno do agressor e provocaram medidas internacionais?

10. Diante da repressão e das brutalidades os defensores permaneceram firmes e ampliaram sua resistência?

11. Os defensores mantiveram sua capacidade de ação disciplinada e a capacidade de satisfazer as exigências de eficácia na luta não-violenta?

12. Em que medida o agressor conseguiu os seus objetivos originais (econômicos, políticos, ideológicos ou outros) ou não?

13. Qual das partes está exercendo a iniciativa no conflito?

Quando existem graus de vitória e derrota, a responsabilidade da defesa civil é aumentar sua força interna, manter e expandir sua força comunitária, identificar e aplicar as influências de poder adequadas contra o agressor, melhorar sua habilidade e avaliação estratégicas, dirigir a resistência sobre os pontos fracos do agressor, e atuar com deliberação, coragem e firmeza para conseguir vitória completa.

Nem toda tentativa de aplicar defesa civil vai ser vitoriosa. Esse tipo de lutas, assim como qualquer outro, tem exigências para ser eficiente que devem ser cumpridas caso se queira obter sucesso. Nas guerras militares é provável que a derrota seja produzida por uma vasta destruição física, perda de vida e desmoralização, com uma declarada incapacidade de continuar a luta até um final bem-sucedido. Essas condições também podem acompanhar a derrota numa defesa civil, mas não necessariamente.

À medida que o espírito de resistência e a capacidade de reanimar instituições independentes da sociedade são mantidas, a população pode retomar a luta defensiva no futuro. Enquanto isso, requer-se a renovação da força da sociedade e da capacidade de rebater os ataques, o desenvolvimento de novas estratégias, e a seleção de novas metas específicas exequíveis para a resistência seletiva. Em outras palavras, enquanto a população e a sociedade sobreviverem, nunca uma derrota precisará ser definitiva na defesa civil.

Em vez disso, existem períodos em que um lado ou outro ganha ou perde força, e conseguem um ou mais de seus objetivos imediatos. Pode-se exigir que os defensores civis suportem tempos difíceis, grandes sofrimentos e perdas. À medida que mantêm firme sua disposição de defesa, podem fortalecer a si mesmos e suas instituições, e aperfeiçoar sua capacidade de aplicar a luta não-violenta. Os defensores podem aumentar sua coragem e firmeza diante da intimidação e repressão, e aplicar novas estratégias de luta para criar novas situações de defesa mais favoráveis à causa. Essas mudanças fortalecerão progressivamente os defensores, enfraquecerão o agressor e atingirão as metas

pelas quais a luta está sendo travada, frustrando ou desinter-
grando a aventura e os alvos do agressor.

VII. PARTICIPAÇÃO E RESPALDO INTERNACIONAL A DEFESA CIVIL

Os países que têm estratégias de defesa civil podem parti-
cipar numa grande variedade de atividades internacionais em
bases bilaterais, multilaterais, regionais e mundiais. Esses paí-
ses não deveriam ser isolacionistas, simplesmente pelo fato de
carecerem de alianças militares ou de capacidade de ataque mi-
litar, a menos que tenham escolhido fazê-lo como decisão indepen-
dente. Muitas de suas atividades internacionais teriam pouco a
ver diretamente com as necessidades de dissuasão e de defesa; ou-
tras teriam como meta aliviar necessidades prementes, resol-
ver questões subjacentes aos conflitos, corrigir suspeitas e equív-
ocos infundados, e melhorar a compreensão e amizade mútuas.
Essas atividades podem reduzir o número e a intensidade dos
conflitos internacionais futuros.

Parte da cooperação e ajuda internacional desses países se
dirigirá diretamente aos preparativos e à conduta da defesa ci-
vil. Essas atividades podem ser realizadas em vários níveis, se-
jam bilaterais, multilaterais, regionais ou mundiais. A natureza
da defesa civil prescinde da maioria ou de todo requisito de
segredo em questões de defesa. Isso torna possível partilhar
um conhecimento e “know-how” generalizados entre países que
têm essa política e países que a investigam. Tudo isso pode ser
compartilhado para proveito mútuo: resultados de pesquisa, de-
senvolvimentos e análises de sistemas, compreensão da natureza
e metas dos agressores em potencial. Igualmente estudos de es-
tratégia, de resposta a tipos particulares de ataque, de meios
de ampliar ao máximo a efetividade, métodos de manter a fir-
meza permanente diante da repressão, e medidas para satisfazer
as necessidades da sociedade durante a luta defensiva.

Pesquisa, estudos de programas, e desenvolvimento e avaliação de meios de preparação e treino poderiam ser orientados inicialmente por países individuais, instituições privadas; enquanto dispositivos de cooperação poderiam ser orientados por parte de vários países ou signatários de um tratado, organizações regionais ou organismos das Nações Unidas. Esses mesmos organismos poderiam também, à base de decisão e planejamento prévios — como mediante dispositivos de tratado — ou em resposta a crises particulares, fornecer vários tipos de ajuda não-militar aos países, usando a defesa civil frente a um ataque. Entre os tipos de ajuda apropriada e potencialmente benéfica nesses casos incluímos: 1) comunicação de informações estratégicas mediante a imprensa escrita e o rádio; 2) suprimentos de alimento e remédios; 3) comunicação ao exterior das notícias referentes à luta de defesa e às ações do agressor; 4) mobilização de sanções internacionais econômicas e diplomáticas contra o agressor; 5) comunicação às tropas, funcionários e à população do agressor das informações sobre o ataque, sobre as questões em jogo, sobre a resistência e repressão, e sobre a dissensão entre os que habitualmente apoiaram o agressor, bem como relatos de pedidos de ajuda para acabar a agressão e restaurar a amizade e cooperação internacionais.

Toda essa ajuda internacional é extremamente importante, mas é a população da sociedade atacada quem deve arcar com o maior peso da defesa. Não existe substitutivo para a auto-confiança, preparativos corretos e uma força genuína de defesa civil.

VIII. PREVISÃO PARA A ADOÇÃO DA DEFESA CIVIL

Transarmamento — que é o processo de mudança para defesa civil — não exige nenhuma transformação prévia do sistema internacional, não exige o desaparecimento de ameaças militares nem a adoção universal desse sistema. Tampouco exige uma mudança fundamental no sistema social — muito menos

uma mudança na natureza humana. Na verdade a pesquisa inicial, o desenvolvimento de programas, a avaliação e consideração pública a respeito de defesa civil começarão enquanto os programas atuais de dissuasão e defesa permanecerão totalmente intactos.

A defesa civil destina-se à dissuasão e defesa contra ataques. Portanto, pressupondo a sua eficácia, essa política pode ser adotada por países individualmente, por grupos de países, ou alianças, sem maiores acordos da comunidade internacional, muito menos dos agressores em potencial; esse princípio é essencialmente o mesmo que se aplica quando se adotam novas armas militares ou novos sistemas de armas, porque são consideradas como superiores àquelas. (É possível imaginar uma adoção planejada dessa política mediante acordo de todos os países numa região toda, com ou sem o envolvimento das Nações Unidas, mas é muito improvável que esse seja o modelo típico).

Quando a sociedade e o governo de um determinado país decidem transarmar para a defesa civil, os preparativos e treinamentos iniciais começarão com uma base relativamente modesta, ao mesmo tempo em que a política militar existente ainda continua intacta¹⁸. Esse elemento inicial da defesa civil se desenvolverá então em estágios. Alguns países podem manter ambas essas capacidades, permanentemente. O modelo geral apresentado pelos teóricos da defesa civil é, contudo, a favor de uma estratégia de transarmamento por um período de alguns anos. (Esses teóricos defenderam um transarmamento total em vez de uma combinação permanente, à base da eficácia de defesa e exigências de abolição da guerra). No transarmamento a capacidade militar não seria degradada nem eliminada até que a sociedade e o governo percebessem que há razão suficiente para confiar nas suas vantagens, na sua credibilidade e na sua capacidade em comparação com a postura militar. Tanto no estágio inicial em que a sociedade decide começar os preparativos para a defesa civil, quanto também em estágios posteriores em que determina ser essa política adequada em si mesma, será dada maior atenção às necessidades de uma política de defesa efetiva e à avaliação comparativa das potencialidades positivas e negativas da defesa militar e da defesa civil para satisfazer

aquelas necessidades. Tanto o intervalo de tempo exigido antes da decisão de iniciar o processo de transarmamento, quanto o exigido para levá-lo à realização vão variar amplamente e as previsões são sempre perigosas. Contudo, é possível que o primeiro país acrescente oficialmente algum componente de defesa civil dentro de uma política predominantemente militar por volta de 1990 e possivelmente já em meados de 1980. As previsões referentes ao tempo em que o primeiro país terá chegado a um transarmamento completo à defesa civil são menos seguras, mas poderiam ocorrer por volta de 2005. Isso introduziria um elemento totalmente novo nas relações internacionais, bem como nas estratégias de defesa e segurança e poderiam ter consequências profundamente benéficas.

A defesa civil não exige condições sociais ideais para sua adoção e prática. De fato, a maioria das lutas improvisadas do passado mediante ação não-violenta foram contra sistemas elitistas, opressores e ditoriais, tanto de origem estrangeira, quanto interna. As aplicações da luta não-violenta improvisada do passado para a defesa contra golpes de estado e invasões e ocupações estrangeiras ocorreram em sociedades altamente imperfeitas, com injustiças internas, governo elitista e classista, heterogeneidade étnica e lingüística, e conflito social e político extremos. As condições contrárias — harmonia social, poder efetivo difuso, descentralização e democracia vigorosa — facilitariam o uso e sucesso dessa ação, mas não são pré-requisitos. Isso ficou demonstrado na política oficial da república alemã de Weimar para desencadear uma não-cooperação e oposição civil em 1920 contra o Kapp *Putsch* pelos grupos paramilitares pró-monarquistas e em 1923 contra a invasão e ocupação franco-belga. É possível que sociedades muito imperfeitas tomem decisões oficiais de defender-se mediante formas de luta não-violenta.

Contudo, isso não significa que todos os governos e sistemas possam ser protegidos mediante defesa civil, sem mudanças prévias ou simultâneas ao período de transarmamento ou à própria luta defensiva. Para tomar um exemplo extremo, as ditaduras brutais que governam um povo profundamente alienado mediante terror e destruição de todas as instituições in-

dependentes e o controle da população e da sociedade mediante instituições políticas controladas por um centro, respaldadas pela violência, não deveriam esperar uma manifestação pública de resistência popular para defender o regime e o sistema. O povo pode carecer da vontade de defesa, e a sociedade pode carecer da capacidade de rebater o ataque. Uma sociedade que — por quaisquer motivos — fosse um sistema centralizado dirigido por uma elite acostumada ao uso de métodos autoritários e violentos poderia, contudo, passar deliberadamente à eliminação das injustiças populares, a instituições descentralizadas, e ao desenvolvimento do desejo e capacidade de defender a sociedade através de meios civis. Igualmente, em época de crises, um sistema anteriormente autoritário é significativamente modificado por um ímpeto de ação popular efetivo e entusiasta no sentido de conter um novo perigo mediante luta não-violenta, e pela aceitação da responsabilidade de desencadeá-la. Isso pode ser acompanhado pela maior participação e criação de novas instituições autônomas.

Na maioria das sociedades políticas, os motivos para desencadear a defesa civil serão os mesmos que se aplicam em defesa militar: amor ao próprio país; a crença no direito de o povo escolher seu próprio sistema e governo; oposição à agressão internacional, usurpações internas, e dominação estrangeira; a crença em nosso dever religioso e moral de defender a própria terra natal e o povo; a convicção de que, não importa quão imperfeita seja nossa sociedade, é imperativo impedir que ela venha a ficar ainda pior, mas ao contrário, que melhore; e o acordo de que, embora as pessoas possam discordar entre si, nenhum governo externo ou grupo exclusivo interno conseguirá dominá-las mediante violência.

Embora não se exija uma sociedade ideal como pré-requisito ao uso da defesa civil, e sociedades muito imperfeitas foram e podem ser defendidas pela luta não-violenta, existe um laço de grande duração entre essa técnica e “democracia” — isto é, um sistema com participação popular na tomada de decisões. Esse tipo de sistema vai contribuir para um maior potencial defensivo através da defesa civil. E vice-versa, essa estratégia e luta não-violenta em geral contribuirão à difusão de

poder efetivo e participação democrática — que são a longo prazo as metas prometidas por vários sistemas políticos e sociais, inclusive por alguns que no momento são dirigidos por partidos minoritários ou por elites idealistas¹⁹.

A medida que se difunde o conhecimento da defesa civil, é provável que cresça o número de sociedades nas quais, mesmo sem maiores preparativos, este tipo de luta será improvisado diante de ataque estrangeiro ou de usurpação interna. Não é um grande salto passar dessas situações e de casos passados a novos exemplos em que as opções são cuidadosamente examinadas antes de desencadear a crise, e se iniciam os preparativos e treinos para deter e defender contra possíveis ataques futuros.

Com essa vontade, é possível a defesa civil sob as atuais condições sociais, políticas e internacionais. Na verdade, a passagem elaborada de meios militares para meios civis de defesa tem mais probabilidade como desenvolvimento de política deliberada, do que de decisões de emergência improvisadas. O tempo está disponível para avaliação e decisão equilibradas, e daí para planejamento, preparativos e treino para aumentar a efetividade futura.

IX. VANTAGENS POTENCIAIS DE UMA ESTRATÉGIA DE DEFESA CIVIL

A estratégia de defesa civil tem, a longo prazo, a potencialidade de produzir vários resultados vantajosos impossíveis de se conseguir com estratégias militares alternativas. Entre esses enumeramos os seguintes:

1. Aumentaria a capacidade de autoconfiança na defesa e em questões de segurança, mesmo por países de pequena e média extensão, pela mudança do fator decisivo da força militar para a força societária.

2. Por sua natureza não-militar, a defesa civil oferece a capacidade de dissuasão e defesa sem as de ataque e repressão

dos sistemas militares, reduzindo assim as ansiedades e perigos internacionais e internos.

3. Essa estratégia pode reduzir os casos de agressão internacional mediante o efeito dissuasório de tomar os países politicamente indigestos, capazes de frustrar os objetivos do agressor e de esparramar insatisfação e divergência nas forças agressoras.

4. Esta estratégia pode reduzir a proliferação nuclear apresentando um caminho alternativo para se obter autoconfiança nas estratégias de segurança onde os meios militares convencionais são considerados como inadequados ou impraticáveis.

5. Em contraste com sistemas militares, a defesa civil não se baseia na capacidade interna de levar a cabo golpes de Estado contra um governo constitucional legítimo.

6. Além disso, os preparativos para a não-cooperação e oposição requeridos por essa estratégia criam uma capacidade de resistência e defesa contra usurpações internas, como golpes de Estado, usurpações de poder executivo, ataques paramilitares etc.

7. Ao tornar ilegítima a violência como sanção última da sociedade e, em vez disso, ao legitimar formas não-violentas de luta mesmo em situações extremas, essa estratégia tem a probabilidade de contribuir para a redução da violência interna mediante grupos injustiçados e de aumentar os métodos de oposição não-violenta alternativos.

8. Nas lutas de defesa, a defesa civil tem mais probabilidade que seu rival de manter a atenção voltada para os objetivos originais do conflito, em vez de estar voltada para os danos que lhe são infligidos.

9. A defesa civil, juntamente com a luta não-violenta em geral, tende a produzir menos perdas e menos destruição do que os conflitos militares em semelhante situação.

10. Países com defesa civil têm menos probabilidade de serem ameaçados ou atacados com armas de destruição em massa do que os países com estratégias militares, especialmente com armas nucleares, que através da intimidação podem estimular o primeiro tiro e mesmo precipitar os ataques.

11. Esta estratégia tem a probabilidade de contribuir ao desenvolvimento de uma política externa “positiva”, tanto porque a defesa não está atrelada às exigências militares, à alocação de recursos, e a alianças, como também pelo fato de ser vantajosa aos países com programas de defesa civil para ajudar a satisfazer necessidades humanas em outros países, resolver problemas internacionais sem conflito aberto, e conquistar através de reconhecimento a reputação internacional.

12. A estratégia de defesa civil reduziria a extensão do governo e a despesa para executar a dissuasão e a defesa. Embora custe dinheiro e recursos econômicos, a defesa civil é menos dispendiosa do que os meios militares porque não requer aparatos bélicos, e porque as responsabilidades da defesa passam à população em geral e às instituições independentes da sociedade. Tudo isso inverteria a expansão geral do papel e extensão do governo, e tornaria mais acessíveis os recursos econômicos às necessidades civis internas e à ajuda internacional.

13. A defesa civil eliminaria as influências descentralizadoras endêmicas aos sistemas militares, e introduziria influências descentralizadoras associadas a sanções não-violentas, contribuindo assim ao desenvolvimento de uma estrutura social e política menos centralizada e mais pluralista, com maior participação popular.

14. Fazendo recair a responsabilidade da defesa sobre o próprio povo, essa estratégia encorajaria os cidadãos a reconhecer qualidades da sociedade idôneas à defesa, e a examinar os princípios, o modo de vida e as instituições da sociedade, e como a sociedade pode ser melhorada.

15. Ao oferecer dissuasão e defesa com formas de luta não-violentas, esse programa possibilita os países a abandonar meios militares como não mais necessários, apresentando uma forma através da qual o conflito militar pode ser substituído paulatinamente por uma opção menos perigosa, apesar dos perigos e incertezas do mundo contemporâneo.

CONCLUSÃO

O desenvolvimento, a avaliação e implementação do programa de defesa civil para vários países exige agora pesquisa básica, pesquisa de solução de problemas, estudo de estratégia, educação e discussão públicas, e investigação e avaliação oficiais. Isso pode ser desencadeado por instituições independentes, comissões especiais, organismos governamentais e organizações internacionais.

A defesa civil funcionaria em cooperação com outros programas para reduzir e fazer frente aos conflitos internacionais e às usurpações internas, sem os perigos da guerra internacional e civil, e sem submissão às agressões hostis. Os perigos políticos e físicos desses ataques e as represálias militares são suficientemente graves, e as bases políticas e sociais da defesa civil são suficientemente eficientes, para que esse programa alternativo venha a ser totalmente desenvolvido e investigado.

NOTAS

1. Agradeço a apreciação dos primeiros esboços feita por: Professor Yoshi-kazu Sakamoto, Julia Kittross, Nancy A. Tramontin e Robert Irwin.
2. Ver Gene Sharp, "Seeking a Solution to the Problem of War", in *Social Power and Political Freedom*, Porter Sargent, Boston, 1980, pp. 263-284.
3. Veja as várias publicações sobre o tópico enumerado na bibliografia da Áustria, Dinamarca, Finlândia, Grã-Bretanha, Alemanha, Índia, Japão, Holanda, Noruega, Suécia e Estados Unidos da América. Essa estratégia também foi chamada com os seguintes nomes alternativos: "defesa civil", "defesa social", "defesa não-militar", e "defesa não-violenta". A literatura sobre essa estratégia é variada, com diferentes ênfases, inclusive quanto ao interesse principal em problemas de defesa, mudança social, problema da guerra e paz e considerações normativas.
4. Ver Adam Roberts, "Civil Resistance to Military Coups", in *Journal of Peace Research*, Oslo, 1975, n. 1.
5. Gene Sharp apresenta exemplos de algumas das áreas de pesquisa em "Research Areas on Nonviolent Alternatives", in *Exploring Nonviolent Alternatives*, Porter Sargent, Boston, 1970, pp. 73-113; id., "Research

- Areas on the Nature, Problems and Potentialities of Civilian Defense”, in S. C. Biswas, org., *Gandhi: Theory and Practice Social Impact and Contemporary: Proceedings of a Conference*, Indian Institute Advanced Studies, Simla, 1969, pp. 393-413.
6. Quanto à fragilidade das ditaduras, ver Gene Sharp, “Facing Dictatorships With Confidence”, in *Social Power and Political Freedom*, pp. 91-112.
 7. Ainda não foi escrita uma história completa da luta não-violenta. Vários desses casos são descritos nas seguintes fontes: Karl Ehrlich, Niels Lindberg e Gammelgaard Jacobsen, *Kamp Uden Vaaben: Ikke-Vold som Kampmiddel mod Krig og Undertrykkelse*. Levin & Munksgaard, Ejnar Munksgaard, Copenhague, 1937; Barthélémy de Ligt, *The Conquest of Violence: An Essay on War and Revolution*, E. P. Dutton, Nova Iorque, 1938; Clarence Marsh Case, *Non-Violent Coercion: A Study of Methods of Social Pressure*, Century Co., Nova Iorque, 1923, pp. 285-396; Adam Roberts, org., *The Strategy of Civilian Defense*, Faber & Faber, Londres, 1967; Gene Sharp, *The Politics of Nonviolent Action*, Porter Sargent, Boston, 1973; id., “‘The Political Equivalent of War’ — Civilian-based Defense”, in *Social Power and Political Freedom*, pp. 195-261.
- Quanto às bibliografias de relatos de casos de luta não-violenta, ver uma breve bibliografia em Gene Sharp, “For Further Reading”, in *Exploring Nonviolent Alternatives*, pp. 113-159; uma extensa bibliografia comentada e classificada dos livros em inglês encontra-se em Gene Sharp, *Beyond Violence: Exploring Nonviolent Alternatives* (no prelo).
8. Ver Gene Sharp, *The Politics of Nonviolent Action*, segunda parte, 107-145. Ver, neste, capítulo quarto.
 9. Ver, neste, capítulo primeiro. Uma apresentação mais completa dessa teoria de poder encontramos em Gene Sharp, “The Nature and Control of Political Power”, em *The Politics of Nonviolent Action*, pp. 7-62, e “Social Power and Political Freedom”, em *Social Power and Political Freedom*, pp. 21-67.
 10. Para explicações introdutórias sobre preparativos e treino ver Theodor Ebert, “Organization in Civilian Defense”, in Adam Roberts, org., *The Strategy of Civilian Defense*, pp. 255-273, Gene Sharp, “‘The Political Equivalent of War’ — Civilian-Based Defense”, in *Social Power and Political Freedom*, pp. 237-240.
 11. Ver, neste, capítulo quinto. Ver Gene Sharp, “Three Ways Success May Be Achieved”, in *The Politics of Nonviolent Action*, pp. 705-776.
 12. Ver Gene Sharp, “Solidarity and Discipline to Fight Repression”, in *The Politics of Nonviolent Action*, pp. 573-655.
 13. Ver Gene Sharp, “Political Jiu-jitsu”, in *The Politics of Nonviolent Action*, pp. 657-703. Jiu-jitsu é um tipo de combate físico desarmado, desenvolvido antigamente no Japão, que usa a força do adversário contra o próprio adversário.
 14. Para outras exposições a respeito da estratégia na defesa civil, ver Adam Roberts, “Civilian Defence Strategy”, in Adam Roberts, org., *The Strategy of Civilian Defence*, pp. 215-254; Theodor Ebert, “Initiating Popular Resistance to Totalitarian Invasion”, “The Crisis”, “Final Victory”, in T. K. Mahadevan, Adam Roberts, Gene Sharp, orgs., *Civilian Defence: An Introduction*, pp. 158-211; Johan Galtung, “On the Strategy of Nonmilitary Defense: Some Proposals and Problems”, in *Essays in Peace Research*, v. II: *Peace, War and Defence*, Christian Ejlers, Copenhague, 1976, pp. 378-426 e 466-472.
 15. Quanto à vitória ou derrota na ação não-violenta de modo geral ver Gene Sharp, *The Politics of Nonviolent Action*, pp. 755-768.

16. A defesa militar nem sempre é avaliada rigorosamente em termos do grau de sua vitória ou derrota na obtenção dos objetivos originais do conflito. Existe uma tendência generalizada de estabelecer critérios muito mais baixos ao êxito dos meios militares do que aos meios não-violentos, ou mesmo de usar critérios muito diferentes, como derrota militar do adversário apesar de outros resultados, inclusive o destino dos problemas originais. Avaliamos os meios não-violentos com critérios bem mais elevados do que os aplicados aos meios violentos, incluindo às vezes incriminações sem fundamento por qualquer evolução indesejável nos anos seguintes. Em outros casos acredita-se, sem uma devida avaliação, que os meios não-violentos falharam ou simplesmente prepararam o caminho para a violência.
17. Citado por Alexandre Dallin, *German Rule in Russia, 1941-1945: A Study of Occupation Policies*, St. Martin's Press, Nova Iorque, 1957, p. 218.
18. Para mais explanações referentes a transarmamento, ver Adam Roberts, "Transarmament to Civilian Defence", in Adam Roberts, org., *The Strategy of Civilian Defence*, pp. 291-301; Gene Sharp, "The Political Equivalent of War" — Civilian-Based Defense", in *Social Power and Political Freedom*, pp. 250-254.
19. Para uma discussão das relações entre as condições políticas e essa estratégia, ver April Carter, "Political Conditions for Civilian Defence", in Adam Roberts, org., *The Strategy of Civilian Defence*, pp. 274-290. Para uma discussão da relação entre luta não-violenta em geral e estrutura social e política, ver Gene Sharp, *The Politics of Nonviolent Action*, pp. 799-806, e Gene Sharp, *Social Power and Political Freedom*, pp. 342-356.

BIBLIOGRAFIA SOBRE DEFESA CIVIL

- Atkeson, Brigadier General Edward B., "The Relevance of Civilian-Based Defense to U.S. Security Interests", in *Military Review*, Fort Leavens Worth, Kansas, v. 56, n. 5, maio de 1976, pp. 24-32, e n. 6, junho de 1976, pp. 45-55.
- Bekkers, Frits, Blom, Hans W., et al., *Geweldloze Actie en Sociale Verdediging* (Ação não-violenta na defesa civil), Universitaire Pers Rotterdam, Roterdam, 1971, 159 pp.
- Boserup, Anders, Mack, Andrew, *Ikk-Vold som Nationalforsvar* (Não-violência como defesa nacional), Spectrums Aktuelle, Copenhague, 1971, 222pp. (há tradução em inglês).
- Ebert, Theodor, org., *Demokratische Sicherheitspolitik: Von der territorialen zur sozialen Verteidigung* (Política de segurança democrática — De uma defesa territorial para uma defesa social), Carl Hanser Verlag, Munique, 1974, 257pp.
- *Gewaltfreier Aufstand: Alternative zum Bürgerkrieg* (Insurreição não-violenta — Alternativas para a guerra civil), Verlag Rombach, Friburgo, 1967, 408pp.
- *Soziale Verteidigung. Band 1: Historische Erfahrungen und Grundzüge der Strategie* (Defesa social — V. I: Experiências históricas e fundamentos da estratégia), 193pp. *Band 2: Formen und Bedingungen des zivilen Widerstandes* (V. II: Formas de defesa civil e condições), 194pp., Waldkirch Verlagsgesellschaft mbH, Waldkirch, Alemanha Ocidental, 1981.
- "Von aggressiver Drohung zu defensiver Warnung: Das Konzept der Sozialen Verteidigung" (Da ameaça agressiva à advertência defensiva — O conceito de Defesa Social), in *Senghaas*, Dieter, org., *Friedensforschung*

- und Gesellschaftspraktik* (Pesquisa sobre a paz e crítica social), Fischer, Frankfurt am Main, 1973, pp. 152-200.
- org., *Wherpolitik ohne Waffen: Vom passiven Widerstand zur sozialen Verteidigung* (Uma política de defesa sem armas — Da resistência passiva à defesa social), Argus Verlag, Opladen, Alemanha Ocidental, 1972, 168pp.
- org., *Ziviler Widerstand: Fallstudien aus der innenpolitischen Friedens- und Konfliktforschung* (Resistência civil — Estudos de caso a partir de pesquisa sobre paz e conflito dentro do país), Bertelsmann Universitätsverlag, Düsseldorf, 1970, 322pp.
- Ebert Theodor, de Graaf, J., Jochem, Gernot, de Lange, Herman, Tromp Hylke, *Met/Zonder Alle Geweld: inleiding tot sociale verdediging* (Com/no lugar de toda força — Introdução à defesa social), Schotanus Publishing Company B.V., Utrecht-Landbroek, 1972, 116pp.
- Galtung, Johan, "On the Strategy of Nonmilitary Defense: Some Proposals and Problems", in Galtung, Johan, *Essays in Peace Research*, v. II: *Peace, War and Defense*, pp. 379-426 e 466-472, Christian Ejlers, Copenhague, 1976, 472pp.
- Geeraerts, Gustaaf, org., *Possibilities of Civilian Defence in Western Europe*, Swets and Zeitlinger, Amsterdam e Lisse, 1977, 172pp.
- Gleditsch, Nils Petter, org., *Kamp Uten Vapen* (Luta sem armas), Pax Forlag, Oslo, 1965, 200pp.
- Holst, Johan Jorgen, Fjaerli, Eystein, Ronning, Harald, *Ikke-Militært Forsvar og Norsk Sikkerhetspolitikk* (Defesa não-militar e política de segurança norueguesa), Forsvarets Forskningsinstitutt, Kjeller, Noruega, 1967.
- Höglund, Bengt, et al., *Fredspolitik: Civilmotstand* (A estratégia de paz resistência civil), Bokförlaget Aldus/Bonniers, Estocolmo, 1969, 232pp.
- Kennan, George, *Russia, the Atom and the West*, Oxford University Press, Londres, 1958, 120pp.
- King-Hall, Commander Sir Stephen, *Common Sense in Defence*, K-H Services, Londres, 1960, 48pp.
- *Defence in the Nuclear Age*, Gollancz, Londres, 1958, 223pp.
- *Power Politics in the Nuclear Age: A policy for Britain*, Collancz, Londres, 1962.
- Kritzer, Herbert, "Nonviolent National Defense: Concepts and Implications", in *Peace Research Reviews*, Canadian Peace Research Institute, Oakville, Ontário, v. 5, n. 5, abril de 1974, pp. 1-57.
- Laine, Penti, org., *Siviilivastarinta* (Resistência civil), Tammi, Helsinque, 1969.
- Mahadevan, T. K., Roberts, Adam, Sharp, Gene, orgs., *Civilian Defence: An Introduction*, Gandhi Peace Foundation, Nova Delhi, Bharatiya Vidya Bhavan, Bombaim, 1967, 265pp.
- Miyata, Mitsuo, *Hibusō kokumin teikō no shisō* (A filosofia da resistência civil não-armada), Iwanami shoten, Tóquio, 1971.
- Roberts, Adam, org., *Civilian Resistance as National Defense: Non-violent Action Against Aggression*, Satckpole Books, Harrisburg, Pa., EUA, 1968, 320pp.
- "Civil Resistance to Military Coups", in *Journal of Peace Research*, Oslo, v. XII, n. 1, 1975, pp. 19-36.
- *Occupation, Resistance, and Law: International Law on Military Occupations and on Resistance*, Försvarets Forskningsanstalt, Estocolmo, 1960, 311pp.
- Frank, Jerome D., Naess, Arne, Sharp, Gene, *Civilian Defence*, Peace News, Londres, 1964, 70pp.
- (Ver Mahadevan, T. K., et al.).
- Sharp, Gene, *Beyond Violence: Exploring Nonviolent Alternatives*, no prelo.

- *Exploring Nonviolent Alternatives*, Porter Sargent, Boston, 1970, 162pp
 - “Gandhi's Defense Policy”, “Gandhi as a National Defense Strategist”, ambos in Sharp, Gene, *Gandhi as a Political Strategist*, pp. 131-198, Porter Sargent, Boston, 1979, 357pp.
 - “The Political Equivalent of War — Civilian-based Defense”, in Sharp, Gene, *Social Power and Political Freedom*, pp. 195-261, Porter Sargent, Boston, 1980, 440pp.
 - *The Politics of Nonviolent Action*, Porter Sargent, Boston, 1973, 902pp. (há também uma edição em três volumes).
 - *Post-Military Defense*, Princeton University Press, Princeton, N.J., no prelo.
 - “Research Areas on the Nature, Problems and Potentialities of Civilian Defence”, in Biswas, S.C., org., *Gandhi: Theory and Practice, Social Impact and Contemporary Relevance: Proceedings of a Conference*, pp. 393-413, Indian Institute os Advanced Studies, Simla, 1969.
 - “Research Project on ‘Totalitarianism and Nonviolent Resistance’”, in *Journal of Conflict Resolution*, Ann Arbor, Mich., EUA, v. III, n. 2, junho de 1959, pp. 153-161.
 - *Social Power and Political Freedom*, Porter Sargent, Boston, 1980, 440pp.
 - “Sociale Verdediging: Optie voor West-Europa”, in *JASON-magazine*, Holanda, v. III, n. 5, dezembro de 1978, pp. 14-21.
 - *The Vocabulary of Civilian Struggle*, no prelo.
 - (Ver Mahadevan, T.K., et al.).
- Thoft, Jens, org., *Ikke-vold: Strategi i Klassenkampen* (Não-violência — Estratégias na luta de classe), Forlaget G.M.T., Copenhague, 1974, 208pp.
- Tromp, Hyilke, org., *Sociale Verdediging: Theorieën over Niet-Militaire Verdediging als Alternatief voor Geweldpolitiek en Nukleaire Afschrikking* (Defesa social — Teorias de defesa não-militar como alternativa para programas de violência e de dissuasão nuclear), Pax Christi, Antuérpia, 1979, 256pp.
- Vereinigung Deutscher Wissenschaftler, *Eine andere Verteidigung? Alternativen zur Atomaren Abschreckung* (Uma defesa diferente? Alternativas para uma dissuasão atômica), Carl Hanser Verlag, Munique, 1973, 174pp.
- *Civilian Defence: Wissenschaftliche Arbeitstagung über Civilian Defence. Voraussetzungen und Möglichkeiten. Ein neuer Weg zu Abrüstung und Sicherheit?* (Defesa civil — Simpósio científico sobre defesa civil. Premissas e possibilidades. Um novo caminho para o desarmamento e para a segurança?), Bertelsmann Universitätsverlag, Bielefeld, Alemanha Ocidental, 1968, 192pp.
- Vetschera, Heinz, *Soziale Verteidigung — Ziviler Widerstand — Immerwährende Neutralität* (Defesa social — Resistência civil — Neutralidade permanente), Institut für Militärstrategische Grundlagenforschung, Viena, 1974, 268pp.

ÍNDICE

- 5 *Apresentação*
7 *Prefácio à edição brasileira*
11 *Introdução*
- 16 A NATUREZA E O CONTROLE DO PODER POLÍTICO
- 16 *Introdução*
17 *O que é a natureza básica do poder político?*
19 *Raízes sociais do poder político*
20 A. Fontes de poder
22 B. Essas fontes dependem da obediência
26 Por que os homens obedecem?
29 A. As razões são várias e múltiplas
33 B. Como o governante conquista seus funcionários e agentes
34 C. A obediência não inevitável
35 *O papel do conhecimento*
36 A. A obediência é essencialmente voluntária
40 B. O conhecimento pode ser retificado
- 42 RUMO A UMA TEORIA DO CONTROLE
NÃO-VIOLENTO DO PODER POLÍTICO
- 43 A. Controles tradicionais
44 B. Teóricos da negação de apoio
46 V. Indícios de impacto político da não-cooperação
52 D. Rumo a uma técnica de controle do poder político
- 59 A BASE ESTRUTURAL DO CONTROLE
SOBRE GOVERNANTES
- 60 *A estrutura da sociedade afeta as possibilidades de controle*
64 *O papel dos loci de poder difusos no controle do poder*
político
65 *Loci de poder colocam limites à capacidade de poder*
dos governantes
66 *Ataques deliberados e efeitos não intencionados*
podem enfraquecer os loci de poder
69 *Outros fatores podem influenciar os governantes,*
mas não controlá-los
70 *Formas institucionais secundárias em relação à distribuição*
real do poder
71 *Fortes loci de poder podem controlar os tiranos*
76 *A destruição dos loci de poder pode incentivar a tirania*

- 82 *A distribuição real do poder pode influenciar as formas institucionais de governo*
- 85 *Controle do poder político como resultado da força interna*
- 87 *Implicação dessa análise para o controle do poder político*
- 88 *As constituições são insuficientes para controlar o poder de um governante*
- 94 *A simples mudança de governantes também é insuficiente para estabelecer um controle duradouro*
- 97 *A descentralização do poder é essencial para um controle duradouro*
- 100 *Sanções políticas e a distribuição de poder efetivo*
- 101 *A violência política contribui à concentração de poder*
- 103 *Sanções não-violentas contribuem para a difusão do poder*
- 111 **AÇÃO NÃO-VIOLENTA: UMA TÉCNICA ATIVA DE LUTA**
- 111 *Introdução*
- 112 *Característica da ação não-violenta*
- 113 A. Um tipo especial de ação
- 115 B. Motivos, métodos e influências
- 120 C. Corrigindo concepções equivocadas
- 121 D. Um tipo de luta negligenciado
- 126 *Ilustrações do passado*
- 127 A. Alguns exemplos históricos dos primórdios
- 128 B. A expansão da luta não-violenta antes de Gandhi
- 131 C. Alguns casos do início do século XX
- 135 D. A contribuição de Gandhi
- 142 E. As lutas contra os nazistas
- 146 F. Insurreições civis na América Latina
- 150 G. Levantes contra regimes comunistas
- 152 H. Lutas pelos direitos civis norte-americanos
- 155 *Continuação da expansão*
- 157 A. Tcheco-eslováquia — 1968
- 160 *Em busca de uma compreensão*
- 165 **AS ARMAS NÃO-VIOLENTAS**
- 166 *Resistindo à repressão*
- 168 *Um sistema de armas não-violentas*
- 170 *Protesto e persuasão não-violentos*
- 175 *Não-cooperação social*
- 177 *Não-cooperação econômica:*
1. Boicotes econômicos

- 181 *Não-cooperação econômica:*
2. *A greve*
- 185 *Não-cooperação política*
- 188 *Intervenção não-violenta*
- 195 **COMO FUNCIONA A LUTA NÃO-VIOLENTA**
- 196 *Exercício de poder*
- 199 *Esportâneas ou organizadas?*
- 200 *O desafio*
- 203 *Repressão e persistência*
- 205 *Os problemas dos adversários*
- 207 *A possibilidade do uso de crueldades*
- 210 *Jiu-jitsu político*
- 211 *Uma resistência esmagadora*
- 212 *Mudanças no grupo de luta*
- 213 *Três caminhos para o sucesso*
- 213 *Conversão*
- 216 *Acomodação*
- 219 *Coerção não-violenta*
- 223 *A eliminação das fontes de poder*
- 225 *O fim da luta*
- 228 **DEFESA CIVIL: UMA NOVA TÉCNICA
DE DISUASÃO E DEFESA**
- 228 *Introdução*
- 230 I. *Defesa civil*
- 234 II. *Mediante defesa civil*
- 236 III. *A capacidade de combate em defesa civil*
- 240 IV. *O desenrolar do conflito defensivo:*
1. *O estádio inicial*
- 246 V. *O desenrolar do conflito defensivo:*
2. *Defesa propriamente dita*
- 254 VI. *Fracasso e êxito da defesa civil*
- 259 VII. *Participação e respaldo internacional à defesa civil*
- 260 VIII. *Previsão para a adoção da defesa civil*
- 264 IX. *Vantagens potenciais de uma estratégia de defesa civil*
- 267 *Conclusão*
- 269 *Bibliografia sobre defesa civil*



Impresso na Gráfica de Edições Paulinas - 1983
Via Raposo Tavares, Km 18,5 - 01000 SÃO PAULO